



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

SANDRA ELANE DE SOUZA LAURIANO RAMOS

**DINÂMICA TERRITORIAL DA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE SANTA MARIA DO
BOIAÇU – RORAINÓPOLIS/RR**

BOA VISTA/RR

2020

SANDRA ELANE DE SOUZA LAURIANO RAMOS

**DINÂMICA TERRITORIAL DA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE SANTA MARIA DO
BOIAÇU – RORAINÓPOLIS/RR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG-GEO) da Universidade Federal de Roraima, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia na linha de pesquisa: Produção do Território Amazônico.

Orientador: Prof. Dr. Antônio T. de Rezende Veras – UFRR (*in memoriam*).

Co-orientadora: Profa. Dra. Maria Madalena Aguiar Cavalcante - UNIR.

BOA VISTA/RR

2020

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

R175e Ramos, Sandra Elane de Souza Lauriano.
Dinâmica territorial da comunidade ribeirinha de Santa Maria do
Boiaçu – Rorainópolis/RR / Sandra Elane de Souza Lauriano Ramos. –
Boa Vista, 2020.
255 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Antônio T. de Rezende Veras (in memoriam).
Co-orientadora: Profa. Dra. Maria Madalena Aguiar Cavalcante.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.

1 – Dinâmica Territorial. 2 – Reprodução do Espaço. 3 –
Comunidade ribeirinha. I – Título. II – Veras, Antônio T. de Rezende
(orientador). III – Cavalcante, Maria Madalena Aguiar (coorientadora).

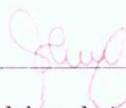
CDU – 911.375(811.4)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista:
Shirdoill Batalha de Souza - CRB-11/573 - AM

SANDRA ELANE DE SOUZA LAURIANO RAMOS

**DINÂMICA TERRITORIAL DA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE SANTA MARIA
DO BOIAÇU – RORAINÓPOLIS/RR**

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima. Linha de Pesquisa: Produção do Território Amazônico. Defendida em 7 de agosto de 2020 e avaliada pela seguinte banca:



Profa. Dra. Maria Madalena de Aguiar Cavalcante – Orientadora (UNIR)



Prof. Dr. Artur Rosa Filho (UFRR)



Profa. Dra. Roseli Bernardo Silva dos Santos (IFRR)



Prof. Dr. Lúcio Keury Almeida Galdino (UERR)

Aos moradores da comunidade
ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu-
Rorainópolis/RR.

Ao geógrafo professor Dr. Antônio
Tolrino de Rezende Veras (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

A Deus, mentor espiritual que me guia, ilumina e me dá força para prosseguir firme em meus ideais;

Ao meu marido Rômulo Vieira Ramos, pelo amor, apoio, carinho e paciência;

Aos meus filhos Juliana e Ruan, por compreender minhas ausências e falhas;

À minha família, que me incentivou nos momentos em que mais precisei;

Aos colegas do Mestrado em Geografia que estiveram presentes em momentos difíceis de minha vida, incentivando e acreditando na conclusão deste trabalho;

À Universidade Federal de Roraima (UFRR) que tornou possível a realização deste mestrado;

Aos professores do curso de Mestrado em Geografia, que contribuíram com minha formação acadêmica, pessoal e profissional;

Às pessoas queridas, anjos em forma de amigos que conheci no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) e na comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu, que contribuíram para a realização desta pesquisa;

O meu carinho especial ao Professor Doutor Antônio Tolrino de Rezende Veras (*in memoriam*) e a Professora Doutora Maria Madalena Aguiar Cavalcante.

A vocês, minha eterna gratidão!

“Aprendi que a coragem não é a ausência do medo, mas o triunfo sobre ele. O homem corajoso não é aquele que não sente medo, mas o que conquista esse medo.”

(Nelson Mandela).

RESUMO

A comunidade de Santa Maria do Boiaçu, localizada no Baixo Rio Branco, município de Rorainópolis-RR, é um espaço que, ao longo de sua construção social, foi caracterizado por ocupações sociais de domínios e interesses variados, responsáveis pela sua dinâmica de produção e reprodução. Sendo assim, esta pesquisa teve o objetivo de analisar a sua dinâmica territorial tendo como base os sistemas de objetos e de ações locais. A análise dos conceitos geográficos “Espaço” e “Território” e o entendimento do conceito “Comunidade Ribeirinha” constituíram o suporte e o embasamento teórico deste trabalho. O método adotado foi orientado pela estratégia dedutiva baseado na abordagem quali-quantitativa pela realização da investigação explicativa, exploratória e descritiva. Foram realizados levantamentos bibliográficos e documentais apropriados à temática abordada e trabalhos de campo com o uso de procedimentos técnicos e instrumentais como aplicação de questionários, sondagens por oralidade por meio de entrevistas e conversas, uso do sistema de posicionamento global (GPS), registros fotográficos e audiovisuais. Com base em informações coletadas e elaboração de mapas temáticos, foi possível entender o funcionamento da dinâmica territorial da comunidade considerando o espaço/tempo e a prática de uso e ocupação espacial a partir da análise das formas, funções, estruturas e processos encontrados sob a existência de controle de dimensões política, social, econômica e simbólica. Os resultados da pesquisa revelaram o panorama geo-histórico da comunidade, a localização dos elementos intracomunitários materializados e a análise da dinâmica dos agentes promotores do espaço e sua influência no uso e ocupação do território. Além disso, também demonstrou que Santa Maria do Boiaçu possui uma sinergia polarizadora em relação às demais comunidades em seu entorno, considerando a importância de seus sistemas de objetos e ações existentes. Sendo assim, pôde-se concluir que a dinâmica territorial da comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu é decorrente da existência de relações e domínios de diferentes agentes promotores sociais que fazem uso dos recursos naturais, dos elementos intracomunitários e dos serviços públicos e privados.

Palavras-chave: Dinâmica Territorial. Reprodução do Espaço. Comunidade ribeirinha.

ABSTRACT

The community of Santa Maria do Boiaçu, located in the Lower Rio Branco, city of Rorainópolis-RR, is a local that, throughout its social construction, was characterized by social occupations of varied domains and interests, responsible for its production and reproduction dynamics. Thus, this research aimed to analyze its territorial dynamics based on the systems of objects and local actions. The analysis of the geographical concepts "Space" and "Territory" and the understanding of the concept "Riverside Community" constituted the support and theoretical basis of this work. The adopted method was guided by the deductive strategy based on the qualitative and quantitative approach for carrying out explanatory, exploratory and descriptive research. Bibliographic and documentary surveys were carried out, appropriate to the theme addressed, and fieldwork using technical and instrumental procedures such as the application of questionnaires, oral surveys through interviews and conversations, the use of the global positioning system (GPS), photographic and audiovisual records. Based on information collected and thematic maps elaboration, it was possible to understand the functioning of the community's territorial dynamics considering the space / time and the practice of spatial use and occupation from the analysis of the forms, functions, structures and processes found under existence control of political, social, economic and symbolic dimensions. The results of the research revealed the geo-historical panorama of the community, the location of the materialized intra-community elements and the analysis of the dynamics of the space promoting agents and their influence on the use and occupation of the territory. In addition, it also demonstrated that Santa Maria do Boiaçu has a polarizing synergy in relation to the other communities in its surroundings, considering the importance of its existing systems of objects and actions. Thus, it was concluded that the territorial dynamics of the Santa Maria do Boiaçu riverside community is due to the existence of relationships and domains of different social promoting agents that make use of natural resources, intra-community elements and public and private services.

Keywords: Territorial Dynamics. Reproduction of Space. Riverside community.

LISTA DE SIGLA

APA	Área de Proteção Ambiental
ANA	Agência Nacional de Águas
BRB	Baixo Rio Branco
BASA	Banco da Amazônia
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
CAER	Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
CER	Companhia Energética de Roraima
CEE/RR	Conselho Estadual de Educação de Roraima
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de transportes
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FEMARH	Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNDER	Fundo de Desenvolvimento Social do Estado de Roraima
GPS	Sistema de Posicionamento Global
GATE	Grupo de Ação Táticas Especiais da Polícia Militar de Roraima
GIS	Sistema de Informação Geográfica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do seguro Social
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERAIMA	Instituto de Terras e Colonização do estado de Roraima
IACTI	Instituto de Amparo a Ciência, Tecnologia e Inovação
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Natu Renováveis
LSIE	Laboratório de Sistemas de Informações Espaciais
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAD/ANAUA	Projeto de Assentamento Dirigido Anauá
PIC	Programa de Integração e Colonização
PIN	Programa de Integração Nacional
PMRR	Polícia Militar de Roraima
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
POLAMAZONICA	Programa de Polos Agropecuários da Amazônia
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento do Cerrado
POLONOROESTE	Programa de Desenvolvimento Regional
PPGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia

PROCAD	Projeto de Cooperação em Ensino e Pesquisa
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras
RADAM	Radar da Amazônia
SEED	Secretaria de Educação e Desporto
SEFAZ	Secretaria de Estado da Fazenda
SESP	Secretaria de Estado da Segurança Pública
SEPLAN	Secretaria do Desenvolvimento e Planejamento
SEAPA	Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SESAU	Secretaria de Estado da Saúde de Roraima
SMB	Santa Maria do Boiaçu
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TELAIMA	Telecomunicações de Roraima S/A
TRE-RR	Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
UBS	Unidade Básica de Saúde
UERR	Universidade Estadual de Roraima
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UNEP	Unidade de Ensino e Pesquisa Integralizada
UNIRR	Universidade de Rondônia
UNIVIRR	Universidade Virtual de Roraima
WWF	World Wide Fun for Nature
ZEE- RR	Zoneamento Ecológico-Econômico de Roraima

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Mapa de localização da comunidade de Santa Maria do Boiaçu/Rorainópolis-RR.	23
Figura 2 - Localização do Baixo Rio Branco pela Carta Representação das partes formadoras da bacia hidrográfica do rio Branco do estado de Roraima, BR. 2008.	77
Figura 3 - Biodiversidade existente no Baixo Rio Branco.	78
Figura 4 - Rio Branco.	80
Figura 5 - Mapa da hidrologia encontrada em Santa Maria do Boiaçu.	81
Figura 6 - Ilha do Baixo Rio Branco.	82
Figura 7 - Cobertura vegetal do Baixo Rio Branco.	83
Figura 8 - Mapa dos tipos de vegetações encontradas em Santa Maria do Boiaçu.	86
Figura 9 - Mapa dos tipos de relevos encontrados em Santa Maria do Boiaçu.	88
Figura 10 - Latossolo Amarelo.	89
Figura 11 - Mapa dos tipos de solos encontrados em Santa Maria do Boiaçu.	90
Figura 12 - Carta Geográfica do Vale do rio Branco do ano de 1787.	100
Figura 13 - Mapa de formação histórica do Vale do rio Branco no século XVII e XVIII – Localização de Santa Maria no ano de 1748.	116
Figura 14 - Mapa de localização do aldeamento de Santa Maria no ano de 1787.	118
Figura 15 - Mapa de localização do povoado de Santa Maria no ano de 1826.	122
Figura 16 - Mapa de localização do povoado de Santa Maria no ano de 1828.	123
Figura 17 - Mapa de localização do povoado de Santa Maria no ano de 1836.	124
Figura 18 - Mapa de localização do povoado de Santa Maria Nova no ano de 1886.	125
Figura 19 - Povoado de Santa Maria no ano de 1906 – Casa de Thury.	126
Figura 20 - Distrito de Santa Maria do Boiaçu no ano de 1948.	131
Figura 21A - Mapa Afetivo da distribuição espacial dos elementos intracomunitários existentes na comunidade de Santa Maria do Boiaçu no ano de 2018.	152
Figura 21B - Mapa espacial da distribuição dos elementos intracomunitários existentes na comunidade de Santa Maria do Boiaçu no ano de 2018.	153

Figura 22 - Mapa dos elementos intracomunitários públicos existentes na comunidade de Santa Maria do Boiaçu.....	154
Figura 23 - Escola Estadual José Bonifácio.....	155
Figura 24 - Antena Viasat.....	157
Figura 25 - Gráfico do grau de escolaridade dos membros da família.....	159
Figura 26 - Casa de apoio ao professor.....	160
Figura 27 - Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Vovó Tetinha.....	160
Figura 28 - Hospital Estadual Unidade Mista Rosa Vieira - Vó Preta.....	162
Figura 29 - Gráfico de doenças que já ocorreram na comunidade.....	164
Figura 30 - UBS – Unidade Básica de Saúde Manoel Luiz Rodrigues.....	165
Figura 31 - Casa de apoio dos médicos na comunidade.....	166
Figura 32 - Casa de apoio dos enfermeiros da comunidade.....	166
Figura 33 - Posto da Polícia Militar na comunidade.....	168
Figura 34 - Gráfico do conhecimento de consumo de substâncias tóxicas ou ilícitas na comunidade.....	169
Figura 35 - Casa de Apoio da Polícia Militar.....	170
Figura 36 - Casa do Produtor Rural da comunidade.....	171
Figura 37 - Caixas d'água existentes na comunidade.....	172
Figura 38 - Poço artesiano.....	172
Figura 39 - Gráfico do tipo de tratamento usado na água.....	173
Figura 40 - Posto da CER.....	174
Figura 41 - Gráfico dos eletrodomésticos que a família possui.....	175
Figura 42 - Telefone público da antiga Telaima.....	176
Figura 43 - Gráfico da existência de catadores de lixo na comunidade.....	177
Figura 44 - Mapa dos elementos intracomunitários: equipamentos da comunidade.....	179
Figura 45 - Sede da associação comunitária.....	180
Figura 46 - Campo oficial de futebol e vôlei da comunidade.....	181
Figura 47 - Quadra de esportes da comunidade.....	182

Figura 48 - Gráfico da forma de comunicação com outras localidades.....	183
Figura 49 - Radiofonia local.....	184
Figura 50 - Igarapé da Preta.	185
Figura 51 - Igreja Católica da comunidade.	186
Figura 52 - Igrejas Evangélicas existentes na comunidade.	188
Figura 53 - Porto da administração da comunidade.	189
Figura 54 - Pista de pouso e decolagem usada na comunidade.	190
Figura 55 - Lixões encontrados na cabeceira da pista de pouso com obra paralisada.	191
Figura 56 - Cemitério da Comunidade de Santa Maria do Boiaçu.	192
Figura 57 - Mapa de localização dos elementos intracomunitários particulares: casas/comércios da comunidade.	193
Figura 58 - Transportes terrestre existentes na comunidade.....	194
Figura 59 - Transportes fluviais existentes na comunidade.....	195
Figura 60 - Gráfico das famílias que possuem algum tipo de embarcação.....	196
Figura 61 - Casa residencial/comercial da comunidade.	197
Figura 62 - Casa de madeira de pescador.	198
Figura 63 - Casa do conjunto habitacional.	199
Figura 64 - Gráfico da situação de moradia.....	200
Figura 65 - Produtos naturais vendidos pelo comércio informal.	204
Figura 66 - Ferramentas utilizadas na pesca profissional e artesanal.	205
Figura 67 - Locais de processo artesanal de produção de farinha/vinho de açáí.	206
Figura 68 - Produtos do comércio informal varejista.....	206
Figura 69 - Transportes das empresas de turismo de lazer e pesca esportiva.....	211
Figura 70 - Comunidade de Santa Maria do Boiaçu.	213
Figura 71 - População típica local.	214
Tabela 1 - Estimativa de valores cobrados pelas embarcações que fazem o trajeto para Santa Maria do Boiaçu.....	208

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 LOCAL DA PESQUISA - A COMUNIDADE DE SANTA MARIA DO BOIAÇU	21
1.1 LOCALIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO.....	21
1.2 METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA.....	24
1.2.1 Método	24
1.2.2 Procedimentos metodológicos - técnicas e instrumentos	25
1.2.2.1 Levantamentos de dados bibliográficos e documentais.....	25
1.2.2.2 Pesquisa de campo.....	27
1.2.2.3 Sistematização dos dados.....	38
2 REFLEXÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS DA PESQUISA	39
2.1 ESPAÇO.....	39
2.2 CATEGORIAS DO ESPAÇO.....	44
2.3 PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	50
2.4 AGENTES PROMOTORES DO ESPAÇO.....	54
2.5 TERRITÓRIO.....	59
2.6 COMUNIDADE RIBEIRINHA.....	66
3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA	76
3.1 ANÁLISE DOS ASPECTOS AMBIENTAIS DO BAIXO RIO BRANCO.....	78
3.1.1 Hidrografia	79
3.1.2 Clima	82
3.1.3 Vegetação	83
3.1.4 Relevo	86
3.1.5 Solo	88
4 ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO BAIXO RIO BRANCO	91
4.1 OS PROCESSOS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO.....	91
4.2 A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DO RIO BRANCO.....	99
4.3 A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE RORAIMA.....	103
4.4 O MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS.....	108
4.5 A OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO BAIXO RIO BRANCO.....	109
5 DINÂMICA TERRITORIAL DA COMUNIDADE DE SANTA MARIA DO BOIAÇU ...	115
5.1 FORMAÇÃO DA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE SANTA MARIA DO BOIAÇU.....	115
5.2 SANTA MARIA DO BOIAÇU: POPULAÇÃO E SEUS RELATOS ORAIS.....	133

5.3	DIAGNÓSTICO DOS ELEMENTOS INTRACOMUNITÁRIOS MATERIALIZADOS NA COMUNIDADE: EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E SUAS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS.....	149
5.3.1	Equipamento e serviços públicos.....	154
5.3.1.1	Elementos intracomunitários da área da educação.....	154
5.3.1.2	Elementos intracomunitários da área da saúde.....	161
5.3.1.3	Elementos intracomunitários da área da segurança.....	167
5.3.1.4	Elementos intracomunitários da área de saneamento básico.....	171
5.3.2	Equipamentos da comunidade.....	178
5.3.2.1	Elementos intracomunitários da área social, esporte e lazer.....	179
5.3.2.2	Elementos intracomunitários da área da cultura e religião.....	185
5.3.2.3	Elementos intracomunitários da área da prática livre de uso comum.....	188
5.3.3	Equipamentos particulares.....	193
5.3.3.1	Elementos intracomunitários móveis.....	194
5.3.3.2	Elementos intracomunitários imóveis de uso particular e comercial.....	196
6	AGENTES PROMOTORES: DINÂMICA E INFLUÊNCIA NO USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	201
6.1	SANTA MARIA DO BOIAÇU: CENTRALIDADE RIBEIRINHA DO BAIXO RIO BRANCO.....	212
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	219
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	223
	APÊNDICES.....	234
	ANEXOS.....	238

INTRODUÇÃO

A Amazônia é uma imensa extensão de bioma natural ocupada por uma “diversidade de grupos étnicos e por populações tradicionais” constituídos a partir dos processos históricos de “colonização e miscigenação” pelo qual passou a região (LIRA; CHAVES, 2016, p. 73). Sendo assim, os ribeirinhos que vivem nos espaços da Amazônia são o resultado dos intercâmbios históricos e culturais decorrentes dos diferentes agentes sociais que se encontravam ou adentraram na região.

As comunidades ribeirinhas são formadas por diversos sujeitos sociais que apresentam territórios diferenciados e evidenciam espaços de produção e reprodução social, onde as vivências e os trabalhos se desenrolam em função das práticas sociais próprias do seu cotidiano. Dessa forma, segundo Rodrigues (2016, p. 30), as comunidades ribeirinhas são consideradas “espaços representativos e territórios de múltiplas funcionalidades” que “podem ser classificadas como estâncias de domínio político, social, econômico e simbólico, sob a jurisdição dos estados e da União”. Sendo assim, constituem-se como ambientes cheios de informações que podem ser analisadas mediante variadas vertentes do conhecimento científico.

Diante disso, para a percepção geográfica é importante desenvolver pesquisas mais profundas que possibilitem analisar a evolução das comunidades ribeirinhas no território amazônico no que diz respeito às formas de uso e ocupação do seu espaço, assim podendo compreender a realidade de vivência dessas comunidades com base na pluralidade “multifacetada” de aspectos (GONÇALVES, 2001, p.18), considerando além do saber técnico-científico do pesquisador, a percepção do sujeito ribeirinho nesse ambiente natural de múltiplos significados nos contextos sociológico-culturais.

O estado de Roraima, como unidade da região Amazônica, tem poucas pesquisas e investigações no meio acadêmico sobre as populações ribeirinhas, principalmente sobre as comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Branco, consideradas espaços de “diversidade social e ambiental” (RODRIGUES, 2016, p.12). Portanto, é coerente e importante para o conhecimento científico geográfico abordar temáticas relacionadas à Produção dos Territórios Amazônicos por meio de pesquisas que analisem as dinâmicas dos espaços ribeirinhos da Amazônia Setentrional com base nas ações e conjunto de objetos de intencionalidades múltiplas dos diferentes agentes sociais inseridos na formação socioespacial (CORRÊA, 2011).

Considerando o contexto das justificativas, foi realizada uma pesquisa na comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu, no Baixo Rio Branco, região sul do estado de Roraima, com o título “Dinâmica Territorial da Comunidade Ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu - Rorainópolis/RR”, levando em conta os seguintes fundamentos: a análise da dinâmica de produção e reprodução no seu espaço territorial por meio da compressão das práticas de uso e ocupação espacial da comunidade, considerando a importância dos sistemas de objetos, sujeitos e ações existentes. Além, da necessidade de poder destacar os problemas, as carências e as limitações que passam os moradores da comunidade de SMB e as demais em seu entorno. Dessa forma, possibilitando alertar as instituições dos poderes públicos federais, estaduais e municipais do estado de Roraima quanto à necessidade de assistência plena de saúde, educação, segurança e qualidade de vida aos ribeirinhos dessa região.

Apesar do trabalho não tratar sobre essa questão, é bom esclarecer a importância do uso ou não do termo “comunidade ribeirinha” na identificação da comunidade analisada, haja vista que a vivência de coletividade foi substituída ou agregada por valores externos atípicos de uma comunidade. Assim sendo, como contribuição à pesquisa, foi realizado um estudo baseado em aportes teóricos sobre o conceito de Comunidade Ribeirinha no sentido de confirmar ou não esse posicionamento quanto a comunidade pesquisada.

Na oportunidade, é bom acrescentar que a comunidade de SMB está localizada em uma região de potencialidades turísticas muito exploradas por agentes ligados a esse ramo, como o turismo da pesca esportiva. Assim, conhecer geograficamente o ambiente, os tipos de agentes e seus interesses vai dar a possibilidade de ajudar na preservação da biodiversidade para evitar o forte impacto que esse segmento do turismo, quando não planejado, pode causar nos ribeirinhos e na natureza.

Ademais, a elaboração dos mapas contendo a localização geográfica da comunidade e a identificação dos seus equipamentos/objetos intracomunitários vai contribuir para o conhecimento da área urbano e rural da localidade e vai auxiliar os visitantes quanto aos principais serviços oferecidos por esse núcleo no Baixo Rio Branco. E, a construção da historicidade da comunidade vai contribuir para o conhecimento e a valorização da identidade histórica da sua população e também oferecer subsídios para novas pesquisas institucionais acadêmicas na região. Além

das justificativas anteriores, ainda existem três importantes razões que motivaram o desenvolvimento desta pesquisa e que podem contribuir para incentivo de outros pesquisadores, sendo elas: a razão pessoal, social e acadêmica.

A razão pessoal: o curso de graduação em licenciatura plena em Geografia, concluído no ano de 2005, ampliou meus conhecimentos geográficos, proporcionando-me a formação como exercício profissional docente. Após um tempo fazendo algumas pós-graduações a nível de especialização em educação, no ano de 2015, por meio de conversas informais com o professor doutor Antônio Tolrino de Rezende Veras sobre o meu desejo de cursar a pós-graduação *stricto sensu* oferecido pelo programa do curso de Geografia da Universidade Federal de Roraima (UFRR), foi sugerido por ele realizar um projeto cujo sujeito da pesquisa contemplasse uma localidade ribeirinha da região do Baixo Rio Branco, a comunidade de Santa Maria do Boiaçu.

Após algumas sondagens e estudos sobre essa comunidade, a curiosidade por conhecer o Baixo Rio Branco, localidades diferentes e adquirir novos conhecimentos sobre essa região do meu estado, fez com que em 2018 eu finalmente fosse aprovada na seleção do Mestrado. Assim, como mestranda, a pesquisa pôde finalmente ser desenvolvida considerando tratar-se de um objeto tão carente de estudos no meio acadêmico em Roraima.

A razão social: é importante discutir uma temática em que o sujeito da pesquisa está localizado em um lugar isolado e com muitas dificuldades sociais. Assim, esta pesquisa destaca dentro da realidade os problemas, as carências e as limitações que passam os moradores da comunidade de SMB e das comunidades em seu entorno. Dessa forma, sendo possível alertar instituições pertencentes aos poderes públicos federais, estaduais e municipais do estado de Roraima quanto à necessidade de assistência plena às comunidades do Baixo Rio Branco, buscando, assim, amenizar seus sofrimentos e isolamentos por meio de projetos e investimentos eficientes que atendam verdadeiramente suas demandas quanto à qualidade de vida.

A razão acadêmica: a conclusão deste estudo vai oportunizar à pesquisadora a obtenção do título de mestre em Geografia, bem como contribuir com os trabalhos científicos futuros por meio de registros e informações contidos na dissertação, artigos, dentre outros. Vale salientar que, até o momento, não existem pesquisas acadêmicas sobre a comunidade de Santa Maria do Boiaçu relacionada à temática “dinâmica territorial” proposta no projeto. As informações existentes são limitadas a

relatos, reportagens e estudos que não estão relacionados aos objetivos propostos por este trabalho. Portanto, esta pesquisa pode contribuir com informações para novas pesquisas acadêmicas que analisem as demais comunidades ribeirinhas no Baixo Rio Branco.

Santa Maria do Boiaçu, localizada às margens do rio Branco encontra-se isolada das grandes centros urbanos, porém, mesmo distantes das cidades com infraestrutura maiores, a comunidade oferece por meio da ação de agentes sociais internos e externos, alguns equipamentos e serviços básicos pertencentes aos setores primário, secundário e terciário, considerados essenciais para a subsistência, manutenção e sobrevivência de sua população e das demais em seu entorno.

Assim, a comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu atualmente é considerada uma das maiores do Baixo Rio Branco por conter em seu espaço o maior número de equipamentos intracomunitários¹ de serviços básicos públicos e particulares, com a perspectiva futura de materialização de novos objetos. Nesse entendimento, a comunidade está em “permanente processo de transformação” (SANTOS, 2012, p. 67), em que a sua produção e reprodução impõe sua realidade por meio de atividades e novos processos socioespaciais que organizam sua dinâmica territorial.

Diante do exposto, o problema da pesquisa partiu das seguintes perguntas: O que caracteriza atualmente a dinâmica territorial da comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu-Rorainópolis/RR? Isto é: Como? Por quê? Para quem? E quais agentes estão envolvidos?

Em frente desses questionamentos, não podemos deixar de lembrar que o espaço da comunidade de Santa Maria do Boiaçu possui alguns equipamentos urbanos ligados à saúde, educação, segurança, religião, lazer e algumas outras atividades, ligadas ao comércio, usados para a necessidade livre da comunidade. Logo, conhecer a importância dos elementos intracomunitários por meio dos objetos existentes, suas funções, suas estruturas, seus processos e as ações dos agentes sociais é fundamental para compreender a comunidade e suas sinergias² polarizadoras em relação às demais comunidades existentes em seu entorno, com

¹ Intracomunitários – que se faz ou se situa dentro ou no interior de uma determinada comunidade (Uso comum. In - Dicionário Porto Editora de língua portuguesa)

² Sinergias – ou sinergismo, é definida como o efeito ativo e retroativo do trabalho ou esforço coordenado de vários subsistemas na realização de uma tarefa complexa ou função (Uso comum. In: ENCICLOPÉDIA LIVRE ONLINE WIKIPÉDIA).

isso podendo responder também se a comunidade é ou não considerada uma centralidade de serviços essenciais do Baixo Rio Branco em relação às demais.

Perante tudo que foi apresentado, o objetivo principal da pesquisa foi analisar a Dinâmica Territorial da Comunidade Ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu - Rorainópolis/RR, levando em consideração os sistemas de objetos e os sistemas de ações locais. Para tanto, seguiu os seguintes objetivos específicos: 1) Traçar um panorama geo-histórico da comunidade; 2) Mapear e identificar os elementos intracomunitários materializados na comunidade e 3) Analisar e identificar a dinâmica dos agentes promotores do espaço e sua influência no uso da ocupação do território.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa o estudo das categorias de Espaço (Categorias do espaço, Produção do Espaço, Agentes Promotores do Espaço), Território e do conceito de Comunidade Ribeirinha foram essenciais para analisar a dinâmica territorial da comunidade pesquisada. Assim, a dissertação está constituída por seis capítulos, que foram estruturados da seguinte forma: o primeiro está organizado pela a localização e apresentação da comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu e a metodologia utilizada (método e procedimentos metodológicos – técnica e instrumentos) na pesquisa.

No segundo capítulo são apresentadas as reflexões teóricas e conceituais da pesquisa por meio da abordagem dos conceitos construídos e analisados a partir das discussões e leituras multidisciplinares de pesquisadores e estudiosos que tratam da categoria Espaço, Território e do conceito Comunidade Ribeirinha. As abordagens e conceitos foram amparados por diversas leituras de autores como Santos, Haesbaert, Corrêa e dentre outros, que permitiram uma melhor compreensão dos processos socioespaciais existentes nas comunidades localizadas na região Amazônica, levando em consideração os aglomerados no BRB³, como é o caso de Santa Maria do Boiaçu.

O terceiro capítulo é descrita a caracterização do Baixo Rio Branco por meio da análise dos aspectos ambientais (hidrografia, clima, vegetação, relevo, solo), destacando os recursos naturais e a biodiversidade existente. Além disso, neste capítulo é evidenciado também os aspectos geoambientais encontrados na área de Santa Maria do Boiaçu, que influenciam na ação e ocupação do espaço e nas atividades desempenhadas pela comunidade no território.

³ BRB – Baixo Rio Branco.

No quarto capítulo é o resultado de pesquisas bibliográficas relacionadas ao território e à produção socioespacial da comunidade de Santa Maria do Boiaçu. Foi realizada uma contextualização histórica sobre os processos de ocupação do espaço Amazônico, a colonização da região do rio Branco, levando em consideração a formação territorial de Roraima, a criação do município de Rorainópolis, a ocupação e colonização do Baixo Rio Branco por meio dos projetos de migração e colonização dessa região, principalmente no que tange a área da comunidade de SMB⁴.

O quinto capítulo é apresentado a dinâmica territorial da comunidade pesquisada onde são apresentadas: a formação socioespacial da comunidade de SMB por meio de pesquisas acadêmicas, dos relatos orais da população e do diagnóstico dos seus elementos intracomunitários materializados: equipamentos, serviços e suas relações socioespaciais.

O sexto capítulo está organizado pela identificação dos agentes promotores participantes da dinâmica e influência no uso e ocupação do território de SMB. Também é apresentado nesta parte, a comunidade como uma centralidade ribeirinha no Baixo Rio Branco. E por fim, são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

⁴ SMB – Santa Maria do Boiaçu.

1 LOCAL DA PESQUISA - A COMUNIDADE DE SANTA MARIA DO BOIAÇU

1.1 LOCALIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO

A comunidade de Santa Maria do Boiaçu (figura 1) está localizada na região denominada de Baixo Rio Branco, a margem esquerda do rio Branco, no município de Rorainópolis, no Estado de Roraima, sob coordenadas geográficas 00°30'33" N e 61°47'19" W (INTERAIMA, 2010).

Rorainópolis, originado da Vila do Incra por meio de um Projeto de Assentamento que era situado na localidade, é um dos mais jovens municípios do Estado de Roraima (INTERAIMA, 2010, p. 9). Em homenagem ao Estado de Roraima, Rorainópolis foi transformado em município conforme a Lei nº 100, de 17 de outubro de 1995, a partir do desmembramento de terras do Município de São Luiz do Anauá e de sua instalação em 1º de janeiro de 1997.

O Baixo Rio Branco trata-se de uma região de difícil acesso, pois não existem estradas, sendo o barco e o avião os meios de transportes para chegar a comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu. Assim, por transporte fluvial, com saída do porto da Vila de Vista Alegre, no município de Caracaraí, é realizado um percurso de 297 km e por transporte aéreo, com saída do aeroporto internacional Atlas Brasil Cantanhede, em Boa Vista/RR, a viagem é de aproximadamente de duas a três horas até a comunidade.

Sendo uma gleba rural da união, de acordo com o INTERAIMA (2010), a comunidade possui aproximadamente 59.200,000 km de área urbana e rural situada no alto de um barranco firme, plano e livre de alagações que se limita ao Norte, Sul e Leste por terras estaduais e ao Oeste pelo rio Branco.

Segundo dados do INTERAIMA (2010), a estrutura fundiária que existe na comunidade é composta por pequenos lotes, onde a população composta por famílias adaptadas ao meio ribeirinho, com baixa escolaridade, usa e ocupa o solo da área urbana e rural. À situação fundiária do perímetro urbano e rural é de domínio público do Estado, com alienação definitiva, utilizada na forma de parcelamento, ambos com regularização fundiária em andamento pelo INTERAIMA.

Conforme dados do INTERAIMA (2010, p. 46), a “agrovila tem tendência para expansão da urbanização ao Sul da área consolidada”, em virtude dos obstáculos relacionados ao relevo e ao aeródromo local nos demais quadrantes. Assim sendo,

neste espaço são encontrados limitantes legais que estão ligados às áreas rurais adjacentes parceladas pelo ITERAMA, com limitantes geográficos a Oeste (drenagem do Rio Branco).

Na comunidade, a área urbana é caracterizada como sendo um espaço onde localizam-se residências familiares, pequenos comércios e serviços e unidades de educação, saúde, segurança, religião, lazer e esporte. A vegetação urbana constitui-se de espécies domésticas variadas como a mangueira, o abacateiro, o coqueiro, a laranjeira e o limoeiro.

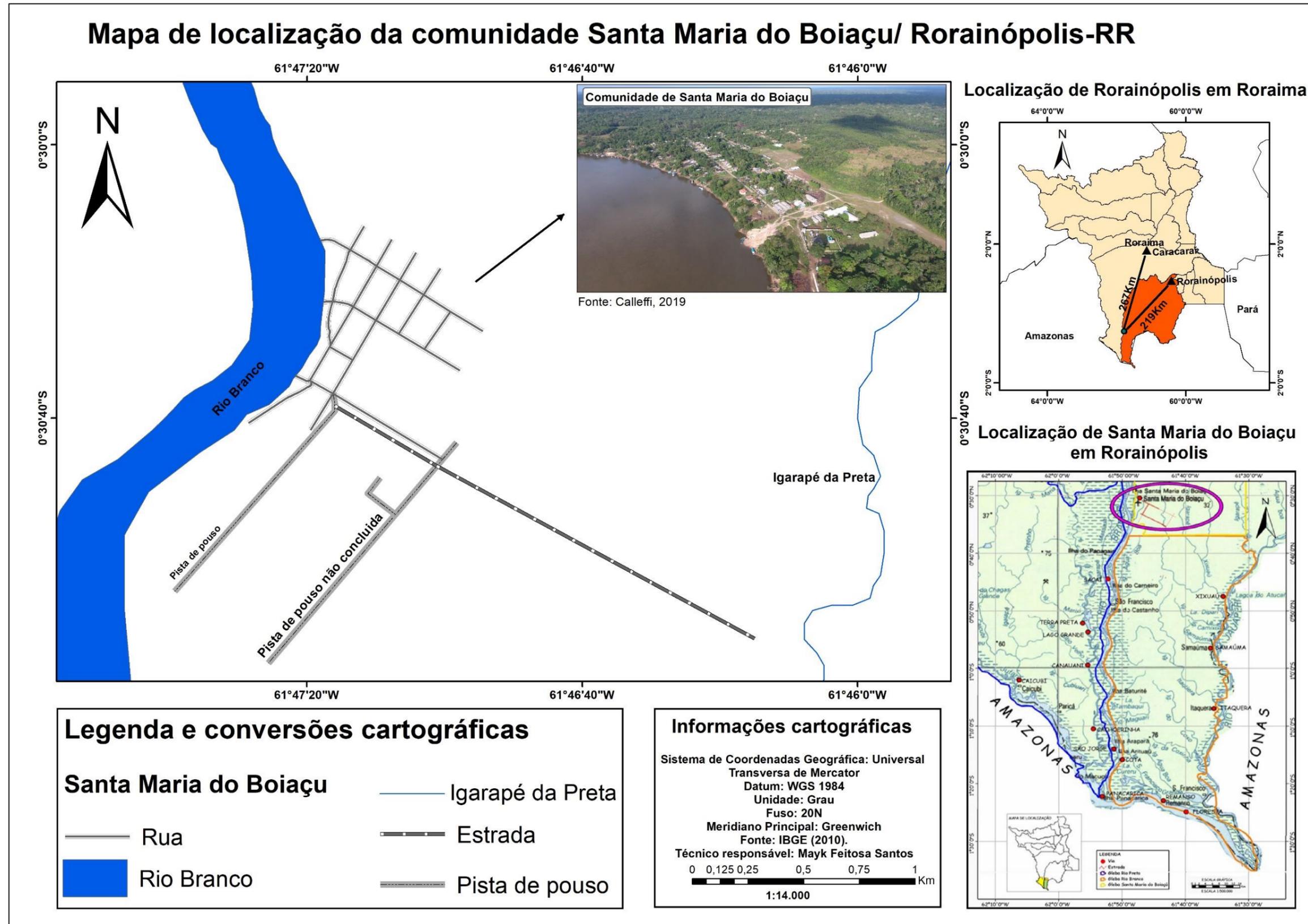
A área rural é definida por terras destinadas principalmente a extração vegetal, agricultura e pecuária (INTERAIMA, 2010). Na área rural, a arborização apresenta-se do lado Leste da área urbana, caracterizada por formação de pastagens, roçados e por espécies florestais como o cedro, açazeiro, castanheira, seringueira, pupunheira e angelim.

Ainda de acordo com INTERAIMA (2010, p. 53), a atividade desenvolvida na área rural é “baseada principalmente no plantio de mandioca, banana e na fruticultura de cupuaçu, cítricos, graviola, mamão, abacate, caju, coco e manga”. A atividade de pecuária apresenta algumas criações de plantel⁵ de bovinos para o consumo local. Além disso, a atividade extrativista vegetal é centrada basicamente na coleta de frutos da castanha, cupuaçu, açaí e pupunha.

Para o INTERAIMA (2010, p. 56), as tendências econômicas para o setor primário nos próximos anos tendem a manter-se como atualmente, obedecendo dados históricos na economia local, voltados para atividades de coleta, extrativismo animal e vegetal. No setor secundário, é possível avistar cenários distintos como: a manutenção do contexto atual e a possibilidade de mudanças, dependendo das possibilidades geopolíticas futuras. E, para o setor terciário, que atualmente é voltado para o comércio informal de compra e venda de produtos variados e da modalidade do turismo, o desenvolvimento vai depender de investimentos nas áreas de atuação da gestão governamental.

⁵ Plantel – lote de animais de boa raça, especialmente bovinos e equinos, reservados para a produção (Uso comum. In – Dicio- dicionário Online de Português).

Figura 1 - Mapa de localização da comunidade de Santa Maria do Boiaçu/Rorainópolis-RR.



Elaboração: Sandra Lauriano/2020. Dados compilados do Sistema de Coordenadas Geográficas: Datum 1884, dos mapas de localização do município Rorainópolis e da região do Baixo Rio Branco, Estado de Roraima (INTERAIMA,2010).

1.2 METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA

A metodologia é a ciência que compreende, por meio da sistematização dos conhecimentos, os processos a serem desenvolvidos no decorrer da pesquisa. Sendo assim, ela vai descrever quais são os métodos, técnicas e instrumentos usados para a realização da pesquisa científica. Segundo Seabra (2009, p. 63), “a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida no processo de apreensão da realidade” que é de “importância vital para o desenvolvimento da pesquisa e do alcance dos resultados perseguidos”. Assim, para desenvolver uma pesquisa, é necessária uma metodologia que seja capaz de alcançar os resultados propostos nos objetivos da pesquisa, compreendendo as concepções teóricas das abordagens, dos métodos e do uso do conjunto de técnicas e instrumentos.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa que analisou a Dinâmica Territorial da Comunidade Ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu – Rorainópolis/RR, levando em consideração os sistemas de objetos e de ações existentes no local, foi necessário apresentar uma metodologia constituída por método, técnicas e instrumentos capazes de auxiliar no desenvolvimento da dissertação. Assim, foi importante adotar uma pesquisa orientada pela estratégia dedutiva⁶, com base nas investigações exploratória⁷, descritiva⁸ e explicativa⁹, para fundamentar o estudo dos conceitos Espaço, Território e Comunidade Ribeirinha.

1.2.1 Método

Esta pesquisa usou a investigação qualiquantitativa⁹, porque envolve os métodos quantitativo¹⁰ e qualitativo¹¹ para avaliar tanto os dados com significados das relações humanas (sentimentos, opiniões e percepções) quanto aos números estatísticos. Nessa investigação, o objeto de estudo foi analisado por meio da

⁶ Estratégia dedutiva - método que tem o propósito de explicitar o conteúdo das premissas por meio de conclusões verdadeiras (SEABRA, 2009, p. 64).

⁷ Investigação exploratória – é uma investigação realizada quando se aborda um problema pouco estudado ou com pouca literatura e informação sobre o tema. (ALVARENGA, 2012, p. 40).

⁸ Investigação descritiva – é uma investigação realizada para descrever situações realizadas em ambiente natural, onde se encontram os fenômenos estudados (ALVARENGA, 2012, p. 40).

⁹ Investigação explicativa – é uma investigação que tem o interesse em explicar a causa, por que ocorre uma situação e em que condição se dá esse fenômeno (ALVARENGA, 2012, p. 41).

descrição e comprovação de suas características flexíveis e, mesmo tempo estruturas.

A utilização dos procedimentos, por meio do método qualiquantitativo permitiram uma interação maior entre o pesquisador, o universo do sujeito e o objeto da pesquisa, priorizando, de forma detalhada e criteriosa por meio de uma visão objetiva, as ações dos sujeitos participantes da investigação e de todo o espaço em que o mesmo está inserido. Dessa maneira, conseguiu apresentar, identificar, analisar e explicar os fenômenos sociais existentes no território e na comunidade de forma criteriosa, com base na observação, investigação e interpretação da ação do sujeito com a natureza, podendo confirmar os mesmos por meio dos dados estatísticos.

1.2.2 Procedimentos Metodológicos – técnicas e instrumentos

1.2.2.1 Levantamentos de dados bibliográficos e documentais

Primeiramente, para ser realizada uma investigação pelo método qualiquantitativo foi necessário um levantamento por meio de pesquisas bibliográficas criteriosas sobre a temática, através de estudos sobre os conceitos realizados por pesquisadores e cientistas sociais e informações em documentos de órgãos públicos que tratam sobre o referido tema. Assim, a pesquisa bibliográfica primária foi realizada mediante análises de informações e assuntos relacionados ao contexto da pesquisa os quais foram encontrados em documentos públicos não oficiais, disponíveis em documentos de arquivos e materiais publicados como notícias, boletins, relatórios, informativos, entre outros. Além disso, também foram realizadas pesquisas por meio de materiais e documentos públicos oficiais, como leis, decretos, legislações encontradas nas pesquisas *in loco* em arquivos de instituições privadas e públicas, como FEMARH, IBGE, IBAMA, ITERAIMA, SEPLAN, SEED, CAER, CER, Prefeitura Municipal de Rorainópolis, entre outras que disponibilizaram informações para a pesquisa.

A pesquisa secundária foi baseada em pesquisas e análises das concepções teóricas sobre os temas relacionados às categorias Espaço, Território e Comunidade ribeirinha. As abordagens dessas categorias ajudaram a compreender os processos

e o funcionamento da realidade socioespacial existente na comunidade de Santa Maria do Boiaçu.

A partir desse foco, o estudo do Espaço foi analisado a partir da concepção de Santos (2008a) que propõe que o espaço corresponde às formas e às relações sociais por meio de um conjunto de objetos e ações. Dessa forma, as análises de outras categorias foram necessárias para estudar o espaço através da sua totalidade, verificando o panorama da realidade local por meio da existência dos objetos e ações dos agentes promotores do espaço. Dessa maneira, foram analisados, sob a concepção de Corrêa (2011), os conceitos de Produção do Espaço, as Categorias do Espaço e os Agentes Promotores do Espaço.

No que se refere à concepção de Território, o mesmo foi baseado pela concepção de Haesbaert (2009) que propõe que o território deve ser analisado pela perspectiva integradora, considerando os aspectos políticos, econômicos, culturais-simbólicos e naturais. Assim sendo, o território foi analisado na **esfera política** - quando ele foi tratado como apropriação, de domínio, poder; na **esfera econômica** - quando foi tratado do ponto de vista comercial quanto ao uso dos seus recursos; na **esfera cultural/simbólica** - quando o território expressou vivências de territorialidade; e na **esfera natural** - quando foram consideradas as suas questões ambientais. Nesta pesquisa, as territorialidades só foram abordadas quando foram relacionadas ao uso e a ocupação dos agentes promotores por meio de suas ações e de seus objetos existentes no território.

A análise do conceito de Comunidade ribeirinha foi realizada por pesquisadores como Diegues (2001), pelo o Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007, que aborda o artigo 3º que definiu Povos e Comunidades Tradicionais e dentre outros cujos estudos de construção e representação identitária são baseados na ciência antropológica. Nesta pesquisa, a comunidade ribeirinha foi tratada como uma comunidade tradicional constituída por populações tradicionais. Assim, populações tradicionais são aquelas que se reconhecem como tal, isto é, como tradicional.

Apresentados os conceitos centrais da pesquisa, ainda foi necessário compreender como foi organizado o território onde a comunidade está localizada e a caracterização geoambiental desta área. Para tanto, foram realizadas pesquisas sobre a organização territorial do Baixo Rio Branco desde os processos de ocupação e colonização do Baixo Rio Branco até a caracterização da área da pesquisa quanto a análise dos aspectos ambientais existentes por meio de pesquisas em arquivos,

livros, dissertações, teses e de dados disponíveis em instituições públicas, como a FEMARH, SEPLAN, IBGE, ITERAIMA, Prefeitura de Rorainópolis, dentre outros.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi necessário adotar de forma criteriosa algumas técnicas e instrumentos que possibilitaram obter informações relacionadas a dinâmica territorial da comunidade sobre os fenômenos culturais, econômicos, políticos e religiosos, como também os associados aos fatores naturais existentes. Assim, foi importante analisar o papel do ribeirinho, como agente promotor do espaço, no contexto do desenvolvimento desses fenômenos.

Nesse sentido, o método qualiquantitativo foi amparado nas raízes filosóficas da fenomenologia¹⁰ positivista¹¹, sendo subsidiado pela etnografia¹² e pela estatística¹³. Assim, o objeto da investigação foi analisado por meio da descrição e comprovação de características flexíveis e ao mesmo tempo estruturadas, sendo possível identificar, analisar e explicar os fenômenos socioespaciais que ocorrem na comunidade e confirmar os mesmos por meio de dados estatísticos. Desse modo, os procedimentos, as técnicas e instrumentos adotados pelo método qualiquantitativo permitiram uma interação maior entre o pesquisador, os sujeitos, as ações e o objeto da pesquisa.

1.2.2.2 Pesquisa de campo

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas três viagens *in loco* de investigação exploratória, em que duas viagens foram para a comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu e outra foi para o município de Rorainópolis. Em suas metodologias, Barros e Lehfeld (1986) mostram a importância da observação como procedimento investigativo. Os referidos autores salientam que a observação deve ser

¹⁰ Fenomenologia – corrente que estuda a maneira com as pessoas experimentam seu mundo, sua vivência, e de onde o investigador extrai a essência do fenômeno para descrevê-la (ALVARENGA, 2012, p. 51).

¹¹ Positivista – vem de positivismo, uma corrente metodológica que surgiu com Augusto Conte no século XX, fundador da sociologia. Essa corrente teórica “pode ser caracterizada por considerar como verdade somente aquilo que pode ser comprovado, através da experiência, dos fatos visíveis e positivos” (BORGES; DALBERIO, 2007, p. 4).

¹² Etnografia – descrição da cultura de uma comunidade, explicando seus hábitos, crenças e práticas. (ALVARENGA, 2012, p. 59).

¹³ Estatística – é a ciências que se utiliza das teorias probabilísticas para explicar a frequência da ocorrência de eventos, tanto em estudos observacionais quanto em experimentos para modelar a aleatoriedade e a incerteza de forma a estimar ou possibilitar a previsão de fenômenos futuros, conforme uso (Uso comum. In – dicionário online Wikipédia).

exata, completa, sucessiva e metódica e, sobretudo, imparcial, podendo ser assistemática¹⁴ e sistemática¹⁵.

Sendo assim, as pesquisas com procedimentos investigativos exploratórios ocorreram de forma sistemática, com um planejamento prévio, estruturado e realizado em condições controladas, com objetivos e propósitos previamente definidos utilizando a descrição dos fatos observados. Assim, as pesquisas de campo foram realizadas por meio da observação, da investigação, das sondagens orais mediante entrevistas e conversas informais e formais, pela aplicação de questionários, pelos registros fotográficos e audiovisuais e pela elaboração dos mapas temáticos.

Para preservar a seriedade da pesquisa acadêmica, assegurar a confiabilidade e viabilidade da pesquisa, além da preocupação em manter uma relação de clareza com os sujeitos envolvidos e objeto pesquisado, o projeto desta pesquisa foi submetido e aprovado pelo Conselho de Ética da Universidade Federal de Roraima, de modo a assegurar a qualidade do trabalho científico sem fins lucrativos. Na Plataforma Brasil, o projeto está registrado com o número CAAE: 30544920.8.0000.5302.

Assim, durante o processo de investigação todos os participantes foram esclarecidos quanto à importância da pesquisa mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e do Termo de Autorização de Uso de Imagem e de som. Além disso, foi assinado pelo presidente da Associação da comunidade um Termo de Anuência autorizando o desenvolvimento da investigação na localidade, da participação dos moradores na pesquisa dos questionários aplicados e nas entrevistas realizadas, tendo em vista que o mesmo tem autoridade (dada pelos moradores) para liberar tais procedimentos.

A primeira viagem de campo realizada teve o apoio logístico da Universidade Federal de Roraima por meio do projeto de pesquisa científica desenvolvido por esta instituição intitulado “Baixo Rio Branco: Potencialidades e Vivências”, elaborado pelo Instituto de Geociências – IGEO e pela Pró-Reitoria de Assuntos estudantis e Extensão – PRAE. O projeto foi coordenado pelo Professor Doutor Antônio Tolrino de Rezende Veras, com o objetivo de analisar a dinâmica de produção e reprodução no

¹⁴ Assistemática – que não pertence a um sistema; que não segue normas, regras (Uso comum. in – dicionário online de português).

¹⁵ Sistemática – se refere a um sistema, um modo ou um método de formar um todo organizado (Uso comum. in – dicionário online de português).

espaço territorial das comunidades ribeirinhas no Baixo Rio Branco no estado de Roraima, com o comprometimento de fortalecer as pesquisas científicas já desenvolvidas na região pela instituição.

Com o direcionamento para a Geografia Humana, Produção do Território Amazônico, turismo local e a possibilidade de novos diálogos transdisciplinares, as ações do projeto do Baixo Rio Branco foram concretizadas durante 12 dias, no período de 11 a 23 do mês de outubro de 2018, por uma equipe de professores, pesquisadores, técnicos e profissionais que desenvolveram um trabalho que permitiu o levantamento de informações diversificadas de algumas comunidades ribeirinhas ao longo da região por meio de mapeamentos, aplicações de questionários, uso de GPS, registros fotográficos, pesquisas orais e produções audiovisuais para ajudar a compor um amplo banco de dados para subsidiar ações futuras.

Na oportunidade, a viagem acabou contemplando o projeto de pesquisa de mestrado “Dinâmica de Produção Territorial da Comunidade Ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu-Rorainópolis/RR”, do Programa de Pós- Graduação em Geografia (PPGEO/UFRR), sob orientação do Professor Doutor Antônio Tolrino de Rezende Veras.

A primeira viagem de campo teve os seguintes objetivos: conhecer a logística do percurso para chegar a comunidade de Santa Maria do Boiaçu e demais comunidades existentes do Baixo Rio Branco; observar os aspectos geoambientais da região; ter um contato visual dos elementos intracomunitários (equipamentos/instituições/objetos/formas) presentes nas localidades por meio das atividades ou ocupações espaciais dos agentes sociais diversos (moradores/visitantes) para compreender as sinergias polarizadoras de Santa Maria do Boiaçu em relação às demais comunidades no Baixo Rio Branco. Todo o trabalho foi desenvolvido com meses de preparo por meio de orientações, programações, reuniões e trocas de informações por todos os componentes da equipe que, com responsabilidade, não pouparam esforços para que tudo saísse conforme combinado, de acordo com as seguintes etapas:

Conforme data e horário previstos, a saída ocorreu na universidade Federal de Roraima por meio de transporte terrestre, com cerca de duas horas até o município de Caracaraí pela BR-174, onde alguns pernoveram no Hotel Luminar e outros ficaram cuidando das duas voadeiras (uma pertencente a UFRR que seria usada para levar os professores, pesquisadores, técnicos e alunos, e outra cedida pelo ICMBIO,

utilizada para levar as bagagens, materiais, manutenções e equipamentos necessários para a pesquisa). No dia seguinte, após orientação quanto ao uso, segurança e importância do colete salva-vidas, a equipe saiu de voadeiras do porto destinado à pequenas embarcações na vila de Vista Alegre, rumo ao destino planejado.

Para chegar à primeira comunidade do Baixo Rio Branco, Santa Maria do Boiaçu, percorremos um trajeto de 297 km, correspondente a um dia e meio de descida de rio largo e caudaloso com muita chuva, sol e calor forte, típico do clima quente e úmido da região. Além de contemplar o rio e sua imensidão de águas, a floresta com sua variedade de vegetação colorida e de diversas aves, tivemos a oportunidade de observar a trafegabilidade de coloridos barcos, canoas e potentes voadeiras pelo rio, cada um com diferentes destinos e objetivos: pescadores na busca de seu alimento, donos de embarcações que levavam ou buscavam mantimentos, passageiros ou praticavam o turismo, que acenavam como ato de apresentar cumprimentos aos que passavam.

Ao anoitecer, com a instabilidade do tempo e bastante chuva, fomos levados a parar em uma praia, considerada um porto seguro de passagem, pernoite ou descanso de pescadores, barqueiros e piloteiros¹⁶ de grandes e pequenas embarcações. Com suas águas escuras, na praia da Água Boa, no rio Itapará¹⁷, tivemos a oportunidade de presenciar enormes jacarés que chegavam ao entardecer e de conhecer algumas pessoas que estavam aportadas em barcos, cujo destino era a comunidade de Santa Maria do Boiaçu. Porém, o cansaço, mosquitos e carapanãs só permitiram conversas rápidas, um jantar improvisado e uma rede para descansar.

No dia seguinte, acordamos muito cedo para contemplar a paz e a tranquilidade que a paisagem da floresta transmitia. Tomamos um rápido café e seguimos dispostos a encarar a imensidão de água doce com variedades de árvores, plantas, pássaros, borboletas coloridas, peixes e botos que pulavam ao barulho do motor. O trajeto novamente para o rio Branco, foi permitido observar dunas de areias, praias, pequenas e grandes ilhas que surgiam na imensidão e que transformavam

¹⁶ Piloteiros – práticos – indivíduo conhecedor (Uso comum. In – dicionário online de português).

¹⁷ Itapará – é um rio brasileiro do estado de Roraima que corta o município de Rorainópolis. Sua foz dá-se no Baixo Rio Branco, próximo a localidade de Santa Maria do Boiaçu (Uso comum. In – dicionário online Wikipédia - Itapará).

aquela paisagem como única e especial. Tudo isso, devidamente registrado por aparelhos audiovisuais.

Ao chegar finalmente ao porto principal de embarque/desembarque de Santa Maria do Boiaçu, próximo ao meio dia, foi possível observar algumas casas de construções simples feitas de madeiras, alvenarias ou mistas, algumas instituições e moradores que nos receberam com alegria e receptividade. Após o almoço à base de peixe frito e suco de cupuaçu, hospedamo-nos na casa de uma moradora antiga (dona Maria da Glória), em que logo após começamos a fazer as primeiras anotações e registros com a supervisão e orientação do professor Antônio Tolrino de Rezende Veras.

Na primeira noite na comunidade, foi comunicado através da rádio local (uma espécie de casebre com um aparelho de megafone¹⁸, que serve para divulgar músicas, avisos e recados) sobre a reunião que faríamos para a população às nove horas na sede da associação da comunidade de Santa Maria do Boiaçu (Sede Comunitária). Essa reunião, foi para divulgar e explicar o objetivo da pesquisa que seria realizado naquela localidade. Como a reunião iria acontecer só no outro dia, o restante da noite foi para conhecer o espaço urbano e conversar com algumas pessoas mais antigas (em termos de idade e por tempo de moradia) sobre assuntos corriqueiros, histórias e estórias diversas. Logo depois, fomos descansar.

Após o café da manhã, a equipe deslocou-se para a associação com o objetivo de divulgar a pesquisa para as pessoas que já nos aguardavam e para as demais que iriam chegar somente após a missa de domingo das igrejas católica e evangélica locais. Desse modo, foi explicado para os moradores o objetivo do projeto “Baixo Rio Branco: Potencialidades e Vivências” e da pesquisa de mestrado “Dinâmica de Produção Territorial da Comunidade Ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu-Rorainópolis/RR” pelos professores, pesquisadores, técnicos e alunos da Universidade Federal de Roraima.

Após concordância e assinatura da ata permitindo o desenvolvimento da pesquisa pelos moradores participantes da reunião, também foi assinado o Termo de Anuência pelo presidente da Associação autorizando as investigações na localidade com a participação dos moradores na pesquisa por meio de sondagens, entrevistas e aplicação dos questionários. No dia seguinte, uma parte da equipe foi

¹⁸ Megafone - é um aparelho portátil em forma de cone, que se destina a ampliar o som da voz; alto-falante, porta voz (Uso comum. In – dicionário online Wikipédia - Megafone).

realizar pesquisas em outras comunidades ribeirinhas do entorno (Sacaí, Terra Preta, Santa Maria Velha, Lago Grande, Canauani, Cachoeira e Caicubi), enquanto outros, permaneceram desenvolvendo estudos na localidade.

Tais pesquisas nas outras comunidades tiveram o intuito de compreender o circuito¹⁹ de relações e influências socioespaciais existentes no Baixo Rio Branco, entre a comunidade de SMB e as comunidades em seu entorno, como também compreender o intercâmbio social e econômico existente entre elas. Nessas comunidades foram aplicados alguns questionários para com os resultados obtidos que a comunidade de Santa Maria do Boiaçu funciona no Baixo Rio Branco como uma centralidade de equipamentos e serviços públicos que atende a própria comunidade e às demais em seu entorno.

Assim, durante a pesquisa em Santa Maria do Boiaçu, além das conversas informais (autorizado pelos os participantes), foram realizados registros escritos (diário de campo), fotográficos e audiovisuais (câmera fotográfica, filmadora e gravador digital) da localidade como um todo, principalmente dos elementos intracomunitários existentes na espacialidade, da população, das atividades econômicas, sociais e culturais, além das anotações relacionadas aos problemas sociais e ambientais existentes, onde muitos considerados decorrentes do descaso e da falta de assistência da esfera pública municipal, estadual e federal.

Portanto, nessas investigações, esses registros permitiram a construção de um acervo que foi utilizado na dissertação e que será aproveitado posteriormente em futuros trabalhos científicos. Além disso, foi usado um GPS (Sistema de Posicionamento Global) para ajudar a delimitar a área de pesquisa e a localizar os elementos intracomunitários existentes no mapeamento espacial da comunidade dos quais foram confeccionados pelo sistema GIS, com o uso da Plataforma ArcGis 10.3.

Santa Maria do Boiaçu, é um lugar de belezas incríveis e de pessoas hospitaleiras, simpáticas, prestativas, carentes e acolhedoras. O carinho e o respeito com que fomos recebidos pelos moradores, principalmente pelas crianças,

¹⁹ Circuito – é a trajetória percorrida entre um ponto a outro, normalmente tendo como objetivo final o ponto de partida. Para Santos, a teoria dos circuitos da economia desenvolvida na década em 1970, sob a seletividade espacial para designar duas realidades, foram retratadas por um circuito inferior, baseado em uma economia informal de base familiar e as diversas saídas e formas que a população de baixa renda encontra para resolver seu cotidiano e, por um circuito superior, baseado dentro da logística do capital, pela ação e intencionalidade dos variados agentes existentes no território (SANTOS, 2002).

deu-nos a certeza de que a pesquisa desenvolvida na localidade de alguma forma vai contribuir para melhorar a vida dessa população ribeirinha.

Com o retorno após alguns dias do restante da equipe, foi possível para os pesquisadores que ficaram também conhecer a comunidade de Santa Maria Velha. Desse modo, foi possível concluir algumas etapas do trabalho e no dia 21 de outubro de 2018, às sete horas da manhã saímos de Santa Maria do Boiaçu em uma viagem antecipada devido a problemas relacionados à saúde física de alguns técnicos e professores.

A viagem de regresso para o município de Caracaraí não foi tão tranquila como esperado em virtude de fortes e torrenciais pancadas de chuvas de verão (com muitos relâmpagos e ventos), que tornou as águas do rio Branco turbulentas, barrentas e perigosas. Por causa do tempo fechado, várias vezes as voadeiras com a equipe tiveram que desviar de árvores, troncos caídos que flutuavam ou parar no meio do rio devido aos encalhamentos em bancos de areias invisíveis. Durante várias horas nos deparamos com essa situação e percebemos o quanto o rio, animais ou as mudanças repentinas de tempo podem tornar perigosa a vida e o trajeto das populações ribeirinhas naquela região.

Além disso, considerando a mudança de tempo e que estava prestes a anoitecer, resolvemos parar em uma praia de improviso para descansar e seguir viagem ao amanhecer. Dessa vez, dormimos sem o conforto das redes, em lonas estendidas na praia, sob uma lua que brilhava intensamente e um forte calor. Na praia, percebemos que alguns barcos pesqueiros também estavam aportando e algumas pessoas faziam acampamentos para também seguirem viagem ao amanhecer.

Após dois dias de viagem desde a saída de Santa Maria do Boiaçu, finalmente chegamos por volta das 17 horas no porto da vila de Vista Alegre (Caracaraí), no qual nos aguardava o carro da Universidade Federal de Roraima. E, no mesmo dia retornamos ao município de Boa Vista, com a certeza de dever cumprido e no aguardo do próximo retorno ao Baixo Rio Branco.

A segunda viagem de campo teve duração de 15 dias e foi realizada no período de 15 a 31 de maio de 2019 com o objetivo de desenvolver o Projeto de Cooperação em Ensino e Pesquisa por meio do PROCAD, o qual reuniu três universidades públicas federais, sendo a Universidade Federal de Roraima – UFRR (proponente), a Universidade Federal do Ceará – UFC (associada 1) e a Universidade

Federal de Rondônia – UNIR (associada 2), o propósito de estimular a formação e qualificação de quadros de pós-graduados, mobilidade docente e discente e a ampliação do conhecimento científico sobre as estratégias de ordenamento territorial em comunidades de interesse socioambiental na Amazônia.

O projeto PROCAD visou avaliar as estratégias de ordenamento territorial e socioambiental na Amazônia com ênfase nos estados de Roraima e Rondônia, abrangendo como objetivos: Identificar e caracterizar geograficamente as comunidades das pequenas e médias cidades; Analisar as políticas de ordenamento territorial pensadas para a região e as comunidades em situação de vulnerabilidade; Implantar banco de dados para subsidiar o poder público, pesquisadores e os demais seguimentos da sociedade civil no desenvolvimento de políticas territoriais para as comunidades; Incentivar a produção científica sobre temas relacionados à Amazônia e Possibilitar a troca de conhecimento entre as instituições acadêmicas participantes.

Como projeto, o intuito do PROCAD projetou discutir o ordenamento do território em relação ao interesse socioambiental das comunidades amazônicas, oportunizando o estreitamento dos laços fronteiriços e a identificação das realidades das comunidades da floresta, pontuando as políticas públicas nacionais que agem sobre os atores locais. Além disso, foi previsto neste projeto o mapeamento e contato com as comunidades que representam a localidade, de modo a inserir as mesmas em documento técnico que mostrem o cenário local para desenvolver com esses indivíduos pesquisas que venham a colaborar com a comunidade que fazem parte, a fim de deixar uma contribuição àqueles que se fazem presentes em áreas esquecidas pelo Estado.

Desse modo, o projeto buscou identificar e elaborar um diagnóstico das condições das comunidades de interesse socioambiental na Amazônia de modo a subsidiar as políticas públicas. Sendo assim, foi identificado nas comunidades ribeirinhas todas as atividades relacionadas com o uso dos recursos naturais, aspectos produtivos e econômicos, dados populacionais, permitindo, dentre outras, as análises políticas territoriais de risco para as pequenas comunidades.

Os pesquisadores analisaram do dia 15 de maio de 2019 a 31 de maio do corrente ano, as 16 comunidades existentes na região do Baixo Rio Branco. Como a comunidade de Santa Maria do Boiaçu estava inserida neste contexto, na oportunidade, a viagem acabou contemplando novamente o projeto de pesquisa “Dinâmica de Produção Territorial da Comunidade ribeirinha de Santa Maria do

Boiaçu-Rorainópolis/RR”, do Programa de Pós- Graduação em Geografia (PPGEO/UFRR), sob orientação do professor Doutor Antônio Tolrino de Rezende Veras.

Nesse retorno a comunidade de SMB, a equipe de pesquisadores realizou investigações voltadas para a oralidade dos moradores por meio de entrevistas das histórias de vida de algumas pessoas ligadas a realidade desse espaço (principalmente dos mais antigos, pescadores, funcionários públicos, dirigentes religiosos, autônomos, comerciantes, dentre outros) sobretudo da história de formação da comunidade. É importante lembrar que essas investigações, foram devidamente autorizadas pelos os participantes por meio do termo do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e do Termo de autorização para o uso de imagem e do som que permitiu a imagem/som de voz para fins de pesquisa.

Para Alvarenga (2012, p. 89), a entrevista é uma técnica que “permite obter manifestações verbais diretas das pessoas envolvidas no estudo” e “deve ser expressada com sua própria linguagem, relatando fatos, história/estórias e experiências a partir da sua própria visão”. Com isso, as entrevistas foram aplicadas com uma técnica de comunicação interpessoal entre o investigador e os sujeitos investigados, por meio de perguntas semiestruturadas.

Na oportunidade, também foram aplicados questionários, os quais se constituíram em ferramentas de apoio para a elaboração dos gráficos. É importante explicar que os mesmos foram elaborados com base em questões socioespaciais, com questões abertas e fechadas focalizadas nas áreas de saúde, educação, religião, segurança, saneamento básico, moradia e lazer. Assim, nas questões fechadas, o informante escolhia uma resposta entre as constantes na pergunta e, nas abertas, o informante respondia livremente com suas anotações. O questionário foi organizado com perguntas padronizadas para que as informações adquiridas fossem comparadas entre si.

É importante colocar que no decorrer da execução dessas investigações não houve a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural, econômica, política ou religiosa das pessoas participantes da pesquisa. Além, de nenhum prejuízo aos recursos naturais existentes na localidade. Deste modo, é importante colocar que durante a aplicação dos questionários e/ou algumas entrevistas os participantes não foram identificados, assim, prevalecendo a ética da confiabilidade na pesquisa.

Porém, nas entrevistas semiestruturadas sobre Santa Maria do Boiaçu: população e seus relatos orais os participantes tiveram seus nomes identificados no texto que relata suas experiências, histórias de vida e sobre a formação da comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu, para dar mais credibilidade quanto a construção socioespacial da localidade. Haja vista, que não existem em livros informações sobre os assuntos abordados por esses moradores. Sendo assim, os relatos orais por meio de entrevistas com perguntas abertas e fechadas foram de suma importância para a construção da história socioespacial da comunidade.

A aplicação dos questionários e entrevistas somente foram realizadas com as pessoas pertencentes a comunidade (população tradicional ribeirinha), aos agentes promotores sociais internos e externos que participam da reprodução do espaço, aos maiores de idade e capazes. É também importante ressaltar que não houve a possibilidade de fadiga, exaustão, cansaço e ou/outro mal-estar por partes dos participantes ou entrevistado devido os responsáveis pela a aplicação dos questionários e das entrevistas ficarem atentos aos sinais verbais e não verbais de desconforto, considerando o ritmo de cada participante ou entrevistado.

De acordo com dados do censo demográfico fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2010), a população em Santa Maria do Boiaçu era composta por 135 homens e 89 mulheres, fazendo um total de 224 habitantes. Mas, conforme dados fornecidos pelo agente de saúde da UBS²⁰ da comunidade, Cezar Conceição da Silva, a população da localidade aumentou muito nos últimos anos e, de acordo com seus registros, atualmente ela está em torno de aproximadamente 548 pessoas (entre idosos, adultos, adolescentes e crianças) que, dependendo do período ou mês do ano e outros fatores envolvidos, esta estimativa tende a aumentar ou a diminuir.

Assim, a aplicação dos questionários ocorreu durante oito dias, sendo realizada da seguinte forma: em decorrência do aumento da população da comunidade, somente foi aplicado um questionário por moradia familiar que foi entregue exclusivamente para homens ou mulheres maiores de 18 anos. Dessa maneira, foram aplicados 158 questionários em 100% das unidades familiares de SMB pelos pesquisadores, com a ajuda de três pessoas moradoras da comunidade.

²⁰ UBS - Unidade Básica de Saúde.

É relevante salientar, que a quantidade de questionários aplicados por residência foi uma recomendação do Professor Doutor Rodrigo Rodrigues Silva, do Departamento de Economia da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Segundo o ele, o número de residências era razoável para se obter os dados necessários à pesquisa. Além disso, também indicou o programa científico utilizado por ele no desenvolvimento de um projeto da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) em Roraima, o software IBM SPSS (Statistical Package for the Social Science), para realizar a tabulação das respostas da pesquisa “Dinâmica de Produção Territorial da Comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu-Rorainópolis/RR”. Portanto, esse software e seus recursos estatísticos foram usados para obter os resultados dos questionários aplicados e representá-los em forma de gráficos na dissertação.

Nessa pesquisa, os benefícios foram amplos, pois tratou-se de uma pesquisa científica imparcial que gerou informações onde o entrevistado pode contribuir com dados, opiniões, fatos e relatos voluntariamente, o que produziu uma reflexão acerca do cenário atual e da história da produção e reprodução da localidade pesquisada.

A terceira viagem de campo foi realizada para o município de Rorainópolis, do qual a comunidade de Santa Maria do Boiaçu faz parte, no período de 11 a 12 de março de 2020, com duração dois dias. Com respaldo da Carta de Apresentação do dia 04 de Março de 2020, destinada à Prefeitura do Município de Rorainópolis sob a gestão do prefeito Leandro Pereira da Silva, a viagem teve como objetivo a solicitação de dados sobre criação desse município Rorainópolis e da comunidade de Santa Maria do Boiaçu (decreto, ano, lei), além de informações sobre as ações/projetos que foram desenvolvidos em SMB e nas demais comunidades do Baixo Rio Branco que pertencem ao município. Ressalta-se que a solicitação não teve o respaldo da Prefeitura de Rorainópolis em decorrência de alguns serviços estarem sem funcionamento devido as medidas de enfrentamento à pandemia por Coronavírus²¹ no município. Assim, as informações necessárias para a pesquisa foram obtidas somente por pesquisas on-line.

²¹ Coronavírus – É um vírus que causa a COVID-19, uma doença infecciosa transmitida principalmente por meio de gotículas geradas quando uma pessoa infectada tosse, espirra ou exala. O COVID-19 pode causar infecções assintomáticas a quadros graves e até a mortes (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020).

1.2.2.3 Sistematização dos dados

Na dissertação, os dados sistematizados são expostos a partir das pesquisas de campo, das realizações de entrevistas e das aplicações de questionários na comunidade. Assim, juntamente com a utilização de ferramentas computacionais como o aplicativo software SPSS²², foi possível a elaboração de gráficos comparativos contendo informações importantes que contribuíram na identificação e caracterização do perfil socioespacial da população. O uso de ferramentas tecnológicas e computacionais como o sistema GIS²³ e o programa ArcGis 10.3²⁴ permitiram a elaboração de mapas que mostraram a localização da comunidade de SMB, delimitando o seu território no contexto amazônico da região do Baixo Rio Branco e, destacando em seu espaço a localização dos seus elementos intracomunitários materializados.

E como o desenvolvimento de qualquer trabalho de pesquisa científica deve estar assegurado no estudo de teorias e metodologias, a seguir, o próximo capítulo traz as reflexões teóricas e os conceitos utilizados conforme os critérios geográficos pertinentes a esta dissertação.

²² SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) - é um software aplicativo (programa de computador) do tipo científico (Uso comum. In – dicionário online Wikipédia).

²³ GIS (Geographic Information System) – Sistema de Informação Geográfica (hardware, software, informação espacial, procedimentos computacionais e recursos humanos) que permite e facilita a análise, gestão ou representação do espaço e dos fenômenos que nele ocorrem (Uso comum. In – dicionário online Wikipédia).

²⁴ ArcGis 10.3 – é um sistema de informações geográfica utilizado para trabalhar com mapas e informações geográficas, além de criar, gerenciar, compartilhar e analisar dados espaciais (Uso comum. In – dicionário online Wikipédia).

2 REFLEXÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS DA PESQUISA

Nesta pesquisa, foi possível valer de abordagens teóricas já elaboradas por autores e pesquisadores que analisaram os conceitos de Espaço (Categorias, Produção e Agentes Promotores), de Território, bem como a complexidade do conceito Comunidade Ribeirinha com o objetivo de contribuir e subsidiar a pesquisa “Dinâmica Territorial da Comunidade Ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu-Rorainópolis/RR”.

Assim, nesta dissertação, foi necessário que esses conceitos se fizessem compreendidos de forma clara e objetiva para que os seus propósitos fossem alcançados. Assim, para a fundação teórica, este capítulo da dissertação traz como suporte os embasamentos de: Santos, Corrêa, Haesbaert, Diegues, entre outros, que possuem ou fazem pesquisas nessas áreas do conhecimento científico.

2.1 ESPAÇO

A palavra espaço possui diversos sentidos os quais são usados, geralmente, no cotidiano das pessoas e em áreas das ciências sociais. Na Geografia, o espaço é identificado, conforme Santos (2008a, p. 27), como “uma realidade relacional: coisas e relações juntas”, levando em consideração a natureza, a sociedade e o trabalho. Sendo assim, o espaço se apresenta como o cenário do desenvolvimento humano, em que o homem mantém relações com a natureza por meio de objetos produzidos por ações intencionais para concretizar seus desejos e ao mesmo tempo criar novos espaços.

Haesbaert (2014, p. 24) ressalta que o conceito não passa de um produto do nosso pensamento, “verdade” instaurada unicamente na capacidade reflexiva de nossa mente, e que não tem outra fonte de elaboração se não a construção teórica do investigador. Em alguns casos, num viés mais estritamente metodológico, o espaço como conceito pode não passar de um instrumento ou técnica, um “operacionalizador” que não tem outro compromisso se não o de servir ao pesquisador enquanto instrumento de análise.

Assim, o conceito pode ser definido como um instrumento de análise do pesquisador, uma representação mental ou linguística de classificação, identificação e descrição, um objeto concreto, abstrato ou uma abordagem sobre algo ou alguém. Ademais, conforme Saquet e Silva (2008, p. 30), Santos em seu livro “Por uma

Geografia Nova” (1978), sistematiza a ideia de que “o conhecimento é ampliando a cada dia e se diversifica”. Portanto, encontrar uma definição ou conceito para o espaço não é uma tarefa fácil, haja vista que os elementos que fazem parte de sua categoria possuem diversas acepções, o que os tornam mutáveis, flexíveis e com diferentes significados.

Assim, durante o processo de evolução teórico-conceitual do pensamento geográfico, a ideia de espaço passou por diversas mudanças e interpretações à medida que surgiam novas definições e abordagens de estudiosos e pesquisadores ligados ao conhecimento científico de cada época. Desse modo, a Geografia Crítica chegou com o objetivo de romper com as concepções da geografia tradicional e da teórico-quantitativa. Para isso, trouxe novas abordagens geográficas criadas no materialismo histórico e na dialética marxista da década de 1970.

Na Geografia Crítica, o espaço apareceu como conceito-chave, o que ocasionou muitos debates, discussões e questionamentos entre estudiosos, pesquisadores marxistas e não marxistas que discutiam quanto a natureza, ao significado e as identificações das análises de espaço, permitindo, assim, o envolvimento de geógrafos na busca de propostas de mudanças sociais.

Na abordagem da Geografia Crítica, o espaço geográfico, a partir das obras de Lefebvre, ganhou uma função fundamental na totalidade do sistema, passando a ser entendido como sendo “o lócus da reprodução das relações sociais de produção” (CORRÊA, 2012 *apud* LEFEBVRE, 1976, p. 25). Dessa maneira, o espaço foi visto não mais como absoluto ou vazio, mas como social, em constante reprodução.

Com obras de destaque inspiradas e influenciadas em Lefebvre, Santos como pesquisador aparece nessa corrente contribuindo significativamente com trabalhos e pesquisas geográficas que falavam sobre suas concepções de formação e transformação do espaço social. Em suas obras, Santos centrava seus princípios no materialismo histórico e dialético como método de interpretação, a partir da relação tempo/espaço como a materialidade central da dialética sócio/espacial em “escala local, global e mundial” (SAQUET; SILVA, 2008, p. 25), tendo em vista que como pesquisador, ele analisava temas e processos do mundo contemporâneo, principalmente os que se relacionavam a urbanização das cidades por meio técnico-científico de informação e globalização.

Conforme Saquet e Silva (2008), nas pesquisas de Santos a partir de 1978, a natureza e o significado do espaço aparecem interligados. O espaço é apresentado

como um “fator social”, como uma instância da sociedade, e a natureza é vista como “um espaço natural” que pode ser transformado pelo homem (CORRÊA, 2012, p. 27). Assim sendo, o espaço geográfico é a ação do homem na natureza ao longo do tempo. Nessa perspectiva, ele é considerado a expressão da dimensão total da sociedade em todos os sentidos, priorizando os processos de transformações em suas extensões, coexistências e simultaneidade na natureza.

Dessa forma, o espaço geográfico aparece para a sociedade como um espaço onde ela desenvolve as práticas econômicas, sociais, culturais, ideológicas, políticas e cotidianas através dos objetos que podem ser encontrados na natureza, seja no meio urbano ou rural. Além de instância social que se reproduz, ele também é visto como uma estrutura de organização do homem.

Nesse sentido, toda sociedade precisa do espaço natural para produzir e reproduzir suas formas sociais em diferentes momentos históricos. Portanto, o espaço organizado pelo homem, por meio de técnicas na natureza, desempenha um papel de produção social. Nesse viés, o conceito de espaço é compreendido como um conjunto de formas representativas de relações sociais articuladas no tempo e manifestadas por meio de processos e funções (SAQUET; SILVA, 2008). Assim, ele pode ser caracterizado por objetos que são produzidos pelas relações sociais denominadas de realidades concretas ou por formas cada vez mais usadas para tais fins, lugares e populações. Dessa forma, os objetos seriam uma forma de produzir espaço para a sociedade e o espaço, por sua vez, nada mais é do que um conjunto de formas em constante evolução.

Na obra “Por uma Geografia Nova” (1978), Santos apresenta o espaço como um fator social, denominando-o como uma instância da sociedade (SAQUET; SILVA, 2008). Segundo Santos (2008b, p. 86), o espaço geográfico aparece como um “conjunto de sistema indissociável de objetos e de sistema de ações”, onde participam arranjos de objetos geográficos, naturais e sociais, e as relações de vidas cotidianas que dinamizam o movimento dos objetos. Portanto, o espaço deve ser compreendido a partir dos diversos processos de reorganização da sociedade e deve ser apresentado considerando a sua totalidade por meio dos processos históricos que se encontram em constante revolução e de forma desigual.

Nesse sentido, para Santos (2008b, p. 46), o espaço é “algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana”, que pode ser observado por meio das transformações de cada época da história de forma diferenciada por meio

de novos objetos e novas ações que se juntam a outras e modificam o todo formalmente e substancialmente. Desse modo, o espaço além de instância social, é para Saquet e Silva (2008), o resultado de diversos elementos organizados pelo homem para viver em sociedade, produzindo/reproduzindo seu espaço conforme o momento histórico.

Assim sendo, Santos (2008b, p. 46), sabendo que a cada dia o conhecimento se modifica, construiu em suas pesquisas um sistema que permite identificar a totalidade dos processos no espaço, isto é, de forma lógica, percebendo seus elementos e sua flexibilidade. Desse modo, podemos estudar o espaço como amplo e complexo, analisando as categorias na sua totalidade no tempo. Assim, o estudo do espaço vai se apresentado pelo modo de produção capitalista e pela história da sociedade em um determinado local.

Santos (1978), de acordo com suas pesquisas caracteriza que “o espaço e sua estrutura organizacional podem ser analisados constituídos processualmente”, (SAQUET; SILVA, 2008, p. 32) pelas categorias forma, função, estrutura e processo. Além disso, na Geografia, as categorias de análise do espaço são fundamentais para compreender o desenvolvimento das relações sociais na totalidade do espaço destacadas pela divisão social do trabalho.

Para Santos (2008b) o espaço é a expressão concreta organizada e histórica de uma sociedade, sendo a forma de mostrar a sua produção e reprodução, ou seja, a sua organização social. Assim, Santos (2008b), analisou o conceito de espaço para explicar que “uma sociedade só se torna concreta através do seu espaço, do espaço que ela produz” (CORRÊA, 2012, p. 26), ou seja, do espaço produzido pela sociedade. Assim sendo, o espaço pode ser visto como uma porção produtiva e de consumo do homem, organizado e formado por outros fatores que ajudam na sua organização.

O espaço, nesse sentido, “seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre ele especificadamente, mas para as quais eles servem de intermediários” (SANTOS, 2007, p. 78). Deste modo, o espaço é o resultado das relações sociais dos homens com os objetos e a natureza por meio do desenvolvimento das forças produtivas, de suas relações de produção e pelas necessidades de circulação e distribuição dos elementos produzidos mediante suas variáveis ou sistemas.

Nesta visão, o espaço é formado pelo conjunto de dados naturais (configuração territorial) e pelo “conjunto de relações que definem uma sociedade, em

um dado momento” (SANTOS, 2008a, p. 119-120). Portanto, as atividades desenvolvidas e incorporadas por meio dos fixos e fluxos, junto com os demais elementos, desempenham um importante papel na organização do espaço, pois são eles, os responsáveis pela função, ação e interação entre todos os elementos (SAQUET; SILVA, 2008).

Na obra “Espaço e Sociedade” (1979), Santos (2008 *apud* SAQUET; SILVA, 2008, p. 33), apresentou o espaço como “uma organização histórica que abarca a totalidade da vida social”. Nessa obra, o espaço foi observado por meio das transformações que ocorreram a cada época da história, de forma diferenciada, por meio de novos objetos e novas ações que se juntaram a outras e modificaram o todo de forma real e fundamental. Assim, na pesquisa de Santos, a totalidade no espaço seria dada pelas condições da evolução capitalista, apresentadas estatisticamente na produção comercial de todos os níveis e nos aspectos sociais.

Por meio disso, Santos definiu o espaço como o “resultado do desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e das necessidades de circulação e distribuição” (SAQUET; SILVA, 2008, p. 35). Portanto, o espaço é o objeto social que faz parte do cotidiano do homem, unido por elementos quantitativos e qualitativos e, as variáveis que compõem uma organização social que condicionam sua atividade a cada tempo histórico e comanda sua prática social de acordo com os interesses, processos e necessidade dos grupos envolvidos.

Nessa expectativa, Santos (2012, p. 15) coloca que a análise do espaço deve ser feita considerando “sua totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida”. Em sua obra “Espaço e Método” (2012), o espaço é visto como o produto e estrutura da organização da sociedade, sendo seus elementos compostos pelos homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas (SANTOS, 2012). Para Santos (2012), os homens são os componentes que fornecem o trabalho; as firmas têm a função de produzir bens, serviços e ideias; e as instituições são responsáveis pela produção de normas, ordens e legitimações. E, o meio ecológico condiz com o conjunto de complexos que denotam a base física do trabalho humano e as infraestruturas são o trabalho humano materializado no espaço (SAQUET; SILVA, 2008).

Saquet e Silva (2008) afirmam que para Santos, os elementos do espaço são considerados variáveis. Em cada momento histórico, os elementos sofrem variações, mudam seus papéis, suas posições, seus valores e suas relações com os demais

elementos no espaço. Portanto, as variáveis mudam de acordo com a movimentação do tempo histórico. Dessa forma, ao estudar a interação desses elementos, é possível compreender o espaço e a sociedade como um todo, ou seja, a organização espacial em um dado momento da história.

Ao analisar a história das abordagens das correntes geográficas, é possível perceber que “cada tempo se distingue do outro pela forma do seu espaço” (MOREIRA, 2011, p. 41), e que cada pesquisador define sua concepção de acordo com sua interpretação, princípios e comprometimento nos processos sociais. Nesse viés, o conceito de espaço foi sendo elaborado e reelaborado mediante estudos, questionamentos e reflexões de vários pesquisadores com o intuito de definir uma construção crítica por meio de uma dialética mais profunda que envolvesse a história da sociedade e o pensamento geográfico. Nas abordagens e concepções de Santos, é possível entender o espaço geográfico na sua totalidade, como a principal categoria de análise da Geografia e como produto do resultado das relações e transformações socioespaciais, sejam de ordem política, econômica ou simbólica.

Dentro da temática da pesquisa que envolve Santa Maria do Boiaçu, o espaço será analisado pela abordagem da concepção crítica, levando em consideração as categorias de análises das pesquisas de Santos e de outros conceitos como: Categorias do espaço, Produção do espaço e Agentes Promotores do espaço, possibilitando, assim, identificar os diversos elementos existentes, suas relações e participações na dinâmica territorial dessa comunidade ribeirinha.

2.2 CATEGORIAS DO ESPAÇO

Santos coloca que as categorias do espaço são “categorias analíticas que permitem a compreensão da totalidade social do espaço em sua espacialização” (CORRÊA, 2007, p. 76). Portanto, para compreender a organização espacial e a evolução de um determinado local, é necessária uma interpretação teórica e metodológica por meio de uma análise formal, estrutural e funcional das relações existentes entre as categorias no espaço (SANTOS, 2002).

Para Santos (2007, p. 86), “o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidades” e considerados indissociáveis. Deste modo, a cada momento no

tempo, sistemas de objetos são fabricados na natureza por meio de sistemas de ações racionais, com fins e meios para atender às necessidades dos homens.

Sendo assim, o espaço é visto sempre como uma constante que se concretiza de acordo com os objetos e as ações humanas através dos tempos históricos. De um lado, a forma como são dadas as ações e, pelo outro, as ações criando novos objetos ou recriando outros através de uma dinâmica que acaba transformando esse espaço. Portanto, somente a análise das categorias vai possibilitar compreender como os homens organizam seu espaço, sua sociedade e seus processos de reprodução (CORRÊA, 2007).

Segundo Corrêa (2012, p. 28), a organização espacial “é o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra” que podem ser definidos e caracterizados como uma estrutura social, configuração espacial, arranjo espacial, espaço social ou simplesmente espaço. Tais definições permitem caracterizar o espaço como um processo percebido que, segundo Corrêa (2012), é analisado por pesquisas de Santos em seu livro “Espaço e Método” (1985) através das categorias: forma, função, processo e estrutura.

As categorias que compõem o espaço são determinadas por fatores naturais, sociais, econômicos e políticos. Dessa forma, segundo Santos (2007, p. 28), o espaço se torna “um conjunto de sistemas de formas e ações contendo frações da sociedade em movimento”. E, enquanto totalidade, o espaço se transforma em um conjunto de possibilidades.

Conforme Corrêa (2012, p. 76), Santos em seu livro “Espaço e Método” (1985), definiu como “conceitos as categorias do espaço” para evitar limitações, interpretações e sentidos ao serem usadas para compreender as inter-relações que ocorrem na sociedade. Portanto, as quatro categorias do espaço devem ser analisadas em conjunto, de forma integral, intercaladas no espaço e definidas da seguinte maneira:

Para Corrêa (2012), **a forma** é uma categoria que pode ser definida como o resultado da materialidade dos objetos ao ocuparem um lugar no espaço, ou seja, como o resultado ou efeito produzido no espaço por qualquer ação do homem ou fenômeno da natureza. Segundo Corrêa (2012, p. 28), “uma casa ou um edifício é uma forma no seu aspecto visível, exterior, de um objeto, seja visto de forma isolada, em conjunto ou por diferentes escalas”.

Ao estudar o espaço, é importante salientar que não se pode considerar a forma sozinha, pois iria acabar em uma análise somente geométrica. Por outro lado,

se a “análise for feita a partir dela, vai se ter somente o estudo da sua aparência, pois para saber o porquê da sua existência, só seria possível com o apoio das outras categorias” (CORRÊA, 2007, p. 76).

A **função** é uma categoria definida “como uma tarefa, atividade ou um papel invisível desempenhado por um objeto para suprir as necessidades da vida cotidiana da sociedade” (CORRÊA, 2012, p. 29). Essa categoria, pode ser desempenhada por um ou por vários objetos que se encontram inseridos nos espaços naturais ou artificiais. O trabalho, o lazer, “o habitar são atividades que exercem uma função e que pode ser associada a outras funções desempenhadas pelos objetos” (CORRÊA, 2007, p. 76).

Portanto, só existe função se existir uma forma correspondente, que pode ser criada para exercer uma ou várias funções ao mesmo tempo. Ainda assim, para estudar a organização espacial, é conveniente deixar claro que “a análise somente da função e da forma pode se ter um estudo descritivo, classificatório e sem dados sobre as transformações da sociedade quanto a sua natureza histórica, econômica, social” (CORRÊA, 2012, p. 77).

A **estrutura** é uma “categoria que diz respeito ao modo como os objetos estão organizados e se relacionam entre si” (CORRÊA, 2007, p. 77). Diferente da categoria forma, “a estrutura é invisível aos olhos, não tem concretude, mas é perceptível quando a sociedade é analisada em seu social e econômico em relação a um dado momento no tempo” (CORRÊA, 2012, p. 29). Portanto, a estrutura é a matriz social em que as formas e funções são criadas e justificadas. Ao estudar um espaço, somente pela análise da estrutura e da forma, seria privar o conhecimento da espacialidade humana daquele local. Porém, se espaço social for analisado pela inter-relação forma, função e estrutura, é possível conhecer sua natureza histórica.

O **processo** é uma categoria definida como uma ação que se realiza de forma contínua com o objetivo de um resultado ou mudança qualquer no tempo, seja social ou econômico. Nesse caso, “os processos são os resultados das relações que ocorrem dentro de uma estrutura social e econômica” (CORRÊA, 2007, p. 78).

Ao estudar o espaço social considerando somente a estrutura e o processo, somente priorizaria a análise da espacialidade e não a geográfica, que é capaz de captar a organização social em um determinado momento da sociedade, ou seja, sua dinâmica espacial. Por sua vez, se a estrutura e a forma forem somente analisados, desprezando o processo e a função, não se tem a mediação da estrutura social, econômica e a forma

espacial, ocasionando a perda da história daquele local e de seus elementos dinâmicos de transformação.

Segundo Corrêa (2012, p. 29), Santos em suas abordagens no livro “Espaço e Método” (1985) deixa claro que quando as categorias são analisadas separadamente no espaço, pode-se ter “uma resposta incompleta do que ocorre nas relações socioespaciais dentro de todo o processo”, podendo ser consideradas falhas, sem sentido e limitadas. Diante disso, os processos que compõem as categorias do espaço só são considerados válidos, quando são estudados relacionando-os entre si na sua totalidade, possibilitando, assim, a construção das bases teóricas e metodológicas dos fenômenos que ocorrem na organização social.

No sistema capitalista, “o espaço é um conjunto de objetos que se modificam a cada momento em virtude das relações sociais existentes em seu contexto” (SANTOS, 2002, p. 141-142). Nesse viés, o espaço no sistema capitalista é dinâmico, expressa movimento e transformação, e sua organização social é considerada a partir das interligações entre as categorias forma, função, estrutura e processo. Nessa perspectiva e com o intuito de agregar uma percepção mais específica para enfatizar os movimentos contínuos de transformação, Barros (2017, p. 69) coloca que Santos em seu livro “Pensando o Espaço do Homem” (1982), “acrescentou os fixos e os fluxos como conceitos correlativos do espaço geográfico”. Sendo, o espaço geográfico construído e articulado a partir das redes, os fixos e fluxos, têm o objetivo de trazer uma nova análise de interação entre as categorias do espaço.

Para Corrêa (2011, p. 200), “as redes geográficas são redes sociais especializadas. São sociais em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas de outras esferas da vida”. Para o autor, as redes sociais são historicamente contextualizadas, mutáveis e podem ser formadas por membros ou grupos de pessoas que se organizam em volta de um interesse comum (CORRÊA, 2011, p. 201).

E, como qualquer construção social, as redes geográficas, segundo Corrêa (2011, p. 205) podem ser analisadas conforme três dimensões básicas e independentes entre si: a organizacional, a temporal e a espacial. Todas envolvendo a estrutura interna, o tempo e o espaço. De acordo o autor, ao analisar à dimensão organizacional sugere-se considerar os agentes sociais (Estado, empresas, instituições e grupos sociais envolvidos, sua origem (planejado ou espontânea), a natureza dos fluxos (mercadorias, pessoas, informações, a função (realização, suporte), a finalidade (dominação,

acumulação, solidariedade), a existência (real, virtual), a construção (material, imaterial), a formalização (formal, informal), e a organicidade (hierárquica e complementariedade).

A análise da dimensão temporal sugere-se considerar na “o conhecimento da duração (longa, curta), da velocidade dos fluxos (lenta, instantânea) e da frequência (permanente e periódica, ocasional)” (CORRÊA, 2011, p. 205). Além disso, o autor também sugere na análise da dimensão espacial, abranger o conhecimento da escala (local, regional, Nacional, global), da forma espacial (solar, dendrítica²⁵, solar, circuito, barreira) e das conexões (interna e externa).

As redes geográficas são analisadas como um conjunto de pontos fixos interligados por meio dos fluxos, isto é, por um conjunto de localidades que podem estar conectadas ou interligadas entre si por elementos ou valores materiais, culturais, digitais e econômicos. Além, do fluxo de informações, conhecimentos, mercadorias, valores culturais e morais, entre outros constituídos pelo poder capitalista e político (SANTOS, 2002, p. 336-338).

Na visão de Dias (2012, p. 147), as redes aparecem “como um instrumento por excelência, do poder” e que podem ser identificadas como um conjunto de localidades interligadas entre si pelos fixos e fluxos no processo de globalização. Desse modo, os fixos e fluxos têm o objetivo de trazer uma nova análise de interação entre as categorias do espaço por meio do circuito superior e o do circuito inferior. Para Santos (2002, p. 345), “as atividades dos dois circuitos econômicos instalam-se nas diferentes cidades do sistema segundo regras particulares a cada circuito”.

Para o autor, no circuito superior, quanto mais importante é a cidade e sua localização, maior será a existência de empresários, de profissionais liberais, de funcionários e de assalariados e, conseqüentemente, maior é o número de investimentos e compradores para os bens do comércio e serviços oferecidos. E, no circuito inferior, quanto maior a dificuldade em razão inversa ao nível funcional e de localização da cidade, menor será o número de investimentos e agentes sociais. Conseqüentemente, força os compradores ou a população a procurar outras localidades que atendam às suas necessidades em relação à produtos, mercadorias e serviços.

Santos (2002, p.142) denomina a “estrutura espacial como um conjunto de fixos e fluxos que desempenham determinadas funções e o espaço como um conjunto inseparável de fixos e fluxos”. Os fixos são definidos como o processo imediato do

²⁵ Dendrítica- É um adjetivo feminino singular de dendrítico. O significado do adjetivo dendrítico é: que tem ramificações semelhantes às de uma árvore (Uso comum. In – dicionário online infopédia).

trabalho do homem na natureza, ou seja, “são os instrumentos de trabalhos e as forças produtivas do homem” (SANTOS, 2007, p. 86), enquanto os fluxos são identificados como o movimento, circulação, ou como distribuição e consumo.

Para Saquet e Silva (2008, p. 36), Santos em seu livro “Espaço e Sociedade” (1979), atribui que os “fluxos podem ser compreendidos por meio dos circuitos inferiores e superiores”. Nos sistemas inferiores, os fluxos são compostos por formas de fabricação sem a utilização necessariamente do capital, podendo ser identificados em vendas a varejo de pequenas escalas de produções. Os sistemas superiores são constituídos por grandes negócios das atividades bancárias, comerciais e industriais. Tanto um como o outro possuem uma função ou atividade na organização espacial, por esse motivo, os espaços criados pelos homens não são idênticos nem possuem as mesmas funções.

Barros (2017, p. 70) identifica “os fixos como as relações entre a forma e a função”, resultando em outro fixo como forma definida que pode ser conservado ou substituído por outro no espaço. Portanto, um objeto geográfico é um fixo, considerado um “objeto técnico ou um objeto social que desempenha uma função na natureza” (SANTOS, 2007, p. 86). Cada tipo de fixo se diferencia dos demais por ter seu significado próprio, sua característica, sua técnica própria de organização no espaço. Com isso, os fluxos podem ser identificados pelas relações entre a função e o processo, ou seja, uma função denominada pelo fixo resulta na formação de um fluxo. Portanto, os fluxos são “os movimentos entre os fixos”, chamados de atribuições dos fixos (BARROS, 2017, p. 72).

Para Santos (2007, p. 86), os “fixos são os objetos formados por elementos socioespaciais estruturados”, usados como instrumentos de trabalho do poder econômico, político ou social (poder que pode ser maior ou menor dependendo do envolvimento das atividades capitalistas), e os fluxos são as funções, dados técnicos ou responsabilidades atribuídas ao fixo pelo poder político.

Ao estudar a organização social de um espaço em um dado momento da história, é importante perceber a sua totalidade por meio das relações entre os fixos e os fluxos e das interrelações que ocorrem entre as categorias estrutura, processo, função e forma. Somente a partir dessa percepção, é possível analisar os elementos econômicos, históricos, sociais, culturais e políticos responsáveis pelo processo de produção e reprodução do espaço.

2.3 PRODUÇÃO DO ESPAÇO

O espaço, para Santos (2008a, p. 28), é “um conjunto de formas contendo cada fração da sociedade em movimento”, de modo indissociável e dependente, em que de um lado participam certos arranjos de objetos geográficos, naturais e sociais e, do outro, a sociedade em constante evolução.

Para o autor e pesquisador, o “espaço é uma representação dos fatos concretos da sociedade, que devem ser analisados na sua totalidade pela própria sociedade que lhe dá origem” (SANTOS, 2012, p. 15). Por isso, é importante compreender esse espaço e suas especificidades por meio da história de vida da sociedade e dos seus objetos fixados, sobre os quais acontecem suas ações e relações de forma dinâmica na natureza. Sendo assim, é relevante analisar essa totalidade por meio dos acontecimentos, das atividades e das relações produtivas do capitalismo, que cria as seletividades, as hierarquias e as concorrências como também promove processos de apropriação da natureza mediante o trabalho humano.

Sendo o homem uma forma de vida, seu trabalho é a capacidade de produzir espaço na natureza. Logo, a relação homem e natureza se dá pelo trabalho, e pelo trabalho é assegurando as relações socioespaciais do homem. Portanto, é importante salientar que o trabalho desenvolvido pelo homem transforma a natureza em objetos para garantir sua produção e reprodução espacial e social.

Nesse sentido, Santos (2008a, p. 95-96) coloca que o trabalho é a aplicação da energia do homem sobre a natureza por meio de técnicas e processos, “no propósito de reproduzir a sua vida e a do seu grupo”. Dessa maneira, o homem se difere dos outros animais por refletir sobre sua permanência, modificação, trocas e realizações na natureza.

Segundo Moreira (1993), o trabalho é o ato do homem de ir à natureza e trazê-la para si; assim sendo, o trabalho é o processo que dá origem a constituição do homem no espaço. Conforme Santos (2012, p. 81), “o espaço sempre foi um lugar de produção”, pois sem produção não tem como existir um espaço e vice-versa. Portanto, o processo de produção é organizado pelo trabalho num pedaço determinado de território, de forma intencional pelo homem para o exercício particular de sua produção espacial.

Para Santos (2008a), o homem é um ser ativo e toda ação realizada por meio do trabalho na natureza é para suprir suas necessidades básicas e complexas e

manter sua espécie. Dessa maneira, para o autor e pesquisador, “toda ação humana é trabalho” e não existe produção que não seja produção do espaço e não existe produção do espaço sem o trabalho. E, como o homem não vive sem trabalho, sua forma de vida no espaço é um processo progressivo, dinâmico e transformador. Desse modo, ele impõe seu modo de vida na natureza por meio dos objetos e elementos culturais, artificiais e históricos.

Nesse sentido, Carlos (2011, p. 53) coloca que “a sociedade, ao produzir-se, o faz num espaço determinado, como condição de sua existência, mas através dessa ação, ela também produz, conseqüentemente, um espaço que lhe é próprio”. Desse modo, a produção de um espaço tem uma complexidade histórica e específica ao longo do tempo, escalas e lugares na Terra. Tal enfoque é essencial para considerar que a sociedade em sua totalidade é realizada pela produção/reprodução do espaço num dado momento histórico.

Na Geografia, o conceito de espaço é analisado como objeto e palco da ação do homem. Ao analisar obras com abordagens de Lefebvre dos anos de 1968, 1970, 1973, 1978, 1981 e 1986 e, Marx dos anos de 1968, 1984 e 1996, Carlos (2011, p. 55), coloca que, na concepção do Marxismo, o sentido da noção de produção foi refletido em sua profundidade, desvendando antes de tudo “a vida humana – onde a produção é vista como atividade/ação essencial do ser humano – ao mesmo tempo”, o que permite pensar o desenvolvimento da humanidade na história. Desse modo, o pensamento Marxista percebia a noção de produção como uma referência ao próprio processo do homem enquanto ser em construção e como ser histórico.

Mas foi nas obras lefebvrianas que, segundo Carlos (2011, p. 56), “a noção de produção foi analisada por meio de duas vertentes”: de um lado, “como produção capitalista” de objetos, produtos, mercadorias; e do outro, “como reprodução da vida social”. Nesse sentido, a produção teve relação tanto para produção humana como para a de objetos, subsidiando as necessidades do capitalismo (divisão técnica de trabalho, produção, circulação) e relações externas mais amplas e complexas. Assim sendo, o processo de produção conseguiu abranger a produção das relações sociais, da cultura e do conhecimento transformado ao longo da história.

Na análise de Carlos (2011), as obras de Lefebvre dos anos de 1968, 1970, 1973, 1978, 1981 e 1986, ao contemplar a prática socioespacial, baseava-se no processo da subjetivação, em que de um lado, o homem produzia um lado real e concreto, e do outro, tomava consciência de si e de sua produção. Nessa perspectiva,

a noção de produção se transformou ao longo da história e passou a ser visto sobre dois pensamentos, o da produção da sociedade de forma generalizada e o da produção de objetos, estando baseada na divisão técnica do trabalho, circulação e dominação.

Nesse viés, o espaço, por ser dinâmico, passa a ser percebido como condição para realizar os processos produtivos da sociedade e do capitalismo. Desse modo, a noção de produção passou a ser analisado por meio dos processos produtivos, dos sujeitos produtores, dos objetivos da sociedade e dos agentes da produção material, bem como de suas apropriações no espaço (CARLOS, 2011).

Para o pensamento lefebvreano, a produção do espaço é concedida a partir das “relações sociais do modo de produção capitalista, num determinado momento da história” (CARLOS, 2011, p. 57). Nesse entendimento, as ações de reprodução seriam realizadas em espaço concreto, como condição necessária à acumulação sob o comando do Estado, que controla e interfere no saber, no conhecimento, nas relações sociais e nas instituições gerais da sociedade. Assim, a produção do espaço está relacionada ao interesse de diferentes agentes relacionados aos poderes públicos e particulares e de suas disputas pelo poder que determinam e produzem formas de organização espacial. E, na produção do espaço esses agentes podem ser identificados como os proprietários dos meios de produção, os grandes proprietários fundiários de terras, promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

De acordo com Corrêa (2007, p. 53), “a organização espacial é a produção material do homem”, resultado do seu trabalho social. Como tal, vai refletir nas características sociais do grupo que a criou, refletindo tanto sua “natureza classista de produção e do consumo de bens materiais, como o controle exercido sobre as relações entre as classes sociais que emergiram das relações sociais ligadas a produção”. Isso implica dizer que a organização espacial emerge na produção capitalista constituída por inúmeras materializações criadas pelo trabalho social.

Para Carlos (2011, p. 59), a definição do conceito de espaço na Geografia foi fundamental para “analisar a produção e reprodução da sociedade sob o domínio do capitalismo”. Nesse sentido, o espaço é visto pelo capitalismo como mercadoria e valor de troca, em que a produção acontece na sociedade por meio de atividades definidas pelo processo de valorização do capital. Desse modo, a produção do espaço é inserida na lógica da produção capitalista que transforma a produção da sociedade em mercadoria. De acordo com Veras (2009, p. 23), é necessário ainda destacar que

toda “produção determina formas, ritmos na vida e nas atividades dos homens, pelo fato de ser indispensável à sobrevivência da sociedade”.

Nesse sentido, a produção do espaço pode ser definida como a formação da vida social em seus muitos processos, sejam eles por objetos, estruturas, mercadorias, relações, interesses, dentre outros, que transformam um local ao longo da história. Desse modo, a produção do espaço pode ser vista como uma “condição, meio e produto da reprodução social” (CARLOS, 2011, p. 63), isto é, produto da realização das atividades humanas em sua totalidade na natureza.

Para Veras (2009, p. 22), a produção do espaço é caracterizada como “um processo de transformação realizado pela sociedade” com o objetivo de atender às necessidades em contínua reestruturação, sendo acompanhado constantemente pela reprodução e reorganização do espaço por meio do uso de técnicas para acumular capital e ampliar a força de trabalho.

Assim, segundo Corrêa (2012), no mundo capitalista, as atividades humanas vão sempre ocasionar novas transformações e surgimento de novos espaços. Diante disso, o homem estabeleceu um conjunto de práticas espaciais para ajudar na administração e controle da produção e reprodução do espaço. Essas práticas espaciais são ações que contribuem para garantir a organização espacial, denominadas e identificadas como:

- **Seletividade espacial** - processo de selecionar determinados espaços com características necessárias para a reprodução das atividades estabelecidas pelos agentes;
- **Fragmentação – remembramento espacial** - processo que divide ou agrupa as unidades territoriais para o controle dos espaços, priorizando sempre o atendimento para os que apresentam maior potencial financeiro;
- **Antecipação espacial** - processo que define a apropriação de áreas favoráveis e atrativas a determinadas atividades;
- **Marginalização espacial** - processo que atribui importância ou não a um determinado lugar em decorrência de razões econômicas, políticas ou culturais;
- **Reprodução da região produtora** – processo que atribui a valorização produtiva de espaços especialmente localizados.

Posto isso, podemos perceber que a produção/reprodução do espaço é o resultado da história dos processos que envolvem práticas sociais na natureza, de forma progressiva e dinâmica, por meio da materialidade do sistema capitalista. Nesse

raciocínio, é importante deixar claro que, no capitalismo, as atividades desenvolvidas no espaço são voltadas para suprir as necessidades da sociedade e dos agentes promotores que atuam por interesses e em diferentes escalas na materialização do espaço.

2.4 AGENTES PROMOTORES DO ESPAÇO

Na história, o processo de produção/reprodução de um espaço geográfico é decorrente da participação de agentes promotores sociais que atuam de “forma intencional direta e indiretamente no tempo e espaço de cada formação da sociedade capitalista” (CORRÊA, 2011, p. 43). Eles são impulsionados por intencionalidades particulares, necessidades e possibilidades criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram. Por isso, usam estratégias diferenciadas que se adaptam a cada tipo de investimento, relações e fatores internos e externos do espaço.

Para reforçar essa ideia, Corrêa em sua obra intitulada “Sobre agentes sociais, escalas e produção do espaço: um texto para discussão” (2011), coloca que a produção do espaço é consequência da “ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com os outros segmentos da sociedade” (CORRÊA, 2011, 43). Assim, é possível afirmar que os processos sociais e agentes sociais são inseparáveis. Portanto, são considerados elementos fundamentais da mobilidade e materialização dos processos sociais de um espaço.

Segundo Vasconcelos (2011, p. 86), Santos, em seu livro “A Natureza do Espaço” (1996), coloca que o homem é um ator/agente “hegemônico que tem a possibilidade de agir em diversos lugares”. Conforme Vasconcelos (2011, p. 82), para reforçar essa posição, Giddens em seu livro “A constituição da Sociedade” de 1984, coloca que agente social pode ser definido como “alguém que exerce poder ou produz um efeito”. Desse modo, ator e sujeito são identificados como palavras sinônimas que podem identificar sujeitos humanos capazes de criar ou influenciar situações no tempo-espaço.

Neste sentido, nos processos de produção/reprodução do espaço podem participar diferentes atores ou agentes, desde “uma pessoa física, como uma entidade coletiva, capaz de ações voluntárias ou de iniciativas próprias” (VASCONCELOS,

2011, p. 76). Portanto, cada espaço social é decorrente da ação de agentes que podem ser um indivíduo, um grupo, as empresas, a coletividade local e o Estado. Assim sendo, cada agente tem o poder de deter e produzir poder no espaço, na medida do seu capital, ou seja, na proporção do seu poder de atuação e de sua intencionalidade diante da sociedade.

De acordo com Corrêa (2011, p. 46), as ações dos agentes promotores estão inseridas “na temporalidade e espacialidade do processo de produção, circulação e consumo de riquezas de uma sociedade”. Sendo assim, os agentes têm o poder de atribuir e agregar valores para cada espaço ou objeto que possam ser representados por meio de investimentos, ações e equipamentos materializados e utilizados, de acordo com as demandas da sociedade, do tipo de capital e do interesse particular de cada agente promotor.

Para Carlos (2008, p. 85), “para viver, o ser humano necessita ocupar um espaço”. Mas esse ato não ocupa só o espaço, mas a produção dele. Nesse sentido, o processo de produção capitalista é o produto da produção e reprodução dos seres humanos. Desse modo, o uso do espaço ocorre por diferentes parcelas da sociedade, sendo disputado pelos vários segmentos ou agentes promotores quanto à forma de uso.

Para entender como acontece o processo de produção/reprodução de um espaço, é importante compreender quem o produziu, como o produziu, por que produziu e para quem é produzido. Dessa maneira, podemos saber quais foram os fatores principais que motivaram e determinaram a ação dos agentes naquele espaço e, ainda, poder identificar como é realizado na prática esse uso, para quem e por qual motivo. Segundo Santos (2012, p. 104), cada lugar é caracterizado por certos “arranjos de variáveis”, espacialmente localizadas e determinadas. Essas variáveis são uma combinação espacial de diferentes épocas, em que o “velho” são os grupos sociais e sua forma particular de organização social, econômica e espacial, enquanto o “novo” é representado pela inovação.

Nesse contexto, para Santos (2012), os principais “atores” do processo de produção/reprodução podem ser identificados como os homens, que se incorporam as empresas privadas; a natureza, juntamente com os restos do trabalho do homem; o Estado e seus organismos que atuam no território, seja governo federal, estadual ou municipal. Assim, de modo geral, as relações sociais estabelecidas pelos atores podem produzir espaços mais dinâmicos, complexos, fragmentados e contraditórios.

Conforme Santos (2009, p. 84-85.), “cada lugar é uma combinação particular de modos de produções particulares”, cuja medida é o crescimento não igualitário da produtividade capitalista na totalidade do espaço. Portanto, podemos considerar que cada espaço é o produto da ação desses atores, seja por meio de sua localização, equipamentos ou atendimentos de demandas específicas. Vale salientar que esses produtos são estratégias visíveis encontrados nos objetos e ações ligados a setores da economia, saúde, educação, religião, dentre outros, que possam oferecer serviços à população.

Sendo assim, para compreender as análises colocadas por Santos (2012), vamos tomar como base as abordagens de Corrêa (2011), no sentido de dar apoio na busca das relações estabelecidas entre os agentes promotores e suas estratégias espaciais no processo de produção/reprodução do espaço.

Segundo Corrêa (2011, p. 44), os agentes sociais são quase sempre os mesmos embora com outras denominações, mas em escala regional e, de modo geral, podem ser “identificados como grupos, instituições ou ações que articulam e exercem domínio sobre um determinado espaço” ou que são identificados conforme seus diferentes segmentos, definições e funções. Assim, segundo o autor, como agentes promotores do espaço, podemos citar os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e ainda os grupos sociais excluídos. Para esse autor, somente a partir das ações desses agentes, o espaço é produzido, impregnado de materialidades, “mas também pleno de significados diversos, como aqueles associados à estética, status, etnicidade e sacralidade” (CORRÊA, 2011, p. 44).

Na oportunidade, é bom relatar que algumas literaturas colocam o agente invisível como um agente promotor do espaço. O agente invisível é aquele que implanta ideias nas pessoas para que se forme a concretude de um objeto no espaço, ou seja, a psicofera²⁶ na tecnosfera²⁷.

No processo de produção/reprodução do espaço, os proprietários dos meios de produção, são agentes que se caracterizam como detentores de grandes espaços. Segundo Corrêa (2011, p. 44), esses agentes são formados por “empresas industriais

²⁶ Psicofera- Seria “o reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido [...] fornecendo regras à racionalidade ou estimulado ao imaginário” (SANTOS, 2006, p. 172).

²⁷ Tecnosfera- “Meio geográfico atual” [...] cheio de “conteúdos em técnicas e ciência” que “condiciona os novos comportamentos humanos” (SANTOS, 2006, p. 172).

que controlam áreas de forma temporária para fins ligados a produção, como as que possuem mananciais de água ou para futuras instalações industriais”. Assim, em razão da dimensão de suas atividades necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam os requisitos locatários para as atividades de suas empresas e que sejam acessíveis a locomoção da população, como as áreas próximas às estradas.

Para Corrêa (2011), os proprietários fundiários são agentes formados por grupos proprietários de terras rurais-urbanas que inutilizam suas terras agricultáveis à espera de sua valorização para fins de loteamento. A atuação desses agentes é no sentido de obter maior lucro de suas propriedades, principalmente, quando são para o uso comercial ou residencial da sociedade. Dessa forma, alguns dos proprietários fundiários, quando poderosos, valorizam ainda mais suas terras por meio das especulações, investimentos e intervenções públicas federais, estaduais ou municipais.

Os promotores imobiliários são agentes formados por “empresas ligadas a promoção imobiliária, seja como incorporada, construtora ou ligada a vendas” (CORRÊA, 2011, p. 44). Essas empresas podem ser pequenas, anônimas e formadas por grupos sociais excluídos que produzem espaço social em terras públicas ou privadas. Portanto, os promotores imobiliários são constituídos por um conjunto de agentes da sociedade que podem realizar ações como: compras, vendas, trocas, análises de terrenos e imóveis, dentre outras funções, ou seja, a comercialização, produção e transformação do espaço em mercadoria e mercadoria em acumulação de capital.

Dessa forma, na produção/reprodução do espaço, um único agente social pode ser responsável por “desempenhar estratégias e práticas espaciais diferentes ou semelhantes de suas atividades características” (CORRÊA, 2011, p. 45). A terra, seja ela urbana ou rural, pode ser objeto de interesse comum dos diferentes agentes promotores sociais que visam interesses capitalistas.

Segundo Corrêa (2011), o Estado capitalista, por constituir diferentes interesses e conflitos no contexto econômico, político e social de cada momento da dinâmica socioespacial da região em que se situa, é um dos agentes promotores que mais tem ampla atuação na produção do espaço. Sendo assim, ele é responsável por um conjunto de ações que ocorrem no espaço, que inclui segundo Corrêa (2011, p. 45-46):

- Estabelecer o marco jurídico (regras, leis, normas, posturas) de produção e uso do espaço;
- Taxar preços para propriedade fundiária, as edificações, atividades e uso da terra, refletindo e condicionando nas diferenças socioespaciais do espaço urbano;
- Produzir condições de produção para outros agentes (vias de tráfego, sistemas de energia, água e esgoto, dentre outros serviços públicos);
- Tomar-se promotor imobiliário, investindo na produção de imóveis em determinados locais e para determinados grupos sociais, ação que pode reforçar, em muitos casos, uma diferenciação interna no espaço no que se refere a segregação residencial;
- Controlar o mercado fundiário, sendo, em certas situações, proprietários de glebas que poderão ser mudadas por outros agentes sociais;
- Ser produtor industrial, interferindo na produção do espaço, por meio de instalação de unidades industriais, e nos impactos em outras áreas próximas ou distantes das instalações: conjuntos habitacionais, loteamentos populares e favelas que são criadas, em parte, em virtude dessas atividades cuja ação também interfere na divisão econômica e social do espaço;

Além disso, a atuação do Estado no processo de produção/reprodução do espaço permite múltiplas relações com outros agentes sociais. Nessas relações, entram alguns “mecanismos de negociações, organizações, cooperações e clientelismo, nos quais pode ter o envolvimento de corrompimentos” (CORRÊA, 2011, p. 46). Nesse viés, a complexidade de papéis que abrange o Estado no espaço/tempo permite que ele seja, ao mesmo tempo, produtor, consumidor, proprietário, promotor e regulador de ações. O Estado, portanto, reflete a dinâmica da sociedade da qual faz parte, por meio de sua atuação variável, complexa e processada mediante serviços públicos das esferas federal, estadual e municipal ou por interesses dos dominantes capitalistas que usam esses serviços para seus benefícios.

Os grupos sociais excluídos são agentes caracterizados por pessoas desempregadas, que não possuem renda para pagar o aluguel de uma habitação digna e muito menos para comprar um imóvel. Na visão de Corrêa (2011, p. 47), são “aqueles que invadem e ocupam terras públicas e privadas, produzindo favelas ou por aqueles que, no sistema de mutirão, dão conteúdo aos loteamentos populares das periferias urbanas”. Desse modo, esses agentes promotores produzem um espaço

diferente dos demais, como aqueles ligados à criminalidade, localidades marginalizadas e ao setor informal de produção de imóveis.

Na oportunidade, é bom relatar que algumas literaturas colocam também o agente invisível como um promotor do espaço. O agente invisível é aquele que implanta ideias nas pessoas para formar a concretude de um objeto no espaço, ou seja, a psicosfera na tecnosfera. Dessa forma, uma emanção de ideias lançadas por agentes variados para envolver ou intervir na vida do ser humano.

Assim, percebe-se que a produção/reprodução do espaço pode ser realizado através de muitos meios, mas é o Estado o agente central que acaba conduzindo os demais agentes e o investimentos do capital. No caso de localidades distantes dos grandes centros urbanos, a ação do Estado pode contribuir para amenizar as necessidades básicas e necessárias de uma população e promover produções. Segundo Santos (2008a, p. 109) “cada vez mais o Estado é chamado a exercer um papel regulador”, pois detém os instrumentos necessários e capazes de intervir de maneira articulada e planejada nas localidades em curtos ou longos prazos.

Desse modo, o poder e a forma de intervenção do Estado e sua relação com os demais agentes sociais em uma determinada área pode ser determinante para a configuração espacial do território.

2.5 TERRITÓRIO

Para Haesbaert (2009, p. 37), a definição de território é enfatizada por diferentes abordagens de estudiosos e pesquisadores das diversas ciências do conhecimento humano e científico “como uma palavra que enfoca noções múltiplas e específicas de relações de poder, ligadas a produção da sociedade”. Assim, a definição de território pode explicar e caracterizar a vida das pessoas no espaço onde vivem e, quando analisado por outras áreas do conhecimento científico, pode assumir outros significados, priorizando, assim, uma dimensão em função de outra.

O território, como um dos principais conceitos-chave da Geografia, vem sendo discutido ao longo do desenvolvimento do campo do conhecimento científico, por apresentar visões distintas de formas e significados, as quais vão sendo concebidas de acordo com a situação e perspectiva. Dessa forma, o território é um conceito que pode ser usado para priorizar questões ligadas principalmente às linhas teóricas e conceituais da política, da cultura e da economia. Mas, dependendo da ideia ou

questão que o termo for usado, ele pode ser ampliado na medida em que for interpretado, sistematizado e verificado por outras áreas do pensamento científico (HAESBAERT, 2011).

Sendo assim, para Rodrigues (2016, p. 24), “o conceito de território é concebido no senso comum por seus atributos físicos, sua extensão e limites”, não associados ao conhecimento sobre a sua forma de ocupação ou criação. Tal complexidade retrata, muitas vezes, diversidades culturais em um espaço, numa mesma convivência, mas reconhecidos por suas especificidades no uso e apropriação desse território.

Segundo Souza (2012, p. 78), o território é um espaço que se define e se delimita “por e a partir de relações de poder”, que pode ser compreendido por meio da análise dos instrumentos usados para o seu domínio a partir da associação das dimensões. Desse modo, o poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em comum acordo com outros ou por meio de outros. Assim, nessa concepção o poder jamais é propriedade de um indivíduo, ele pertence a um grupo e existe apenas enquanto o grupo estiver unido.

Dessa forma, quando se fala que determinada pessoa ou um grupo tem poder, na realidade estamos nos referindo ao fato de que eles estão representando o nome de pessoas, agentes ou entidades políticas, econômicas, sociais e religiosas. E, no caso da palavra território, o poder está imponente na sua extensão quanto ao território nacional, sendo “relacionado a grandes espaços em poder do governo ou sendo associado à gestão e domínio do Estado” (SOUZA, 2012, p. 80). Assim sendo, o território só pode existir a partir do domínio social, da posse, da conquista ou sob poder da jurisdição política-administrativa.

Haesbaert (2009), que aqui seguiremos como um dos principais fundadores do conceito de território, em sua obra “O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade” (2009) aborda que, na ciência geográfica, o território diz respeito à espacialidade humana, enfatizado pela materialidade em suas múltiplas dimensões e interações homem-natureza. Conforme o autor e pesquisador, em seu livro a noção de território é entendida como um ambiente que pode ser analisado por meio de quatro vertentes básicas: a natural, a econômica, a política e a cultural. Nestas vertentes, que veremos a seguir, o território pode ser visto como um espaço delimitado e controlado pelo poder do Estado como um produto de apropriação simbólico de um grupo em relação ao seu espaço vivido, destacando-se

como fonte de recursos e produto da divisão do trabalho e como base das relações entre a sociedade e natureza.

Assim, na vertente da perspectiva materialista, o território é determinado pelas relações econômicas ou de produção, vinculado fortemente ao espaço físico da terra. Entre as posições materialistas, pode-se encontrar, de um lado, as naturalistas, que reduzem a territorialidade à condição comportamental instintiva e, do outro lado, uma perspectiva mais social, considerando a materialidade visível como resultado das relações de produção econômica da sociedade. Como ponto intermediário, pode-se também analisar “o território num viés mais político, como sendo uma fonte de recursos” (HAESBAERT, 2009, p. 44).

Na vertente naturalista, segundo Haesbaert (2009), o território é analisado como uma área geográfica cujos limites são impostos pela presença permanente ou frequente do sujeito/animal por meio de fatores culturais, políticos, econômicos e ecológicos. Nessa perspectiva, a territorialidade pode ser vista como um núcleo instintivo, manifestado enquanto espaços, por meio de limites impostos pelo comportamento dos seres vivos. Dessa forma, Barros (2017, p. 98) coloca que “a territorialidade é uma representação do espaço, que é delineado por ações e gestos, não apenas do homem, mas dos animais de várias espécies”.

Na vertente de base econômica, o território é compreendido por Haesbaert (2009), como uma porção da natureza sobre a qual a sociedade pode ter direitos de controle, exploração e uso desde que respeite a totalidade de seus recursos. Para Santos, em seu livro intitulado “Território: Globalização e Fragmentação (1994), o território é somente um espaço geográfico “usado” (HAESBAERT, 2009), constituído na sua totalidade por relações complementares e conflitantes de atores hegemônicos e hegemonzados que podem ser analisados pelas as formas encontradas na sociedade.

De acordo com Haesbaert (2009, p. 60), no livro de 1994, a abordagem de Santos considera “o território na sua totalidade”, como um núcleo de informações que se interliga a conteúdos técnicos e políticos na escala global para “controlar determinados locais por meio de técnicas políticas de produção relacionados aos processos econômicos do meio técnico-científico-informacional”. Para Haesbaert (2009, p. 61), o território segundo Santos (1994) é “um espaço das redes, da tecnosfera, da psicofera, vinculado às formas e normas a serviço de alguns”.

Nesse viés, o território é, então, uma construção social arquitetada a partir de manifestações de fatores dominantes que podem ser revelados por diferentes localidades e funcionalidades denominadas de territorialidades. Estas são espaços que podem ser produzidos e reproduzidos dentro da ação e execução das relações de poder de um grupo, agentes ou de vários grupos ou vários agentes.

Para a vertente política, o território é visto como “um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um dado âmbito espacial” (HAESBAERT, 2009, p. 62), associado aos fundamentos materiais do estado, segundo ótica de Ratzel no livro “Geografia do Homem (Antropogeografia)” publicado no ano de 1990. Dessa forma, na ótica ratzeliana o território era definido como um espaço que tem um “elo indissociável entre uma dimensão natural, física e uma dimensão política” (HAESBAERT, 2009, p. 66). Nesse sentido, visto como uma fonte de recursos para a reprodução da sociedade.

Assim, Haesbaert (2009) diante de estudos e análises da concepção de Gottman em seu livro “La politique des États et la Géographie” (1952), retrata que “no mundo compartimentado da Geografia a unidade política é o território” (HAESBAERT, 2009, p. 67), ampliou o conceito de território para além do caráter jurídico-administrativo e do estado-nação. Assim, o território passa a ser entendido como “um conjunto de terras agrupadas em uma unidade que depende de uma autoridade comum e que goze de um determinado regime” (HAESBAERT, 2009, p. 67). Deste modo, o território é visto por uma dimensão mais idealista, por meio dos sistemas de movimento, ligados a tudo que circula no espaço. Assim, passando a ideia de movimento e não só de fixação.

Diante disso, o território, para Haesbaert (2009, p. 68), é visto como um “espaço que as pessoas defendem pela exclusão de algumas atividades e inclusão daquelas que realçam mais precisamente o que elas querem defender”. Portanto, o território, assim como o conceito de poder, não é usado somente sob o ponto de vista jurídico-administrativo do Estado, mas pode ser usado pela sociedade ou agentes sociais para denotar, incluir e excluir diferentes territorialidades do ponto de vista econômico, cultural, religioso, ideológico e simbólico, sem necessariamente precisar estar inserido no contexto do território em questão.

Outra concepção importante de se mencionar é a noção de território na perspectiva da vertente cultural. Nesta concepção, o território é uma área controlada por determinada sociedade para o usufruto de seus recursos naturais, espaciais e

simbólicos, geralmente ligados ao povo/populações/grupos tradicionais. Para Haesbaert (2009, p. 69), a “apropriação simbólica” pode ser compreendida como uma forma de reivindicação de acesso, uso e controle visível e invisível de uma sociedade ao se apropriar de um território.

Portanto, nesta vertente o território pode ser considerado um símbolo que somente pode ser compreendido a partir de códigos culturais da sociedade em questão. Dessa forma, o território pode ser visto como um espaço de “representação, valor simbólico”, identitário ou de “relação espiritual” na abordagem de determinadas grupos sociais, cujo “o poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos onde se reproduzem” (HAESBAERT, 2009. p. 71-72).

De acordo com Galdino (2017, p. 114), “compreender o território não é uma missão de cunho fácil, pois toda territorialidade se constrói por meio de ações antrópicas, cujos indivíduos estabelecem relações, seja de conflitos ou de harmonia.” Sendo assim, o território deve ser compreendido a partir da análise do espaço como ponto de identificação e recriação da ação no mundo/natureza e suas relações de poder.

Por isso, a noção de território sempre será mais concebida a partir da dimensão política e cultural do que da econômica. E somente por meio das vertentes “naturalistas”, a partir do “uso de recursos” para a sobrevivência humana, é que a “função econômica pode se tornar base fundamental para a noção de território” (HAESBAERT, 2011, p. 119).

Para Haesbaert (2011), a concepção de território, tradicionalmente, tem a ver com o poder, estando mais próxima das ideias de controle, domínio e apropriação (políticos e/ ou símbolos) do que da ideia de uso ou de função econômica. Portanto, o sentido de poder será sempre no sentido mais oculto que, por sua vez, pode tornar as funções dos territórios com funcionalidades mais complexas em função dos agentes e seus interesses. Assim, ao analisamos um território, podemos encontrar aqueles que constroem, desconstroem e controlam as relações de poder, sejam indivíduos ou grupos sociais formado pelo Estado, empresas, instituições, dentre outros (HAESBAERT, 2009).

Segundo Cavalcante (2012, p. 09), “o território é, então, toda ação que implica na apropriação, seja o limite abstrato ou concreto, para o exercício de uso e poder e cuja variedade de objetos expressam os conteúdos sociais e econômicos que o

dinamizam”. Sendo assim, o território pode ser definido como um conjunto de elementos/relações sociais que envolvem poder, circunstâncias, objetos e ações que se interligam em decorrência dos múltiplos interesses dos agentes sociais.

A partir da perspectiva integradora, o território passa a ser visto não somente pelas vertentes natural, econômica, política e cultural, mas por uma dimensão de evidências que serviriam como fundamentos para a organização do espaço regional. Assim, o território, desempenharia um pouco o papel que era de competência da região na Geografia clássica da teoria lablacheana²⁸ do livro “Régions françaises” (1910), e passa a ser analisado como um espaço que carrega de forma indissociável todas as vertentes existentes para a noção de identidade territorial: a simbólica ou cultural e a material de natureza econômica-política. Desse modo, a perspectiva integradora vai evidenciar as riquezas ou a condensação de diferentes dimensões sociais que o espaço manifesta (HAESBAERT, 2011).

Nessa ótica, o território é concebido por meio da sociedade integrada com a própria natureza, em que as questões ligadas ao controle, ordenamento e gestão vão ser responsáveis por implementar as políticas de organização através dos “macropoderes políticos institucionalizados, dos micropoderes relacionados ao cotidiano da população e do Estado quanto ao papel de gestor, dos indivíduos e agentes sociais em suas múltiplas dimensões” (HAESBAERT, 2009, 76).

Sendo assim, a concepção de território pode ser definida como uma área de relações homogêneas de poder cuja territorialização acontece como forma de controle de fluxos de pessoas e bens. Portanto, o território é identificado como uma rede de movimentos com diferentes escalas ou também pode ser visto como uma combinação da natureza, sociedade e suas esferas.

Dessa maneira, o território é uma forma “indissociável a reprodução dos grupos sociais”, sendo inerente para as relações sociais espaciais e geográficas (HAESBAERT, 2009, 78). Nos processos históricos, a territorialidade é específica da condição humana. Assim, o território é entendido como uma relação entre as sociedades e ao mesmo tempo entre os indivíduos dos grupos que a compõem.

²⁸ Labracheana – teoria desenvolvida por Paul Vidal de La Blanche que tratou o conceito de região associado às paisagens naturais, de forma que a sua existência no espaço era independente da vontade do homem. Assim, cabendo os cientistas apenas identificá-la e expor suas características (BRASIL ESCOLA, 2020).

Na visão relacional de território em Sack em sua obra "Human Territoriality: its theory and history" (1986) e Raffestin de seu livro "Por uma geografia do poder" (1993), o território é construído a partir do espaço como um cenário das relações socio-históricas expressadas pelo poder por meio da ação concreta ou abstrata de atores. Assim, as relações sociais desenvolvidas no território são "complexas, fluídas, associadas em redes e construídas de forma relacional e informacional na temporalidade" (HAESBAERT, 2009, p. 82).

Para Haesbaert (2009), Raffestin em seu livro de 1993 aborda que, no território, o poder emana do trabalho construído por relações socialmente produtivas, dotadas de diversos significados, caracterizadas por inúmeros pontos e escalas hierárquicas. Assim sendo, a possibilidade do poder, e não o poder em si, constrói-se sobre a apropriação do trabalho. Dessa forma, o poder não pode ser definido pelos seus meios, mas através das relações que ocorrem no seu interior. Nesse viés, Raffestin em sua obra "Por uma geografia do poder" (1993), considera como "trunfos do poder a população, os recursos e seu território", portanto, o território é analisado como "o campo de ação dos trunfos" e a territorialidade como um conjunto de relações estabelecidas pelo o homem enquanto pertencente a uma sociedade (HAESBAERT, 2009, p. 81-85).

Segundo Haesbaert (2009), Robert Sack em seu livro "Human Territoriality: its theory and history" (1996), coloca a territorialidade como uma qualidade necessária para a construção de um território. Para ele, o território é incorporado ao espaço por intermédio das relações de poder incorporadas na temporalidade e historicidade para controlar coisas e relações sociais em uma determinada área, ou seja, controlar pessoas e recursos onde as mesmas se encontram. O território, portanto, deve ser analisado de forma ampla, desde o nível pessoal ao internacional. Nesse caso, analisar as forças que influenciam, controlam os contextos geográficos de lugar, espaço e tempo, ligados às relações econômicas, culturais e históricas.

Para Haesbaert (2009, p. 86), Sack em sua obra de 1996, define a territorialidade como uma "tentativa de atingir, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica". No contexto geográfico e histórico, a territorialidade, é uma estratégia vinculada as relações de poder.

Portanto, de maneira geral, podemos observar que o território é analisado como um instrumento de poder, um campo de força que ocorre por meio das redes de

relações sociais relacionadas às formas de uso, dominação, controle, apropriação, resistência e significação que pode ocorrer nas diferentes dimensões. Por esse raciocínio, existem diversos territórios na superfície da Terra, onde cada um apresenta uma dimensão e conteúdo, sendo próprio, vivido e percebido pelos diferentes agentes sociais, ou seja, por cada grupo que se estabelece nesse território socialmente. Desse modo, podemos considerar a territorialidade como o produto da relação social que ocorre no território.

Por tudo que foi exposto, ao analisar a dinâmica de uma comunidade ribeirinha, temos que considerar no espaço seus elementos intracomunitários e as relações sociais que nele ocorrem, e no território devemos levar em conta seus elementos formados por objetos e arranjos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam a área em estudo nas diferentes dimensões de poder dos agentes promotores espaciais, quanto suas influências no uso e ocupação temporal e histórica.

2.6 COMUNIDADE RIBEIRINHA

As comunidades são formadas por “pequenas aglomerações humanas, relativamente condensadas em torno de certos focos de concentração, mas altamente dispersas no conjunto de territórios ocupados” (FERNANDES, 1972, p. 46). Na história da formação social, cultural e espacial do Brasil, as comunidades foram consideradas as primeiras concentrações populacionais formadas pela sociedade colonial, nativa e escrava que se localizavam nos territórios ocupados pelo processo de colonização.

Segundo Fernandes (1972), as comunidades eram caracterizadas e organizadas de acordo com os objetivos, padrões, normas de ocupação e exploração dos colonizadores. Assim, dependendo do grupo administrativo colonial da época, as comunidades poderiam ter denominações diferentes, podendo ser chamadas de feitorias, quando fundamentadas no escambo e nas relações passivas com os povos indígenas da região; de engenhos, quando fundamentadas na escravidão das populações tradicionais; de povoados, quando exerciam a função de principal base da ocupação colonial no território; e dependendo do tempo e das influências dos padrões europeus e dos diferentes processos de integração nacional, revolução

urbana e industrialização, poderiam se converter em arraiais, vilas, aldeamentos²⁹, lugarejos, bairros ou cidades.

Nessa compreensão, as comunidades são apresentadas como espaços construídos por uma combinação de “múltiplas relações de poder, do mais material e funcional, ligadas a interesses econômicos e políticos, ao poder mais simbólico expressivo” (HAESBAERTH; ARAUJO, 2007, p.103). Assim, no território, cada comunidade tem uma identidade própria que a nomeia, distingue, separa e a classifica dos demais grupos existentes no espaço.

Nas áreas das Ciências Sociais, o conceito de comunidade tem sido muito questionado e, quando associado ao conceito de sociedade, constituem as unidades mais complexas no estudo da Sociologia, pois ambos agrupam elementos importantes como agentes sociais, instituições diversas e grupos dos diferentes segmentos que fazem parte de uma sociedade.

Segundo Lira e Chaves (2016), para autores como Weber em seu livro “Comunidade e sociedade como estruturas de socialização” (1973), Tonnieis em sua obra “Comunidad y sociedade” (1947) e Gusfield em sua literatura “The Community: a critical response” (1975), uma comunidade pode ser classificada como um espaço que podem solidificar relações e identidades sociais, os modos de vida específicos, as manifestações da diversidade e evidências culturais, e as formas de gestão dos recursos locais.

Assim, para esses autores descritos, o conceito de comunidade é analisado da seguinte forma: Weber, em sua obra de 1973 associa o conceito a uma relação social denominada de “relação comunitária”, que está associada ao sentimento de pertencimento de um grupo. Para Tonnieis, em seu livro de 1947, a comunidade é caracterizada como “a vida real e orgânica”, pelas “relações” estabelecidas entre as pessoas, “pelo o grau de parentesco, vizinhança e amizade” e a “tudo aquilo que é compartilhado, íntimo, vivido exclusivamente em conjunto”. Gusfield em sua literatura de 1975 analisa a comunidade do ponto de vista “relacional”, por meio das “relações sociais que se estabelecem no contexto comunitário” (LIRA; CHAVES, 2016, p. 68).

²⁹ Aldeamentos – palavra que substituiu o termo aldeia (linguagem tradicional local) na classificação das povoações indígenas convertidas, subjugadas e aliadas à administração colonial portuguesa (FERNANDES, 1972, p. 46).

Segundo Diegues (2000), o termo comunidade tradicional é muito utilizado para identificar povos e grupos sociais que possuem uma história cultural e identitária. No Brasil, existe uma concentração de diversidades sociais e culturais que são manifestadas pelas variedades culturais. Desse modo, a expressão comunidade tradicional é muito usada para denominar as populações que sobrevivem da prática da sua reprodução cultural e social por meio da economia de subsistência e na forma particular de manejar os recursos naturais em harmonia com a natureza.

Na antropologia, uma população tradicional “possui uma centralidade” chamada cultura (LIRA; CHAVES, 2016, p. 68), que é um fator considerado determinante para analisar o comportamento do ser humano. Assim, ao analisar uma comunidade tradicional, é preciso levar em consideração as pesquisas e as investigações históricas sobre a mesma, haja vista que cada povo/população possui uma cultura que segue suas próprias trajetórias em detrimento dos variados processos históricos que sofreram. Desse modo, podemos concluir que os processos históricos que ocorrem em um território contribuíram para as mudanças de hábitos, ações, tradições, interpretações, valores, posturas e comportamentos de algumas comunidades.

Segundo Lira e Chaves (2016), alguns pesquisadores como Laraia em seu livro “Cultura: um conceito antropológico” (1999), procurou aprofundar o tema baseado em definições de estudos de autores como Tylor (1971), Boas (1996), Geertz (1989) e Ruth Benedict (1999) que analisaram o conceito de cultura da seguinte forma: Laraia (1999), utilizando a mesma análise definida por Tylor (1971), destacou todas as possibilidades de realização humana, principalmente “as marcadas pelo caráter da aprendizagem”. Boas (1996) analisou a cultura investigando-se “os acontecimentos históricos” de cada povo/população. Geertz (1989), realizou sua análise por meio dos sistemas simbólicos a partir das quais se considerou “as ações, expressões, interpretações e leituras da natureza pelos grupos, populações, povos ou comunidades”. Por fim, para Ruth Benedict (1999), devido às diferenças culturais entre os homens, “a sua cultura só pode ser definida por ele próprio” (LIRA; CHAVES, 2016, p. 69).

Nessa compreensão e considerando as análises expostas, podemos colocar que as abordagens do conceito de cultura têm se revelado interminável, haja vista que a cultura de um povo/população parte dos produtos do patrimônio cultural, do entendimento de seu “modo de ver o mundo”, das suas “apreciações de ordem moral

e valorativas”, das “diferentes relações sociais” e “posturas comportamentais e corporais” (LIRA; CHAVES, 2016, p. 68). Assim, o conceito de cultura pode ser definido pelo produto de um patrimônio cultural, que é o resultado da operação de um determinado conhecimento.

Na Amazônia, a cultura das comunidades tradicionais é caracterizada pela “síntese dos conhecimentos produzidos e assimilados pela sociedade sobre o meio em que vivem, sendo essa mediada pela relação dos homens entre si, bem como, por suas inter-relações com a natureza” (LIRA; CHAVES, 2016, p. 71). Sendo assim, a relação homem/natureza para esses grupos humanos é o mais importante parâmetro para a preservação da biodiversidade e representação da cultura.

Dessa maneira, não podemos “definir se um grupo é considerado uma população tradicional somente pela sua adesão à tradição, pois seria contraditório com os conhecimentos antropológicos atuais” (RODRIGUES, 2016, p. 31). Isto causaria a determinados grupos uma concepção de imobilidade histórica e atraso econômico. Porém, é importante acrescentar que um grupo que mantém sabedoria do uso, aproveitamento e preservação dos recursos naturais reflete esses conhecimentos na própria natureza e em tudo que cerca a sua vida, como nas suas crenças e em seus saberes, mitos, rituais e tradições.

Na Amazônia, as comunidades tradicionais que existem são formadas por populações que apresentam territórios e espaços diferenciados. Essas comunidades usam a sua tradição nas suas próprias formas de organização social e na sua manutenção de reprodução cotidiana, seja “econômica, religiosa, social ou cultural” (LIRA; CHAVES, 2016, p. 68). Desse modo, podem ser consideradas espaços de construção de identidades sociais e manifestações de diversidades.

Vale ressaltar e explicar que esse entendimento de “comunidade tradicional” só foi possível a partir do ganho do direito dos povos indígenas na década de 80, que permitiu a visibilidade e o reconhecimento dos direitos desse grupo por meio dos “questionamentos sobre sua expulsão, afastamento das áreas que pertenciam aos seus antepassados e que forneciam recursos naturais usados como principal fonte de sua reprodução social” (LIRA; CHAVES, 2016, p. 70-71). Por consequência, as comunidades tradicionais locais começaram a se organizar politicamente para lutar por seus direitos e reconhecimento mediante o apoio das organizações da sociedade brasileira, dos movimentos sociais, da ativação de sindicatos rurais e da assistência das ONGs (Organizações Não Governamentais) nacionais e internacionais.

Podemos citar, como amostra desse apoio, a divulgação do documento programático criado pelas Organizações Não Governamentais IUCN³⁰, UNEP³¹ e WWF³², que tem um capítulo intitulado “Permitir que as comunidades possam cuidar de seu próprio meio ambiente” (LIRA; CHAVES, p. 70). Nesse documento, as comunidades indígenas são caracterizadas como culturalmente diferentes, com direito à terra e a outros direitos com base no uso e ocupação histórica. Além disso, esse documento coloca que a cultura, economia e identidade dessas comunidades estão ligadas às suas terras e aos seus recursos tradicionais. Por conseguinte, foi recomendado aos povos indígenas o reconhecimento dos direitos à terra e aos seus recursos, com o apoio e cooperação de legisladores, planejadores, cientistas e administradores (LIRA; CHAVES, 2016).

O documento programático concedeu avanços políticos no reconhecimento das comunidades indígenas, pois considerou a sua cultura um elemento primordial para a conservação do ambiente natural mediante sua participação nas tomadas de decisões, permitindo, assim, nortear as análises de suas políticas públicas. Mesmo assim, somente a partir dos anos 2000 que os debates foram ampliados para as comunidades tradicionais não indígenas, ganhando legitimidade no Brasil a partir do Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007, com a institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais-PNPCT (BRASIL, 2007).

O Decreto nº 6040, por meio do artigo 3º definiu Povos e Comunidades Tradicionais como: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Tal entendimento afirmou e evidenciou as características principais para classificar os povos e as comunidades tradicionais do restante da sociedade. Diante disso, tem despertado nos últimos anos várias discussões nas esferas governamentais como nas não governamentais. Conforme Lira e Chaves (2016), esse interesse parte do contexto histórico e político da sociedade, associado as crescentes

³⁰ IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza.

³¹ UNEP - Unidade de Ensino e Pesquisa Integralizada.

³² WWF - World Wide Fun for Nature.

lutas e preocupações ambientalistas e sociais que, em alguns casos, ajudam nos direcionamentos e formas de pensamento sobre as relações sociais, construção coletiva, formas peculiares no uso e manejo dos recursos naturais do ecossistema da Amazônia. Para Silva (2011, p. 28), “É importante destacar que a existência de definições legais não põe fim aos debates acadêmicos e sociais, mas podem contribuir para o aperfeiçoamento” das definições nas pesquisas.

As populações tradicionais são determinadas por alguns elementos e características, entre os quais estão seus “objetivos quanto ao uso, produção sustentável e vínculo com a terra” (SILVA, 2011, p. 28). Alguns outros critérios podem ser levados em conta, como o respeito aos ciclos naturais para suas práticas produtivas, o uso que fazem dos recursos renováveis, as práticas comunitárias voltadas à relação com o ecossistema, suas organizações sociais, seus laços de parentesco, suas expressões culturais e suas interrelações espaciais.

Assim, segundo Filho (2006, p. 138-139), as populações tradicionais podem ser identificadas como “pessoas ou grupos sociais residentes”, ou seja, indivíduos, famílias, comunidades e grupos considerados tradicionais ou modernos que ocupam, residem ou usam o território. No Brasil, as populações tradicionais são classificadas por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pescadores artesanais, comunidades pastoris, extrativistas e atingidos por barragens.

Rodrigues (2016) coloca que Diegues em sua obra “O mito moderno da natureza intocada” de 1998, cita que a identidade é um dos atributos mais importantes para reconhecer um grupo como população tradicional, isto é, “reconhecer-se a si mesma como uma população diferenciada, tradicional” (RODRIGUES, 2016, p. 32). Segundo o autor, o autoconhecimento é o resultado de uma identidade construída e reconstruída por meio dos processos de contato cada vez mais com a sociedade urbana e seus objetos criados por elas.

Conforme Rodrigues (2016), Diegues em sua obra de 1988 atribui também outras características que podem identificar grupos pertencentes às populações tradicionais, como: sua dependência quanto à relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói seu modo de vida; o conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se refletem na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais, transferido por oralidade de geração em geração; a noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; a importância dada à unidade familiar,

doméstica ou comunal [...]; a importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas; a tecnologia usada, que é relativamente simples [...]; a auto identificação ou identificação por outros de pertencer a uma cultura distinta.

De acordo com Rodrigues (2016, p. 30), “Não nos cabe julgar o que é certo ou errado”, na definição do uso ou no entendimento “do termo comunidades tradicionais” e “populações tradicionais”. Porém, é importante uma reflexão a respeito do uso desses termos devido à natureza da pesquisa que envolve uma população ribeirinha como “grupos culturalmente diferenciados”, localizados em um espaço Amazônico no Baixo Rio Branco, pertencente ao município de Rorainópolis, no estado de Roraima. Além disso, é importante ressaltar que, na pesquisa, não era intenção trabalhar com os todos os grupos humanos que o conceito de comunidade tradicional admite, mas analisar uma população tradicional que faz parte do contexto da investigação.

Para Lira e Chaves (2016, p. 72), o verdadeiro “homem amazônico é resultado dos intercâmbios históricos entre diferentes povos e etnias”. Desse modo, as populações tradicionais foram formadas historicamente a partir de processos de colonização, migração, imigração e miscigenação pelo qual passou a região amazônica. Assim, essa população tradicional é composta por povos indígenas, ribeirinhos, pescadores, extrativistas, quilombolas, entre outros.

Conforme Rodrigues (2016, p. 30), os chamados caboclos amazônicos, defendidos por diversos autores como sociedades “não urbanas”, são divididos em sociedades indígenas e neocamponeses que migraram “como parte da política governamental de ocupação da Amazônia”. Segundo a pesquisadora, o intercâmbio possibilitou um patrimônio sociocultural valioso que encontramos a partir das diferentes manifestações cotidianas dos grupos humanos amazônicos e que se revelam nas relações de trabalho, na educação, na religião, na economia, na política, nas lendas, nos hábitos alimentares e familiares. Nesse viés, a Amazônia pode ser considerada uma “totalidade complexa que envolve dimensões naturais, política, ideológica e sociocultural” entre os homens com a natureza (LIRA; CHAVES, 2016, p. 67), e suas comunidades tradicionais são consideradas a síntese desses conhecimentos produzidos e assimilados por meio do meio natural em que vivem.

As comunidades ribeirinhas são formadas por agentes sociais que usam os recursos naturais, principalmente o rio, como base de complementação e

sustentabilidade de suas vidas. Elas são formadas por população de pescadores, pequenos horticultores e agricultores, canoieiros, extrativistas, coletores de frutas nativas e artesãos, organizados por valores socioculturais regidos por uma dinâmica própria ou cooperativa que inclui a influência da “cultura cabocla”, dos “saberes herdados dos povos indígenas que habitam a região” (LIRA; CHAVES, 2015, 72-73).

Na concepção de Batista (1997 *apud* LIMA, 2004, p. 2), as populações ribeirinhas também podem ser identificadas como “um tipo de população tradicional que se localizam e se reproduzem socialmente às margens dos rios”, cujos valores são regidos por comportamentos comunitários. Essas populações geralmente habitam as várzeas e desenvolvem um saber na convivência com o rio e com a floresta (GONÇALVES, 2001).

De acordo com Almeida (2008, p. 35), no capítulo XIII dos artigos 250 e 251 da Constituição Estadual de 1989 do Estado do Amazonas, a categoria das comunidades ribeirinhas podem ser “todos os que se localizam nas margens de cursos d’água” e que, ao longo dos anos, têm construído uma identidade ribeirinha. Para Fraxe, Witkoski e Pereira (2007), o “ribeirinho” refere-se às pessoas que vivem às margens dos rios e deles têm suas bases de sobrevivência e manejo, retirando sua alimentação da pesca, utilizando o rio como meio de transporte e ponte de ligação com outras localidades.

Na visão de Silva (1999, p. 19), os ribeirinhos constituem uma população “que possui um modo de vida peculiar que as distingue das demais populações do meio rural ou urbano, que possui sua cosmovisão marcada pela presença do rio”. Para o ribeirinho, o rio não é visto somente como parte da paisagem, mas sim como algo que traduz um significado, como algo simbólico que faz parte de um todo, ou seja, ele é visto como um elemento primordial inserido no seu modo de ser e viver.

Assim, para o ribeirinho, o rio é sua própria vida. Nessa compreensão, Gonçalves (2001, p. 155), coloca que o ribeirinho tem “uma visão e uma prática nas quais o solo, a floresta e o rio se apresentam como interligados, um dependendo do outro”, em que modos de vida e produção foram tecidos, combinando com o ecossistema Amazônico. A afetividade que ocorre entre as pessoas por seus lugares é feita através da sua percepção de experiências vividas, a sua concepção de sentidos, de sentimentos, do sagrado, do espiritual (TUAN, 1983).

Segundo Pretrere Jr. e Furtado (1992, 1993 *apud* MENDONÇA, et al, 2007), as comunidades ribeirinhas também podem ser definidas como populações

tradicionais através das seguintes características: dividem o tempo entre a agricultura e a pesca artesanal, em que a produção excedente pode ser comercializada como fonte de renda; as suas atividades extrativistas são de origem aquática ou florestal terrestre, respeitando os ciclos naturais e a não exploração além do limite da capacidade desses recursos; seus participantes têm a noção do espaço territorial como um produto econômico e social que deve ser passado por várias gerações; os participantes mantêm a importância de estilos baseados nas relações com a natureza, em que a sua cultura e costumes não enfraqueçam e perpetuem com as novas gerações, mesmo com a utilização de tecnologias simples e de baixo impacto sobre o meio ambiente; e eles mantêm a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais existentes no seu meio ambiente.

A partir dessas características, as comunidades ribeirinhas podem ser consideradas espaços de representatividade e territórios com múltiplas funcionalidades e reprodução social, onde as territorialidades existentes são caracterizadas e classificadas por agentes, usos e processos socioespaciais ligados à natureza sob as dimensões políticas, sociais, econômicas e simbólicas (RODRIGUES, 2016). Desse modo, elas podem possuir interesses simultâneos ou particularidades quando se tratam das peculiaridades relativas ao seu grupo social.

Além disso, o regime de propriedade territorial das comunidades, de modo geral, não têm registro legal da propriedade privada individual da terra, sendo definida apenas como um local de moradia de parcela individual, sendo o restante do território encarado como “área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente” (PEREIRA; NOGUEIRA, 1990, p. 2). Mas, no que tange aos recursos naturais, eles são considerados de posse coletiva da comunidade.

Em alguns casos, essa coletividade se estende também para a produção econômica, atentando para construção de uma “teia de reciprocidades sociais” (DIEGUES, 1996, p. 428). Na existência das peculiaridades, a territorialidade acontece como forma de identificação do grupo para determinada ocupação ou uso do território com base nos “interesses” comunitários (LITTLE, 2002, p. 279). Desse modo, as territorialidades ocorrem em territórios próprios, onde as delimitações são baseadas no respeito à diferença e no direito pleno de exercício social e cultural do espaço da comunidade. Quanto às peculiaridades individuais no território, elas estão intimamente interligadas à natureza pela singularidade espacial e temporal. Nesse

contexto, as relações sociais vão se dar por meio de novas concepções de valores apresentados pela inserção de objetos, agentes e ações (FRAXE; WITKOSKI; PEREIRA, 2007)

Portanto, para conhecer como funciona o espaço de uma comunidade ribeirinha, é necessário analisar a produção e reprodução do seu espaço territorial fundamentando-se na perspectiva espacial e temporal, de modo que se possa relacionar sua origem às motivações iniciais e aos processos históricos, econômicos, políticos e simbólicos. Assim, é possível compreender como funciona sua organização social por meio de sua estrutura atual, delimitando sua área de influência e formação socioespacial, além de conhecer e compreender as ações realizadas pelos diferentes agentes promotores que estabelecem suas territorialidades baseadas em fatores, fatos, usos e interesses locais.

Assim, o próximo capítulo vai mostrar a caracterização da área de pesquisa por meio da análise dos aspectos ambientais da região do Baixo Rio Branco e da localização da comunidade de Santa Maria do Boiaçu, no que diz respeito a hidrografia, clima, vegetação, relevo e solo.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

O rio Branco, denominado por Pedro Teixeira em 1639, é o principal recurso hídrico do estado de Roraima. A bacia do rio Branco é formada pela confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, seus respectivos afluentes e tem cerca de 192.000 km de área nos estados do Amazonas e de Roraima (FEMARH, 2017). Do ponto de vista geomorfológico, o rio Branco “é a extensão do rio Uraricoera, tendo como afluente na margem esquerda o Tacutu” (SANDER, 2015, p. 66). Segundo Alves (2016, p. 19), “a Bacia do rio Tacutu está situada na faixa nordeste do estado de Roraima, na fronteira Brasil e a Guiana Inglesa. Já o rio Uraricoera tem o seu nascedouro entre o Igarapé Surucucu e o Igarapé Grande”. De acordo com o pesquisador, dessa junção, nasce o rio Surucucú, do qual em seu curso muda para Parima e depois vira Uraricoera.

Dessa maneira, as águas do rio Branco e seus afluentes fazem um percurso de mais de 1.200 Km na direção norte-sul até desaguar no rio Negro, para compor o rio Amazonas (ANA, 2015, p. 18). Durante seu curso, ele atravessa e limita os municípios de Boa Vista, Cantá, Iracema, Mucajaí, Caracarái e Rorainópolis, estabelecendo divisões entre os estados de Roraima e Amazonas na sua junção com o rio Negro.

Segundo Cremon (2016, p. 5), o rio Branco (Figura 2), ao longo do seu curso, foi subdividido em três segmentos: “o alto Rio Branco³³, a partir da confluência dos rios Uraricoera e Tacutu até o rio Mucajaí; o Médio Rio Branco³⁴, que ocorre sobre rochas pré-cambrianas³⁵ do Escudo da Guiana entre a confluência do rio Mucajaí até a cidade de Caracarái”. Além do Baixo Rio Branco³⁶, “que flui sobre rochas

³³ Alto Rio Branco - é o segundo maior segmento, com 172 quilômetros. Caracteriza-se por apresentar-se bastante largo nesta região, porém pouco profundo, especialmente no período seco, época em que se evidencia um grande número de bancos ou ilhas de areia; na cobertura vegetal predomina a presença de savana e alguns trechos com palmeiras (Uso comum. In – Wikipédia. enciclopédia livre – Rio Branco- Roraima).

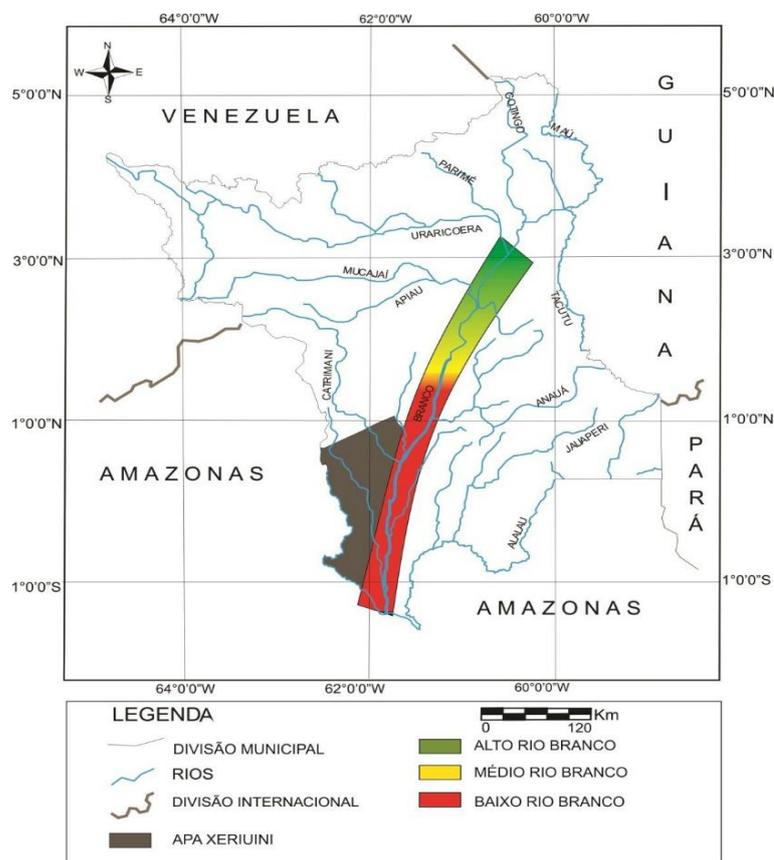
³⁴ Médio Rio Branco - é o menor segmento, com 24 quilômetros. É uma área de transição, com várias corredeiras, o que o torna inavegável por embarcações de grande porte. A vegetação também representa transição, pois é uma mistura das vegetações existentes no norte e no sul do estado, com domínio das savanas, igarapé, buritizais e floresta Amazônica (Uso comum. In – Wikipédia. enciclopédia livre – Rio Branco-Roraima).

³⁵ Rochas pré-cambrianas – Rochas do período Pré-Cambriano, período da era Paleozoica, compreendida entre há 542 milhões e 488 milhões de anos (Uso comum. In – Wikipédia. enciclopédia livre - Cambriano).

³⁶ Baixo Rio Branco - é o maior segmento, tem 388 quilômetros. Possui um ecossistema de floresta tropical rica em biodiversidade, com sua vegetação densa e abundante, com exuberante fauna e flora. Na calha e lagos marginais vivem algumas das mais atraentes espécies de peixes para a pesca esportiva como o tucunaré (Uso comum. In – Wikipédia. enciclopédia livre – Rio Branco-Roraima).

sedimentares³⁷ da bacia do Solimões” a partir da cidade de Caracarái “até a confluência com o rio Negro” (CREMON, 2016).

Figura 2 - Localização do Baixo Rio Branco pela Carta Representação das partes formadoras da bacia hidrográfica do rio Branco do estado de Roraima, BR. 2008.



Fonte: Adaptação da cartografia IBGE (2008) e Freitas (1998) referentes às partes formadoras da bacia hidrográfica do rio Branco por Thiago José Costa Alves/2016.

Segundo dados da FEMARH (2017), o Baixo Rio Branco está situado ao sul dos municípios de Caracarái e Rorainópolis, a 52 metros acima do nível do mar, entre os Meridianos 61°00'00" e 63°00'00" de longitude Oeste de Greenwich e os Paralelos -1°30'00" e 2°00'00" de latitude Norte. Possuindo uma área de aproximadamente 2.986.871,000 Km² de extensão, é formado pelas glebas estaduais Catrimani, Xiruiuni, Tapera, Itapará, Univini, Rio Preto e Rio Branco; APA Xeruiuni, incluindo a Reserva Extrativista BRB-Jauaperi; por áreas protegidas (Estação Ecológica Niquiá, Parque Nacional Viruá e Estação Ecológica Caracarái) e por glebas federais.

³⁷ Rochas sedimentares – Rochas formadas através da decomposição de fragmentos provenientes de material mineral ou orgânico (Uso comum. In – Wikipédia. enciclopédia livre – Rocha sedimentar).

O Baixo Rio Branco possui os seguintes limites:

- a) Norte: com terras Indígenas Yanomami, Glebas Caracaraí e BR-210.
- b) Sul: com o Rio Negro.
- c) Leste: com as Glebas Novo Paraíso, Mucucuaú e Campina.
- d) Oeste: com o estado do Amazonas.

Conforme dados fornecidos pela SEPLAN (2018), nas glebas federais existem 16 comunidades ribeirinhas que pertencem aos municípios de Caracaraí (Sacaí, Canauaní, Lago Grande, Terra Preta, Cachoeirinha, Caicubí, Panacarica) e Rorainópolis (Santa Maria do Boiaçu, Santa Maria Velha, Remanso, Floresta, Itaquera, Sumaúma, Xixuaú, Dona Cota e São Pedro).

3.1 ANÁLISE DOS ASPECTOS AMBIENTAIS DO BAIXO RIO BRANCO

A região do Baixo Rio Branco está inserida no bioma Amazônico brasileiro. Além de ocupar um grande território, esse bioma se destaca pela sua biodiversidade (Figura 3) de flora e fauna, principalmente pela grande variedade aquática encontrada nos rios, lagos e igarapés. Segundo os moradores da região, os ambientes aquáticos no Baixo Rio Branco são verdadeiros berçários naturais para milhares de peixes grandes, pequenos e alevinos (FEMARH, 2017).

Figura 3 - Biodiversidade existente no Baixo Rio Branco.



Fotografias: Sandra Lauriano/2018.

Segundo a FEMARH (2017, p. 26), além da variedade aquática existente, na região foram registrados alguns felinos e mamíferos seriamente ameaçados de extinção, como “as onças vermelha, pintada e preta”, além do “gato mourisco, a lontra e a ariranha”, conforme dados do IBAMA e IUCN. Na Amazônia, como uma região considerada protegida ambientalmente, algumas comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Branco ainda fazem desmatamentos e queimadas para cultivar seus roçados. Para a FEMARH (2017), é importante conscientizar o ribeirinho quanto a preservação desses ambientes naturais para que, no futuro, não ocorra um desequilíbrio ecológico com grandes consequências para a região e para as populações locais.

3.1.1 Hidrografia

O Baixo Rio Branco, “com 388 km de extensão, começa no povoado de Vista Alegre e vai até o encontro com o rio Negro no estado do Amazonas” (FREITAS, 2012, p. 23 *apud* ALVES, 2016). A região, é cortada por uma extensa rede hidrográfica composta de rios, igarapés e lagos, que servem como vias de passagens na época das enchentes para as localidades de difícil acesso. O Baixo Rio Branco compreende as margens dos rios Branco, Negro, Ajarani, Xeruini, Jauaperi, Paraná do Amajaú, Paraná do Panacarica, Paraná da Floresta e Igarapé do Caicubi (FEMARH, 2017).

Nessa região, o rio Branco (Figura 4), assim como os demais, tem uma importância muito grande, pois são fontes de subsistência, alimentação, lazer e economia para as populações que moram às suas margens. Mas segundo Seabra (2019b, p. 114), é importante destacar que o rio Branco e seus tributários se encontram “em franco processo de degradação, devido à poluição e contaminação das águas e o intenso assoreamento, causado pelas areias liberadas pelas atividades garimpeiras e depositadas nos leito dos rios”.

Segundo dados da FEMARH (2017), na região do Baixo Rio Branco é possível separar dois sub-grupos conforme o tipo de ambiente: o de rios e lagos, e o ambiente de igarapés de águas pretas ou claras. O primeiro subgrupo está representado por três sub-ambientes: a própria calha³⁸ do rio Branco, os afluentes de água escuras e água claras e os lagos que, em termos gerais, são escassos.

³⁸ Calha de um rio, ou leito de um rio, é o espaço ocupado pelas águas, isto é, é o caminho que o rio percorre (Uso comum. In: BRASIL ESCOLA – Geografia).

Figura 4 - Rio Branco.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

As águas escuras de alguns rios são causadas pela acidez dos sedimentos suspensos das amplas áreas de inundação das savanas e florestas. Assim, podemos encontrar águas escuras no rio Xeruíni e no igarapé Massauí. Entre os rios de águas claras podemos citar o Ajarani, o Catrimâni, o Branco e seus formadores, e os lagos dos Reis e Muçum. Dependendo do período hidrológico, são formados pelo próprio sistema de rios e muitos lagos de várzeas com alta produtividade biológica, como os lagos dos Reis, Tracajá, Muçum, Muau, Mexedé e do Quarena. Os igarapés existentes são formados entre as zonas florestais e as planícies inundáveis da bacia do rio Negro (FEMARH, 2017).

No curso do segmento do Baixo Rio Branco, podemos identificar áreas de Pantanal chamadas de Pantanal Setentrional, que representam uma ampla extensão inundável no período chuvoso que se prolonga no período seco. As áreas de Pantanal são encontradas nos interflúvios do rio Branco e Negro, prolongando-se até a direção do estado do Amazonas.

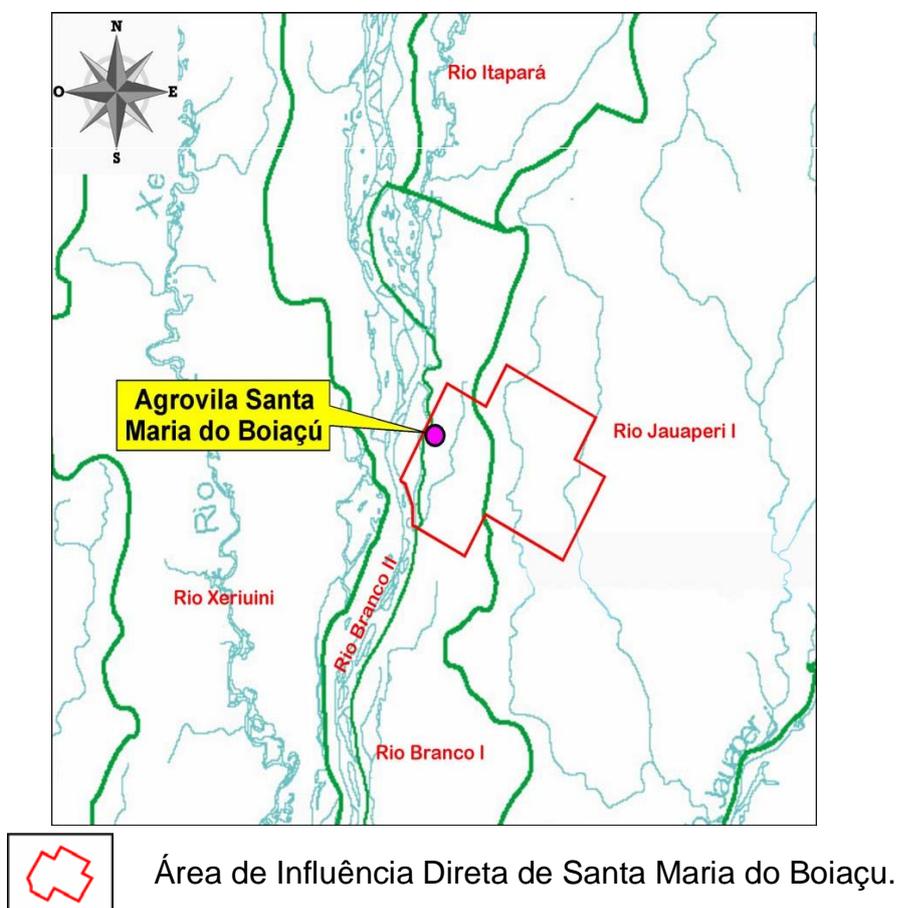
Segundo informações do INTERAIMA (2010, p. 41), a comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu, é uma área formada pela influência hidrológica direta do rio Jauaperi³⁹ e rio Branco (Figura 5). O rio Branco, sendo um dos principais rios dessa região, tanto por sua extensão como por volume d'água, é um facilitador da navegação dos viajantes no período da cheia. Mas, no período de seca, alguns de

³⁹ Rio Jauaperi – É um grande curso de água ao sul do estado de Roraima. Seu curso dá-se nos municípios de Caroebe, São João do Baliza, São Luís e Rorainópolis, tendo como Foz o rio Negro (Uso comum. In – Wikipédia. enciclopédia livre – rio Jauaperi).

seus trechos ficam restritos somente a navegabilidade de embarcações de pequeno porte.

Conforme dados da ANA (2015, p. 22), a bacia do rio Branco foi formada durante o período Cenozóico⁴⁰ em decorrência de movimentos produzidos pelos reflexos da tectônica de abertura do hemigraben⁴¹ do Tacutu. Atualmente, está localizada na porção sul do estado de Roraima, entre os rios Branco e Negro, abrangendo parcialmente os municípios de Caracará e Rorainópolis. Essa bacia, é composta pelos os rios Xeruiuni, Jauaperi, Jufari, Água Boa do Univini e Itapará.

Figura 5 - Mapa da hidrologia encontrada em Santa Maria do Boiaçu.



Fonte: CRPM, Projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico de Roraima, INTERAIMA (2010).

⁴⁰ Período Cenozóico - é uma era geológica que se iniciou há aproximadamente 65,5 milhões de anos e se estende até a atualidade (Uso comum. In – Wikipédia. Enciclopédia livre – Cenozoico).

⁴¹ Hemigraben – ou fossa tectônica, é a designação dada em geologia estrutural a uma depressão de origem tectônica, geralmente com a forma de um vale alongado com fundo plano, formada quando um bloco de território fica afundado em relação ao território circundante em resultado dos movimentos combinados de falhas geológicas paralelas ou quase paralelas (Uso comum. In – Wikipédia. enciclopédia livre – Graben).

Levando em consideração dados da FEMARH (2017), orientados por estudos realizados pela ZEE-RR (2002) e de informações da ANA (2015), o rio Branco é um afluente da bacia do rio Amazonas no estado de Roraima. A bacia do rio Branco nasce no estado de Roraima, sendo formada pela confluência dos rios Tacutu, Uraricoera, junto com os rios Mucajaí e Anauá, e pelos seus respectivos afluentes. A bacia do rio Tacutu está situada no noroeste do estado, na fronteira do Brasil com a Guiana, enquanto o rio Uraricoera nasce na Serra de Pacaraima, “entre o Igarapé Surucucú e o Igarapé Grande” (ALVES, 2016, p. 19).

No rio Branco podemos encontrar uma formação bastante significativa de ilhas (Figura 6), entre elas: Castanho, Santa Maria do Boiaçu, Curupira, Aruanã, Preguiça, Matamatá, Macaco, Jacaretinga, Catrimani, Caapiranga, Ilha da Onça, Açaituba, Muçum, Veado, Umbaúba, Extremo, Carapanatuba, Remanso, Audi, Inajatuba, Aliança, Maraie e Ano Bom.

Figura 6 - Ilha do Baixo Rio Branco.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

3.1.2 Clima

A região do Baixo Rio Branco apresenta um alto índice pluviométrico, mas segue o mesmo período da estação chuvosa e seca do estado de Roraima. Segundo dados da ANA (2015), o regime de chuvas é mais intenso no período que vai do mês de maio até agosto, enquanto o de estiagem é curto, ocorrendo entre os meses de dezembro a março.

De acordo com dados da FEMARH (2017), a partir de estudos de dados elaborados pela ZEE-RR (2002), o tipo de clima que predomina na região do Baixo Rio Branco é o quente e úmido, com chuvas de verão, com precipitação média no mês mais seco inferior a 60 mm e temperatura média no mês mais frio nunca inferior a 18°C, podendo variar, segundo Alves (2016, p. 27), “entre “26° a 27° graus Celsius”.

Segundo a classificação de Koppen⁴², Santa Maria do Boiaçu por ser um corredor florestal que sofre influências das savanas, da floresta úmida e dos altos relevos do norte de Roraima, tem chuvas mais frequentes e distribuídas ao longo do ano com uma temperatura média de 27, 5° C (INTERAIMA, 2010).

3.1.3. Vegetação

A vegetação física e biotípica existente no Baixo Rio Branco foi classificada com base na descrição clássica das regiões fitoecológicas existentes na Amazônia, conforme estudos da fitogeografia amazônica. Segundo dados da FEMARH (2017, p. 16-20), baseados em informações da ZEE-RR (2002), a cobertura vegetal (Figura 7) do Baixo Rio Branco possui diversas feições com características florísticas que são encontradas nas suas regiões fitoecológicas⁴³.

Figura 7 - Cobertura vegetal do Baixo Rio Branco.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

⁴² Koppen – é o sistema de classificação global dos tipos de climáticos mais utilizados em geografia, climatologia e ecologia (Uso comum. In – Wikipédia. enciclopédia livre - Classificação climática de Koppen-Geiger).

⁴³ Regiões fitoecológicas- regiões definidas por florísticas de gêneros típicos e de formas biológicas características que se repetem dentro de um mesmo clima, podendo ocorrer em terrenos de litologia variada, mas com relevo bem marcado (Uso comum. In – Wikipédia. enciclopédia livre – Regiões fitoecológicas).

Assim, na região do Baixo Rio Branco podemos encontrar:

a) Regiões de Campinaranas - é uma vegetação típica das planícies aluviais e de grandes depressões alagadas permanente ou periodicamente, com ecótipos raquíticos amazônicos predominando na sua composição florística, com pelo menos um gênero monotípico endêmico. Esse tipo de vegetação é encontrado nas bacias do rio Branco e do rio Negro.

b) Campinaranas Arbóreas - é uma vegetação típica das áreas onde o processo de inundação é periódico. É um subgrupo dominado por plantas raquíticas, como as samambaias, líquens e umiris, palmeiras, jarás e açai-chumbinho. Esse tipo de vegetação é localizado bem ao norte da região do Baixo Rio Branco.

c) Campinarana Arbustiva – é uma vegetação arbustiva formada por plantas perenes que ocupam áreas arenosas e encharcadas encontradas nas bacias dos rios: Branco, Barauana, Xeriuini, Catrimâni, Água Boa do Univini, Jauaperi e Jufari. Esse tipo de vegetação geralmente é encontrado no sul do Baixo Rio Branco.

d) Campinarana Graminosa – é uma vegetação que aparecem nas planícies encharcadas, próximas aos rios e lagos. A Campinarana Graminosa pode ser acompanhada por plantas de pequeno porte, geralmente distribuídas pelas bacias dos rios Xeriuini, Catrimâni, Jufari, Macucuaú e nas áreas de todo o Baixo Rio Branco.

e) Região das Florestas – é uma vegetação que representa as matas amazônicas nas suas mais diversas feições. É formada por um conjunto de plantas de estruturas semelhantes, geralmente de porte alto como as árvores lenhosas e herbáceas.

f) Áreas de Tensão Ecológica – é uma vegetação típica das áreas limitadas por duas regiões fitoecológicas, caracterizadas por um tipo de vegetação de transição, que forma um mosaico de vegetações. Este mosaico gera uma paisagem que contém espécies de ambas regiões envolvidas com a vegetação de Contato da Formação Pioneira e a Floresta Densa e Aberta.

g) Contato Formação Pioneira/Floresta Densa e Aberta – é uma vegetação caracterizada pela transição arbustiva e/ou campestre, onde mistura elementos arbóreos de diferentes fatores ambientais. Ela é encontrada distribuída pelas bacias dos rios: Branco, Água Boa do Univini, Anauá, Itã, Itaparã, Jauaperi, Macucuaú, Alalaú e Jufari. Exemplos típicos é o abundante buriti e o caranã. Geralmente nessas áreas são desenvolvidas a pecuária extensiva e o extrativismo.

h) Floresta Ombrófila Densa – é uma vegetação caracterizada pela exuberância de sua cobertura vegetal, com predomínio de árvores emergentes de grande porte, como o angelim, a maçaranduba e o visgueiro. Sua composição florística, porém, é muito variada, em que podemos encontrar com frequência a castanheira, o angelim rajado, o tanimbuca, o tauari, a guariúba, a quaruba, as sucupiras, o cedrorona, o cardeiro, a muirapiranga, os ipês, as mandioqueiras, os louros, os breus, e a verdadeira seringueira.

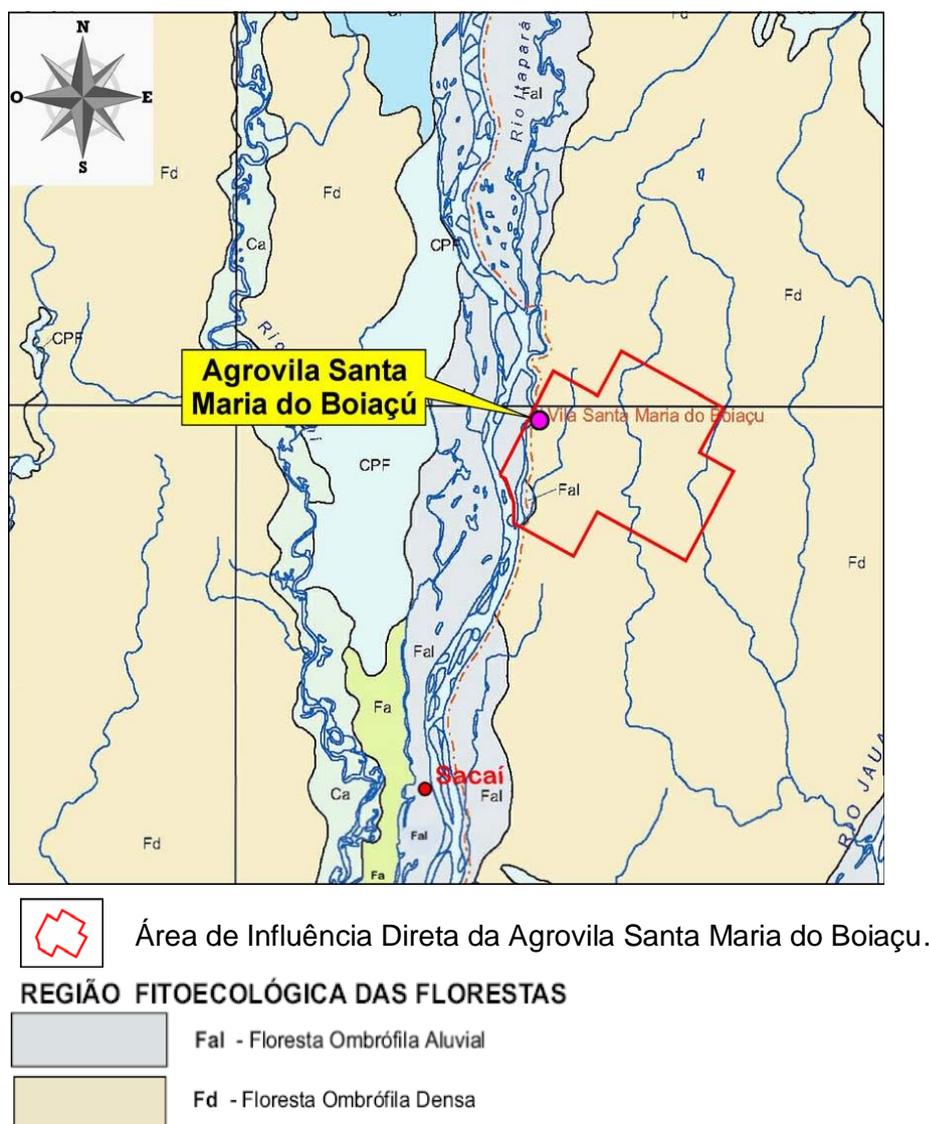
Essa vegetação é encontrada na maior extensão do Baixo Rio Branco, nas bacias dos rios Jauaperi, Ajarani, Jufari, Macucuaú, Anauá, Ita, Uraricaá, Itapará e Branco. Geralmente, nessa vegetação ocorrem o extrativismo madeireiro e frutícola, podendo ocorrer plantações de lavouras perenes, de subsistência e criação de pecuária extensiva.

i) Floresta Ombrófila Aluvial – é uma vegetação caracterizada pelos processos de inundação periódica ou permanente, provocada pelos movimentos de enchente e vazante dos rios. As principais espécies arbóreas encontradas nessa vegetação são: a andiroba, o acapu, a anani, a cupiúba, a itaúba, a maçaranduba, a macacaúba, a sucupira, e a ucuúba. Essa floresta ocupa as planícies fluviais recentes e os baixos terraços dos rios Branco, Urariqüera, Parimé, Amajari, Tacutu, Surumu, Maú, Anauá, Itã, Itapará, Jauaperi, Macucuaú e Alalaú. Nessa vegetação ocorre o desenvolvimento de lavouras temporárias irrigadas e pecuária extensiva.

Nesta Floresta ainda podemos encontrar “muitas palmeiras no estrato dominado e na submata, havendo espécies que não ultrapassam os 5 metros de altura” (INTERAIMA, 2010). Assim, é possível também observar quantidades indeterminadas de plantas não lenhosas na superfície do solo. Desse modo, a formação desta Floresta apresenta muitos cipós lenhosos e herbáceos, além de um grande número de plantas que vivem sobre as outras, ou seja, possuem uma relação de inquilinismo.

De acordo com dados do INTERAIMA (2010, p. 38), a vegetação da área da comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu é composta por regiões fitoecológicas formadas por Floresta Ombrófila densa e Floresta Ombrófila Aluvial (Figura 8).

Figura 8 - Mapa dos tipos de vegetações encontradas em Santa Maria do Boiaçu.



Fonte: CRPM, Projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico de Roraima, INTERAIMA (2010).

3.1.4 Relevô

Segundo dados da FEMARH (2017), a Bacia do rio Branco está localizada na porção sul do estado de Roraima, entre os rios Branco e Negro, abrangendo de forma parcial os municípios de Caracaraí e Rorainópolis. A Bacia do rio Branco, constituída por uma extensa sedimentação de origem fluvial de rochas areníticas ferruginosas, pacotes argilosos e silticoargilosos, foi estabelecida durante o período Cenozóico em

virtude dos movimentos intencionais da tectônica de abertura do hemigráben do Tacutu.

Conforme a FEMARH (2017), nesta Bacia, podem ser observados a presença de antigos campos de dunas, decorrentes da constante recriações eólicas ao qual a região foi submetida durante o período Holoceno⁴⁴. Respectivamente, ainda existe nesta Bacia, uma extensa área de sedimentação ainda ativa formada por partes alagáveis durante as estações mais chuvosas, denominando-a de Pantanal Setentrional.

A Pantanal Setentrional é uma área de acumulação recente de trechos abaciados, que durante os períodos chuvosos ficam com sua superfície inundável que continuam durante o período da estiagem. Como consequência, a região do Baixo Rio Branco é submetida a inundações frequentes e permanentes durante o ano.

De acordo com dados do INTERAIMA (2010), o relevo existente na área de Santa Maria do Boiaçu (Figura 9) é composto por:

a) Planícies e terraços fluviais subordinados ao rio Branco – constituído por uma área extensa e continua de planície e/ou terraços fluviais de influência do rio Branco, localizada entre a sua foz e o rio Itapará.

b) Superfície pediplanada levemente ondulada a colinas com formas residuais subordinadas – é caracterizado por terrenos levemente ondulados a colinosos (morros e colinas isoladas e campo de blocos) desenvolvidos sobre rochas graníticas e gnáissicas do Escudo das Guianas.

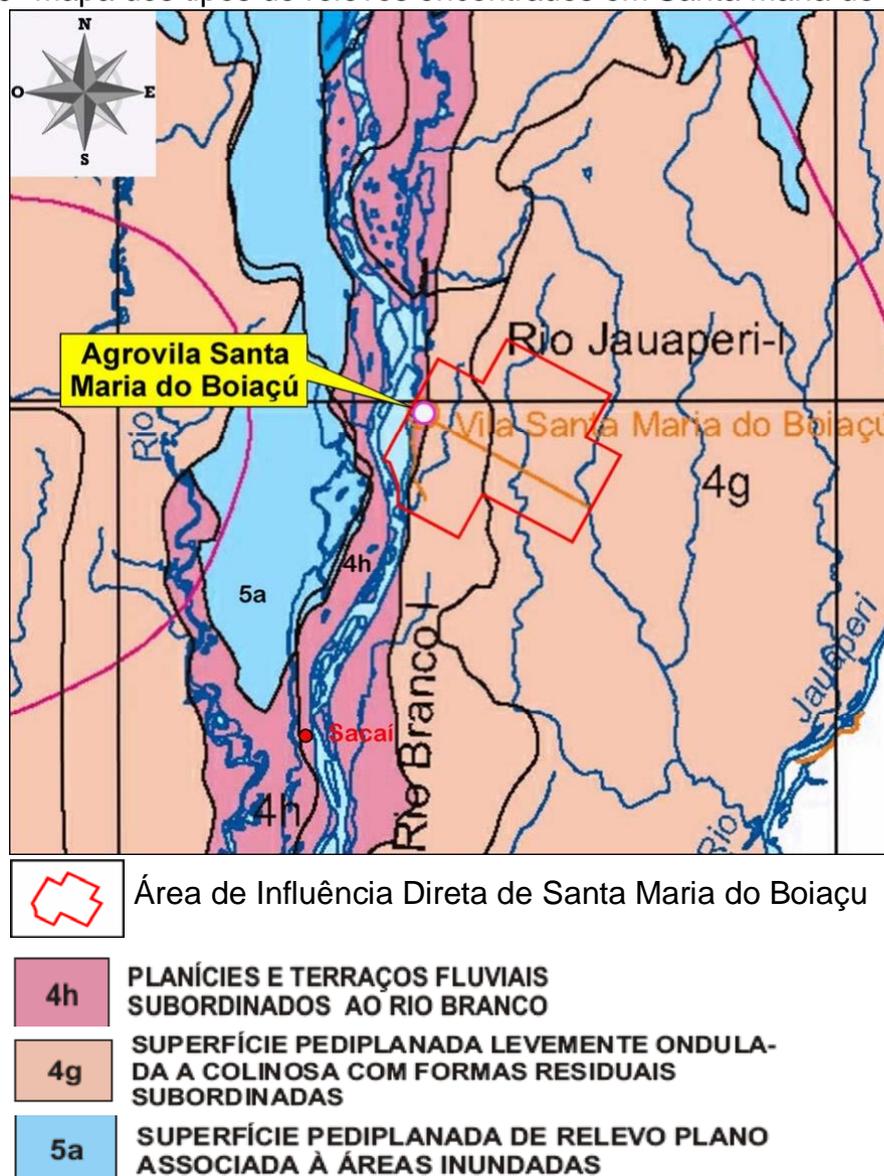
c) Superfície pediplanada de relevo plano associado a áreas inundadas - caracterizado por terrenos planos, associado a áreas ocasionalmente inundáveis nos períodos chuvosos, com trechos alagados por prolongados a permanente período de tempo, chamados de Pantanal⁴⁵ Setentrional. Essa superfície se desenvolve sobre rochas sedimentares⁴⁶ da Formação Iça e eventualmente sobre rochas graníferas e alcalinas do Escudo das Guianas.

⁴⁴ Período Holoceno – Na escala geológica, o holoceno ou holocênico é a época do período Quaternário da Era Cenozóica do Éon fanerozoico, que se iniciou há cerca de 11,5 mil anos e se estende até o presente, onde a humanidade se desenvolveu. O desenvolvimento da humanidade se deu principalmente graças ao clima mais ameno e estável (Uso comum. In – Wikipédia. enciclopédia livre- Holoceno).

⁴⁵ Pantanal- é um bioma constituído principalmente por uma savana estépica, alagada em sua maior parte (Uso comum. In – Wikipédia. enciclopédia livre- Pantanal).

⁴⁶ Rochas sedimentares - as rochas sedimentares são rochas formadas através da deposição, e consequentemente cimentação ou consolidação de fragmentos provenientes de material mineral ou material orgânico (Uso comum. In – Wikipédia. enciclopédia livre- Rochas sedimentares).

Figura 9 -Mapa dos tipos de relevos encontrados em Santa Maria do Boiaçu.



Fonte: CRPM, Projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico de Roraima, INTERAIMA (2010).

3.1.5 Solo

Segundo dados da LSIE (2017, p. 26), o sul de Roraima possui um relevo plano com variação altimétrica entre 100 e 150 metros, onde sua área está situada sobre as Unidades Morfoestruturais: Depressão do Rio Branco-Rio Negro e Planície Amazônica. Uma das principais características destas unidades é o fato de serem áreas de baixa elevação, que são permanentemente ou periodicamente inundadas. Assim, segundo dados da FEMARH (2017, p. 20-24), o relevo do Baixo Rio Branco é constituído por cinco tipos de solos:

a) Argiloso Amarelo – são solos formados por minerais, bem desgastados e com pouca umidade. Geralmente esses solos apresentam relevos com variações de plano a suave ondulado e ondulado, com predominância de vegetação de savanas e florestas. Esse tipo de solo é encontrado no sul do Baixo Rio Branco.

b) Espodossolo Cárstico e Ferrocárstico – são solos constituídos de material mineral de pouca drenagem. É um solo ácido, com saturação de bases baixa e com alto teor de alumínio. Geralmente as áreas de localização desses solos são usadas para a conservação da flora e fauna ou como áreas para explorações pontuais de materiais de construção. Esses solos, estão localizados em uma pequena área no centro-norte do Baixo Rio Branco.

c) Neossolo Quartzarênico – são solos minerais pouco evoluídos, com alta concentração de areia. Esse tipo de solo é encontrado em relevo plano e suave ondulado, nas planícies do rio Branco e nas áreas alagadas no sul do estado de Roraima. Assim, é encontrado em toda área que compreende o Baixo Rio Branco.

d) Latossolo Amarelo – devido ao elevado índice de acidez com alumínio, baixo teor de nutrientes e textura argilosa, são solos constituídos por baixa fertilidade. Geralmente, o Latossolo Amarelo (Figura 10) é constituído por um relevo que varia de plano a suave ondulado, onde existem a vegetação do tipo savanas ou floresta densa e aberta, com elevados percentuais de alterações para capoeiras e macegas. Esse tipo de solo é encontrado em grande proporção na parte sul do Baixo Rio Branco.

Figura 10 - Latossolo Amarelo.

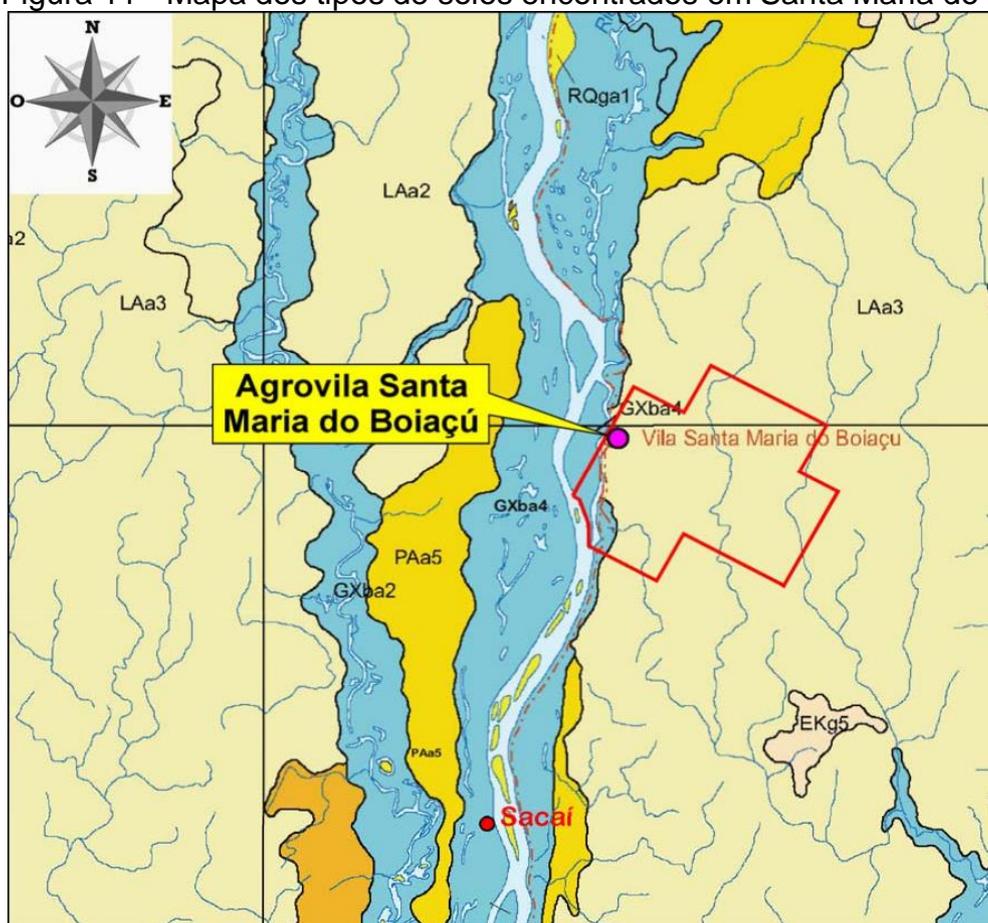


Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

e) Gleissolo Háptico e Melânico – são solos minerais, mal drenados, pouco profundos, originados pela deposição recente de materiais finos, geralmente encontrados em relevo plano, na extensão ao longo das planícies, margens e terraços do rio Branco e seus tributários. Esse tipo de solo é localizado em toda região do Baixo Rio Branco.

Segundo dados do INTERAIMA (2010), os solos encontrados no relevo da área da comunidade de SMB, são do tipo Latossolo Amarelo e Gleissolo Hápticos (Figura 11).

Figura 11 - Mapa dos tipos de solos encontrados em Santa Maria do Boiaçu.



Área de Influência direta da Agrovila Santa Maria do Boiaçu.



GLEISSOLO HÁPTICO Tb Alumínico (Entisols Fluvaquents)

GXba4 - GLEISSOLO HÁPTICO Tb Alumínico típico (Typic Fluvaquents) A moderado textura média + NEOSSOLO FLÚVICO Tb Distrófico típico (Typic Haplaquents) A moderado textura média e arenosa + NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Hidromórfico distrófico típico (Typic Psammaquents) A fraco floresta densa relevo plano.



LATOSSOLO AMARELO Alumínico (Oxisols Hapludox, Kandiodox)

Laa3 - LATOSSOLO AMARELO Alumínico argiloso (Typic Kandiodox) A moderado textura muito argilosa + ARGISSOLO AMARELO Alumínico típico (Typic Kandiodults) A moderado textura média/argilosa floresta densa relevo plano.

4 ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO BAIXO RIO BRANCO

4.1 OS PROCESSOS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO

A Amazônia é uma região que, além de possuir a maior biodiversidade do planeta, é considerada “extremamente complexa e diversificada” quanto a sua formação étnica e cultural (MAGALHÃES, 2008, p. 35). Na Amazônia, essas características humanas estão vinculadas aos processos de ocupação da região que vem, desde a colonização europeia, atrelados ao capitalismo mundial e às prioridades econômicas e geopolíticas do Brasil.

Segundo Becker (2015, p. 203), a ocupação do Brasil e de toda a América Latina é decorrente de um amplo “processo de expansão marítimo das empresas comerciais e Estados europeus para exploração de recursos naturais”. Nisto, ainda podemos acrescentar o processo de movimento geopolítico nacional imperial e republicano, que buscava manter a soberania sobre o território por meio das relações regionais estabelecidas pela imigração nordestina que contribuiu para “o povoamento, para a extração da borracha e para a unidade e configuração da Amazônia atual” (BECKER, 2015, p. 211). Desse modo, os processos de ocupação e transformação da região Amazônica sempre estiveram associados aos interesses capitalistas.

Sendo assim, a colonização na Amazônia sempre teve o objetivo de buscar riquezas minerais e vegetais. Para Becker (2015), o poder econômico sempre foi o principal e grande motivador dos processos de ocupação nessa região, que começou com a chegada, em grandes expedições, de desbravadores europeus à procura de riquezas e terras.

A ocupação da região Amazônica é um processo antigo que vem desde o século XVI, com a chegada dos colonizadores portugueses que já encontraram a região habitada por populações humanas, os povos indígenas. Estes eram nativos que possuíam uma estrutura social, política e cultural própria e consolidada, vivendo espalhados na região. Assim, para garantir a posse do território amazônico, os portugueses associaram suas políticas de ocupação com as estratégias geopolíticas e de exploração econômica. Desse modo, em 1616, com a criação do Forte do Presépio de Santa Maria (futuramente a cidade de Santa Maria de Belém), “os portugueses iniciaram o primeiro núcleo urbano da Amazônia” (MAGALHÃES, 2008, p. 36).

Além disso, para Magalhães (2008), os portugueses não se limitaram somente a estabelecer territorialidades com as feitorias e missões religiosas, mas também estabeleceram uma luta para expulsar os demais invasores europeus para garantir o domínio da região. Assim, os portugueses que tinham certa experiência colonial com outros países, como África e Índia, passaram a dominar os povos indígenas. Por consequência, as grandes diferenças culturais existentes entre essas duas populações, além da superioridade do poder bélico dos colonizadores portugueses, provocaram diversos conflitos e revoltas, resultando em mortes, massacres e explorações de comunidades indígenas na região. Portanto, a violência contra os povos indígenas deixa clara a fragilidade deles diante do “poder bélico do invasor que quer reconhecer a posse em seu território” (GALDINO, 2018, p. 19).

Conforme Nascimento e Silva (2012, p. 05), “a conquista do território pelos portugueses teve dois períodos distintos”: o primeiro, marcado pela trabalho escravo e tentativa de destruição da cultura dos povos indígenas pelos bandeirantes na busca de riquezas naturais, como ouro, prata e diamantes; e o segundo, marcado pelas missões religiosas para pacificar os nativos. Como naquela época não foram encontradas as riquezas esperadas, a forma mais fácil de obter lucros internacionais para Portugal foi usar a exploração da mão de obra indígena como maneira de se apropriar dos recursos naturais disponíveis na região.

Assim, a implantação dos núcleos missionários no século XVII foram as primeiras territorialidades concretas existentes para consolidar a apropriação dos recursos amazônicos. Desse modo, os núcleos tinham o objetivo de servir como ponto de transferência de excedentes econômicos para os países europeus e como base militar e missionária. Além disso, “os missionários tinham o poder de controlar e alterar a vida nas aldeias para garantir os interesses dos colonizadores portugueses” (NASCIMENTO; SILVA, 2012, p. 06). Elas eram organizadas pelo capitão de aldeia, que geralmente era um colono escolhido pela Coroa portuguesa para desenvolver os trabalhos.

O capitão de aldeia seria responsável por várias tarefas, dentre as quais: representar e fazer cumprir as atribuições impostas pela Coroa portuguesa à aldeia em todos os sentidos; comandar as formas de recrutamento e escravização de mão de obra indígena; empreender a distribuição de aluguel dos índios entre os colonos, missionários e o serviço real da Coroa portuguesa; atuar como juiz cível e criminal, julgando e estabelecendo penas; fiscalizar o pagamento dos salários aos índios, a fim

de impedir que esses fossem enganados pelos colonos (MAGALHÃES, 2008). Porém, a maioria dos chamados capitães de aldeia era militares, corsários, mercadores e, em grande número, criminosos punidos em Portugal. Assim sendo, os índios eram recrutados de diversas formas para servirem de mão de obra escrava visando somente o projeto mercantilista da Coroa portuguesa, sem a mínima preocupação com seu bem estar.

Em decorrência das dificuldades com o isolamento geográfico, o sistema de plantation⁴⁷ não foi bem sucedido economicamente na Amazônia, mas foi com as drogas do sertão e de outras especiarias tropicais que Portugal promoveu sua recuperação econômica. Assim, a Coroa portuguesa organizou inúmeras expedições lideradas por “sertanistas e por militares” para extrair produtos da floresta com a utilização da mão de obra indígena (MAGALHÃES, 2008, p. 37).

Com o aumento do comércio e a necessidade de transporte rápido para as especiarias, várias aldeias acabaram sendo criadas às margens do rio Amazonas e de seus afluentes, sendo depois transformadas em pequenos núcleos urbanos. Após a perda do interesse europeu nos produtos tropicais, o ciclo das drogas do sertão perde sua força na região, fazendo com que a economia tivesse um declínio, ocasionado o desaparecimento de alguns desses núcleos.

A partir da Revolução Industrial e a crise do Absolutismo Monárquico no século XVIII, a Amazônia começa a passar por um processo de reorganização econômica e política com a transformação da região como unidade territorial para unidade política de metrópole. Assim, a caracterização regional, geográfica, econômica e política da Amazônia foram delineadas de acordo com as intenções e ações do reformismo português.

Dessa forma, de acordo com as normas publicadas pela administração do Marques de Pombal, primeiro ministro do rei Dom José I, a Amazônia teve seu desenvolvimento baseado nas seguintes medidas principais: modificação da política relativa à mão de obra indígena (liberdade para os índios); expulsão, confisco e redistribuição das propriedades dos jesuítas; incentivo ao desenvolvimento agrícola

⁴⁷ Plantation – ou plantação é um tipo sistema agrícola baseado em uma monocultura de exportação mediante a utilização de latifúndios e mão de obra escrava. Foi muito utilizado na colonização da América – sendo mais tarde levado para a África e Ásia, principalmente no cultivo de gêneros tropicais, e é atualmente comum em países subdesenvolvidos, com as mesmas características, exceto por não empregar mão de obra escrava (Uso comum. In – Wikipédia. enciclopédia livre – Plantation).

com povoamentos através de imigração de casais negros; instituição de uma companhia de comércio monopolizado; reformulação e ampliação das máquinas administrativas locais e a transformação das antigas administrações “em vilas ou em novas com denominações e incentivos a miscigenação com índios” (MAGALHÃES, 2008, p. 40).

Com essas medidas apresentadas, a fase pombalina deixou marcas importantes e fundamentais na caracterização da sociedade colonial da região, permitindo traços econômicos e políticos na valorização regional. Nesse sentido, permitiu uma política agrícola e comercial na Amazônia, baseada em solicitações externas do mercado internacional.

A partir da metade do século XIX, o ciclo da borracha com a exploração do látex fez com que acontecesse um impulso no crescimento econômico na região Amazônica. O aumento da exploração da borracha incentivou a migração para a região, principalmente de nordestinos, e do povoamento aos longos dos rios permitindo assim, uma nova dinâmica regional por meio da entrada de novos meios de comunicação, infraestrutura de transportes e novos espaços urbanos, além de proporcionar um crescimento industrial e financeiro decorrentes do surgimento de novas áreas de extrativismo (MAGALHÃES, 2008).

Segundo Magalhães (2008, p. 44), “o uso do látex foi registrado, pela primeira vez, entre os índios do Haiti e do México no preparo de bolas, sapatos e capas”. Na Amazônia, os índios habitantes próximos a área do rio Solimões chamavam de Hevea a matéria flexível com a coagulação do látex. Assim, as botelhas manufaturadas pelos nativos amazônicos ganharam posição no comércio de exportação para os Estados Unidos. Através do processo de vulcanização, a goma elástica conseguiu um importante lugar na indústria nacional e internacional.

No auge da exploração do látex, os seringais se localizavam no estado do Pará, porém, em detrimento de técnicas erradas na extração, “as seringueiras logo foram sendo destruídas, sendo, infelizmente, encontradas somente na floresta dos mangues dos rios Madeira, Purus e Juruá” (NASCIMENTO; SILVA, 2012, p. 8). Assim, nos primeiros anos do século XX, ocorre um declínio dessa atividade na região, levando ao desaparecimento ou estagnação de alguns espaços urbanos que tinham a sua economia local baseada nessa forma de produção.

Segundo Magalhães (2008, p. 45), a necessidade de ampliar áreas de exploração durante o ciclo da borracha contribuiu para “a migração para a região

Amazônica”. Com crescente demanda pelo látex, os governos da Amazônia foram obrigados a chamar populações de outras regiões do país. Para tanto, promoveram ações, divulgações, subsidiaram gastos com transportes e até antecipações de pagamentos. Desse modo, migrantes de todo o Brasil, principalmente do Nordeste, chegou à Amazônia, contribuindo para o aumento considerável da população dessa região.

No final do século XIX e começo do século XX, o plantio e o cultivo do seringal se tornaram a mais nova expressão econômica da Amazônia e a mais nova fase do processo histórico da economia brasileira. Durante anos, os processos de ocupação do espaço Amazônico foram processados de forma indisciplinar, sem muita organização e interesse pela posse da terra, considerando que o intuito era apenas extrair ou retirar o produto oferecido pela a natureza.

Com a explosão econômica da borracha, muitos trabalhadores ou posseiros tiveram que legalizar a terra como propriedade para ter acesso aos seus recursos. Assim, com o cultivo da seringa, o latifúndio passa a ser uma característica organizada da economia da região. Desse modo, era possível observar firmas ou grupos de assentados formando estruturas (armazéns, habitações, barracões) de forma organizada próximos às plantações de seringas às margens dos grandes rios ou nas proximidades. As pequenas vilas serviam como base para os trabalhadores e para os vários agentes do sistema de aviamento⁴⁸, responsáveis pelo financiamento, transporte do produto/mercadoria e distribuição dos trabalhadores migrantes nordestinos aos seringais. O sistema de aviamento, representantes de ricos clientes do exterior, também era responsável pelas expedições exploratórias das atividades econômicas na região (MAGALHÃES, 2008).

A base da estrutura socioeconômica do sistema de aviamento era constituída da seguinte forma: o seringueiro produtor e extrator, o seringalista proprietário/patrão do seringal e as casas centrais em Belém e Manaus. Nos seringais, podiam ser encontrados diversos tipos sociais, desde autoridades, militares, patrão, seringalista, contadores, caixeiros, comboieiros, toqueiro, caçadores, migrantes, povos nativos, canoieiros e pescadores. Portanto, uma população diversificada que formavam as pequenas vilas.

⁴⁸ Aviamento – “sistema que compreendia vários agentes” [...] “foi uma instituição que se consolidou a partir do contato da sociedade amazônica com um sistema altamente monetarizado, o capitalismo industrial europeu” (MAGALHAES, 2008, p. 48).

Nesse contexto, a expansão e produção da borracha deu origem a um sistema econômico e a um comércio exportador de grandes dimensões, mas que despencou consideravelmente com o passar dos anos em relação a concorrência da Inglaterra que, por meio do contrabando de sementes de seringueiras cultivadas em suas colônias na Ásia e em outros países, conseguiu sanar as necessidades dos países exteriores. O fim da cultura seringalista e a crise econômica forçaram algumas pessoas a procurarem outros locais para viverem. Em contrapartida, a população já familiarizada à região e que ficou nas vilas teve que adaptar suas atividades produtivas para sobreviver e procurar outras fontes de recursos. Sendo assim, as culturas de subsistência nas várzeas como o cultivo de mandioca, feijão, arroz, milho, coleta de castanha e extração da madeira permitiram que essas populações continuassem assentadas nessa região (MAGALHÃES, 2008).

De acordo com Magalhães (2008, p. 55), “outras atividades, como a pecuária e a exploração⁴⁹ da maçaranduba (*Manilkara huberi*), sorva (*Couma utilis* Muell. Arg.), balata (*Mimusopis amazônica* Mart.) e timbó (*Tephrosia nitens*)”, passaram a dar com mais regularidade, assegurando as populações ribeirinhas fontes de recursos financeiro. Assim, com o fim do ciclo da borracha, apesar de mais lento, continuou a existir mercado para os produtos extrativistas e mercadorias desenvolvidas oriundas da floresta. Dessa forma, a atividade agrícola passou a ocupar, a partir desse período, uma posição mais importante no contexto.

Para Magalhães (2008), nos dois períodos em que esteve à frente da presidência, Getúlio Vargas procurou fortalecer as funções do seu governo por meio da elaboração e execução de diversos programas de desenvolvimento nacional, principalmente os relativos à região Amazônica. Compreendendo que a solução econômica para a região Amazônica estava na exploração de suas riquezas, seu governo desenvolveu alguns programas de desenvolvimento regional com o objetivo de sanar os problemas relacionados à colonização, saneamento, crédito, transporte e organização do trabalho. Assim, executou algumas políticas desenvolvimentistas para povoar e fixar sujeitos na região mediante recursos financeiros, financiamentos e

⁴⁹ Exploração – Para a geociências, a exploração, ou exploração em português de Portugal, é um termo técnico usado para referir a retirada, extração ou obtenção de recursos naturais, geralmente não renováveis, para fins de aproveitamento, transformação e utilização (Uso comum. In – Wikipédia. enciclopédia livre – Exploração de recursos naturais).

acordos de instalações de aparatos institucionais como agências, comissões, aeroportos, superintendências e bancos como o BASA (Banco da Amazônia).

Assim, no ano de 1943, o presidente criou os Territórios Federais do Amapá, Guaporé (atual estado de Rondônia) e Rio Branco (atual estado de Roraima). Com a criação desses territórios e após o golpe militar em 1964, a ocupação da Amazônia foi prioridade na Doutrina de Segurança Nacional. Considerando que o governo militar tinha o objetivo de implantar projetos que permitissem a modernidade nacional e a aceleração da reestrutura do país, as novas políticas e estratégias por ele concebidas investiu em mão de obra sob forte controle social, implementadas através de várias leis. Estas seriam responsáveis pela criação da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), com o objetivo de planejar e controlar a ação federal na região. Assim, na região Amazônica, o BASA e a SUDAM constituíram órgãos que incentivaram projetos industriais, pecuários e agrícolas. Associados com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), possibilitaram novas colonizações na região.

O período de 1970 a 1975 foi caracterizado pelo “aumento da importância do papel do Governo Federal na Amazônia” (MAGALHÃES, 2008, p. 62). Desse modo, objetivando a integração nacional através da construção de rodovias, o governo de Médici, em conjunto com assentamentos oficiais, promove a construção da rodovia Transamazônica para ligar as regiões Norte e Nordeste do país. Assim, com a criação do PIN (Programa de Integração Nacional), os homens sem-terra atraídos por terras produtivas e baratas, poderiam ser levados à região Amazônica.

Para o governo federal, ocupar o território amazônico era prioridade para evitar a invasão estrangeira na região, principalmente depois das descobertas de jazidas de ferro realizadas pelo RADAM (Radar da Amazônia). Pensando nisso, o governo se empenhou ainda mais em concretizar os projetos previstos pelo PIN. E, com a cooperação de vários órgãos dos ministérios do governo federal, como DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), SUDAM, FUNAI (Fundação Nacional do Índio), SUDENE (Superintendência de desenvolvimento do Nordeste) e vários outros, coordenaram um mutirão inter administrativo para promover e agilizar os programas de ocupação.

Nesse contexto, foram lançados também alguns programas como:

- PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras), criado com o objetivo de facilitar a aquisição de terras, melhorar as condições do trabalhador rural e promover a agroindústria na Amazônia e no Nordeste;
- I PND (Plano Nacional de desenvolvimento), criado com o objetivo de preconizar a Integração Nacional através da construção das estradas Transamazônica e Cuiabá-Santarém; instalar redes de aeroportos com função estratégica; medida para integrar as bacias fluviais amazônicas com as do Centro-Sul; instalação dos sistemas de telecomunicações entre a Amazônia e o resto do país; facilitar a abertura da Amazônia pela radiodifusão e com a nova infraestrutura das Forças Armadas brasileiras. O I PND teria o incentivo da SUDAM e SUFRAMA para desenvolver, integrar e analisar as prioridades regionais e demais setores e atividades;
- POLAMAZÔNIA (Programa de Polos Agropecuários da Amazônia), criado com o objetivo de promover o aproveitamento integral das potencialidades agropecuárias, florestais, agroindústria e minerais. O programa POLAMAZÔNICA foi fundamentado pelo POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado).
- POLONOROESTE (Programa de Desenvolvimento Regional), criado com o objetivo de desenvolver, por meio da abertura de estradas, a colonização de Rondônia e Mato Grosso.

A partir da década de 80, com a crescente necessidade de conscientização da preservação ambiental decorrente das ações de ocupação na natureza, o governo federal instituiu alguns modelos de apropriação dos recursos naturais sem agredir a biodiversidade. Nesse sentido, a reserva extrativista constitui uma forma de território amparada pela lei que possibilita a exploração regular e comercialização dos produtos naturais pelo manejo controlado das populações. Os principais produtos retirados da natureza e usados no beneficiamento de outros, principalmente usados na indústria farmacêutica e cosméticos foram: açaí, buriti, patuá, pupunha, piquiá, castanha do Pará, bacuri, camu-camu, cupuaçu, taperebá, copaíba, sorva, andiroba, babaçu, ucuúba, pau-rosa e sacaca.

Desse modo, nos últimos tempos, a região Amazônica passou por um intenso processo de ocupação estimulado pelo governo federal. Além das medidas tomadas para a ocupação amazônica, a distribuição de terras localizadas nos recentes territórios estimulou movimentos espontâneos de povoamentos como também

proporcionou projetos como o PIN e PIC (Programa de Integração e Colonização), ambos coordenados pelo INCRA, para distribuir terras sob o controle do Estado. Além disso, ainda podemos destacar os novos estilos de ocupação econômica concedidos pelo governo na Amazônia caracterizados pelos Grandes Projetos de Mineração, que têm na extração de minério o seu principal componente.

Assim, o desenvolvimento deste capítulo, vai apresentar toda a contextualização histórica referente aos processos de ocupação e domínio do espaço Amazônico e da colonização da região do rio Branco, levando em consideração a formação territorial de Roraima, a criação do município de Rorainópolis, a ocupação e colonização do Baixo Rio Branco mediante aos grandes projetos de migração e colonização pelo qual passou a região, principalmente no que tange a localidade da comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu.

4.2 A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DO RIO BRANCO

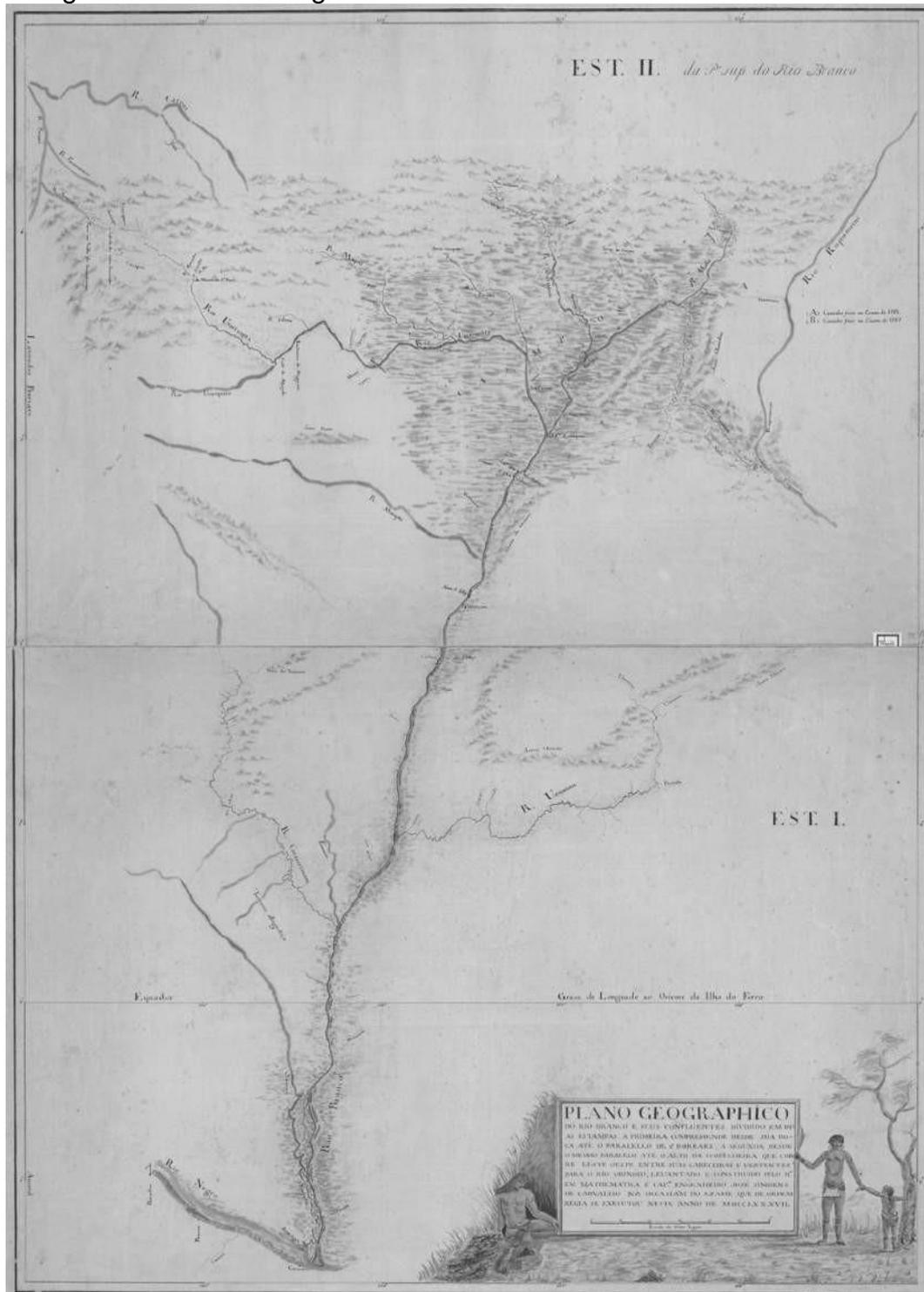
Na América, na primeira metade do século XVI, o apoderamento espanhol promoveu um “gigantesco saque nas riquezas dos povos nativos que estavam sob domínio da coroa hispânica (GALDINO, 2018, p. 26). E, com o objetivo de mostrar hegemonia ao Velho Mundo, por meio de posses materializadas de ouro e prata, fez com que o espanhol Francisco Orellana, no ano de 1539, explorasse a região amazônica à procura de riquezas dos povos da floresta.

Segundo Galdino (2018, p. 26), “relatos por toda a Europa especulavam sobre possíveis” tesouros na região. Ainda segundo o autor, “com a notícia, eclodiu a presença de holandeses e ingleses aventurando-se pela Amazônia Internacional em busca do El Dorado – a lenda amazônica do tesouro de Manoa”⁵⁰. E, como resultado, expedições europeias percorreram pelos leitos dos rios da bacia amazônica na busca por tesouros e, promoveram verdadeiros massacres e aniquilamento de diversas etnias indígenas.

Desde o século XVII, os colonizadores portugueses realizavam explorações na região do Vale do Rio Branco (Figura 12) à procura de tesouros. Mas foi com a expedição desbravadora comandada por Pedro Teixeira que ocorreu o reconhecimento das águas do rio Branco, que posteriormente, no século XVIII, inicia o processo de ocupação e colonização (GALDINO, 2018).

⁵⁰ Manoa – cidade erguida de ouro maciço e de muitas riquezas (GALDINO, 2018, p. 26).

Figura 12 - Carta Geográfica do Vale do rio Branco do ano de 1787.



Fonte: Mapa retirado do trabalho de pesquisa de Abreu (2019) – Acervo digital da Biblioteca Nacional.

Para Ferri (1990, p.13 *apud* Galdino, 2018, p. 27), cabe ressaltar que “nesse momento histórico ocorreu um deslocamento de indígenas para o interior” ou para outras áreas, além do aliciamento, dizimação e tentativa de civilizá-los. Também é importante lembrar que, em 1963, a região Amazônica foi dividida entre as principais ordens religiosas, de acordo com sua área de atuação. Assim sendo, “os jesuítas ficaram com a margem direita do rio Amazonas ao sul da região e; os Mercenários, Franciscanos de Santo Antônio, Franciscanos de Piedade e a dos padres Carmelitas ficaram da esquerda da margem do rio Amazonas ao norte da região (GALDINO, 2018, p. 27). Sendo assim, durante o período do final do século XVII ao começo do século XX, a Ordem dos Carmelitas teve presença na região do rio Branco.

No contexto da economia colonial, “a produção natural da região do rio Branco prestava-se igualmente à atividade extrativista” (FARAGE, 1991, p. 55). Na fase inicial de ocupação portuguesa no rio Branco, a principal exploração estava ligada ao extrativismo das drogas do sertão e à escravidão do índio para servir de mão de obra. Assim, podemos destacar o comerciante Francisco Ferreira e o frei carmelita Jerônimo Coelho que realizaram grandes atividades nessa região.

Segundo Farage (1991), os primeiros produtos exportados de origem do rio Branco, além de escravos indígenas, foram o cacau, salsaparrilha, madeira, cravo e outros gêneros de extração extrativista, como a pesca e viração de tartarugas (ovos, banha e carne). Mas foi a extração de cacau, de fácil acesso nas margens do Baixo Rio Branco, que foi a extração mais significativa para suprir o mercado regional da capitania do rio Negro no século XVIII.

Mas, por mais expressiva que fosse a importância dessa extração, dois outros motivos foram fundamentais para a ocupação do rio Branco pelos portugueses: suprir o mercado interno colonial com escravos índios e impor uma posição política oficial na região. Desse modo, a ocupação colonial portuguesa no rio Branco foi militar e teve o objetivo de impedir domínios de outros colonizadores na região.

Assim, levantou-se a construção do Forte de São Joaquim, em 1775, entre os rios Uraricoera e Tacutu conforme Galdino (2018, p. 29), foi para “defender a região das invasões dos europeus e explorações quanto aos recursos naturais “da Amazônia. E, que na visão de Farage (1991, p. 68), “o rio Branco e seus tributários” foram durante muito tempo, “uma das principais zonas de fornecimento de mão-de-obra escrava indígena para o Pará”. Assim sendo, durante muitos anos, o Vale do Rio

Branco era conhecido no mercado interno como uma região estratégica de abastecimento de escravos para o país.

Outro fato existente para garantir a posse do vale do Rio Branco foi a criação de cinco aldeamentos: nos rios Uraricoera (Nossa senhora da Conceição) e Tacutu (São Felipe); no Baixo Rio Branco (Nossa Senhora do Carmo) e no rio Branco (Santa Bárbara e Santa Isabel). Para os portugueses, a criação desses povoados era vista como a consolidação de seu domínio. Entretanto, a falta de mantimentos para mantê-los motivou o fracasso dessas missões, que se resumiu apenas em manter o Forte de São Joaquim. Mas segundo Galdino (2018, p. 30), nas aldeias, além dos indígenas serem maltratados pelos “diretores e soldados”, a falta de abastecimento para manter a alimentação fez com muitos fugissem do local.

Em virtude disso, os portugueses encontraram na pecuária uma nova alternativa para ocupar e povoar o Vale do Rio Branco. Sendo assim, o coronel Lobo D' Almada trouxe para o Vale do Rio Branco as primeiras cabeças de gado para criação nos campos e savanas existentes. A nova atividade econômica tinha a finalidade de abastecer o mercado interno com carnes e couro e de atrair e fixar colonos para o Vale do Rio Branco. Dessa maneira, foram fundadas três fazendas próximas ao Forte de São Joaquim: São Marcos, São Bento e São José. E, somente “em 1830 foi fundada a fazenda com o nome de Boa Vista” (MAGALHÃES, 2008, p. 87).

A respeito disso, Galdino (2018, p. 34) coloca que a Fazenda Boa Vista foi “fundada pelo então oficial do Forte São Joaquim, Inácio Lopes Magalhães” que, recém chegado do Nordeste (Ceará), se encantou com as potencialidades ambientais da área.

A criação da Fazenda Boa Vista iniciou um processo de migração e expansão territorial no rio Branco, pois com o sucesso da criação de gado, outras fazendas particulares foram fundadas. Desse modo, a criação de gado passou a ocupar os campos do Vale do Rio Branco e motivou o fluxo migratório, principalmente vindo do Nordeste, à procura de trabalhos relacionados à atividade pecuária.

No que tange ao extrativismo vegetal nesse período, ainda existia a coleta da seringa e de castanha, porém no sul da região. Com relação à atividade de garimpo para extração de ouro e diamantes, o mesmo aconteceu na década de 40, em rios como o Maú e Cotingo e locais como a Serra do Tepequém no Alto Rio Branco, mas

que não representou um “movimento migratório de grandes proporções até a criação do Território Federal de Roraima na década de 40” (MAGALHÃES, 2008, p. 89).

O surgimento de fazendas nos campos do rio Branco gerou uma atividade econômica que permitiu a fixação de grupos migrantes na região. Assim, “surgiram os primeiros núcleos familiares assentados legitimados em terras rurais”, que mais tarde foram caracterizados de freguesias (GALDINO, 2018, p. 39). Como ainda era considerada uma região pouco ocupada e necessitava de mais controle e proteção, em 18 de setembro de 1850, pelo o ato da Lei nº 601 (Lei das Terras do Império), o imperador D. Pedro II iniciou uma organização de registros das terras rurais que permitiu “a instalação de uma freguesia da sede da fazenda Boa Vista” (GALDINO, 2018, p. 41).

Com a Proclamação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889 e com uma nova estrutura política administrativa no Amazonas, o município de Boa Vista do Rio Branco é criado pelo Decreto Estadual nº 49 pelo governador Augusto Ximenes de Ville Roy, em 1890, sendo nomeado como superintendente João Capistrano da Silva Mota. Assim, o povoamento do Rio Branco foi “constituído por militares, fazendeiros, padres, índios e por coletores extrativistas, mas também contou com outros elementos: os garimpeiros, os colonos e os funcionários públicos.” (MAGALHÃES, 2008, p. 89).

4.3 A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE RORAIMA

Roraima está localizado na região Amazônica brasileira, no extremo Norte do Brasil. Tem limites ao Norte, com a Venezuela e com a Guiana Inglesa; ao Sul, com o estado do Amazonas; a Leste, com o estado do Pará e com a Guiana; a Oeste com o estado do Amazonas e com a Venezuela. O estado possui cerca de 958 km de linha de fronteira com a Venezuela e 964 km com a Guiana (MAGALHÃES, 2008).

Segundo Veras (2009), até o ano de 1943, o município de Boa Vista estava vinculado às decisões políticas do estado do Amazonas, ou seja, ele não possuía características econômicas, políticas e sociais de um espaço urbano. Para Veras (2009, p. 57), o espaço urbano do município era somente um “apêndice, uma ponta de ocupação”, onde a povoação era uma malha com três ruas paralelas à margem do rio Branco.

Conforme Galdino (2018), a região do rio Branco foi beneficiada indiretamente com o boom econômico da borracha no Amazonas e a pecuária desenvolvida na região era responsável por abastecer parte do estado do Amazonas. Em 1909, com a crise da borracha, existiu na região um fluxo migratório de seringueiros à procura de ouro e diamante além de uma missão atuante da Ordem Religiosa dos Beneditinos, cujo objetivo era de resolver principalmente os “sérios problemas de ordem financeira, bem como a falta de vocações missionárias” (VIEIRA, 2003, p. 92).

É bom ressaltar que esse fluxo migratório abrangeu também pessoas de todo o país à procura de riquezas minerais no norte de Boa Vista. Assim, ocuparam espaços e transformaram o garimpo na terceira forma de economia do Estado. Segundo Silva (2007), a mineração era realizada tanto pelos imigrantes quanto pelos indígenas locais, que se acomodaram espontaneamente e começaram a habitar a região.

Diante disso, Boa Vista encontrava-se precária e com um cenário que preocupava o gestor da época. Por esse motivo, o engenheiro Darcy Aleixo Derenusson ficou com a tarefa de organizar e ampliar o plano urbanístico da velha Boa Vista, para o qual contratou uma equipe especializada para cuidar da capital do Território Federal do Rio Branco (VERAS, 2009).

Inicialmente, o estado de Roraima era denominado de Território Federal do Rio Branco, em homenagem ao rio Branco, o principal daquela região. Porém, em decorrência de constantes confusões e “clamor da população do Território” pelo fato do mesmo possuir o nome “igual” ao da “capital do Acre, o então deputado roraimense e ex-governador do Acre, Valério Magalhães, elabora uma lei para mudar o nome do Território” (GALDINO, 2018, p. 67), passando em 1962 a ter o atual nome de Roraima⁵¹. Segundo Silva (2007, p. 55), o motivo da denominação Roraima é um “reconhecimento pela importância grandiosa do Monte Roraima”, que se localiza na trijunção entre Brasil, Venezuela e Guiana – sendo um nome comum utilizado em português, espanhol e inglês, o que pareceu apropriado para a única fronteira trilingue do Brasil e da América do Sul.

⁵¹ Roraima – a palavra vem de línguas indígenas. Sua etimologia lhe agrega três significados: “Monte Verde”, “Mãe dos Ventos” e “Serra do Cajú”. Seria a junção de roro (papagaio) e imã (pai, formador). Nessa língua indígena, roro – ou também rora – significa verde, e imã significa serra, monte, formando portanto, a palavra “serra verde”, que reflete a paisagem natural da região específica (Uso comum. In – Wikipédia. enciclopédia livre – Roraima).

De acordo com Galdino (2018, p. 53), o Território Federal do Rio Branco (atual estado de Roraima) foi “criado pelo Decreto-lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943 e retificado pelo de nº 5.839 de 21/09/1943”, juntamente com os Territórios do Amapá, Rondônia, Ponta-Porã e Iguazu pelo presidente Getúlio Vargas. Embora tenha sido instituído nessa data, sua instalação como Território do Rio Branco só foi possível em 20 de junho de 1944. A criação desses territórios foi motivada, em primeiro lugar, pela necessidade de povoar a região, além de marcar limites territoriais com outros países.

Conforme Magalhães (2008, p. 91), “como estratégia de ocupação do governo federal”, o Território Federal do Rio Branco passou por três fases. Na primeira fase, que foi a de criação em 1964, as autoridades federais sentiam a necessidade de implantar uma infraestrutura básica administrativa para atender os núcleos existentes, que eram muito precários. Como era necessário recrutar técnicos para compor a equipe para formar os ambientes de trabalho, foi elaborado um Plano de Recuperação e Desenvolvimento Administrativo do Território Federal do Rio Branco, com a seguinte estrutura: governador, um departamento de serviço público, seis Divisões (Saúde, Educação, Assistência e Proteção à Infância e Juventude, Produção, Obras e Serviços Industriais e Segurança e o Parque Nacional da Ilha de Maracá).

Segundo Nunes (1948) *apud* Magalhães (2008), o primeiro governador do território, Ene Garcez dos Reis, encontrou muitas dificuldades ligadas às várias áreas socioeconômicas como: “insuficiências tributárias, rarefação demográfica, ausência de núcleos administrativos, capital humano e financeiro, pela ausência da soberania nacional nos pontos mais avançados da região”. Assim, para ocupar e desenvolver os espaços vazios era de fundamental importância incentivar e orientar racionalmente as iniciativas privadas, regular o comércio, exercer a polícia de fronteira e repressão ao contrabando e proporcionar aos habitantes os elementos essenciais de assistência social que necessitam.

De acordo com Magalhães (2008, p. 93), para solucionar esses entraves que impediam o desenvolvimento do território, foi elaborado pelo então governador um “Plano Quinquenal de Desenvolvimento - 1945-1949”, com objetivo de desenvolver o território socioeconomicamente por meio dos dois eixos fundamentais: transporte e o setor de produção. Porém, o isolamento geográfico pelas dificuldades de acesso, considerando que sua principal via era o rio Branco o qual só permitia sua trafegabilidade por alguns meses do ano, eram fatores que prejudicavam o desenvolvimento do território. Desse modo, para melhorar o fluxo de pessoas pelo rio

até a capital, foi iniciada a construção da estrada que liga Boa Vista a Caracaraí, concluída em 1948. Porém, outro obstáculo para esse desenvolvimento foi a falta de mão de obra produtiva.

Assim, foi realizado uma colonização dirigida para ocupar a região com colônias economicamente produtivas para abastecer o mercado da capital com produtos agrícolas e hortifrutigranjeiros. Essas colônias, foram patrocinadas pelo governo territorial que promoveu loteamentos de terras, meios de transporte, preparação dos locais de recepções, ajuda de custo, assistência médica e encaminhamento dos colonos. A primeira colônia dirigida foi Fernando Costa (atual município de Mucajaí), “composta por 150 famílias nordestinas que desenvolveu uma agricultura de subsistência e de comercialização do excedente” (MAGALHÃES, 2008, p.94). Porém, a alta incidência de malária e febre amarela fez com que muitos colonos abandonassem seus lotes e fossem procurar outros locais ou outras atividades, tanto que, a partir de 1970, o município de Mucajaí passou a trabalhar com extração de madeira.

Na colônia Coronel Mota (atual município do Alto Alegre), a colonização dirigida foi realizada com famílias de imigrantes japoneses e nordestinos, que produziam pimenta, hortaliças e tabaco. A colônia Bráz de Aguiar (atual município do Cantá) assentou 58 famílias que produziam arroz e mandioca. Após a instalação dessas colônias, o processo de colonização dirigida ficou paralisado durante alguns anos, voltando a retornar no ano de 1970, a partir da construção das BRs-174 e 210.

A segunda fase da colonização dirigida com o lema “Ocupar, Desenvolver e Integrar” teve o apoio dos governadores militares como: Hélio da Costa Campos, Fernando Ramos e Ottomar de Souza Pinto. Nessa fase, o território passa a ter mais autonomia de decisões, pois já possuíam em seu quadro deputados federais para ajudar na aprovação de seus projetos. Dessa forma, com a ajuda dos militares e a atuação do PIN (Programa de Integração Nacional), várias rodovias na região foram construídas dentre as quais Manaus-Caracaraí-Boa Vista, Manaus-Boa Vista-Venezuela e Boa Vista-Normandia. A construção da BR-174 foi de importância fundamental para o fim do isolamento da área, pois, além de ligar a outras regiões do país, tem âmbito internacional.

Os projetos de colonização só se efetivaram a partir da construção dessas rodovias federais. Estas “rodovias proporcionaram a vinda de muitos imigrantes de todo o país” (MAGALHÃES, 2008, p. 99), principalmente do Nordeste, atraídos pela

oferta na construção da estrada e pela possibilidade de conseguirem lotes ao longo destas, sendo assim, possível melhoria de suas vidas.

Com o fim do governo de Ramos Pereira, que inaugurou a ponte dos Macuxis, assume o Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto cujo objetivo foi de promover o desenvolvimento econômico de Roraima. Para tanto, convidou novos imigrantes para efetivar novas frentes de trabalho. Esse processo de colonização refletiu na formação de sua base eleitoral, principalmente composta por nordestinos. Desse modo, sua atuação populista foi fundamental para aumentar a população na década de 80.

É importante salientar que, nessa época, a quantidade de imigrantes foi tanta que foram criados seis novos municípios para compor essa população. Além disso, nos anos 70 e 80, o governo federal inicia projetos de colonização por meio de núcleos e assentamentos ao longo da estrada. Atualmente, o estado de Roraima possui 15 municípios que são: Boa Vista, Caracaraí, Alto Alegre, Cantá, Bonfim, Pacaraima, Mucajaí, Normandia, Uiramutã, Caroebe, Iracema, São João do Baliza, São Luiz, Amajari e Rorainópolis, este último criado a partir de um projeto de assentamento que aconteceu no sul do estado com o objetivo de explorar madeira e formar pastos para a pecuária.

Para Lacerda (2017), as instalações das fazendas de gado, a descoberta e exploração de minérios, a construção da BR 174, a criação de colônias agrícolas e os assentamentos rurais aliados ao interesse público de acessão do então território federal para estado, criaram um ambiente favorável e atrativo à imigração. Dessa forma, os projetos de colonização agrícola e assentamentos rurais tinham como principal objetivo incentivar a colonização, ou seja, formar populações em espaços funcionais para aquela região.

Desse modo, as migrações para ocupar o atual estado de Roraima foram impulsionadas por três atividades econômicas, desenvolvidas em três regiões fisiográficas distintas. Assim sendo, no Alto Rio Branco, por ser uma região de terra firme e férteis, teve a maior concentração populacional voltada para a prática da pecuária e agricultura. A região montanhosa, situada na faixa de fronteira ao norte de Roraima, foi ocupada por aventureiros em busca da extração de minérios, ouro e diamante e, por fim, “o Baixo Rio Branco, onde estão localizadas as florestas densas cujos habitantes viviam da coleta dos produtos nativos” (MAGALHÃES, 2008, p.104).

Cabe lembrar que, no atual momento, a intensa imigração venezuelana, motivada pelos problemas políticos do país vizinho, tem intensificado muito o

crescimento populacional dos municípios de Roraima nos últimos anos. Esse crescimento demográfico não planejado tem agravado os setores da saúde, educação, segurança, saneamento básico e outros. Assim, acarretando aumento dos problemas sociais e econômicos para o estado de Roraima.

4.4 O MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS

O município de Rorainópolis está localizado na porção sul do estado de Roraima, “recortado por uma rodovia federal, a BR 174” (MONTEIRO; VERAS, 2014, p. 56), que interliga o estado de Roraima à Manaus e a Venezuela. A sede do município de Rorainópolis está a 291 Km de distância da capital Boa Vista e a 468 Km da cidade de Manaus no estado do Amazonas. Portanto, Rorainópolis é considerada, segundo Soares e Souza (2014, p.108), a “porta de entrada” do estado de Roraima para o resto das cidades do Brasil.

No estado de Roraima, o município de Rorainópolis está limitado ao Norte e a Oeste com o município de Caracarái, ao Sul com o Amazonas e a Leste com os municípios de São Luiz e São João do Baliza (SEPLAN, 2010), estando sobre as coordenadas geográficas 60°25’47” de longitude Oeste e 00°56’46” de latitude Norte na microrregião sul de Roraima e na mesorregião de Rorainópolis (SOARES; SOUZA, 2014, p.107). Seus limites “incluem parte da área da Terra Indígena Waimiri-Atroari que é também a divisa do estado de Roraima com o Amazonas” (FEITOSA; et al, 2014, p. 204).

A história de Rorainópolis se inicia com a instalação de uma sede do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) na década de 70, por meio do Projeto de Assentamento Dirigido ANAUÁ – PAD/ANAUA, que tinha o objetivo de instalar colonos migrantes de outros estados do Brasil. Por muitos anos, “foi conhecida como Vila do INCRA” (MONTEIRO; VERAS, 2014, p. 56).

A partir da década de 90, com terras desmembradas do município de São Luís do Anauá e São João do Baliza, a Vila foi transformada em município pela Lei nº 100 de 17 de outubro de 1995, sendo somente instalado de forma administrativa no dia 1º de janeiro de 1997 com a posse eleita do seu primeiro prefeito o senhor Antônio Carlos Lacerda Gago, para o quadriênio 97/2000. Mas, antes de um ano de mandato, o prefeito faleceu e assumiu o vice-prefeito Geraldo Maria da Costa para o cumprimento do mandato.

Conforme dados do IBGE (2005), Rorainópolis possui uma extensão territorial de 33.594,046 km², a segunda maior do estado de Roraima, sendo constituída pelas vilas Nova Colina, Equador, Martins Pereira e Vila do Equador e, na margem esquerda do Baixo Rio Branco, pelas comunidades ribeirinhas Santa Maria do Boiaçu (esta considerada uma das mais antigas do município), Itaquera, Floresta, Dona Cota, Remanso e Sumaúma.

Ainda podemos levar em conta que a Vila do Equador se destaca por ser cortada pela linha imaginária do Equador, está representada por um Marco (uma barra de ferro cravada em uma rocha) situado à margem direita da BR 174, constituindo-se em um ponto que atrai turismo para o local. Outro lugar turístico, Santa Maria do Boiaçu é um “lugar de paraíso ecológico, limitado por barco ou avião, que abriga arquipélagos de rara beleza” (FILHO; TEIXEIRA et al., 2014, p. 85). Protegida pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), a região possui viveiro de tartarugas e promove a prática da pesca esportiva. E a Vila do Jundiá, onde se encontram os postos de fiscalização da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) e da Secretaria de Segurança Pública, porque tem início a reserva indígena Waimiri–Atroari (FEITOSA; CAVALCANTE et al, 2014).

O município de Rorainópolis apresenta a segunda maior população do estado de Roraima segundo dados do IBGE [s.d]⁵², com uma população de 24.279 habitantes e uma densidade demográfica de 0,72 hab./km, a maioria residindo na zona rural. A sua composição populacional é, sobretudo, decorrente das migrações de pessoas vindas do nordeste brasileiro, atraídas principalmente pelos projetos de colonização do Programa Nacional de Reforma Agrária do INCRA para o desenvolvimento da agricultura e pelo trabalho na construção da BR 174.

Assim, o principal fator que motivou os fluxos migratórios e ocupação na região foi o de ordem econômica, do indivíduo em busca de “melhores condições de vida por meio do emprego para suprir suas necessidades básicas de moradia e sobrevivência” (MONTEIRO; VERAS, 2014, p. 65).

4.5 A OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO BAIXO RIO BRANCO

A história de ocupação e exploração do Baixo Rio Branco, como a de todo o Vale do rio Branco, foi realizada pelos colonizadores portugueses que chegaram pelo

⁵² Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/roraima/caracarai.pdf>.

rio Negro no século XVIII e encontraram a região ocupada por povos indígenas do tronco linguístico Karib. Os karibes ou caribes (denominação dada pelos espanhóis/holandeses) ou caripunas (denominação dada pelos portugueses) eram povos que tinham características vistas com os de “nobres guerreiros, altivos e extremamente competitivos”, que caçavam e escravizavam outras etnias consideradas pacíficas para comercializar com os traficantes holandeses (FARAGE, 1991, p. 104).

Conforme Alves (2016, p. 31 *apud* PORRO, 2005, p. 25), quase todo o rio Branco era ocupado pelas etnias Pauxiânicas e Parauiana; no Jauperi: os Jauperi, Waimiri e Atruahi; no Jatapu: os Bonari. Na serra do Parima até a serra de Acaraí, mesmo de forma descontinuada, existiam ocupações dos povos de língua Aruak como as etnias Guinaú, Waptixana, Atorai e Maopityan.

Segundo Farage (1991), a chegada dos colonizadores portugueses no final do século XIX teve o objetivo não somente de ocupar as terras, mas comandar o suprimento de escravos índios no mercado colonial e se posicionar estrategicamente na Amazônia, assim como também de efetivar o reconhecimento do território do rio Branco, expulsar invasores espanhóis à procura de pedras preciosas e combater os tráficos de escravos índios para a Holanda. Dessa maneira, foi realizado um processo de aldeamento dos índios existentes na região, desencadeado de modo rápido e eficiente com a ajuda da mão de obra de índios evangelizados e por nativos encontrados escravizados entre os espanhóis.

Desse modo, com menos de dois anos após a chegada dos portugueses, foram fundados alguns aldeamentos em áreas próximas ao rio Branco. Na região do Baixo Rio Branco foi fundado o aldeamento de Nossa Senhora do Carmo, formado pelos “índios Wapichana, Parauana, Atoraiá e Saporá” (FARAGE, 1991, p. 125). O processo de aldeamento, além da fixação da população indígena nessa região, misturava vários povos étnicos subjugados por um conjunto de regras e culturas não compatíveis com os de suas etnias.

No aldeamento, os índios civilizados (grupos populares civilizados formados por padres carmelitas) eram explorados por meio de diversos serviços voltados para manter o estabelecimento português no vale do rio Branco, nos aldeamentos, povoados, sítios e roças que incluíam: transportes das canoas, pesca e coleta extrativista e animal, cultivo de roças para o sustento da população indígena e da guarnição militar. Na região do Baixo Rio Branco já existiam alguns sítios, roças e

pesqueiros, além de abundantes tartarugas cujos ovos eram usados na fabricação de manteiga. Segundo Farage (1991, p. 55), a caça de tartarugas também era destinada para extração “de óleo para suprir o mercado regional colonial”.

Com o tempo, os maus tratos e a falta de alimentação fez com que muitos indígenas fugissem dos aldeamentos e retornassem dias depois para incendiar os locais. Nesse viés, somente o aldeamento de Nossa senhora do Carmo permaneceu intacto sob o controle dos portugueses. A partir de 1784, como forma de controlar as fugas dos povos indígenas na região, a construção dos novos aldeamentos seguiu os seguintes critérios: eram construídos ao longo do rio Branco, no trecho entre o forte e as povoações portuguesas no rio Negro. Sendo assim, foram reorganizados quatro aldeamentos: Nossa senhora da Conceição, São Felipe, São Martinho e Santa Maria (atualmente Santa Maria do Boiaçu).

Esses novos aldeamentos foram organizados e consolidados levando em consideração a seguinte ótica dos portugueses: a sedentarização da população indígena e a organização da produção nos aldeamentos. Porém, para que os mesmos fossem estabilizados enquanto núcleos de povoamento, eles deveriam ser unidades autônomas de produção. Para que isso acontecesse, os indígenas deveriam produzir o seu próprio sustento. No entanto, o trabalho desenvolvido nos aldeamentos continuava exigindo trabalhos além do da localidade e com prolongadas ausências dos indígenas, causando instabilidade ao modelo de aldeamento pretendido pelos portugueses.

Considerando a situação, os novos aldeamentos continuavam sendo sustentados pela Fazenda real. Com o tempo, diante do grande número de indígenas para sustentar com o pouco envio de alimentação, as fugas em virtude da falta desta, o surgimento de doenças e os conflitos resultaram em decadência e declínio dos aldeamentos. Segundo Farage (1991, p. 167), com o tempo os habitantes dos aldeamentos morreram, fugiram para o mato ou mudaram “para diferentes vilas e lugares do Amazonas e rio Negro”. Como exemplo podemos citar a população de Santa Maria (atualmente Santa Maria do Boiaçu) que, no ano de 1798, só existiam na localidade 30 pessoas.

No Baixo Rio Branco, conforme registros realizados pela expedição de Hamilton Rice (1978) em 1924, o vale do rio Anauá parecia conter muita borracha; o Alto Jauaperi era rico em balata e borracha; e as florestas ribeirinhas possuíam muitos exemplares de samaumeiras e diversas madeiras preciosas como castanheiras e

copaibeiras. Magalhães (2008, p.129), relata que no Baixo Rio Branco, a riqueza da floresta natural se destacava pela abundância dos “seringais e pelas consideradas drogas do sertão” (anil, tabaco, canela, pimenta, baunilha, cumaru, copaíba, piaçaba, salsa, urucum, balata, dentre outros).

Assim, levando em consideração o exposto, Magalhães (2008, p. 88) coloca que a população do Baixo Rio Branco se dedicava “ao extrativismo vegetal e animal”, como a coleta da seringa, cacau, castanha, caça e pesca. Desse modo, a área coletora extrativista vegetal e animal do rio Branco era a região do Baixo Rio Branco.

Conforme Alves (2016, p. 32-33), alguns pesquisadores relatam que “a ocupação do baixo Rio Branco foi identificada por dois aspectos temporais significativos”, que são: o êxodo nordestino no período da borracha e as concentrações populacionais que ocorreram desde o período colonial.

Durante o período colonial, a riqueza da floresta natural se destacou pela abundância de seringais e das consideradas drogas do sertão. Assim, por muito tempo o comércio foi realizado em arraiais localizados às margens do rio Branco, onde os produtos oriundos do extrativismo eram comercializados e transportados por regatões⁵³. Na época do Território Federal de Roraima, os habitantes do Baixo Rio Branco ganhavam a vida pelo extrativismo. Geralmente moravam às margens dos rios e de seus afluentes, em lugares que pudessem ter a facilidade de transportar e comercializar suas mercadorias. Sendo assim, localizavam-se em espaços nos quais tinham facilidade para adquirir produtos alimentícios: peixes, caça e madeira para construção de casas. Dessa maneira estabelecidos, eles podiam comercializar seus produtos nos regatões por meio do escambo. Cabe falar que, durante décadas, toda a produção extrativista do BRB era levada para abastecer a cidade de Manaus e o Território Federal de Roraima.

No Baixo Rio Branco, os arraiais de Santa Maria (antiga sede de extração de castanha) e de Nossa Senhora do Carmo foram pontos de troca e de acesso a esses comerciantes (MAGALHÃES, 2008). Esses arraiais eram considerados parte do roteiro de comerciantes e viajantes pelo rio Branco. Com o fim do ciclo da borracha, em função da baixa qualidade do látex, o suporte econômico dessa região foi direcionado para a coleta das “drogas do sertão”, principalmente produtos como a

⁵³ Regatões – comerciantes que vendem seus produtos num barco e para em vários municípios ou lugares para concretizar suas vendas (Uso comum. In: DICIO - DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS – Regatão).

castanha e a madeira usados para atender a necessidade do mercado internacional. Assim, toda a infraestrutura da borracha foi aproveitada para a exploração, inclusive com o aproveitamento da mão de obra nordestina (os soldados da borracha) que já existia.

As populações tradicionais da região durante muito tempo viveram de forma simples, associada a pesca, extrativismo e comércio de seus produtos. Conforme Barni (2015), a expansão e a ocupação da fronteira agrícola iniciada pelo governo militar em 1970 e a abertura da BR-174 em 1977 ocasionaram uma intensificação da migração campo/cidade, promovendo o desenvolvimento do comércio em alguns municípios de Roraima, principalmente Boa Vista e Rorainópolis. Desse modo, fez com que alguns núcleos urbanos⁵⁴ ribeirinhos do Baixo Rio Branco deixassem de ter importância comercial, ocasionando um enfraquecimento econômico e produtivo nestas comunidades.

Desse modo, muitos ribeirinhos acabaram deixando esses núcleos e foram procurar melhores condições de vida em outros lugares. E, para os que ficaram em suas localidades, a floresta se tornou um grande espaço extrativista de sobrevivência e de formações socioespaciais que, atualmente, se encontram em constantes transformações. Segundo o Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TER, 2014), foram registrados 1.391 eleitores distribuídos entre as comunidades ribeirinhas do Baixo rio Branco. E, conforme dados da FEMARH (2017), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), comprovou a existência de aproximadamente 4.883 habitantes ribeirinhos nessa região.

No Baixo Rio Branco, os espaços das comunidades ribeirinhas, com o passar do tempo, foram sendo ocupados por novos agentes promotores sociais que estabeleceram suas territorialidades por meio de ações e objetos materializados. Assim, esses agentes fizeram uso dos espaços ribeirinhos na sua totalidade sem perder suas características próprias, podendo ser identificados por meio dos diversos sujeitos, objetos e elementos intracomunitários inseridos que organizam e promovem relações socioespaciais incitados por fatores econômicos, políticos, sociais ou simbólicos.

⁵⁴ Núcleos urbanos – são cidades, povoados: conjunto unitário de uma área urbana, em relação ao território. Cada um dos assentamentos de caráter urbano, de diversas características, que integram o sistema urbano de um determinado território (Uso comum. In: CIMM – DICIONÁRIO/NUCLEO URBANO - Definição – O que é Núcleo urbano).

Desse modo, a dinâmica de produção e reprodução espacial dessas comunidades é decorrente das ações, intenções e do estabelecimento de objetos/elementos dispostos pelos agentes promotores sociais que, no final, terminam sendo indispensáveis à sobrevivência dos grupos sociais ribeirinhos.

Portanto, a análise da dinâmica de produção e reprodução das comunidades pode ser explicada por meio de variáveis que permitam considerar a sua formação socioespacial por meio das mudanças espaciais que ocorreram no decorrer da história. Assim, a produção de uma comunidade no BRB pode ser analisada no território amazônico desde o seu surgimento às margens dos rios, no contexto regional roraimense, como também pela reflexão do seu significado como um espaço morada do homem, considerando as conexões com o tempo e as experiências humanas.

Para Silveira (1999, p. 96), para que ocorra essa análise, “uma periodização impõe-se como regra fundamental, pois permite distinguir pedaços coerentes de tempo nos quais um novo arranjo territorial revela uma modernização material e organizacional”. Desse modo, é importante analisar esses espaços a partir de dois princípios iniciais: o tempo, por ser relativo, concreto, dividido em sessões e dotado de características particulares que nos levam a identificação de uma periodização baseada em sistemas temporais; e as relações, por acontecerem entre os períodos históricos e a organização espacial da comunidade. Essas relações vão nos revelar os acontecimentos que ocorreram em cada uma dessas localidades no decorrer da história, podendo indicar quais os processos, objetos, forma e funções foram ou são responsáveis por dinamizar essas comunidades, e assim saber como, por que, para quem e quais agentes estão envolvidos na dinâmica territorial das mesmas.

Sendo assim, o próximo capítulo vai apresentar a dinâmica territorial da comunidade de Santa Maria do Boiaçu por meio da sua formação socioespacial, de depoimentos e relatos orais de sua população e pelo diagnóstico de seus elementos intracomunitários materializados: equipamentos, serviços e suas relações socioespaciais .

5 DINÂMICA TERRITORIAL DA COMUNIDADE DE SANTA MARIA DO BOIAÇU

5.1 FORMAÇÃO DA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE SANTA MARIA DO BOIAÇU

A comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu, ao longo de sua formação socioespacial, caracteriza-se como um espaço de novas ocupações humanas e sociais. Na região do Baixo Rio Branco, a configuração espacial da comunidade foi realizada por uma composição de elementos sociais que foram se incorporando ao território natural. Porém, o simples registro de sua transformação espacial não seria suficiente para caracterizar a estrutura ou reestrutura no espaço desse território. Para que isso aconteça, é necessário mostrar que as mudanças socioespaciais que ocorreram no decorrer da história da região foram determinantes para organizar o espaço atual da comunidade.

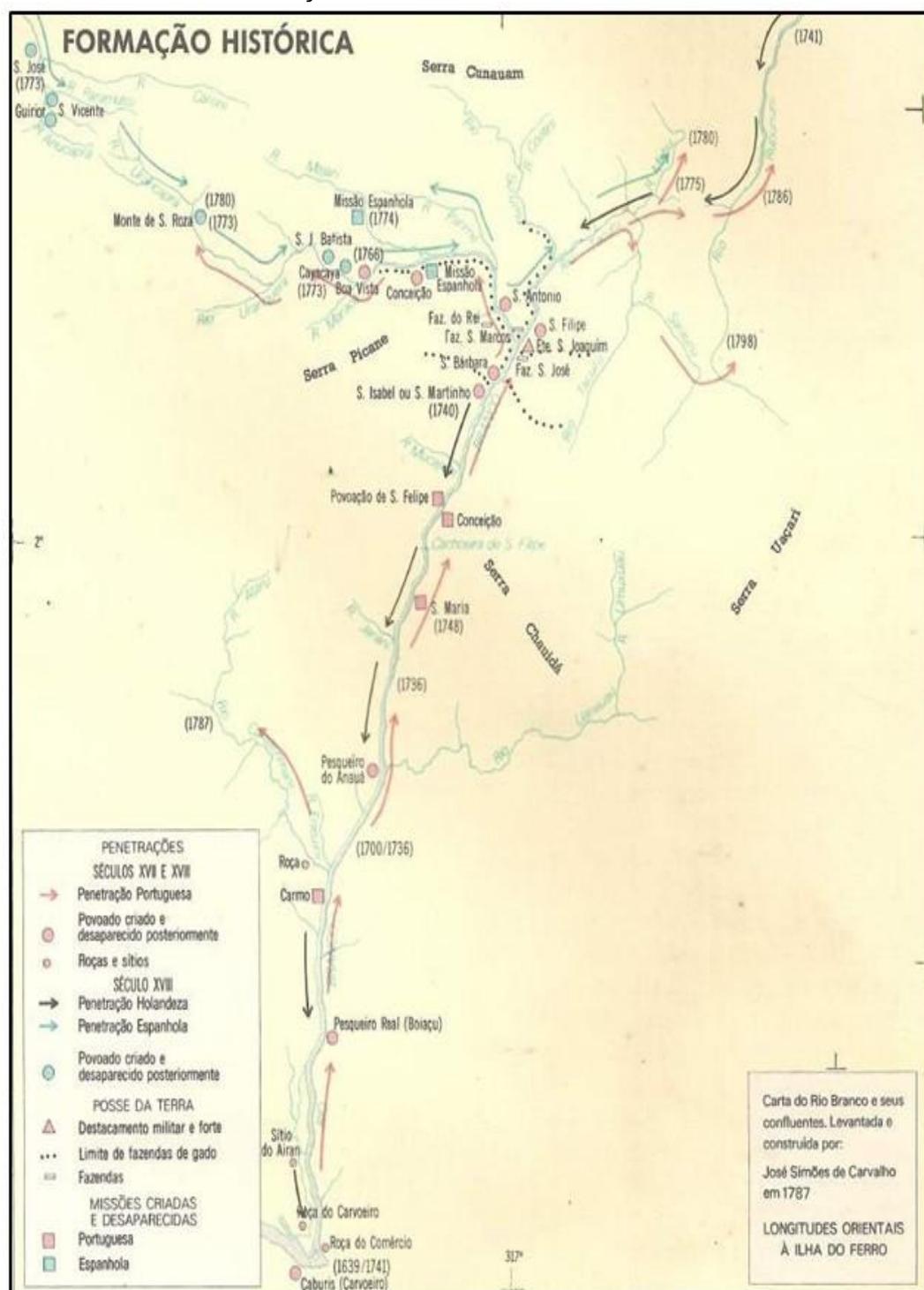
A história de formação da comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu (SMB) se vincula ao resgate histórico das primeiras povoações que existiram no Vale do Rio Branco a partir do século XVII e XVIII, tendo como ponto de partida uma Carta Imagem do rio Branco e seus afluentes (Figura 13), elaborada pelo engenheiro José Simões de Carvalho (ABREU, 2019).

Datado no ano de 1787, o mapa contém registros das expedições, posse de terras e missões dos colonizadores portugueses, holandeses e espanhóis que ocorreram durante a formação histórica do Vale do rio Branco nos séculos XVII e XVIII. Nele é possível observar, na margem esquerda do rio Branco, Santa Maria como um ponto de apoio estratégico utilizado pelas missões portuguesas de 1748 ao avançar pelo Vale do rio Branco.

Com base nos relatos da primeira viagem pelo Vale do rio Branco em direção à fronteira com a Venezuela, em 1894, e da expedição a pedido do governador do estado do Amazonas Antônio Constantino Nery, em 1904, o engenheiro Alfredo Ernesto Jacques Ourique (1848-1932) registrou em seu livro intitulado *O Vale do Rio Branco*⁵⁵, que “Santa Maria foi uma antiga povoação fundada em princípios do século XVIII pelos missionários carmelitas, considerados as primeiras pessoas pertencentes à colônia portuguesa que entraram no rio Branco” (OURIQUE, 1906, p. 9).

⁵⁵ Livro *O Vale do Rio Branco* – foi editado pelo estado do Amazonas no ano de 1906 e ilustrado por fotografias do alemão George Huebner (1862-1935).

Figura 13 - Mapa de formação histórica do Vale do rio Branco no século XVII e XVIII
 – Localização de Santa Maria no ano de 1748.



Fonte: Mapa retirado do trabalho de pesquisa de Abreu (2019): Arquivo pessoal do autor.

Segundo Farage (1991, p. 125-128), Santa Maria só começou a existir “a partir de sua criação no ano de 1784, por meio do aldeamento das populações étnicas variadas” (Paraviana, Wapixana, Saporá e Macuxi). O processo de aldeamento foi liderado por Manuel da Gama Lobo D’ Almada, português militar, geógrafo e então governador da capitania de São José do Rio Negro, que além do interesse econômico, tinha o objetivo de formar barreiras de colônias portuguesas ao longo do rio Branco para impedir as invasões holandesas e espanholas no vale. Conforme Ourique (1906, p. 11), em 1784, o aldeamento de Santa Maria “desempenhava o papel de estação forçada da navegação fluvial” no rio Branco.

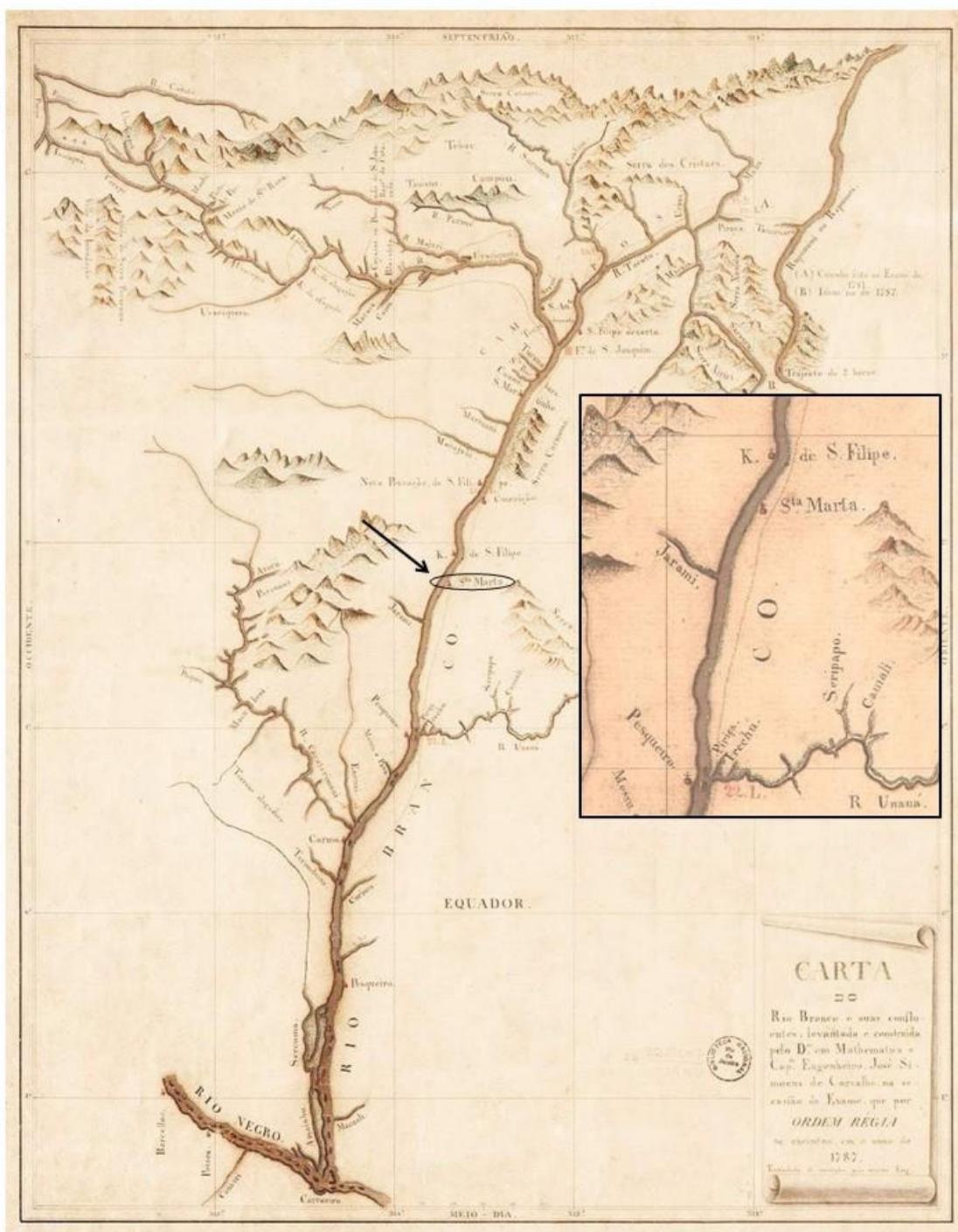
O povoamento de Santa Maria (Figura 14), assim como os demais ao longo do rio Branco, foi igualmente organizado “de modo rápido e eficaz” (FARAGE, 1991, p. 123) por povos nativos pelo processo de vínculo consanguíneo com os “principais”, os quais eram chefes de famílias indígenas que residiam com seus grupos na região do Vale do Rio Branco. Segundo Santilli (1997, p. 102-103), para assegurar a posse do território nessa região, os portugueses usavam como estratégia “distinguir os principais entre os indígenas da nação”. Após isso, tentavam convencer o principal, por meio de armas, presentes e vantagens, a trazer sua respectiva nação para formar aldeias em determinados lugares escolhidos por eles às margens do rio Branco.

Desse modo, em 1788, o aldeamento de Santa Maria foi formado pelo índio Ajupiry (principal) que, já aldeado na localidade, atraiu seu filho, mulher e filhos destes, além de mais um grupo de sete pessoas. Assim, a primeira formação populacional de Santa Maria foi por meio de “arranjos de grupos indígenas locais” (FARAGE, 1991, p.160), em que irmãos traziam irmãos, pais traziam filhos e demais indígenas.

Segundo Santilli (1997), grande parte da população indígena que se deslocou para o baixo curso do rio para fazer o extrativismo da borracha, caucho e balata na floresta era da etnia Macuxi⁵⁶. Cabe falar que o extrativismo realizado pela mão de obra indígena no Baixo Rio Branco financiou a pecuária no Alto Rio Branco, como demonstrou “as grilagens de enormes extensões de terras públicas realizadas na época por Sebastião Diniz” (SANTILLI, 1997, p. 110).

⁵⁶ Macuxi – população indígena sul-americana, que estão situados na região circum-Roraima, cujo ponto “zero”, por assim dizer, é o Monte Roraima – sendo este divisor de águas que vertem para os rios Amazonas, Essequibo e Orinoco. Essa região é coabitada por outros povos de filiação linguística Carib, que se distinguem e se autorreconhecem como Pemon ou Kapon (Uso comum. In – Wikipédia. enciclopédia livre – Macuxi).

Figura 14 - Mapa de localização do aldeamento de Santa Maria no ano de 1787.



Fonte: Mapa retirado do trabalho de pesquisa de Abreu (2019) – Biblioteca Nacional – site: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart325607.jpg.

Durante alguns anos, a aldeia de Santa Maria foi um local destinado a explorar a mão de obra indígena em diversos trabalhos no rio Negro, na região do Vale do Rio Branco e em serviços dos demais moradores da capitania portuguesa. Aos índios aldeados cabiam todas as tarefas relativas à manutenção desse núcleo no Baixo Rio Branco, como: transportar canoas, cuidar das pescas, coletar produtos extrativistas e tartarugas do Pesqueiro Real, cuidar das roças para os seus próprios sustento, das carmelitas, missionários e da guarnição militar (FARAGE, 1991).

Além dessas atividades exaustivas, os indígenas ainda eram requisitados por militares, jesuítas e comerciantes para servir na região como remeiros, guias em expedições e extratores das drogas do sertão. Como resultado das prolongadas ausências dos indígenas, a instabilidade dos aldeamentos foi injetada. Assim, não foi possível seguir o modelo de núcleo autossustentável programado pelos portugueses. O crescimento do número de indígenas não acompanhava a produção do núcleo, com isso gerando escassez no aldeamento. Este passou a ser sustentado pela Fazenda Real que, com o passar tempo, não conseguiu mais fornecer alimentação e assistência aos “inúteis comedores e preguiçosíssima gente”. (FARAGE, 1991, p. 138-140).

Conforme Farage (1991, p.141-142), Lobo D’Almada (1787) colocou, em uma de suas falas, a possibilidade das “famílias indígenas aldeadas serem sustentadas pelas suas próprias plantações de mandioca realizadas no mato”. Assim, podiam ter a possibilidade de fazer suas diferentes comidas e bebidas e gerar excedentes de farinha ao Forte São Joaquim. Ainda segundo o autor, um detalhe curioso relatado por D’Almada é que até o modo de processar a farinha (praticamente único alimento dos indígenas nos aldeamentos) foi considerado estranho para a cultura da sociedade indígena, pois o padrão português não pertencia a sua forma de organização tradicional de produção, com isso gerando mais conflitos e atritos entre índios e portugueses no aldeamento.

Aos carmelitas e militares cabiam a doutrinação e a fixação da população indígena, pensada sob um conjunto de regras indiferente a estrutura social e cultural desses povos. Os portugueses chegavam a usar a evangelização e a opressão para transformá-los em “homens civis, e homens cristãos” (FARAGE, 1991, p. 139). Além disso, os índios eram submetidos ao sofrimento causado por diversos abusos, miséria, maus tratos, opressões, doenças e pela falta de alimentação. Após anos de opressão

cotidiana nas aldeias, esses fatos motivaram revolta nos índios, ocasionando fugas, abandono e destruição das aldeias localizadas às margens do rio Branco.

Segundo Ourique (1906, p. 9), Santa Maria, assim como outras aldeias existentes na época, foram destruídas motivadas pela “insurreição da Praia de Sangue”. Esta revolta ocorreu em Roraima, no ano de 1790, pelos grupos indígenas que não aceitaram as decisões portuguesas de viver com normas em povoados por eles criados, assim resultando em conflitos e mortes que chegou a atingir as águas e as praias do rio Branco (FREITAS, 1996). Conforme Ourique (1906, p. 12), a Praia de Sangue, considerada pelo capitão tenente Amazonas como a Praia da Desgraça “pelo o papel que desempenhou na insurreição de 1798”, ficava na margem ocidental do rio Branco, logo acima do lago Arauary.

De acordo com Ourique (1906), segundo relatos do tenente Amazonas, uma expedição a mando do tenente Leonardo José Ferreira abateu muitos indígenas das etnias Paraviana e Uapixanas no rio Branco, e os que foram poupados do massacre foram distribuídos pelas aldeias de Parintins, Villa de Borba, Logar de Alvellos e para as ilhas desertas do rio Branco. Os poucos residentes que ainda ficaram na localidade de Santa Maria foram encaminhados para a povoação da Villa de Borba, no rio Madeira (FARAGE, 1991)

Conforme Santos (2010, p. 166), em 1798, o aldeamento de Santa Maria ressurgiu das ruínas e foi reconstruído como povoado de Santa Maria Nova por um “principal conhecido por nome Prudente Gonçalves”. De acordo com Ourique (1906, p. 9), este povoado foi restabelecido em uma “grande mancha de terras altas, muito reduzida pelas desnudações, a cerca de 16 léguas da foz do rio Branco”. Porém, no ano de 1841 e em completa decadência, o povoado de Santa Maria Nova foi incorporado a uma fazenda chamada Arari. Segundo pesquisas de Abreu (2019), com o tempo, esta fazenda deu origem hipoteticamente a Vila de Vista Alegre, considerando suas coordenadas, posição geográfica e logística.

Para Abreu (2019), existem relatos e trabalhos acadêmicos que destacam Santa Maria como sendo o primeiro povoado do Baixo Rio Branco, porém ao comparar essa informação com mapas e dados obtidos, tem-se uma contradição de lugares. Santa Maria foi registrada no mapa de 1787 pelo engenheiro José Simões de Carvalho e relatada em 1784 por Ourique (1906, p. 9) como localizada “à montante do rio igarapé Jarani e abaixo das cachoeiras” que, para Abreu (2019, p. 90), “conhecida como Cachoeira de São Felipe, atualmente denominada como

Corredeiras do Bem-Querer e o igarapé Jarani, conhecido como rio Ajarani”. Assim, surgiu a possibilidade da existência de duas povoações em diferentes lugares na região que eram chamadas de Santa Maria.

Outro ponto observado pelo pesquisador foi sobre a localidade de Santa Maria no ano de 1784 que, na descrição de Ourique (1906) era como um lugar que desempenhava papel de estação da navegação fluvial entregue a Caracarái. Segundo Ourique (1906, p. 8), nessa região, a navegação a vapor que fazia o trajeto no Rio Branco podia ir ao povoado de Santa Maria durante todo o ano, “só falhando nas grandes estiagens” enquanto de Santa Maria à Caracarái, “a navegação só podia ser feita durante as cheias do rio”.

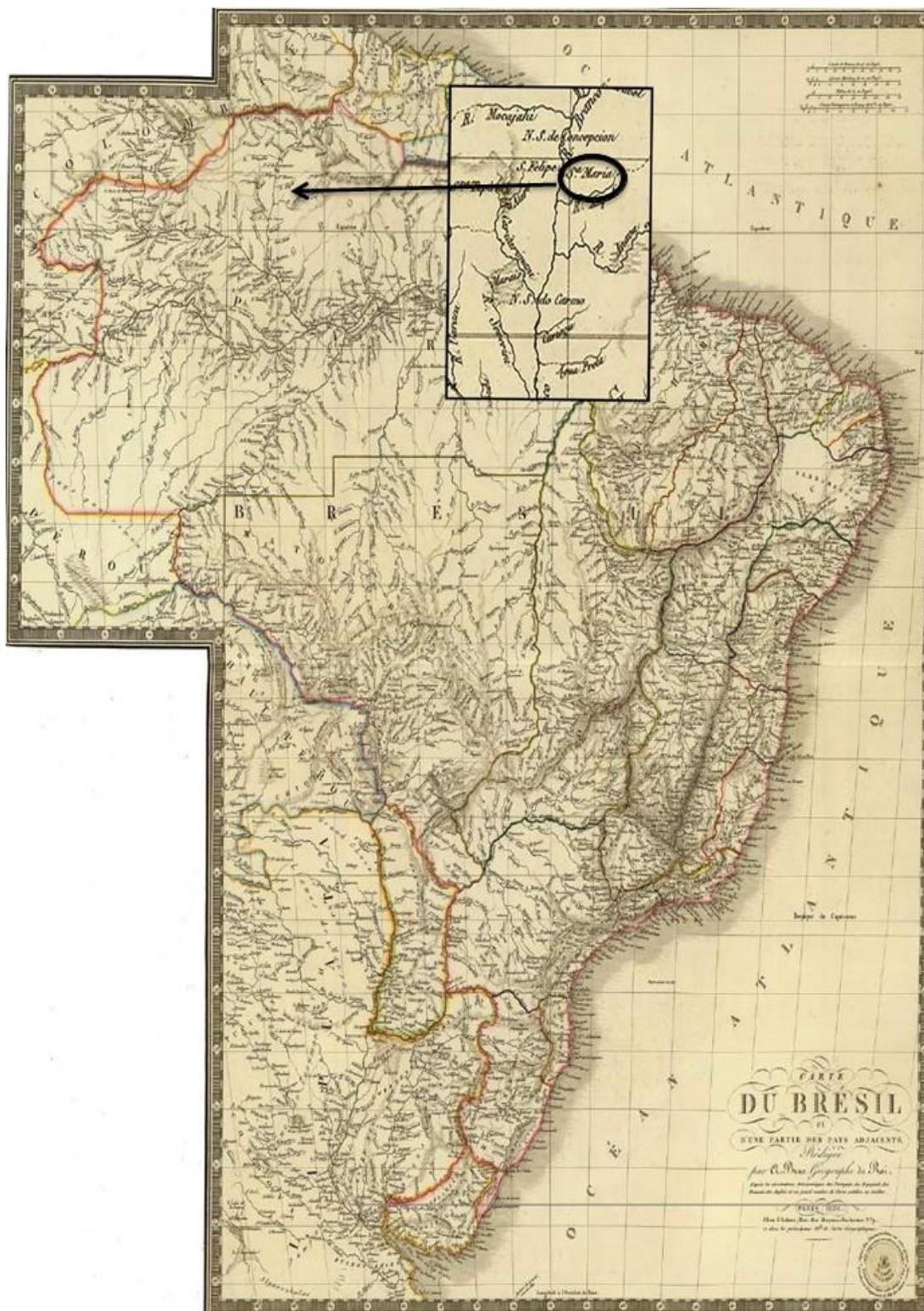
Conforme Abreu (2019, p. 94), outro fator importante observado foi referente a nomenclatura usada por Ourique (1906) para destacar “Santa Maria de Caracaray” como sendo um lugar que “só pode ser por ela feita durante as cheias, assim como desse ponto ao Forte São Joaquim”.

Após todos esses fatores expostos na sua pesquisa, Abreu (2019, p. 94) considerou que o povoado Santa Maria, após sua insurreição no ano de 1798, “deu origem a uma outra localidade como o nome de Santa Maria Nova e, posteriormente como Santa Maria do Boiaçu” e que, Santa Maria, Santa Maria Velha e Santa Maria do Caracaray são na verdade o mesmo povoamento, porém “pertencentes a lugares distintos e adjacentes”.

O autor, a fim de ressaltar a confirmação da localização de Santa Maria, analisou o mapa de localização do aldeamento de Santa Maria no ano de 1787 e os mapas de 1826 (Figura 15), de 1828 (Figura 16) e de 1836 (Figura 17), os quais apontavam o povoamento de acordo com a descrição de Ourique (1906, p. 11), “na margem oriental e próximo a boca inferior do furo do Cojubi⁵⁷”, onde atualmente está localizado a comunidade ribeirinha de Santa Maria Velha; e também o mapa de 1886 (Figura 18), onde Santa Maria já se encontra em sua localidade atual. Sendo assim, pode-se notar que, quanto mais antigos os mapas, mas eles indicam a antiga povoação de Santa Maria de 1784.

⁵⁷ Cojubi – é uma ave galiforme da família dos cracídeos, nativa da América do Sul. Tais aves chegam a medir até 74 cm de comprimento, com coloração geral negra e branca, cara nua, topete e barbela característicos. Também são conhecidas pelos nomes de cajubi e cajubim (Uso comum. In – Wikipédia. enciclopédia livre – Cujubi).

Figura 15 - Mapa de localização do povoado de Santa Maria no ano de 1826.



Fonte: Mapa retirado do trabalho de pesquisa de Abreu (2019) - David Rumsey Map Collection.
Site: www.davidrumsey.com.

Figura 17 - Mapa de localização do povoado de Santa Maria no ano de 1836.



Fonte: Mapa retirado do trabalho de pesquisa de Abreu (2019) - David Rumsey Map Collection.
Site: www.davidrumsey.com

Figura 18 - Mapa de localização do povoado de Santa Maria Nova no ano de 1886.



Fonte: Mapa retirado do trabalho de pesquisa de Abreu (2019) - David Rumsey Map Collection.
Site: www.davidrumsey.com.

De acordo com Santos (2010, p. 166) a partir de 1850 Santa Maria consegue novamente uma relativa evolução populacional por meio do aldeamento de “550 habitantes nativos vivendo em 60 casas rústicas dispersas” na localidade. Mas a população volta a regredir a quase fase de extinção em 1888, voltando a progredir por volta do ano de 1905, a partir do estabelecimento de aproximadamente 200 pessoas habitando em casas relativamente boas e confortáveis. Diante disso, Ourique (1906, p. 9) relata que a população que se estabeleceu no povoado de Santa Maria (Figura 19), “em 10 ou 12 casas, é moderna” sendo estas bem diferentes das taperas que se viam na localidade.

Figura 19 - Povoado de Santa Maria no ano de 1906 – Casa de Thury.



Fonte: Foto Georg Huebner/Alfredo Ernesto Jacques OURIQUE. In. O Vale do Rio Branco-Amazonas.1906.

O pesquisador Köch-Grunberg (2006), quando esteve no rio Branco entre os anos de 1911 a 1913, com o principal objetivo de pesquisar a caracterização da fauna, flora e populações humanas entre os municípios de Manaus-AM até os arredores do rio Orinoco (referente às partes do rio Orinoco na Venezuela), também fez referência ao adensamento populacional nas localidades de Santa Maria e Carmo e as vinculou às missões religiosas carmelitas. Em seus relatos, Köch-Grunberg (2006) descreveu que a população que existia no rio Branco no século XVII era mais considerável do que hoje e que Santa Maria, juntamente com o Carmo e outros locais, constituíam

pontos importantes da missão carmelita por conter centenas de pessoas, mas que hoje se encontravam totalmente desaparecidos.

De acordo com Alves (2016, p. 33 *apud* SILVEIRA, *et al.*, 1988 p. 45), “Por volta de 1920, o Baixo Rio Branco apresentava cerca de 1050 habitantes, desses, 100 habitantes moravam em Santa Maria”. Nessa época, assim como Santa Maria, outros povoados que existiam às margens do rio Branco também alcançaram grandes populações e desenvolvimento. Conforme relatos de pesquisadores, foi possível identificar dois aspectos temporais significativos e fundamentais que impulsionou o povoamento da região do Baixo Rio Branco, que foram o êxodo nordestino no período da borracha e os adensamentos populacionais já existentes naquela época (ALVES, 2016).

Segundo Magalhães (2008), o extrativismo no Baixo Rio Branco trouxe o povoamento ribeirinho para a região. Assim, até o século XIX, o Baixo Rio Branco foi o mais habitado e transitado por sertanistas que se dedicavam ao extrativismo vegetal e animal. Muitos imigrantes que se estabeleceram na região foram para trabalhar no extrativismo vegetal, principalmente na extração das drogas do sertão e da seringa. Produtos estes comercializados com os regatões.

A produção da castanha fez com que a economia da região fosse novamente normalizada e permitiu que locais e a mão de obra que antes era usada para a extração da borracha fossem aproveitados na exploração da castanha e de outros produtos extrativistas (juta, pimenta do reino, balata, arroz, algodão, madeira) e nas atividades voltadas para a pecuária. Segundo Magalhães (2008, p. 135-136), “a castanha era oriunda sobretudo dos rios Anaúá, Catrimani, Jufarí e Xeruiní” e era escoada para Manaus.

Conforme Magalhães (2008, p.130), no ano de 1924, o arraial de Santa Maria era considerado “um adensamento de quase 100 pessoas que exploravam os rios e igarapés das proximidades” e, ganhavam a vida por meio do extrativismo vegetal da região. Conforme Ourique (1906), a região, com vasta zona naturalmente lacustre e abundância de rios, proporcionava riquezas naturais como seringais, madeiras, drogas do sertão ainda pouco exploradas. Assim, os habitantes do Baixo Rio Branco procuravam morar às margens dos rios para facilitar o transporte e o comércio dos produtos animais e vegetais extraídos da região.

Em seu trabalho de pesquisa, Alves (2016) também faz evidência de dois adensamentos populacionais encontrados em documentos dos pesquisadores

Hamilton Rice (1928) e Theodor Köch-Grunberg (2006). O cientista naturalista Rice (1928), quando esteve no rio Branco nos anos de 1924 e 1925 com o objetivo de mapear os rios Branco, Uraricoera e Parima, relatou que entre o rio Negro e a cachoeira de Caracaraí (atualmente corredeiras do Bem-Querer) existiam duas aldeias que lembravam antigos centros de cidades, que são Santa Maria (na localidade de Santa Maria Velha) e Nossa Senhora do Carmo. À época dessa descrição os residentes de Santa Maria migraram para outra localidade próxima, fundando o que hoje se conhece por Santa Maria do Boiaçu.

Segundo Ourique (1906), o nome Boiaçu, agora agregado à denominação da comunidade de Santa Maria, foi dado por habitantes locais como ponto de referência aos viajantes do rio, em decorrência do povoado se encontrar próximo ao lago de Boyassú e do igarapé Água Boa de Tapará. Assim, quando queriam se referir ao povoado, “mencionavam Santa Maria do Boiaçu” (SANTOS, 2010, p. 167).

Para a mitologia Amazônica, a palavra “boiaçu” significa mãe d’água, nome dado pelos índios à cobra sucuri. Entretanto, conforme Souza (2011), “boiaçu” significa cobra grande (“boia”, cobra; “açú”, grande), a qual habita o fundo dos rios e igarapés. Segundo narrativas locais, conta-se que em Roraima uma cunhã-poranga se apaixonou pelo rio Branco e, por isso, Muiraquitã⁵⁸ ficou com ciúme. Para se vingar da bela índia, ele a transformou em uma cobra grande que todos passaram a chamar de Boiaçu.

O povoado de Santa Maria, juntamente com o arraial de Nossa Senhora do Carmo, se transformou em um posto fiscal do Baixo Rio Branco, em que os produtos eram transportados e comercializados por regatões, os quais eram conhecidos como comércios flutuantes. Nas transações comerciais estabelecidas por “regatões pouco se usava a moeda”, tudo era realizado basicamente através do escambo (MAGALHÃES, 2008, p. 130). E desse modo que durante décadas, o abastecimento do Vale do Rio Branco foi feito por Manaus.

Nesse viés, o povoado de Santa Maria do Boiaçu foi durante muito tempo porto de parada comercial e facilitação mercantil entre os comerciantes dos regatões e os ribeirinhos da região. Na comunidade, o comércio era realizado por meio da

⁵⁸ Muiraquitã – ou *muyrakyatãs* (do tupi), são artefatos talhados em pedra, chamada de amazonita, representando animais (especialmente sapos, mas também tartarugas ou serpentes) (Uso comum. In – Wikipédia. enciclopédia livre – Muiraquitã).

venda, compra e troca dos diversos produtos do extrativismo animal e vegetal adquiridos pelos ribeirinhos locais. Esses produtos eram destinados para o abastecimento do antigo Território Federal do Rio Branco (atualmente estado de Roraima) e de Manaus.

Nesse momento, cabe ressaltar que, segundo dados do IBGE (2017) e informações contidas na Legislação Informatizada do Portal da Câmara dos Deputados Federais (1955), a área em que atualmente está localizada Santa Maria do Boiaçu, antes de pertencer ao município de Rorainópolis, era de domínio do antigo distrito de Caracaráí, cujas terras foram adquiridas do também antigo município de Moura (Barcelos-Amazonas). Conforme o IBGE (2017), o distrito de Caracaráí foi criado pelo Decreto-Lei Estadual nº 176, de 01 de dezembro de 1938, ficando subordinado ao município de Boa Vista a partir do Decreto-Lei Federal nº 5812, de 13 de setembro de 1943, ou nº 5839, de 21 de setembro de 1943, em que suas terras passaram a fazer parte do Território Federal do Rio Branco (atual estado de Roraima).

A partir da divisão do Território Federal de Roraima no dia 01 de julho de 1950, o distrito de Caracaráí, ao ser desmembrado do município de Boa Vista, é elevado à categoria de município pela Lei Federal nº 2.495, de 27 de maio de 1955. Assim, a partir de 21 de janeiro de 1956, com divisão datada de 01 de julho de 1960, o município de Caracaráí instalou três novos distritos nos povoados de seu território: a sede de Caracaráí, Boiaçu (ex-Catrimani) e São José de Anauá. Dessa maneira, os distritos de Santa Maria do Boiaçu e de São José do Anauá permaneceram anexados ao município de Caracaráí até o dia 01 de janeiro de 1979, sendo extintos como distritos pela Lei Federal n.º 7.009, de 01 de janeiro de 1982. Mas, conforme informações encontradas no MDA (2010), o distrito de Santa Maria do Boiaçu é considerado um dos mais antigos de Roraima, fundado oficialmente no dia 15 de abril de 1950.

Com a criação do Território Federal de Roraima do Rio Branco em 1943, a produção extrativista ainda continuou atraindo muitos imigrantes e suas famílias para o Baixo Rio Branco, principalmente para região nordeste, à procura dos seringais que ficavam próximos aos grandes rios da região, como o Jauaperi. Com o declínio da borracha a partir de 1945, a vida extrativista da região se voltou para a extração da castanha que era abundante e vendida facilmente para Manaus (MAGALHÃES, 2008).

Em relação as demais colônias que foram planejadas e implantadas para “uma agricultura de subsistência com a comercialização do excedente”, Santa Maria

do Boiaçu, tinha o papel de atender principalmente “o mercado externo” com o extrativismo vegetal (MAGALHAES, 2008. 94).

De acordo com o Relatório de Estudos Sanitário (1948) das comunidades do Baixo Rio Branco, o baiano sanitaria e leprologista doutor Durval de Araújo Gonçalves Filho (23/06/1909 - 12/07/2008) relatou que, quando fizeram o recenseamento no distrito de Santa Maria do Boiaçu, havia em torno de 71 habitantes mestiços ou caboclos, formados por 40 homens e 31 mulheres de pouca resistência às enfermidades. Segundo o doutor Durval Filho, essa localidade era muito precária de saúde, vacinação, higiene e educação. E, se o governo quisesse transformar a colônia de SMB num núcleo populoso e produtivo, teria que ser transformada urgentemente.

Ainda conforme informações do relatório, as comunidades do Baixo Rio Branco necessitavam de uma atenção maior das autoridades ligadas aos poderes públicos, como: assistência social que contemplasse serviços sanitários, educação, saneamento básico, assistência para a agricultura e pecuária, assistência médica e medicamentos necessários para ajudar as populações a superarem a grande incidência de doenças, como: as verminoses, a malária, sarampo, cirroses, reumatismo, coqueluche, disenterias, pneumonias, gripes, doenças de pele, falta de vitaminas, anemias, dentre outras.

No ano de 1948, Santa Maria do Boiaçu (Figura 20) era um local de terra firme, cujo barranco é bastante alto com terras livres de alagações que se estendem por léguas a dentro com terras firmas e húmidas, ricas em nitrogênio, menos carregadas de ferro que as do Alto Rio Branco, possuindo muitas fruteiras tropicais em plena mata, como abacateiros cujos frutos redondos são de grandes proporções, jaqueiras, mangueiras, abacaxis e cafeeiros em grandes quantidades (RELATÓRIO DE ESTUDO SANITÁRIO, 1948).

Segundo Barbosa (1993), com o intuito de desenvolver economicamente a Amazônia, em 1955, o governo federal implementou a colonização dirigida como solução para ocupar toda a região do rio Branco. As primeiras colônias agrícolas implementadas ficaram “localizadas nas cercanias da cidade de Boa Vista” (MAGALHÃES, 2008, p. 94). Mas, segundo o relatório de estudos sanitários (1948), no Baixo Rio Branco já existia um embrião de assentamento familiar, o povoado de Santa Maria do Boiaçu, chamado de Colônia Agrícola Santa Maria do Boiaçu.

Figura 20 - Distrito de Santa Maria do Boiaçu no ano de 1948.



Fonte: Relatório de Estudos Sanitários - Viagem as Comunidades do Baixo Rio Branco – Dr. Durval de Araújo Gonçalves Filho / março de 1948.

Porém, essa iniciativa não teve um resultado positivo e, em curto período de tempo, muitos dos colonos não acostumados com a região abandonaram seus lotes motivados pela enorme dificuldade de praticar agricultura, pela precariedade de infraestrutura na localidade e pelos surtos de doenças, como a malária. Conforme Farage (1991), desde 1784 que a colônia portuguesa já tinha indicado várias razões de ordens práticas para justificar o fracasso da produção local, como: as secas, as pragas e a esterilidade do solo. Desse modo, com o tempo, foram ficando somente alguns assentados, em sua maioria pescadores e agricultores nativos já acostumados com a região, como a família do senhor Francisco Damásio de Figueiredo, dentre outros.

A partir de 1960, a colonização no Território Federal do Rio Branco, patrocinada pelo governador da época com o lema “Ocupar, Desenvolver e Integrar”, procurou como solução para ocupar novamente a região e abastecer o mercado da capital com produtos agrícolas e hortifrutigranjeiros, a implementação de projetos de assentamentos para toda a região sul do território, inclusive para o Baixo Rio Branco.

Esses projetos de assentamento rurais evidenciaram o sonho de muitos colonos em adquirir terras, o que fez com que muitas pessoas procurassem ocupar espaços no distrito de Santa Maria do Boiaçu. Mas os colonos, além do choque cultural, encontraram sérios problemas ligados ao alto custo de vida, a precariedade

de assistência de saúde, vulnerabilidades de doenças, o que fez com muitos abandonassem suas propriedades e partissem à procura de novos empregos e moradias, assim ficando poucos no lugar.

No ano de 1970, a extração da madeira na Amazônia se mostrou um setor atrativo. As grandes florestas do Território Federal de Roraima atraíram pessoas para diversos locais, inclusive para a região do Baixo Rio Branco e para a localidade de Santa Maria do Boiaçu, considerada por Ourique (1906, p. 11), a região mais bonita da Amazônia, onde podemos encontrar um grande número de canaca⁵⁹ e ilhas.

Ainda na década de 70, o governo militar iniciou na Amazônia a construção de estradas para ligar as áreas de fronteiras políticas nas regiões mais afastadas e de difícil acesso. Dessa maneira, implantou projetos de criação de núcleos de colonização, principalmente na mesorregião sul de Roraima. No Baixo Rio Branco, como o transporte era somente realizado por via fluvial, o governo inicia uma rodovia para ligar a vila do Jundiá, na BR-174, ao distrito de Santa Maria do Boiaçu, ambas no município de Rorainópolis. Foram abertos cerca de 45 km de estrada vicinal na floresta; um trecho, saindo do Jundiá e o outro saindo de Santa Maria do Boiaçu. Entretanto, estes não foram concluídos por motivos desconhecidos e acabaram interrompidos pela floresta.

Durante o período de 1980, muitas áreas do Baixo Rio Branco continuavam desabitadas, porém, a comunidade de Santa Maria do Boiaçu continuava sendo formada por pequenas populações em condições precárias, que viviam da pesca, do extrativismo vegetal, da cultura de subsistência e dos poucos produtos comercializados para a cidade de Manaus. Conforme Magalhães (2008), a produção extrativista do Baixo Rio Branco era exportada para outras cidades por meio do porto localizado em São José do Anauá e Santa Maria do Boiaçu, com isso evidenciando a existência de um Posto Fiscal naquela localidade que registrava as exportações para o Amazonas, que atualmente, encontra-se desativado.

Com o intuito de evitar o êxodo rural e explorar mais as riquezas naturais da região, o governo federal estimulou o povoamento por meio de medidas governamentais que permitiram a implantação de elementos intracomunitários urbanos e serviços para a melhoria de vida da população, como: a instalação de

⁵⁹ Canaca – indivíduo pertencente aos Canacas, povo indígena da Nova Caledônia (Uso comum. In – DICIONÁRIO ONLINE INFOPÉDIA - canaca.

serviços públicos regulares e benfeitorias locais para atender às necessidades básicas dos ribeirinhos por meio de equipamentos/objetos/elementos urbanos voltados para as áreas da saúde, educação, segurança, entre outros. Nesse aspecto, a implantação dos novos elementos intracomunitários, além de atender a demanda limitada existente na comunidade, começou a concentrar e articular demandas de outras comunidades.

Atualmente, a comunidade de Santa Maria do Boiaçu pode ser considerada conforme Santos (2012, p. 78), um lugar onde existe uma “combinação localizada de variáveis sociais – mudam de valor e de papel à medida que a história se desenvolve”. Nesse sentido, assumindo uma centralidade de serviços intracomunitários públicos básico e necessários à demanda dos moradores ribeirinhos do Baixo Rio Branco.

5.2 SANTA MARIA DO BOIAÇU: POPULAÇÃO E SEUS RELATOS ORAIS

Segundo Magalhães (2008, p. 146), a Amazônia, por motivo de segurança nacional, deveria ser ocupada pelo capital, “antes que os seguimentos populares do campo o fizessem ou que os estrangeiros entrassem nela pelas fronteiras políticas”. Assim, a partir de 1964 (de ideias iniciadas ainda na década de 1950), a ocupação da região foi voltada para duas vertentes: a econômica, para apoiar o capital e a geopolítica; e para defesa do território demográfico. Dessa forma, o desenvolvimento amazônico foi marcado por estratégias voltadas para a política de interiorização e de valorização do espaço territorial, carentes de infraestruturas, transportes, comunicação e de povoamento, principalmente nas áreas do interior.

No período militar, o governo passou a implementar projetos que objetivavam integrar a Amazônia ao restante do território brasileiro por meio da construção de estradas em regiões afastadas e de difícil acesso e da criação de colonização. A colonização espontânea de trabalhadores rurais na Amazônia, desenvolvida por políticas governamentais e do capitalismo, configurou “uma espécie de reforma agrária” (MAGALHÃES, 2008, p. 148), que incentivou grileiros, latifundiários, fazendeiros e camponeses a procura de terras da região.

O Baixo Rio Branco, por razões históricas, sempre apresentou uma base econômica voltada para o extrativismo vegetal e animal como também para algumas atividades relacionadas a cultura da região. Assim, para ocupar as terras federais de Santa Maria do Boiaçu, o governo implementou projetos que incentivou a colonização

e os assentamentos com concessão de uso para pessoas que queriam desenvolver a terra. Dessa maneira, permitiu a fixação em áreas loteadas para trabalhadores rurais, posseiros, extrativistas, garimpeiros, posseiros, populações regionais e colonos oriundos da região Norte e Nordeste do país.

Os projetos de assentamentos agrícolas giraram em torno das culturas de arroz, feijão, milho, mandioca, banana e pastagens para a criação de gado. Os produtos das roças deveriam ser utilizados para consumo próprio e o excedente eram comercializados para Manaus ou Boa Vista. As roças eram feitas pelo modo tradicional: broca da vegetação rasteira, derrubada das árvores da floresta e, por fim, o plantio da cultura. Como incentivo, o governo doava sementes para o plantio das roças. Nesse sentido, convém salientar que, no contexto do preparo das roças, muitos colonos vendiam as madeiras ou aproveitavam para a construção de suas casas (MAGALHÃES, 2008).

Portanto, a colonização da comunidade de Santa Maria do Boiaçu foi formada por pessoas de diferentes lugares e de grupos sociais variados que chegavam por vias fluviais. Levando em consideração esse dado, é importante obter informações sobre as pessoas que ajudaram a colonizar e que ainda vivem na comunidade. Procurar entender quem foram ou quem são elas, quais motivos levaram-nas a ocupar, apropriar e usar as áreas desse lugar, como viviam, quais suas atividades e quais foram as mudanças que ocorreram ao longo dos anos na localidade para, assim, compreender por meio de uma análise temporal, o modo de vida desses ribeirinhos, suas perspectivas, dificuldades, finalidades e ações nesse espaço. Sendo assim, entendendo-se: como, onde, por que e para quê foi colonizado esse espaço no Baixo Rio Branco.

Essas informações também vão auxiliar a identificar outros fatores importantes que envolvem a relação socioespacial da localidade, como: as ações de intencionalidade dos diferentes agentes envolvidos na re-produção do espaço, o sentimento e importância do rio Branco para essa população ribeirinha. Assim sendo, foram entrevistados alguns moradores antigos, “histórias vivas”, que relatam e revelam em seus depoimentos e narrativas as suas vivências, as experiências, a sua vida com a passagem do tempo na comunidade de Santa Maria do Boiaçu por meio dos seguintes questionamentos: Como o senhor (a) chegou à comunidade? Por que o senhor (a) veio para a comunidade? Quem trouxe o senhor (a) para a comunidade? Como era a comunidade quando o senhor (a) chegou aqui? O que significa o rio

Branco para o senhor (a)? O que significa a comunidade de SMB para o senhor (a)? O senhor (a) tem vontade de sair daqui? Na sua opinião, o que precisaria para melhorar essa comunidade? É importante ressaltar que as frases dos depoimentos foram transcritas conforme a oralidade coloquial dos moradores.

De forma simples, a senhora Águida Paxias da Silva, uma amazonense risonha, alegre e carismática de 76 anos, mencionou de forma detalhada que:

[...] Meu marido era agricultor e pescador. [...] Meu irmão já morava há muito tempo em Santa Maria, aí mandou chamar meu outro irmão dizendo que aqui era bom. Aí ele foi buscar meu irmão e sua família. Depois, no outro ano, ele foi buscar nós. [...] Quando eu cheguei nessa terra há 40 anos atrás, com meu marido e meus oito filhos aqui era tudo cerrado. As pessoas que moravam aqui não deixaram que a gente fizesse roça perto da vila, aí fomos plantar bem longe daqui, a duas horas de viagem, perto do igarapé da Preta. Naquela época, a gente gastava mais tempo andando do que plantando. Aí, foi na época que o governador Ottomar liberou para nós fazer o roçado, mas perto da vila. [...] Me lembro quando ele falou: se vocês quiserem fazer roçado mais perto, podem começar primeiro fazendo as suas casas aqui [...] que pode ser coberta de palha ou lona. Pois assim, é que se começa uma cidade, pela construção de casas. [...] O Brigadeiro Ottomar foi o melhor governador que existiu para Santa Maria do Boiaçu. Ele sempre vinha aqui, já os outros nem aparecem. Quando a gente chegou em Santa Maria do Boiaçu, eu trouxe até farinha para comer, mas depois, meus meninos fizeram roça ou eram convidados para fazer farinhada para a vila e nós não precisamos mais comprar. [...] Quando a gente chegou nesse lugar, passamos muitas dificuldades, mas com muita fartura de carne, de caça, de bicho de casco e peixe. [...] Agora a gente não encontra os animais com tanta facilidade, é mais difícil. [...] Existem muitas famílias ainda aqui, mas também muitas foram embora para outros lugares à procura de trabalho. [...] Aqui, existia muita malária e hepatite. Eu já peguei malária, meu filho ficou doente de hepatite e morreu faz 16 anos. Meu marido também morreu e dizem que foi de câncer no fígado e coração grande. [...] Os antigos já morreram todos, só existe na comunidade os filhos e alguns netos das famílias antigas. [...] Em Santa Maria eu tive mais quatro filhos. Hoje eu tenho 43 netos e 30 bisnetos, só os que eu contei. [...] Antigamente (risos) tinha muita festa a base da lamparina, eram festas com brincadeiras animadas. Me lembro que seu Manuel do Banho, cunhado da Maria Góis tocava cavaquinho até de manhã. Hoje as pessoas só pensam em beber e não em dançar [...] e não existia brigas e as danças eram mais decentes. Apesar que eu não dançava, mas como as meninas queriam ir, eu acabava levando todas para a festa. [...] As festas eram de aniversário nas casas dos próprios moradores. [...] Antigamente, a Santa ficava numa capelinha onde só tinha ela e uma vela dentro, passou um tempo, aí fizeram uma maior e depois construíram essa que agora está aí. Naquela época, era tudo muito farto de peixe e caça [...] tinha até mais que agora. Mas quem caçava era meu marido, depois os meninos aprenderam e começaram a caçar também. [...] era porcão, anta, paca e outras caças. Mas, até que naquela época não aparecia onça por aqui, mas hoje de vez em quando uma vem na vila. [...] Minha vida toda eu trabalhei na agricultura, depois eu me empreguei como funcionária na escola José Bonifácio. Fui zeladora na escola e no hospital e, quando eu ia receber meu pagamento, tinha que ir para o São Luiz do Anauá. Era muito sofrido para receber o pagamento, eu só ia receber de dois em dois meses, mas depois foi transferido para Caracaraí. [...] Agora eu sou aposentada da união, aí minha filha, que é minha procuradora, é que recebe meu dinheiro, faz minhas compras e enviar todo mês para mim. [...] Eu vou de quatro em quatro meses renovar minha procuração. [...] Só quem

mora aqui são três filhos que trabalham na agricultura, eles plantam roça de maniva (macaxeira) e banana para o consumo e para vender para pessoas de Manaus que vem comprar aqui. Eu tenho um sítio aqui [...] no meu sítio tem cacau, mari, cupuaçu e um monte de frutas. [...] O resto dos filhos com os netos moram em Caracaraí, Rorainópolis e Boa Vista. Eles foram embora para estudar, acabaram casando e nunca mais voltaram. [...] Eu tenho uma casa em Caracaraí, mas não quero ir morar lá, não me acostumo com barulho mais. [...] Aqui é muito calmo, tranquilo, mas as pessoas têm que ajeitar as ruas, trazer maquinários para abrir esses caminhos que ficam nas frentes das casas. [...] A água do rio é boa, serve para beber, fazer comida, fazer café.

No depoimento da dona Águida fica evidente as dificuldades enfrentadas pelos assentados na época que chegaram à comunidade, das territorialidades impostas por limites definidos pela ocupação dos moradores mais antigos e das vulnerabilidades da população quanto às doenças já existentes na região. Mas também revela os detalhes da vida simples que existia na comunidade e da importância do lugar e do rio em sua vida. Tal depoimento também ajudou a identificar a base de vida daquela época: as atividades de subsistência.

Segundo Magalhães (2010), nas décadas de 1940 e 1950, uma das principais atividades econômicas em Santa Maria do Boiaçu, além do extrativismo vegetal, era o animal ligado à pesca do pirarucu, que era vendido em Manaus. Anos atrás, ao ser entrevistado pela historiadora Maria das Graças Magalhães (2010), o senhor Francisco Damásio de Figueredo a respeito disso relatou “que apesar das dificuldades e limitações, tem um grande apreço pela vida que leva, condicionada pelo rio Branco”. E com sentimento de nostalgia revelou que “o rio Branco representa um mundo liberto, todo mundo faz o que quer, a pessoa trabalhadora tem tudo o que quer na vida”. E complementa: “Não sou rico aqui, porque nem todo mundo nasceu para ser rico”.

Conforme a historiadora, Francisco Damásio nasceu no Rio Grande do Norte e, após a guerra, veio para o Amazonas como soldado da borracha. Na comunidade, além de pescador, acabou se dedicando à profissão de carpinteiro e à construção de barcos e casas de madeiras.

Nesse depoimento, o senhor Francisco Damásio mostra que o rio Branco tem um papel fundamental para a vida do ribeirinho, pois é por meio dele que são realizadas as ligações entre muitas localidades da região. No Baixo Rio Branco, o rio é a estrada do ribeirinho e o barco, canoa ou voadeira, o seu meio de transporte. Assim, para ele é no rio que o ribeirinho consegue fazer uma de suas principais atividades econômicas: a pescaria.

Conforme o depoimento do senhor Lourival Gama Figueredo (68 anos), filho do finado Francisco Damásio de Figueredo, eles chegaram em Santa Maria do Boiaçu em 1951, por meio de um empresário de madeira do Território Federal do Rio Branco chamado de senhor Dandãe, que convidou seu pai, cujo ofício era a carpintaria, para montar uma serraria para ele. Entretanto, o empresário foi embora para Boa Vista, não retornando mais, enquanto eles acabaram ficando no lugar.

O senhor Lourival Figueredo, de forma explicativa, informa-nos que:

[...] Depois disso, aconteceu uma série de coisas que fizeram com que meu pai não quisesse mais voltar para Manaus e aqui ficou por aqui até morrer. O meu pai era nordestino, ele veio para Manaus na época da Segunda Guerra Mundial como soldado da Borracha. [...], mas ele nunca trabalhou no seringal. Quando chegou em Manaus, arranhou logo um emprego e foi trabalhar como carpinteiro. [...] Logo depois, ele foi convidado pelo senhor Dandãe para trabalhar com ele e nos trouxe para cá. [...] Chegamos em quatro: meu pai, minha mãe, eu e minha irmã mais velha. [...] Segundo informações da minha mãe, que era quem mais conversava comigo, ela me dizia que quando chegamos aqui já existia a escolinha, radio telegrafia, administração, enfermaria no posto de saúde, mais tudo de forma improvisada. Na época estava sendo construído pelo administrador Valter Pinto Ribeiro um galpão para funcionar toda a estrutura administrativa de Santa Maria do Boiaçu. [...] Quando meu pai chegou, contraiu uma malária em Remanso e se tratou já aqui, depois que ficou bom, ele ajudou a terminar esse galpão administrativo. [...] Lembro muito bem das pessoas que vieram trabalhar aqui na construção dos prédios, eram os pedreiros e serventes que faziam tijolos para as construções. A casa de apoio dos enfermeiros foi construída em 1953 para ser uma escola de madres, porém isso nunca aconteceu e o prédio virou posto de saúde, depois o hospital. [...] A vó preta morava lá perto do Igarapé, depois veio para mais perto e foi até minha vizinha. Inclusive fomos nós que sugerimos esse nome ao Hospital em sua homenagem, pois ela era muito querida na comunidade. E a vó Tetinha era uma moradora do Baixo Rio Branco, mas só morou dois anos aqui antes de falecer, sua família ainda mora na comunidade. [...] Quando minha mãe era viva, ainda lembrava muito bem do nome da professora e do enfermeiro que existia naquela época. [...] Meu pai trabalhava, era carpinteiro profissional mais era apaixonado por agricultura, pois tinha sangue de rio grandense do norte. A agricultura era a paixão dele e acredito que tenha sido isso que o manteve aqui em Santa Maria. [...] Era trabalhador, correto e nunca roubou para criar os filhos. Meu pai trabalhava em roça, carpintaria, extraia madeira na floresta, tudo ele fazia para manter a família. [...] Acredito que a comunidade de Santa Maria do Boiaçu não tem muito futuro [...] enquanto a região do Baixo Rio Branco for abandonada na área socioeconômica pela a esfera federal, estadual e municipal. [...] A área socioeconômica foi pouco desenvolvida. [...] Por isso meu filho não mora aqui, minha irmã foi embora e muitas famílias também foram por causa disso. Santa Maria do Boiaçu começou a se desenvolver de uns 10 anos para cá, mas passou muito tempo parada. Tinha época que não tinha nem enfermeiro para fazer atendimento no posto médico, tudo era abandonado. Mas, mesmo com todas as dificuldades, eu não tenho vontade de sair daqui eu gosto muito desse lugar. E assim como meu pai, eu gosto da agricultura, talvez por isso eu ainda esteja por aqui. [...] Faço de tudo: lido com mecânica, carpintaria, elétrica, trabalho com cerâmica e também na agricultura, em um lote de terras que eu tenho. [...] Apesar que eu não tenha a ilusão que aconteça um desenvolvimento maior aqui. Aqui poderia até haver um desenvolvimento, se a estrada que deveria ligar a comunidade ao resto

do mundo fosse concluída, mas como a obra não foi terminada e a acho que dificilmente será, não tenho mais perspectiva que isso aconteça para melhorar a economia daqui.

O depoimento do senhor Lourival Figueredo explica a trajetória da vida do pai realizada com honestidade e muito trabalho para sustentar a família. Também fornece informações a respeito do aparecimento dos primeiros equipamentos públicos construídos para atender às necessidades dos moradores da comunidade. Sendo assim, podemos perceber que a inserção desses elementos foi algo diferente na comunidade e começou a interferir na forma de produção da localidade. Outro ponto também relatado pelo entrevistado é sobre os moradores antigos já falecidos e homenageados em equipamentos encontrados em SMB, além de falar do descaso e falta de compromisso dos poderes públicos quanto às necessidades econômicas dos moradores do Baixo Rio Branco.

Durante seu depoimento, a aposentada Maria Helena da Gama (75 anos) revelou como era a sua vida anterior na época em que ela chegou a Santa Maria do Boaçu. Muito extrovertida, relatou que:

[...] Antes de vim para cá eu viajava muito pelo rio com o pai dos meus filhos. A gente cortava sorva na floresta. [...] Sorva é uma planta que dá um leite, a gente tirava esse leite e colocava sal para endurecer. Quando endurecia a gente vendia para os comerciantes de Manaus. [...] Na floresta tem muita madeira e castanha. Aqui em Santa Maria muitas pessoas vendem castanhas para Manaus. Os comerciantes daqui compram as castanhas das pessoas locais e levam para vender em Manaus. [...] Quando cheguei de Terra Preta com o meu marido e meus filhos. [...] Antigamente em Santa Maria só tinha um caminho estreito com muito mato, matagal doido e só tinha umas casinhas de Jarana⁶⁰. Inclusive, eu morei em uma dessas casinhas quando eu cheguei aqui, só que era lá para trás da vila. Aí eu desmanchei e construir essa que eu estou morando. Para chegar em Santa Maria eu vim de barco com o senhor Luisão para tratar do meu marido que estava doente e aqui tinha um posto de saúde. O marido ficou bom e não voltamos mais para Terra Preta e ficamos morando por aqui. Eu trabalhava muito para sobreviver com meus filhos. [...] Eu que batalhei para criar todos eles e criei tudinho. [...] Eu fazia carvão, lavava roupa para fora, pois meu marido não podia trabalhar. Mas, ele gostava de beber, aí nos separamos. Ele foi morar em Caracará [...] e eu fiquei morando em Santa Maria com meus filhos. Quando eu me separei do meu marido eles eram todos pequenos, escadinha. A senhora sabe quantos filhos são? São 11 filhos. Macho são 10 e uma menina só. [...], mas não abandonei nenhum dos meus filhos, nenhum deles. [...] Morreu já seis filhos e ficaram somente 5 comigo. [...] Antigamente a gente só se alimentava de peixe e farinha quando tinha. [...] Eu pescava muito no rio para comer, pescava aracu, piranha e barbado. A gente pegava até feras com facilidade, quando não era o filhote era a pirarara. E nesse tempo a gente nem usava

⁶⁰ Jarana - árvore pequena (*Lecythis jarana*) da família das lecitidáceas, nativas do Brasil (PA), de madeira vermelha ou róseo-amarelada, dura e resistente, folhas lanceoladas, pequenas flores sésseis, em racemos terminais e, frutos indeiscentes (Uso comum. In: DICIONÁRIO ONLINE).

malhador, aliás nem existia por aqui. Naquela época as pessoas se alimentavam só de peixe. Hoje os pescadores vendem todo o peixe que pega para o comerciante daqui que tem um resgatam e leva o peixe para vender em Manaus. . [...] O rio é bom para viajar, mas quando está cheio, pois seco a gente pega em areia. [...] Naquela época eu trabalhava como bicho, só chegava em casa à noite. E meu filho mais velho era quem cuidava dos outros [...] quando eu chegava já estavam todos alimentados [...] quando tinha comida. Em Santa Maria, aparecia muita onça para pegar os cachorros da vila, uma vez eu estava tratando peixe na beira do rio, quando escutei um vento de uma onça na minha costa pegando o cachorro. Acho que se não fosse o cachorro, seria eu que ela ia pegar. Agora é que a vila veio melhorar pois ficou maiorzinha. Naquele tempo não tinha luz todo o tempo. A luz era de motor e funcionava depois das seis horas da tarde. As festas (risos) eram animadas por cavaquinho e pelo tal de rabo de cão⁶¹. A gente ficava até a noite (risos) e era divertido. Agora, as festas daqui não prestam mais, fica todo mundo só olhando e não dançam. No meu tempo (risos) eu gostava de festa e ia só para dançar. [...] No festejo da Santa Maria eles vendiam churrasco, bolo e cachorro-quente. Eu gosto daqui e eu sou feliz aqui. A gente tem roça, a gente planta cara, abacaxi e cana de açúcar. Aqui tudo que planta nessa terra dá, então é um lugar muito bom de se viver. Eu tenho casa em Caracaraí, mas não vou para lá não. [...] Lá, para viver você tem que comprar tudo e aqui eu tenho tudo. Hoje, eu sou aposentada pela idade, não por tempo de serviço. Eu era a zeladora e limpava as salas na escola José Bonifácio. Quem arrumou esse emprego para mim foi a filha do senhor Damásio, que era um morador bem velho daqui. [...] Eu gosto de Santa Maria. Antigamente eu pensava que eu nunca ia ajeitar minha vida, hoje eu tenho minha casa, televisão motor, geladeira. Em Santa Maria do Boiaçu eu consegui tudo o que eu nunca tive.

É interessante notar que, no depoimento da dona Maria Helena, as festas eram uma prática ribeirinha usada como meio de socialização da comunidade. Por outro lado, sua fala também nos mostra a dura realidade para sobreviver economicamente na região Amazônica, o sofrimento e a garra da mulher ribeirinha como mãe, cuidadora e trabalhadora. No relato aparece novamente a vida cotidiana dos moradores ribeirinhos sendo organizada na localidade em torno das atividades de subsistência e extrativistas vegetal e animal. Assim, o depoimento apresenta a pesca do peixe, não só para o consumo, mas sendo comercializado, usado como atividade econômica de muitos pescadores e famílias ribeirinhas.

Em seu relato, a antiga parteira Elicia Pontes Paxias, 79 anos, uma senhora simpática, usou sábias palavras ao nos dizer que:

[...] Vim do Amazonas, do Coari, sou filha do Fonte Boa e já moro há 30 anos em Santa Maria. [...] Eu vim por causa do meu irmão e sua família que já moravam aqui. Meu irmão tinha trazido um filho meu e depois foi buscar a gente no Amazonas. [...] Sou casada e meu marido ainda está vivo. [...]

⁶¹ Rabo de cão – conhecido como Rabeca, é um instrumento de origem árabe tendo-se notícias de sua utilização desde a Idade Média. A rabeca é um instrumento de arco, precursor do violino. No Brasil, encontramos a rabeca de norte a sul, confeccionada por artistas populares em comunidades rurais (Uso comum. In – Wikipédia. enciclopédia livre – Rabeca).

Quando eu cheguei aqui, era tudo um cerrado enorme e só tinha um caminho com quatro casas velhas que o governador Ottomar tinha mandado fazer para as pessoas morarem. No Amazonas eu morava muito longe da cidade, da escola, tudo era muito difícil e não tinha estudos para os meus filhos, mas aqui em Santa Maria graças a Deus começou a chegar muita gente, professores, funcionários e meus filhos tiveram a chance de estudar. [...] na vila eles não eram mais famintos. [...] Aqui tinha muito peixe, a gente podia até guardar e salgar. [...] Aqui, eu trabalhei na roça, no lote que me deram lá em baixo. [...] No meu roçado eu plantava café, feijão milho, castanha, coloral, pimenta do reino, melancia e outras coisas. Eu tinha também criação de porcos. [...] Aqui tinha um senhor que fazia tijolos, dono de um terreno aqui perto, aí ele levava os tijolos para vender em Manaus e a nossa produção do roçado ele levava para comprar o nosso rancho. Eu ganhava dinheiro com isso. Na roça tem muita cobra, um dia desses uma mordeu meu filho que ficou ruim, mas foi levado para Boa Vista, se tratou e melhorou. [...] Depois nós construímos um sítio e uma casa [...] depois compramos essa casa aqui que eu moro. Hoje nós temos uma casa de farinha, mas antigamente quando cheguei aqui, fui sustentada por ranchos que o Brigadeiro Ottomar mandava deixar para população ribeirinha daqui. Na vila, antigamente, a nossa maior diversão era pescar e tomar banho no rio. Eu lavava muita roupa na beira desse rio e carregava baldes de água para encher o camburão para durar três dias. [...] Esse rio é uma benção de Deus. [...] Aqui na vila eu peguei muito menino no mundo (risos). Eu comecei a ser parteira observando e ajudando a dona Fátima e a dona Helena, trabalhando no postinho de saúde que tinha aqui. Eu também ia até nas outras comunidades fazer parto. [...] Parto até difícil. E quem me levava era geralmente o seu Leocárdio. [...] Também vinha mulheres de muitas comunidades, principalmente do Xeruíni, Lago Grande e Terra Preta. As pessoas traziam as mulheres para ganhar bebê que não estavam na posição correta. [...] As mulheres ficavam nervosas e não tinha como levar para Boa Vista. [...] Ajudei muita mulher a parir. Eu até anotava em um caderninho o nome das crianças (seu filho Severino pega um caderninho com folhas amareladas que continha alguns nomes de crianças) [...], mas aí eu perdi as contas. [...] Hoje eu não sei quantas crianças eu ajudei a colocar no mundo. A hora que chegasse mulher para parir a gente tinha que ir pro posto e eu não ganhava nada. [...] Até que um dia eu falei com o finado Lupércio e ele me disse: Vozinha se a senhora está com esse trabalho e não ganhar nada, então amanhã a senhora tira sua carteira para começar a ganhar alguma coisa. Aí eu falei: Doutor, ser parteira é uma profissão muito perturbada e muito sofrida porque a gente está salvando duas vidas. E, no tempo de assinar minha carteira eu não quis. [...] Estava cansada e queria mesmo era me aposentar. Depois que eu me aposentei eu não faço mais parto até porque já tem o hospital, tem médico e quando é parto difícil, eles levam para Boa Vista de avião. [...] Eu já andei em Tefé, Coari, Solimões, e em todos esses lugares, eu nunca achei um lugar melhor do que esse para morar. [...] Eu tenho dez filhos e criei oito netos. Todos moram perto de mim, [...] Só uma filha que mora em Caracaraí. Eu gosto daqui. Para mim, esse lugar sempre foi muito bom. Mas antigamente aqui era muito melhor de se viver, a política apareceu e ficou tudo difícil. [...], mas eu não quero sair daqui não, só pra passear. Passear e voltar. Mas embora, deixar o que eu tenho aqui, isso jamais.

Na narrativa da entrevistada fica evidente que as pessoas que procuraram a comunidade para morar eram pessoas simples, sem emprego, sem muito estudo e que não possuíam condições para manter a família. Chegavam motivados pela esperança de encontrar melhores condições financeiras, de moradia e de vida para

sua família, sendo a maioria oriunda da Amazônia, assim, são pessoas acostumadas com a vida e os perigos da região.

A parteira é uma pessoa de extrema importância. Em regiões pobres e isoladas, ela é um importante recurso a ser usado no processo de nascimento das crianças e das necessidades físicas, emocionais e sociais das mulheres ribeirinhas.

Moradora há 27 anos em Santa Maria do Boiaçu, Maria Glorinha Curica da Silva, mais conhecida como dona Maria da Glória (53 anos), casada há 30 anos com o senhor Ademir Azevedo Rodrigues, é filha de dona Eulicia Pontes Paxias, a parteira. De forma alegre e com o sorriso no rosto, dona Maria da Glória narrou que:

A minha vinda para Santa Maria do Boiaçu é uma história muito longa. Eu sou de Coari, Amazonas. Quando eu me casei, eu fui morar em Tefé. E foi bem na época que meu irmão veio com a irmão do meu pai conhecer esse lugar. Meu irmão gostou tanto que mandou buscar meu pai e minha mãe. [...] E você sabe, a gente longe de pai e mãe sente saudades. Eu estava com muitas saudades dos meus pais. E quando os pais da gente adoecem, a gente tem que estar perto. E como meus pais já eram de idade, eu queria ficar perto deles. [...] Meu marido trabalhava na Petrobrás [...] Ele fretou um barco e viemos para cá. [...] Eu cheguei em 1993, com meus filhos ainda pequenos. Santa Maria só era malícia (planta com espinho) e muito serrado. Naquela época a gente limpava o campo de pouso no terçado. Juntava um bocado de gente e ia limpar a vila. [...] Não tinha rua, era só um caminho. Tinha pouca gente morando nas casas do governo. Quando eu cheguei nesse lugar, eu não tinha casa, não tinha nada. [...] Uma parte da minha família já morava em assentamentos. A minha sorte é que meu pai já tinha uma casa grande aqui, e fomos morar no começo com ele. [...] Me acomodei lá, eu, meu marido e meus cinco filhos. Ainda morei seis meses na casa do meu pai, pois meu marido tinha voltado para deixar o barco que ele tinha alugado. Quando meu marido retornou, ele comprou uma casa para a gente. [...] Mas não tinha luz e nem banheiro na casa. E já tinha acabado todo o rancho que a gente trouxe. Foi muito difícil. No começo, a gente trabalhava tirando ripas e estacas na floresta para fazer as cercas dos quintais das casas dos moradores daqui. Eu também fui trabalhar fazendo farinha. Meu marido não sabia mexer com farinha, mas eu sabia. [...] As pessoas daqui sempre acolhem com carinho as pessoas que vêm para cá. Aqui, no Baixo Rio Branco, tem muita gente que precisa de ajuda. [...] Eu não sei por que colocaram esse nome nessa vila. [...] Maria é o nome de uma Santa, Santa Maria. E também é o nome da padroeira da vila. E eu sou devota de Santa Maria. [...] A comunidade de Santa Maria do Boiaçu é um lugar que Deus deixou abençoado, é um lugar muito bom de se plantar e bom para se viver. [...] Até porque não existe tantas coisas perversas, tentações como tem na cidade grande. Aqui, é um lugar de liberdade, sem nada que nos prejudique. Para mim é uma grande alegria eu morar aqui. Agora, graças a Deus meus filhos que estão em Manaus me ajudam muito e os que moram aqui. [...] Quando eu cheguei nessa terra eu trabalhava na agricultura, mas não posso mais. Pois se eu pegar ferrada de caba, vou parar no hospital. [...] Por isso deixei de trabalhar na agricultura. Mas meu sonho é ainda trabalhar com isso. Mas meus filhos não deixam. [...] Minha chácara tem 100 metros de frente e 1.000 metros de fundo. Lá, trabalham meus três filhos. Eu produzo cupuaçu, andiroba, cacau, pupunha, abacates e outras frutas. De lá a gente retira o nosso sustento. [...] O açaí, a gente compra para revender. Eu compro dos produtores daqui e vendo para Manaus. [...] É mais fácil vender para Manaus,

pois o tráfego de barcos é maior e é mais rápido para ir também. E, em Manaus podemos vender os produtos no atacado. Já em Caracaraí, a gente não consegue vender no atacado. As pessoas querem comprar de pouco e a gente não tem tempo para isso. As frutas apodrecem muito rápido. Por isso, preferimos vender em Manaus. [...] Lá já temos fornecedores certo. A gente manda mensagem, combina tudo e chegando lá desembarga a mercadoria rápido. [...] Hoje, meu esposo é aposentado do INSS. Eu já fui funcionária, mas agora não sou mais. Eu vivo de fazer comida para o povo que vem conhecer ou trabalhar na comunidade. [...] Eu agradeço a Deus pelo o trabalho que eu faço atualmente, como cozinheira, pois tenho saúde, vida e coragem para enfrentar a batalha do dia-a-dia. Aqui na comunidade, eu faço parte da Associação do Fundo Comunitário da vila, sou fiscal. [...] Para mim é muito importante trabalhar em conjunto, em comunidade. [...] Eu não tenho vontade de sair daqui. Pois foi aqui que eu criei meus filhos. [...] Foi aqui que eu comecei a minha vida. E me sinto feliz de morar aqui. [...] Aqui eu sou estudante na escola José Bonifácio. Já alguns dos meus filhos estão se formando em Manaus e outros já são até formados. [...] O rio para nós significa liberdade. [...] um recurso que pode nos levar para baixo e para cima, onde existe as melhores condições. Uma área livre onde se pesca, onde podemos usar sua água, onde existem praias que as pessoas daqui se divertem. O rio é um bem natural que ajuda muita gente na sua sobrevivência. [...] A gente quando quer ir a Caracaraí e a Manaus fazer compras e receber o salário, vai pelo o rio. Se não for pelo o rio, vai de avião, mas só quando se está doente. A maior dificuldade que a gente passa aqui é quando o rio seca e as praias aparecem. Pois fica difícil o barco navegar para Caracaraí como para Manaus. Nossa mercadoria estraga toda nessa época. Temos muito prejuízo para tirar ou trazer as mercadorias para cá. Principalmente as frutas que tem que ser de forma rápida. [...] No inverno, as pessoas daqui fazem suas roças, mas devido as pragas e falta de remédio, a maioria das roças estragam. Roças de milho, banana, mandioca. Mas para melhorar a comunidade temos que ter a ajuda dos nossos políticos. Eles só aparecem aqui na época da política e depois somem.

O relato de dona Glorinha demonstra a forma como as pessoas formaram suas vidas, suas famílias e como chegaram na região, apesar das dificuldades e adversidades que enfrentaram. Por outro lado, é importante mencionar que, com o passar do tempo, foram surgindo novas atividades econômicas, ainda voltadas para a agricultura e o extrativismo vegetal e animal, como o comércio direcionado para a cultura de produção e o beneficiamento de frutas típicas da região. No Baixo Rio Branco, o papel do atravessador é um tipo social que ainda é muito frequente nas comunidades. Eles são pessoas que exercem suas funções ou atividades comerciais repassando o produto comprado para outros compradores. Essa prática é muito comum nos comércios voltados para a agricultura e nos produtos extrativistas animal e vegetal.

Em seu depoimento, dona Maria da Glória fala de sua participação na associação da comunidade, em que caracteriza a “comunidade” como um espaço de participação, de compartilhamento, de valores e necessidades. Outro ponto importante foi a formação educacional de seus filhos na cidade de Manaus.

Conforme pesquisa, muitos jovens com o intuito de adquirir uma profissão e melhores condições de vida ou até mesmo para dar continuidade aos estudos acabam indo embora da comunidade para Manaus.

No alto de seus 74 anos, dona Joaquina Tenório Correia, uma senhora de fala mansa, simpática e muito extrovertida que mora há cerca de 30 anos na comunidade, disse em seu depoimento que:

[...] Eu vim do Amazonas e quando eu cheguei em Santa Maria do Boiaçu, já existiam casas prontas que as pessoas moravam até fazerem as suas nos loteamentos. Essas casas prontas eram de um projeto de colonização do governo. As pessoas chegavam na vila e ficavam nessas casas até terem condições de morar na sua. [...], mas não existe nenhuma dessas casas mais por aqui. Todas foram desmanchadas e construíram outras no lugar. [...] Quando nós chegamos em Santa Maria nós morávamos na vila em uma dessas casas do projeto. [...] Meu marido, o finado, era paraense e nos conhecemos no Amazonas. [...] A gente só vivia por aí trabalhando com seringa, borracha, balata e sorva. [...] Antes de vim morar aqui, eu já conhecia de passagem essa vila quando fui para o Anauá. [...] Trabalhamos 15 anos no Anauá no extrativismo. De lá fomos morar em Boa Vista, onde até hoje temos uma casa. [...], mas eu não me dei por lá porque estava acostumada a morar na floresta. Me lembro quando meu marido falou para mim: mulher eu fiz de tudo para colocar você em um lugar melhor, mais desenvolvido [...] Porque eu não te tirei do mato. Ele sabia que eu tinha nascido e sido criada em cidade. Mas morar em cidade eu não gostava e nem me dava bem. Na cidade eu só vivia doente. [...] Como meu marido não parava e queria andar por todo canto com a família, voltamos de novo para o interior, para essa a vila. [...] Cheguei muito magrinha, doente. Mas foi só chegar aqui que a doença passou. Antes de morar aqui, eu já tinha sete filhos que vieram lá do alto do Rio Negro ou de lugares ribeirinhos de lá. Na época que eu vim para cá, nessa região só tinha essa vila e alguns ribeirinhos que moravam espalhados por aí. [...] Quem trouxe nós para cá, foi um senhor chamado Zé Pinto, que era o administrador daqui. Ele trouxe meu marido para trabalhar nos loteamentos e na roça. [...] O senhor Zé Pinto tinha falado para o meu marido que aqui tinha muita terra, comida, emprego, condições melhores de vida e tudo mais que a gente precisava. O administrador era encarregado de trazer pessoas para povoar e trabalhar nessa localidade [...] Ele dizia que as terras eram do governo, mas a gente podia trabalhar sem preocupação até o fim da vida. Quando eu cheguei aqui, além das casas do projeto também já tinha algumas casas de veteranos⁶² e uma escola bem pequena. [...] Os veteranos eram as pessoas mais antigas que moravam na vila, mas hoje já estão todos falecidos. [...] Só tem os filhos e os netos deles morando por aí na vila. [...] De veterano existia a dona Rosa, a dona Preta, o seu Darcy e o seu Damásio, o resto eu não me lembro. [...] A gente comprava arroz e feijão no comércio do seu finado Luís, até nossas roças começarem a dar alguma coisa. [...] No começo as roças eram só para o consumo, mas depois começamos a vender os produtos. O meu sítio é bem grande e tem bastante terra. [...] Antigamente a gente plantava mandioca e banana, mas depois passamos a criar gado. Eu tenho três filhos que moram aqui e o resto mora em Boa Vista. [...] Esse filho (aponta para um rapaz em pé) é quem vai cuidar de tudo isso quando eu morrer. Ele vai herdar tudo por que o resto dos filhos são plantadores e já tem seus lotes e roças de farinha. [...] Eu fui funcionária na época do Território Federal de Roraima, funcionária da união. Quem me

⁶² Veteranos – é o plural de veterano. O mesmo que: experimentados, ladinos, maduros, sazoados (Uso comum. In – DICIO. DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS – Veteranos).

empregou e assinou a minha carteira de trabalho foi o governador Getúlio cruz. Ele assinou carteiras de trabalho de muita gente aqui. Eu fui merendeira da escola José Bonifácio por 28 anos. [...] Agora eu sou aposentada. [...] Meu marido também foi funcionário da união, mas não aguentou, ficou pouco tempo, não gostou de ficar empregado e saiu. [...] Eu ainda sou pensionista do falecido. [...] É minha filha quem recebe meu salário e a pensão, ela tem a minha procuração. Recebe o dinheiro e manda tudo o que eu preciso. [...] Santa Maria do Boiaçu é um lugar muito importante para mim. Eu só saio daqui para ficar junto do meu marido que está enterrado ali (aponta o dedo). [...] O rio Branco me traz felicidade e agradeço a Deus todos os dias por morar aqui. E quando eu quero ir para Boa Vista, eu vou pelo o rio.

Além de retratar os motivos que levaram sua família a morar na comunidade e as características da vila, dona Joaquina ainda descreve com muitos detalhes a sua vida antes de chegar a Santa Maria do Boiaçu e seu trabalho como extrativista vegetal de produtos encontrados na floresta. Nota-se que em seu depoimento, ela fala das antigas casas que existiam na comunidade e ressalta o perfil do administrador, como um articulador que agilizava o processo de ocupação dos lotes federais para as pessoas. Na fala da entrevistada, convém ressaltar o aparecimento de outras atividades econômicas na vila, como a pecuária, a agricultura, os pequenos comerciantes locais e os funcionários públicos federais.

Ao indagar dona Maria Aparecida Vieira (87 anos), que veio do Maranhão para Santa Maria do Boiaçu por causa do seu filho, a mesma expôs que:

Meu filho trabalhou toda a vida com garimpo e ouviu falar que nessa região o ouro brotava na terra. [...] Primeiro veio ele, e depois veio o meu genro. E como eu não sou cigana, fiquei no Maranhão. [...] Meu filho sempre quis me trazer para cá, eu é que não quis vim antes. Mas, quando ele conseguiu terra, mandou me buscar e eu vim morar com ele aqui. [...] Onde eu morava no Maranhão, eu tinha um pedaço de roça. [...] Eu trabalhava e vivia da roça, mesmo quando eu me separei do marido com 23 anos. Toda a minha vida, desde de criança, era trabalhando com a agricultura, inclusive quando eu cheguei aqui na vila. [...] Quando eu cheguei aqui, eu fiz uma roça nesse lote, mas eu adoeci, me operei e tive que deixar a roça. [...] Antigamente em Santa Maria, a luz na vila era ligada só as seis horas da tarde e não existia televisão. [...] Só existia bicicleta e nem todo mundo tinha. [...], mas depois melhorou um pouco. Eu sempre morei nesse lote e meu filho morava em outro. [...] Quando eu cheguei no lote já existia uma casa, mas como estava velha, meu genro desmanchou e construiu outra. Aqui tinha tanto pium que a gente não conseguia comer direito. [...] Quando eu cheguei aqui eu pensava: Meu Deus o que esse pessoal veio fazer em um lugar desses! A gente nem podia abrir a boca de tanto pium, mosquito e carapanã que tinha. Hoje eu já me acostumei. Antigamente tinha muito peixe, muita fartura, mas agora não tem mais como antes. [...] As pessoas pegavam peixes e saiam distribuindo para os vizinhos na vila, mais hoje, as pessoas vendem. Na vila, se você quiser comer peixe ou você pesca ou você compra. [...] Quando eu cheguei aqui já existia a igreja católica, a igreja Batista e a Assembléia. Também já existia o posto de saúde. [...] Onde é o hospital existia a administração de Santa Maria. [...] Hoje eu sou pensionista. E, mesmo velha, graças a Deus eu sou saudável. Eu faço de tudo. Eu lavo, varro e capino quintal. [...] Eu não tenho mais

vontade de sair daqui mais não, estou velha, já não tenho mais idade para isso. [...] E minha filha já trabalha aqui no hospital. O problema é no inverno, tem muito pium e as ruas ficam com muita lama. Mas antigamente era pior.

Em seu depoimento, dona Maria Aparecida fala do motivo do filho garimpeiro que veio em busca de ouro na região. Convém lembrar que durante os anos 80, Roraima passou a se chamar de “o novo eldorado” (MAGALHÃES, 2008, p.153). Muitos garimpeiros adentraram nos médios e altos cursos do rio Anauá, Jauaperi e Jatapú à procura de ouro e diamante. Como muitos não encontraram pedras preciosas, acabaram aderindo aos projetos de assentamentos e se tornaram migrantes rurais.

O depoimento da senhora Maria Rodrigues Góis, 66 anos, nascida e criada em Santa Maria, relatou um pouco da sua infância e de sua vida na comunidade durante esses anos. Ela pertence a umas das famílias mais antigas, pioneiras de Santa Maria do Boiaçu. Assim, com uma expressão calma, falou que:

Uma das famílias mais antiga é a família do senhor Francisco Damásio, mas ele já faleceu com a esposa. Mas ainda moram aqui dois filhos deles: O Valdir e o Lorival. Mas eles não estão esta semana na vila, estão viajando para Caracaráí. Também tem a família da Val Preta, da vó Semirias. [...] Os velhos foram morrendo e ficaram só os filhos e netos. Uns moram aqui e outros foram embora. Acredito que não tem mais ninguém deles aqui na comunidade. [...], mas eu sempre ouvi dizer que os primeiros moradores da vila foi a família do senhor Damásio. [...] Quem fundou a comunidade a gente não tem como saber. Por que chega uma pessoa, vai embora, depois chega outra e assim foi. Aqui os moradores eram muito inconstantes. [...] Eu nasci em Santa Maria do Boiaçu, meus pais vieram solteiros do Amazonas e casaram em Caracaráí. Mas eles nunca falaram por que escolheram essa vila para viver. [...], mas também a gente não se importava com isso, em perguntar para eles [...] meu pai era aposentado e morreu em 1985 e minha mãe em 2007. Quando eu era pequena, eu me lembro que as casas dos moradores eram todas lá na frente, mais próximas da beira do rio. Não existiam casas para esse lado da escola e nem essas ruas que tem hoje. Só existia um caminho. Eu me lembro que a escola José Bonifácio já existia, eu até estudava nela. Também tinha um posto médico que ficava onde é hoje a casa de apoio da saúde, em frente ao hospital. [...] Naquela época somente existia a igreja católica e depois chegou a igreja evangélica Batista. Inclusive, o senhor Damásio era dessa igreja. Aí, logo depois chegaram a igreja Assembleia de Deus e a igreja Adventista. [...] Me lembro que quando pequena a gente plantava muito na roça e os pais pescava. As festinhas que tinham na vila aconteciam na casa do administrador. E eram boas (risos), boas mesmo. Aliás, naquela época chamavam o administrador de telegrafista. Ele era ao mesmo tempo, administrador, telegrafista, delegado, era tudo que fosse ligado a autoridade. [...] Quando os barcos chegavam com mercadorias, nossos pais compravam os tecidos, e a mamãe fazia as roupas para a gente ir para as festas. E, na época não tinha luz elétrica. [...] As festas eram iluminadas por lamparinas ou velas. E as músicas eram tocadas ao som do cavaquinho, violão ou pelo rabo de cão (risos). [...] Rabo de cão é um instrumento feito com uma vara e uma lata dobrada que fazia muito barulho. Os namoros (risos) eram levados a sério, mas não tinha essa liberdade como

hoje. O namorado tinha que pedir do pai da menina e o namoro acontecia na sala da casa. [...] Com o pai ou a mãe olhando. Não tinha essas oportunidades (risos) de hoje. As pessoas só saíam de casa para casar. Eu conheci meu esposo aqui na vila. Ele é amazonense, veio morar e trabalhar como fiscal na boca do Rio Branco. Ele visitava os lugares no rio e quando ele veio aqui, a gente se conheceu. E foi amor à primeira vista (riso). Nós casamos e eu espero que a gente viva juntos até o final de nossas vidas. Estamos a 43 anos casados. [...] Sou funcionária federal, efetivada na época do governador Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto. [...] Minha alimentação eu trago de Boa Vista ou de Caracaraí. Eu tenho uma filha que mora em Boa Vista e tudo o que precisamos ela manda. As coisas poucas, eu compro no comércio daqui. Eu tenho uma chácara lá perto da entrada da vila, uns vinte minutos a pé. Lá, a gente planta cupuaçu, mandioca e outras frutas. Mas eu também tenho muita árvore frutífera no quintal da minha casa. Aqui na vila é muito farto e tem época que tem muita fruta. E as frutas estragam muito rápido. [...] Tem uma época que tem muita pupunha, pois aqui tem muita Pupunheira. Dá tanta que as pessoas daqui vendem para Caracaraí. [...] Eu gosto daqui pela tranquilidade que ainda tem. A gente quer um peixe fresco, vai no rio, pesca na hora. As pessoas não passam fome aqui, só passa se não quiser pescar. [...] De quando eu nasci até agora Santa Maria melhorou muito em termos de número de moradores e serviços. Mas os governantes ainda precisam olhar com mais carinho para a vila e as pessoas dessa comunidade. Aliás, para todas as comunidades do Baixo Rio Branco. Além da distância, a estrada do ribeirão é o rio, então quando ele seca é muito difícil para todos nós. Tem gente que leva seis dias de viagem para chegar em algum lugar do rio. Então, os governantes têm que dar melhores condições de saúde, educação e segurança para que essas pessoas possam viver aqui.

A depoente teceu suas memórias em tom de alegria e saudades ao falar de sua infância e festas na vila. Lembra com muito carinho dos seus pais e das pessoas antigas que já não moram na comunidade ou já morreram. Por ter nascido na comunidade, o relato de Maria Góis é carregado de histórias e lembranças. Nesse contexto, ela retrata na sua vivência alguns momentos históricos do processo de construção e transformação da comunidade. Nota-se que existem trechos de seu depoimento que ela fala da chegada de alguns equipamentos e serviços intracomunitários na comunidade e das instabilidades dos moradores na vila.

O Baixo Rio Branco, durante muito tempo sofreu com o êxodo rural, pois muitas pessoas que vinham de outras áreas do país para ocupar lotes na região, devido à cultura, não conseguiram se adaptar e foram embora para outros lugares, como Caracaraí e Boa Vista. Outras, foram embora motivadas pela busca de educação e saúde para a família ou pela falta da assistência de políticas públicas na localidade. Também cita os barcos que chegavam para vender tecidos e outras mercadorias aos ribeirinhos da comunidade. Sabemos que na região Amazônica existia comércio baseado pelo sistema de aviamento, que consistia no adiantamento de crédito pelo pagamento das mercadorias fornecidas pelos ribeirinhos.

Raimundo Rodrigo Góis, 54 anos, irmão de Maria Góis, também nasceu em Santa Maria do Boiaçu. É funcionário público da União desde 1988, como servidor da CAER. Na comunidade é casado há 35 anos, tem oito filhos e possui duas propriedades. Uma delas é um pequeno comércio varejista, onde vende e entrega pães caseiros para a comunidade. Mais conhecido como Diguinho e sendo um dos oito filhos do finado Manoel Mingueis Góis, segundo ele, quem nasce em Santa Maria do Boiaçu é:

[...] santa-mariense. [...] Santa Maria é um lugar tranquilo onde eu não tenho vontade de sair. [...] Até tenho uma casa em Caracaraí, mas não gosto de morar lá. Aqui tem muito peixe, principalmente o pirarucu, bastante bicho de casco que às vezes até boia de um lado para o outro do rio e, bicho de caça. [...] Antigamente não existiam ruas, eram só caminho que a gente iluminava à noite com a lanterna ou lamparina. Quando eu era pequeno, a gente morava em uma casa lá na frente do rio. [...] Aqui tem um fundão da associação que cuida da pesca esportiva no rio Itapará. [...] A maior dificuldade que existe aqui são as viagens para ir para Manaus ou Caracaraí no verão. Em geral, no meu barco eu levo em média dois dias para ir à Manaus e três dias para ir em Caracaraí. [...] Pelo trajeto e pelos os dias eu prefiro fazer compras em Manaus. [...] Aqui, no verão aparece as epidemias como diarreias e vômitos. E no inverno, são os piuns. [...] Sou contra a abertura da estrada, ela pode fazer com que a violência chegue aqui. [...] O rio é uma riqueza sem dimensão, 90% de tudo vêm do rio. [...] Também tem pecuária na comunidade. [...] Gostaria que os nossos políticos olhassem com mais carinho pela a nossa comunidade, aliás pelas as comunidades do Baixo Rio Branco. [...] Aqui precisamos de uma quadra de esporte para as crianças para não estarem nas ruas e uma praça para que o final de semana as crianças possam brincar.

Na narrativa do senhor Raimundo Góis, ele colocou três pontos importantes. O primeiro é quanto à questão da existência do Fundo da Associação que cuida da pesca esportiva no rio Itapará. Em Santa Maria do Boiaçu existe uma associação, o Fundo Comunitário, formada por moradores da comunidade local, com a ajuda da comunidade de Santa Maria Velha. Ela tem a finalidade de administrar os recursos provenientes do turismo voltado para a pesca esportiva do rio Itapará, o qual é utilizado para fazer e manter algumas ações voltadas para manutenção da saúde, educação, segurança e saneamento básico da comunidade.

O segundo ponto é sobre a questão da abertura da estrada que vai dar acesso à comunidade. Há alguns anos, foi feita uma estrada- vicinal saindo do Jundiá e outra saindo de Santa Maria do Boiaçu, porém incompletas e interrompidas pela floresta densa. De acordo com dados do DNIT (BRASIL, 2005), existe um projeto de lei do orçamento da União a ser executado desde 2005 para a construção do trecho rodoviário na BR-431 no estado de Roraima (trecho entroncamento) para ligar o

Jundiá (entrada pela BR-174) até a comunidade de Santa Maria do Boiaçu-RR. De acordo com pesquisas realizadas na comunidade, alguns moradores concordam com o término dessa estrada, pois facilitaria o desenvolvimento e o acesso mais rápido à ela. Porém, para outros moradores, como o senhor Raimundo Góis, estes não querem a sua conclusão pois temem que o acesso fácil traga violência, drogas e roubos, acabando com a paz e tranquilidade da comunidade.

O terceiro ponto seria a questão do apoio dos políticos para as necessidades existentes na comunidade.

O senhor Manoel Pimentel de Souza, 73 anos, aposentado, que reside há 26 anos em Santa Maria, fez o seguinte depoimento:

[...] Eu não tinha condição de morar na cidade e eu vim para cá. Aqui, me facilitou o meu modo de viver, como pobre que eu sou. Antigamente eu morava na estrada de São Luiz do Anauá, perto da ponte. Mas no ano de 1985, eu fui morar em Boa Vista. Lá, eu não aguentava viver. [...] Eu tinha cinco filhos e não tinha condições de sustentar todos eles por muito tempo. Eu era muito pobre. E todos os dias eu tinha que ter dinheiro para comprar as coisas. [...] Todo dia, mas todo dia eu gastava, era um gasto de dinheiro danado. Tudo era comprado e eu não tinha dinheiro. Eu comprava as coisas e chegava o fim do mês eu não tinha dinheiro para pagar a contas que eu tinha pego fiado. [...] Eu tinha um cunhado que ele me perguntou se eu não queria vim para cá. Ele dizia que em Santa Maria eu ter facilidade para a criação dos meus filhos. Nesse tempo eu era empregado das lojas Rei dos Colchões. Lá onde trabalhei durante de 17 anos. Depois saí e fui trabalhar num emprego a noite no governo. Mas no governo eu trabalhei pouco. [...] Fiquei desempregado uns tempos. [...] Quando meu cunhado veio para cá eu acabei vindo com ele e hoje estou mais tranquilo. Aqui, existia um caminho cheio de malícia. Depois abriram essas ruas e melhorou muito a gente andar, mesmo com esse cimento todo quebrado e cheio de buracos. Antigamente, a luz era de motor e funcionava até as 23 horas. Agora, tem luz direto, 24 horas. Tem até água encanada, antes a gente pegava água do rio para fazer as coisas. [...] Quando eu cheguei aqui, existia um prédio administrativo e só um postinho bem precário. Depois ele foi renovado e virou hospital. Mas só no nome, por que tem dias que falta muita coisa lá dentro. Não tem remédio suficiente para todos. Eu sou doente de diabete, eu tenho que comprar o meu remédio por que nunca tem no hospital. Ai, eu mando comprar em Manaus, Caracará ou Boa Vista. Meu dinheiro é gasto só um isso. A situação é muito difícil aqui. As pessoas não querem fazer nada pela a comunidade, principalmente nossos políticos. Eles falam que aqui é muito longe e tem pouca população. Mas ele tem a obrigação de melhorar a vida da população daqui. [...] Hoje em Santa Maria, só mora três filhos meus. O resto mora em Boa Vista. Foram estudar e procurar emprego. [...] Quando eu cheguei aqui eu comecei a fazer roça, participava de pescaria e trabalhava mais. Mas de um tempo para cá não existe mais emprego para a gente se empregar, e está tudo difícil. A gente só vive nessa vila porque já mora aqui mesmo e não precisa gastar muito dinheiro, mas também ninguém tem dinheiro. Mas dizer que tem trabalho para as pessoas daqui, não tem não. Mas peixe, carne de caça para quem é pobre, isso tem. [...] Só quem vive melhor aqui é quem é empregado do governo federal, estadual e municipal ou quem é comerciante. [...] A situação financeira do pobre nessa vila piorou, está mais difícil. [...] No verão não tem condições de trafegar no rio e trazer material para cá. As vezes o barco leva de 3 ou 4 dias para atravessar o rio no verão. O barco

encalha em galhos, pedras e bancos de areia. E de avião, leva duas horas, mas só vai quem está muito doente, e de urgência. Eu já viajei de avião. [...] A gente poderia ir pela estrada que vem do Jundiá, a 40 km daqui, ia facilitar muito a vida de todos, mas o dinheiro para terminar ela sumiu. Agora, está tudo parado. A continuação da pista de avião daqui também. [...] Os comerciantes daqui e a população é que sofre muito com isso. Com esse descaso dos políticos. [...] Queremos comprar, mais por causa dos transportes das mercadorias, que vêm pelo rio, tudo fica mais caro. Meu rancho a gente compra em Caracará mesmo com dificuldades, mas ainda sai mais barato do que comprar aqui. [...] E entra governo e sai governo e tudo continua na mesma. Tem meses que não tem professores na escola e não tem medicamentos. E as empresas de turismo que atuam aqui não contratam as pessoas locais, elas preferem trazer as pessoas de Boa Vista e Manaus. O turismo para essa comunidade só ajuda as próprias empresas de turismo. [...] Com os anos, tem algumas coisas que melhoraram aqui, fizeram alguns prédios, como a CER, a CAER, a polícia, as escolas, as igrejas, O hospital..., mas só. Mas trabalho não tem. [...], mas mesmo assim eu gosto muito de viver aqui.

Em sua fala, é possível perceber que o senhor Manoel Pimenta faz duras críticas à falta de políticas públicas voltadas para as necessidades da população da comunidade, principalmente no que se refere às ações políticas dos poderes federais, estaduais e municipais. Por outro lado, nela também é possível compreender que o principal motivo, além de colonizar e ocupar a terra da comunidade, foram as questões socioeconômicas dos migrantes.

O relato do aposentado também permitiu identificar a chegada da modernização na comunidade, estimulada pela inserção do capital, de novos objetos, equipamentos e serviços. A influência das novas formas de usos e apropriações permitiu uma reorganização do espaço social da comunidade.

5.3 DIAGNÓSTICO DOS ELEMENTOS INTRACOMUNITÁRIOS MATERIALIZADOS NA COMUNIDADE: EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E SUAS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS

Os elementos intracomunitários são partes que integram, fazem parte ou que estão situados nos acontecimentos de um todo no dia a dia de uma população. No espaço, os elementos intracomunitários desempenham importantes papéis em diferentes momentos históricos, influenciando nos processos de produção e reprodução das localidades. Para compreender a realidade socioespacial de um determinado local, é necessário analisar a sua dinâmica a partir dos processos de transformação e reorganização do seu espaço social, realizado pela população com o objetivo de atender às suas necessidades.

Uma vez que o homem está sempre procurando encontrar novas técnicas para acumular capital e ampliar a força de trabalho, podemos analisar a produção e reprodução do espaço por meio dos objetos, das formas, dos movimentos e do conteúdo de natureza social sobre o espaço. Desse modo, identificando os elementos intracomunitários por meio dos equipamentos urbanos, e de seus circuitos por intermédio das relações sociais no espaço.

O termo equipamento urbano é usado para designar bens públicos ou privados ou, conforme Manfio (2015, p.141), “obras e serviços” de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento de uma população ou localidade, que podem ser implantados com a autorização do poder público, particular ou de ordem comunitária, em espaços públicos ou privados. Assim, quando os equipamentos urbanos são implantados ou construídos em determinadas localidades, tornam-se aglomerados rurais ou urbanos ou, quando se situam na junção da paisagem, podem incorporar uma nova configuração ou panorama espacial.

Para Veras (2009, p. 93-94), é no espaço que “a dinâmica socioespacial passa por uma transformação estrutural em que mantém uma íntima ligação com as formas”. Pode acontecer em cada momento da história, por meio das velhas formas que são alteradas para receber novas funções ou da inserção de novas formas que se adaptam ao movimento do espaço. Conforme Santos (2012), a forma é o resultado da ação do homem, mas também é um fator social que pode ser produzido e usado para executar uma função que lhe foi atribuída ou, dependendo da necessidade, ser chamada a cumprir uma nova função.

A dinâmica de produção e reprodução do espaço da comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu começou a acontecer a partir de um pequeno núcleo localizado na natureza, a partir do qual se deu ações e intencionalidades de agentes diversos, principalmente ligados aos interesses econômicos, sociais e políticos. As ações de intencionalidades dos agentes permitiram a inserção, construção e fixação de alguns equipamentos urbanos essenciais, que transformaram a comunidade em uma centralidade significativa de serviços sociais básicos para os ribeirinhos de algumas comunidades existentes na região do Baixo Rio Branco.

Segundo Santos (2012, p. 73), “a história é uma totalidade em movimento, um processo dinâmico cujas partes colidem continuamente para produzir cada novo momento”. Portanto, o movimento de uma sociedade deve ser entendido não

em partes, mas na sua totalidade histórica, econômica, política, social, cultural e natural, como algo dinâmico nos diferentes níveis e em diferentes tempos, mas sempre vinculadas umas às outras.

Conforme Santos (2008a, p. 64), ao analisar um lugar, devemos levar em conta “a história das relações, dos objetos sobre os quais se dão as ações humanas, já que os objetos e relações mantêm ligações dialéticas, onde o objeto acolhe as relações sociais, e estas impactam os objetos.” Desse modo, para o autor, é necessário impor na análise de um lugar a necessidade de apreender objetos e relações como um todo, isto é, apreender com a totalidade.

Como cada lugar é singular, dotado de peculiaridades, a relação social, por mais restrita que pareça, contém relações que são globais. Portanto, em qualquer espaço, a história de produção pode desencadear “um processo bem mais abrangente, que insere o fenômeno em contextos cada vez mais amplos (SANTOS, 2008a, p. 64). Assim, cada pessoa, objeto e relação é fruto da história. E, somente por meio das relações, que se dão por intermédio das variáveis e objetos é que podemos ter uma visão real da história, dos fatos concretos que ocorreram naquele lugar.

Na comunidade de SMB existem uma combinação de variáveis sociais que, com o passar do tempo, foram mudando de valores e de papel. Sendo assim, os elementos intracomunitários (Figura 21A e 21B) existentes dizem respeito aos equipamentos urbanos públicos, comunitários e privados, destinados à prestação de serviços necessários para o funcionamento da localidade.

Os elementos intracomunitários podem ser identificados no tempo (processo), por meio da relação entre as formas, as funções e as estruturas encontradas nos bens comunitários; nos elementos ou equipamentos materializados das instituições públicas das áreas de educação, saúde, segurança, religião; como também nos serviços comerciais particulares, nos elementos relacionados às áreas voltadas para o lazer, comunicação, turismo, entre outros que promovam relações sociais ou que usam suas infraestruturas ou ações voltadas para as dimensões política, social, econômica e simbólica como instrumentos que promovam a dinâmica de produção e reprodução espacial no ambiente natural do Baixo Rio Branco.

Figura 21B - Mapa espacial da distribuição dos elementos intracomunitários existentes na comunidade de Santa Maria do Boiaçu no ano de 2018.

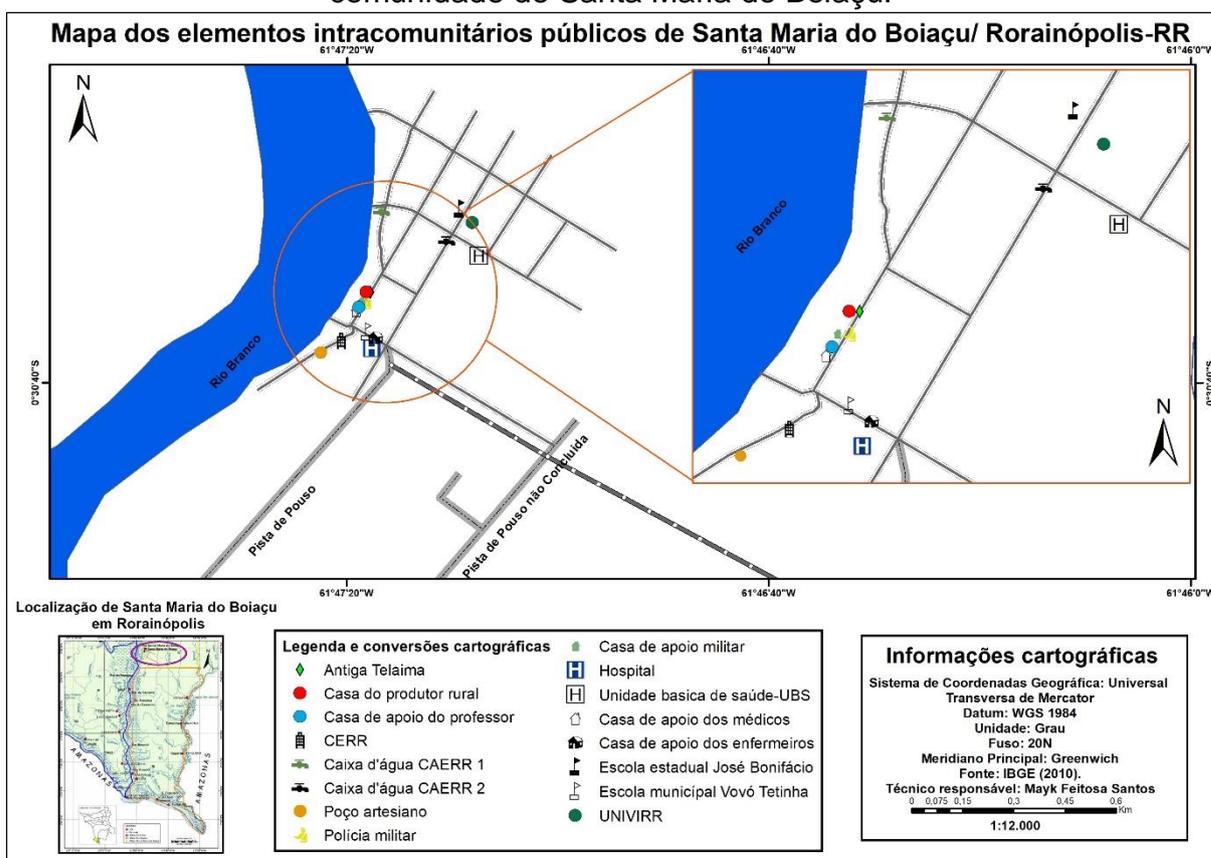


Elaboração: Sandra Lauriano/2020. Imagem elaborada a partir do mapa afetivo organizado e elaborado pelos moradores da comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu - Cezar Conceição da Silva e Clenilda Servino/2018.

5.3.1 Equipamentos e serviços públicos

Na comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu, os equipamentos e serviços públicos (Figura 22) existentes são voltados para a área de educação, saúde, segurança e saneamento básico.

Figura 22 - Mapa dos elementos intracomunitários públicos existentes na comunidade de Santa Maria do Boiaçu.



Elaboração: Sandra Lauriano/2020. Dados compilados do Sistema de Coordenadas Geográficas: Datum 1984 e do mapa de localização da região do Baixo Rio Branco, Estado de Roraima (INTERAIMA,2010).

5.3.1.1 Elementos intracomunitários da área da educação

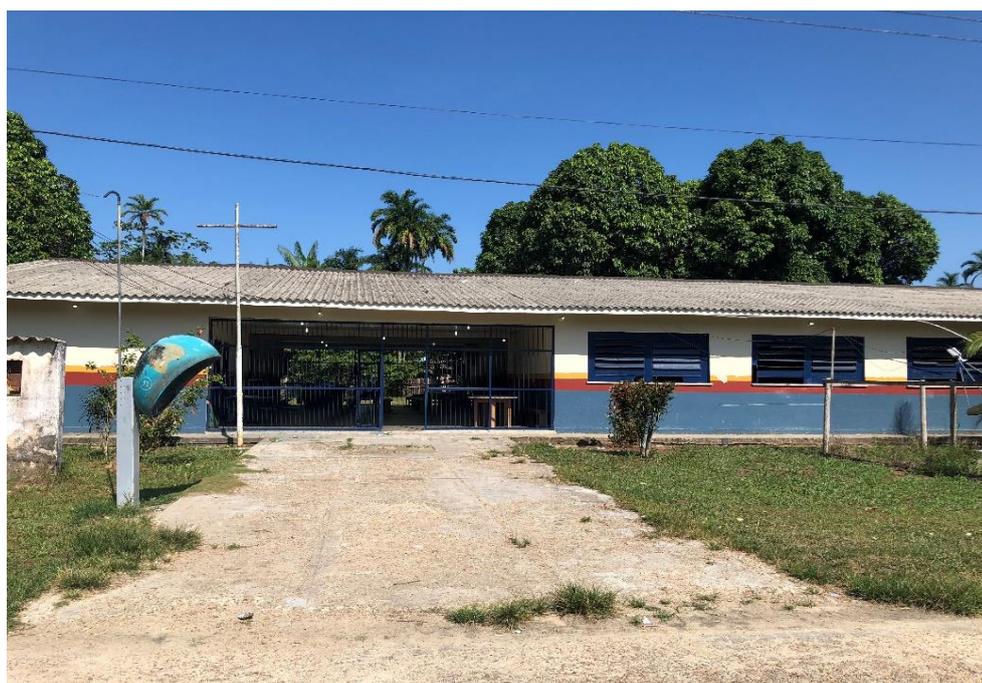
A educação no Brasil é fundamentada na Constituição Federal de 1988 como sendo um direito de todos os indivíduos, ficando a cargo do governo federal, dos estados, municípios. Segundo seu artigo 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL ESCOLA, 2020).

Portanto, a educação é uma prática social que tem o objetivo de desenvolver as potencialidades, habilidades e competências existentes no ser humano. Ela é um direito fundamental a todos os seres humanos, podendo ser desenvolvida por meio do ensino e da aprendizagem e de processos de aprendizagem que estão associados à formação escolar, familiar e social do ser humano. A educação escolar é aquela que acontece no ambiente formal, dentro das instituições escolares de infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Na área de educação, existem na comunidade de Santa Maria do Boiaçu duas instituições que atendem aos diferentes níveis de ensino oferecido pela rede pública do estado de Roraima, sendo uma escola estadual (escola José Bonifácio) e a outra municipal (escola Vovó Tetinha).

A escola estadual José Bonifácio (Figura 23), criada pelo Decreto nº 12 do dia 20 de junho de 1945 sob Resolução 06/08 de 29 de abril de 2008 do CEE/RR, atende as modalidades EJA (Educação de Jovens e Adultos), ensino básico fundamental do 6º ao 9º ano e ensino médio regular (SEED, 2018). Conforme dados do gestor da instituição, professor Aldenir M. Lima, em 2018, a escola contava com um total de 109 alunos matriculados nos turnos matutinos, vespertino e noturno, distribuídos em oito turmas.

Figura 23 - Escola Estadual José Bonifácio.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

O nome da escola foi dado em homenagem ao naturalista, cientista, estadista e poeta luso-brasileiro, conhecido como o Patrono da Independência do Brasil, o poeta José Bonifácio de Andrada e Silva⁶³, que teve um papel fundamental na preparação e consolidação da Independência do Brasil.

Na escola José Bonifácio foi implantado, em 2017, um polo da Universidade Virtual de Roraima – UNIVIRR, que equipou uma sala com máquinas novas, estabelecendo um laboratório de informática com acesso à internet via Gesac⁶⁴ do Programa Governo Eletrônico, possibilitando aos moradores, visitantes, pais e alunos participarem dos cursos de extensão em informática e de cursos ofertados por instituições parceiras da universidade virtual. Entretanto, atualmente, o polo da UNIVIRR não está em funcionamento.

Segundo dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e comunicações - MCTIC (2017), a internet via Gesac é um Programa Eletrônico do Governo Federal, que oferece gratuitamente conexão à internet em banda larga por via terrestre e satélite, com o objetivo de promover a inclusão digital em todo o território brasileiro. A Gesac não possui fins lucrativos, sendo direcionada, prioritariamente, para as comunidades em estado de vulnerabilidade social em todo o Brasil e que não tem outro meio de serem inseridas no mundo da tecnologia da informação e comunicação (MCTIC, 2017). Sua instalação e funcionamento ocorre, geralmente, em instituições públicas de ensino, saúde, segurança e unidades de serviços públicos localizadas em áreas remotas, de fronteiras ou de interesse estratégico.

Na comunidade de Santa Maria do Boiaçu, o acesso à internet via Gesac foi disponibilizado em 2017, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações que forneceu, a pedido de senadores, deputados federais e Governo do Estado de Roraima, a antena Gesac para acesso à internet banda larga, computadores, software e nobreak necessários para o funcionamento do laboratório de informática (BOLETIM DO SENADO FEDERAL, 2008).

⁶³ José Bonifácio de Andrada e Silva – conhecido como epíteto de Patriarca da Independência por seu papel decisivo na Independência do Brasil. Em 11 de janeiro de 2018 foi declarado oficialmente Patrono da Independência do Brasil (Uso comum. In: ENCICLOPÉDIA LIVRE ONLINE WIKIPÉDIA – José Bonifácio).

⁶⁴ Gesac (Serviço de Atendimento ao Cidadão) – programa do governo federal, coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicação (MCTIC, 2017).

Atualmente, a internet via Gesac foi substituída pela antena Viasat (Figura 24), uma empresa particular que fornece acesso a internet para mais de um milhão de pessoas em toda a América Latina. Trabalhando em parceria com a Telebrás, busca conectar, por meio da internet rural via satélite, as comunidades de todo o Brasil (VIASAT, 2020). A internet via satélite possibilita altas taxas de transferência de dados, sendo sua comunicação feita do cliente para o satélite e deste para seu servidor.

Figura 24 - Antena Viasat.



Fotografia: Eivaldo Almeida/2020.

No Baixo Rio Branco, a Viasat⁶⁵ é um serviço pago de internet via satélite que pertence a um fornecedor de wi-fi, mas mediante um projeto de convênio federal, os moradores da comunidade de SMB e visitantes puderam ter acesso gratuito a esse serviço.

Na região do Baixo Rio Branco, conforme Seabra (2020, p. 22), “o isolamento das comunidades, as longas distâncias fluviais percorridas, as dificuldades logísticas, a educação básica inexistente ou precária”, além de outros fatores como a ausência

⁶⁵ Viasat - é uma empresa de comunicação com sede em Carlsbad, na Califórnia, que fornece equipamentos e serviços para comunicações militares e comerciais norte-americanos, principalmente em tecnologias relacionadas a satélite. No Brasil, a Viasat é uma internet conectada pela Telebrás com o objetivo de trazer conectividade acessível para as comunidades rurais (Uso comum. In: ENCICLOPÉDIA LIVRE ONLINE WIKIPÉDIA).

de saneamento, a elevada números de doenças, a falta de água potável, a ineficácia de atendimentos médicos especializados e o alto índice de pobreza fazem com que algumas famílias com melhores condições financeiras, procurem outras localidades maiores para que seus filhos continuem os estudos e possam ter de uma vida melhor. Cabe salientar, que a comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu, possui a única escola de ensino médio do Baixo Rio Branco (VERAS; RIBEIRO; SANTOS, 2020).

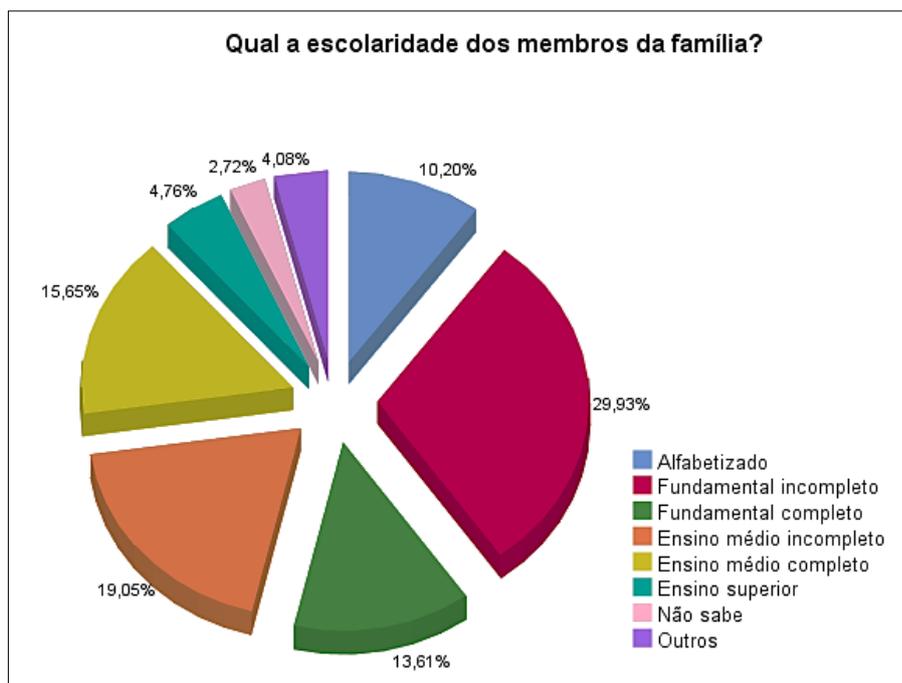
Segundo depoimento do diretor Adenir Lima, devido a algumas comunidades do BRB não possuírem determinado nível de ensino, alguns jovens de comunidades próximas, como Santa Maria Velha e Sacaí, estão matriculados na escola para cursar o ensino médio regular ou o EJA. Ao falar sobre essa questão, a funcionária pública e servidora da escola estadual Maria Rodrigues Góis (66 anos) relata:

[...] Eu estudei aqui, meus irmãos estudaram aqui, meus filhos estudaram aqui. Mas infelizmente para continuar os estudos, meus filhos, como outros, procuram dar continuidade em outras cidades como Caracaraí, Manaus ou Boa Vista. Alguns pais às vezes nem tem condições, mas se sujeitam a mandar seus filhos para que eles não fiquem sem fazer nada aqui e que pelo menos eles possam continuar o ensino médio ou fazer uma faculdade para melhorar de vida. E tem ainda a preocupação de quem vai cuidar, olhar e orientar esses meninos para não se envolverem com coisas ruins da cidade grande. [...] Muitos deles nem voltam.

A realidade exposta no depoimento da entrevistada foi comprovada nas conversas realizadas com alguns membros das famílias ao relatarem suas preocupações e anseios quanto à continuidade dos estudos dos filhos ao terminarem o ensino médio, pois, além da localidade não possuir cursos públicos de nível superior, muitas famílias não possuem condições financeiras para manter os filhos em outras cidades, o que acaba contribuindo para o abandono dos estudos por muitos jovens.

Ao comparar o assunto abordado com o gráfico do grau de escolaridade dos membros da família (Figura 25), podemos afirmar que a maioria dos habitantes da comunidade, cerca de 29,93%, possui somente o ensino fundamental incompleto; 13,61% o ensino fundamental completo; 19,05% o ensino médio incompleto; 15,65% o ensino médio completo, e somente 4,71% o nível superior. Dos que possuem nível superior, a maioria são moradores que vieram de outras cidades para trabalhar nos equipamentos e serviços públicos da comunidade.

Figura 25- Gráfico do grau de escolaridade dos membros da família.



Elaboração: Sandra Lauriano/2019.

Na comunidade existe uma casa de apoio (Figura 26) para professores e servidores do estado, porém ela está abandonada. Antigamente, era mantida pelo governo do estado por meio da Secretaria de Educação e Desporto – SEED, para servir de moradia para os professores ou servidores que vinham para trabalhar, pesquisar ou aplicar cursos na escola estadual José Bonifácio.

Atualmente, os professores e servidores que atuam no ensino da escola estadual e não são residentes na comunidade, alugam casas ou quartos nas casas dos próprios moradores ou ficam alojados nas casas de seus parentes. Levando em consideração essa análise, vale ressaltar que, em virtude disso, muitos profissionais da educação, levando em consideração a média de salário de um professor, não querem prestar serviços na escola da comunidade devido ao alto custo com o deslocamento, moradia e alimentação. Além, de muitas vezes mesmo aceitando o cargo, não conseguirem lugar apropriado para sua moradia.

Figura 26- Casa de apoio ao professor.



Fotografia: Sandra Lauriano/2019.

A escola municipal de ensino infantil e fundamental Vovó Tetinha (Figura 27) foi criada pelo Decreto nº 009 – E/2010, no dia 17 de março de 2010, pelo município de Rorainópolis, para atender alunos do pré escolar I e II a alunos do 5º ano do ensino básico fundamental. Vovó Tetinha foi uma antiga moradora do Baixo Rio Branco e matriarca de famílias na comunidade.

Figura 27 - Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Vovó Tetinha.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

Conforme informação do gestor da escola em 2018, o professor Valquimar José da Silva, a escola possuía 110 alunos matriculados nos períodos matutino e vespertino, distribuídos da seguinte maneira: pré-I com 11 alunos; pré-II com 19 alunos; 1º ano básico com 13 alunos; 2º ano básico com 19 alunos; 3º ano básico com 16 alunos; 4º básico com 17 alunos e 5º ano básico com 18 alunos.

Cabe destacar que a instituição também possui o acesso à internet banda larga da GESAC, usada pelos alunos, pais, funcionários, visitantes e por todos os moradores da comunidade. Segundo dados do Censo/2019, a escola municipal, localizada em um espaço alugado pela Prefeitura de Rorainópolis, possui na sua estrutura física, uma TV, um DVD e uma impressora. Sua dependência é formada por quatro salas de aulas, sala da diretoria, cozinha, banheiro com chuveiro, refeitório, dispensa e área verde.

5.3.1.2 Elementos intracomunitários da área da saúde

A saúde de uma população local, regional ou nacional é medida pela redução das desigualdades sociais e por meio da melhoria dos resultados de sua disposição física, mental e do seu bem-estar dentro de uma localidade (KING'S FUND, 2019). Assim, para que aconteça essa melhoria, os equipamentos da área de saúde devem incluir ações, serviços e assistência ampla à saúde da população.

Na área da saúde de Santa Maria do Boiaçu são encontradas duas unidades de atendimento ao público, o Hospital Estadual Unidade Mista Rosa Vieira - Vó Preta e a UBS – Unidade Básica Manoel Luiz Rodrigues, além das casas de apoio aos médicos e enfermeiros que trabalham nos equipamentos públicos de saúde.

Segundo dados da Folha de Boa Vista (2017), o Hospital Estadual Unidade Mista Rosa Vieira – Vó Preta (Figura 28) foi criado em 2006 no governo de Ottomar de Souza Pinto para atender às 16 comunidades do Baixo Rio Branco com serviços de atenção básica e de caráter preventivo. Cabe falar que, antigamente, no local funcionava o antigo prédio da administração da comunidade, construído no ano de 1953. O nome Vó Preta foi uma homenagem a uma moradora antiga e muito querida que morava próximo ao igarapé da comunidade.

Figura 28 - Hospital Estadual Unidade Mista Rosa Vieira - Vó Preta.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

A estrutura física do prédio passou por reformas nos últimos meses, recebendo a primeira obra de ampliação, desde a sua inauguração, no valor de mais de um milhão oriundo de recursos estaduais. A reforma da estrutura física contemplou a parte elétrica, hidráulica, substituição do telhado e de outros serviços internos, além da implantação de uma internet Viasat para facilitar a comunicação com as comunidades do Baixo Rio Branco.

Segundo informações da secretaria de saúde do estado- SESAU (2017), a obra de ampliação da estrutura do hospital contemplou também a construção de sala de utilidades, posto de enfermagem, sala de pré parto, sala de parto, depósito de material de limpeza, enfermarias infantil, feminina e masculina, farmácia, consultório ginecológico, sala de emergência, consultório, recepção, sala da administração, consultório odontológico, laboratório, sala de espera, sala de raio-x. Além de salas de vacina, sutura, expurgo, esterilização, nebulização e hidratação, lavanderia, refeitório, cozinha, dispensa e conforto para médicos e enfermeiros (JORNAL FOLHA DE BOA VISTA, 2017a).

O hospital ainda não foi inaugurado, mas já está atendendo a população ribeirinha ainda que de forma precária, pois faltam equipamentos, instrumentos e medicamentos para o funcionamento em sua totalidade. A unidade ainda não atende

nem realiza casos de grande complexidade, somente trabalhos de prevenção de epidemias, indicação de medicamentos e, eventualmente, partos naturais. Os casos mais difíceis ainda são encaminhados para o hospital no município de Boa Vista por meio de avião ou helicóptero.

Atualmente, a unidade tem um diretor administrativo, dois médicos, dois enfermeiros e nove técnicos de enfermagem que realizam aproximadamente 20 atendimentos diários de pacientes da própria comunidade e das comunidades de Santa Maria velha, Remanso, Floresta, Bela Vista, Itaquera, Sacaí, Canauni, Lago Grande, Terra Preta, Samaúma e Xixuaú, além de indígenas das reservas. Mas dependendo da localização da comunidade, muitos ribeirinhos preferem fazer seus atendimentos na cidade de Manaus.

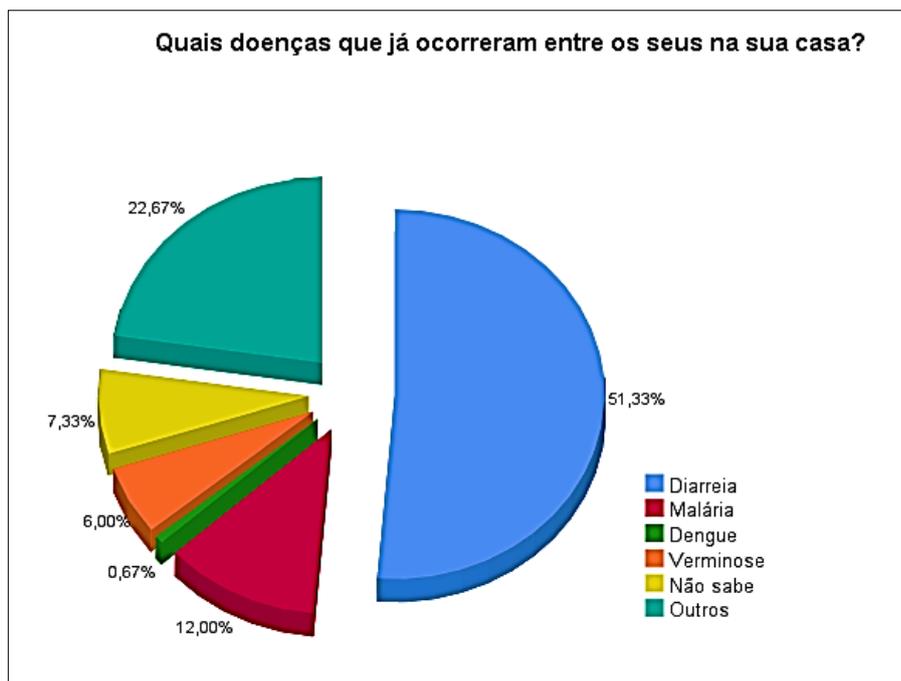
Em entrevista, o médico Javier Balderrama Castro relatou que muitos ribeirinhos não vinham para os atendimentos no hospital de Santa Maria por questões financeiras, pela falta de gasolina para colocar em seus barcos ou voadeiras, ou pelo fato de muitos se tratarem com remédios caseiros, a chamada medicina natural adotada pela cultura da região, sendo que em alguns casos até resolve o problema, mas em outros não.

Conforme o médico, na comunidade, o período de inverno é o de maior procura pelo hospital. Além disso, o fluxo das outras comunidades ribeirinhas em busca de atendimento hospitalar ou para ir a médicos corresponde à metade no começo de cada mês, quando vem resolver, comprar ou vender algo em Santa Maria do Boiaçu ou quando precisam urgentemente de ajuda para tratar as doenças infecciosas na garganta e dermatológicas, doenças virais, picadas de cobras, mulheres em trabalho de parto ou abortos, casos de infecções sexualmente transmissíveis, e malária, esta última presente principalmente entre os indígenas da reserva Catrimani.

Segundo o médico peruano Javier Castro, em relação aos partos naturais ainda havia pouca procura pelo hospital devido à cultura das parteiras existente na maioria das comunidades ribeirinhas, que auxiliavam as mulheres no nascimento das crianças. Só quando era um caso complicado é que procuravam o hospital ou a cidade de Boa Vista e Manaus. Também relatou a alta taxa de adolescentes grávidas nas comunidades.

De acordo com dados do gráfico (Figura 29), podemos observar que as doenças que mais ocorreram na população da comunidade de SMB foram: diarreia com 51,33%, doenças variadas, como viroses, com 22,67%; e malária com 12,00%.

Figura 29 - Gráfico de doenças que já ocorreram na comunidade.



Elaboração: Sandra Lauriano/2019.

De acordo com dados de entrevistas, podemos concluir que a alta porcentagem de doenças que causam o sintoma da diarreia se deve aos fatos de que a maioria da população de SMB não faça qualquer tratamento da água (retirada diretamente do rio), com o uso de cloro antes de consumi-la; e a não existência, naquela ocasião, de nenhum serviço de coleta de lixo nas casas. A limpeza e o recolhimento são feitos pelos próprios moradores que queimam o lixo em seus terrenos, o jogam e o enterram em buracos improvisados ou a céu aberto no final da pista de pouso de aviões. Neste último caso, a população se torna mais vulnerável às doenças e perigos, pois atrai insetos, urubus, roedores e animais da floresta para próximo das casas, tanto no inverno como no verão.

A UBS, Unidade Básica de Saúde Manoel Luiz Rodrigues (Figura 30), inaugurada em junho de 2019, é uma infraestrutura municipal de ordem de 408 mil de emenda parlamentar junto ao Ministério da Saúde para prestar serviços de atendimento aos usuários da localidade e das demais comunidades da região do

Baixo Rio Branco. A unidade vai contar com uma equipe completa de saúde da família, além de internet Viasat, salas de vacina e observação, esterilização, imobiliários e equipamentos médicos, entre outros, como equipamentos odontológicos, equipamentos ginecológicos, de raio-x e de ultrassonografia, e laboratório para variados exames (JORNAL PAINEL, 2017a). Além disso, a UBS conta com um barco voadeira para fazer remoções de pacientes de casos graves da localidade e das outras comunidades para o município de Caracaraí.

Figura 30 - UBS – Unidade Básica de Saúde Manoel Luiz Rodrigues.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

Em Santa Maria do Boiaçu existe uma casa de apoio aos médicos (Figura 31) e uma casa de apoio aos enfermeiros (Figura 32) que trabalham no Hospital Estadual Unidade Mista Rosa Vieira - Vó Preta. Essas casas de apoio servem de alojamentos para os médicos e funcionários que não têm moradia na comunidade e são mantidas pela Secretaria de Saúde do Estado de Roraima - SESAU. A alimentação desses profissionais, são custeadas pelos os mesmos. Somente o preparo é realizado por moradoras da comunidade, mediante pagamento mensal.

Cabe salientar, no hospital existem dois médicos, um de nacionalidade peruana e um cubano, que “se revesam a cada quinze dias, para receitar remédios para pressão, diabetes, soro antiofítico, e acompanhar os partos” (SEABRA, 2019a).

Figura 31 - Casa de apoio dos médicos na comunidade.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

A casa de apoio aos enfermeiros está localizada onde antigamente funcionava o posto de saúde da comunidade.

Figura 32 - Casa de apoio dos enfermeiros da comunidade.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

5.3.1.3 Elementos intracomunitários da área da segurança

A palavra segurança pode ter muitos significados, dependendo do ponto de vista e da necessidade de quem precisa. Em termos gerais, o termo segurança é o conjunto de medidas que visam a proteção e afastamento de todos os perigos ou de perdas a pessoas ou coisas. Como bem comum, ela pode ser divulgada e assegurada por meio de um conjunto de convenções sociais, denominadas de medidas de segurança.

As medidas de segurança são promovidas pelo Estado, que tem o dever; mas o direito e a responsabilidade são de toda a população. A segurança é exercida para a preservação da ordem pública e da proteção das pessoas e do patrimônio por meio dos seguintes órgãos: polícias federais, rodoviária federal, ferroviária federal, civil e militar e corpo de bombeiros.

Em Roraima, a Polícia Militar de Roraima – PMRR, tem como função principal o policiamento de intervenção e a preservação da ordem pública no Estado. Além disso, ela é força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro, e faz parte do sistema de segurança pública e defesa social do Brasil. “Seus integrantes são denominados militares do estado, assim como os membros do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima” (IN USO COMUM: ENCICLOPÉDIA LIVRE ONLINE WIKIPÉDIA).

No que tange a área de segurança pública da comunidade de SMB, desde 2006, a polícia militar do Estado de Roraima tem um posto militar (Figura 33) com três policiais para atender quando solicitada e ocorre denúncia, as ocorrências locais e das outras comunidades da região, principalmente Sacaí, Santa Maria Velha, Caicubi e Terra Preta. No Baixo Rio Branco, além de proteger os ribeirinhos, ela tem um trabalho de prevenir e reprimir a pesca ilegal realizada por invasores e pescadores invasores no rio Branco por pescadores do estado do Amazonas, principalmente durante o período de reprodução dos peixes na região do Baixo Rio Branco.

Segundo informações locais, pescadores atravessam o rio Negro e entram pela foz do rio Branco e retiram grandes quantidades de peixes dos rios. A polícia militar e a FEMARH, mesmo apreendendo os materiais de pesca, aplicando multas e fazendo com que os pescadores ilegais percam suas licenças e benefícios concedidos pelo INSS durante o defeso (JORNAL FOLHA DE BOA VISTA, 2018), têm muita dificuldade para controlar e fiscalizar a pesca ilegal e os conflitos, devido ter um número baixo de policiais e funcionários para o tamanho da região. Por isso, eles

contam com o apoio, vigilância e denúncias dos moradores das comunidades. Outro fator importante é que, além do combate aos crimes ambientais, a polícia militar tem o poder de fiscalizar os transportes fluviais, o tráfico de drogas e a biopirataria (PMRR, 2013). Essas ações geralmente são realizadas com o apoio de outros policiais (GATE e CIPA), Corpo de Bombeiros e parceiros como os técnicos e fiscais da FEMARH – Fundação do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Figura 33 - Posto da Polícia Militar na comunidade.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

Segundo a entrevista com o sargento Marcelo Albuquerque, os maiores chamados de ocorrência que existem em SMB são decorrentes de bebidas, brigas por alcoolismo e violência doméstica contra a mulher, pequenos roubos e incidências de drogas mais fáceis de adquirir, como a maconha e crack. Conforme o sargento, as drogas são trazidas para a comunidade em pouca quantidade por meio das embarcações que vem de Manaus e Caracaraí e são vendidas por ovelhas negras (apelido de quem vende drogas nas comunidades).

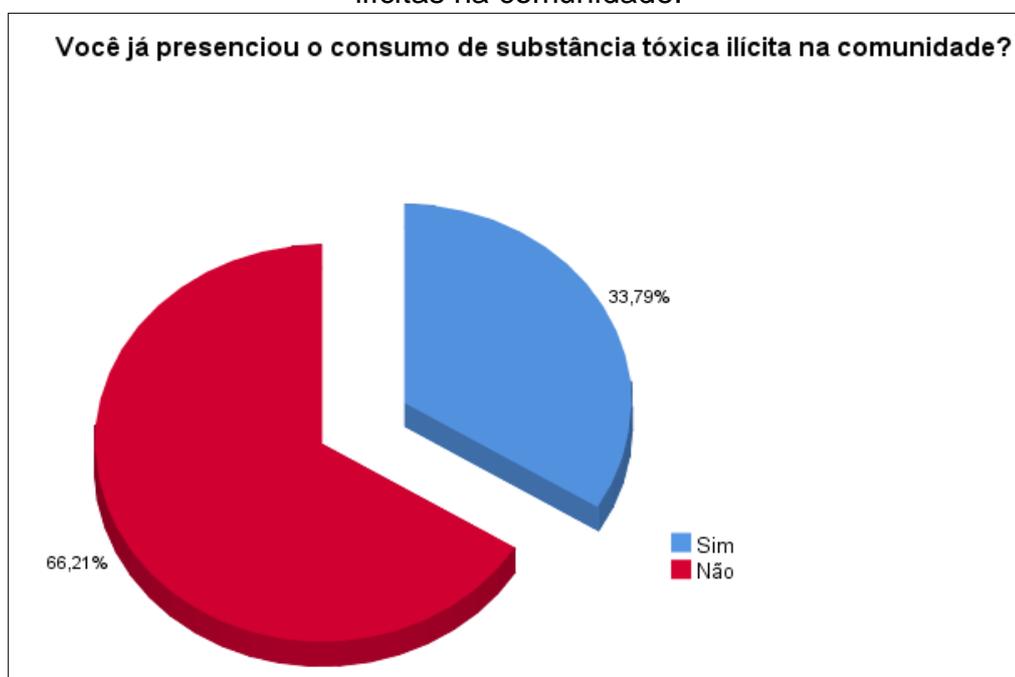
Em relação ao alto consumo de bebidas alcoólicas, para o sargento, a bebida existe em todo lugar na comunidade. Para quem bebe, não precisa de comemoração; eles bebem todos os dias e bebidas fortes, como a cachaça e o conhaque. Quando muitos já estão alcoolizados, eles começam a brigar entre si, e, então, a polícia é chamada para separá-los. Além disso, existem as ocorrências que chegam ao posto policial por acontecimentos de roubos e furtos nas comunidades como também às

margens dos rios, nas embarcações atracadas, das quais são levados motores e malhadores.

O sargento Marcelo coloca que em SMB não existem ocorrências por prostituição, mas os casos de pedofilia chegam a ser uma normalidade para a localidade, pois muitas adolescentes engravidam entre 14 e 16 anos de pessoas adultas e acabam casando muito cedo. Segundo o policial militar, para melhorar essa realidade precisaria tirar os adolescentes da ociosidade em que vivem. Para muitos jovens, a vida se resume somente em ir para a escola e nada mais, levando-os a se envolver com o que não é bom, principalmente a bebida. Diante disso, seria necessário a implantação de áreas de lazer, como uma academia, praça, ginásios ou intervenção de instituições especializadas que oferecessem cursos, palestras de orientações para os pais e seus filhos.

De acordo com dados do gráfico (Figura 34), cerca de 66,21% não têm conhecimento ou nunca viu o consumo de substâncias tóxicas ou ilícitas na comunidade, somente o consumo de bebidas alcoólicas.

Figura 34 - Gráfico do conhecimento de consumo de substâncias tóxicas ou ilícitas na comunidade.



Elaboração: Sandra Lauriano/2019.

Na comunidade de SMB existe a casa de apoio da polícia militar (Figura 35) utilizada como alojamento para os policiais militares que trabalham no posto militar. A

casa de apoio é mantida pela Secretaria de Segurança Pública de Roraima – SESP. Deve-se ressaltar que nela também existe a internet Viasat a qual é usada para facilitar o intercâmbio e atendimento as outras comunidades do Baixo Rio Branco.

Figura 35 - Casa de Apoio da Polícia Militar.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

Na comunidade existe um local, a antiga Casa do Produtor Rural da comunidade de SMB, que foi doado a FEMARH - Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos naturais (Figura 36) por meio de Termo de Parceria com a SEAPA (Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento), para servir como do posto de monitoramento e fiscalização contra crimes ambientais na região. A FEMARH, por meio de Pregão Presencial (FEMARH, 2018), contratou uma pessoa jurídica especializada para uma reforma geral na casa do produtor. Para a FEMARH, uma base fixa vai ajudar muito no controle eficaz no Baixo Rio Branco, inclusive ajudar os ribeirinhos locais contra a ação dos pescadores do Amazonas. Além de preservar, a fiscalização vai evitar que grandes embarcações vindas do estado do Amazonas entrem no rio Branco para fazer a pesca predatória de peixes e de quelônios (JORNAL PAINEL, 2017b).

A base fixa na casa do produtor rural de Santa Maria do Boiaçu, vai proporcionar um monitoramento mais eficaz, evitando de forma descontrolada a pesca ilegal na região (JORNAL PAINEL, 2017b).

Figura 36 - Casa do Produtor Rural da comunidade.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

5.3.1.4 Elementos intracomunitários da área de saneamento básico

A infraestrutura urbana se refere ao conjunto de serviços básicos e indispensáveis para a sobrevivência de uma população em uma determinada localidade, como distribuição de água, energia, ruas, esgoto, redes telefônicas e serviços básicos de coleta de lixo e limpeza urbana. Esses elementos intracomunitários são equipamentos instalados em meio público e de responsabilidade das instituições governamentais. Na comunidade de Santa Maria do Boiaçu, os equipamentos e serviços principais da área de saneamento básico são fornecidos pela CAER, CER, antiga TELAIMA, além de serviços voltados para a limpeza urbana.

A CAER (Companhia de Água e Esgoto de Roraima) é uma empresa que promove a saúde pública, o bem estar social e o desenvolvimento econômico por meio dos serviços de abastecimento e tratamento da água e esgoto sanitário do estado. Em Santa Maria do Boiaçu, o fornecimento da CAER na comunidade é por meio da captação superficial de água do rio Branco que abastece as caixas d'água (Figura 37) da localidade. Portanto, a água que chega nas casas dos moradores da comunidade é por meio de caixas d'água, poço artesiano ou retirada direto do rio Branco. Cabe ressaltar que os moradores pagam para a CAER somente a taxa de consumo da água.

Figura 37- Caixas d'água existentes na comunidade.



Fotografias: Sandra Lauriano/2018.

De acordo com dados de relatórios da CAER (2018), um grave problema que ocorre em Santa Maria é a falta de água tratada pelos moradores que bebem água de poço artesiano (Figura 38) sem nenhum tipo de tratamento. Além disso, foi detectado que alguns moradores chegavam a usar o hipoclorito na água, porém ocasionalmente. Assim, a equipe da CAER orientou a comunidade a coar e ferver a água antes do seu consumo para evitar doenças causadas por bactérias.

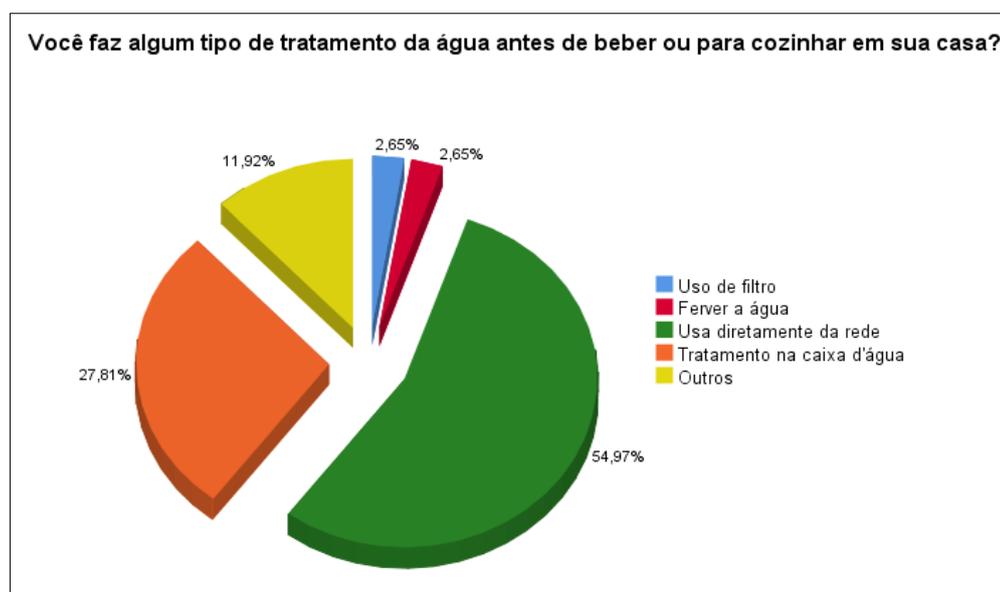
Figura 38 - Poço artesiano.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

Os dados da CAER (2018) podem ser comprovados pelo gráfico (Figura 39) que retrata a porcentagem de pessoas que não fazem nenhum tipo de tratamento na água para eliminar bactérias antes de beber ou cozinhar em casa.

Figura 39 - Gráfico do tipo de tratamento usado na água.



Elaboração: Sandra Lauriano/2019.

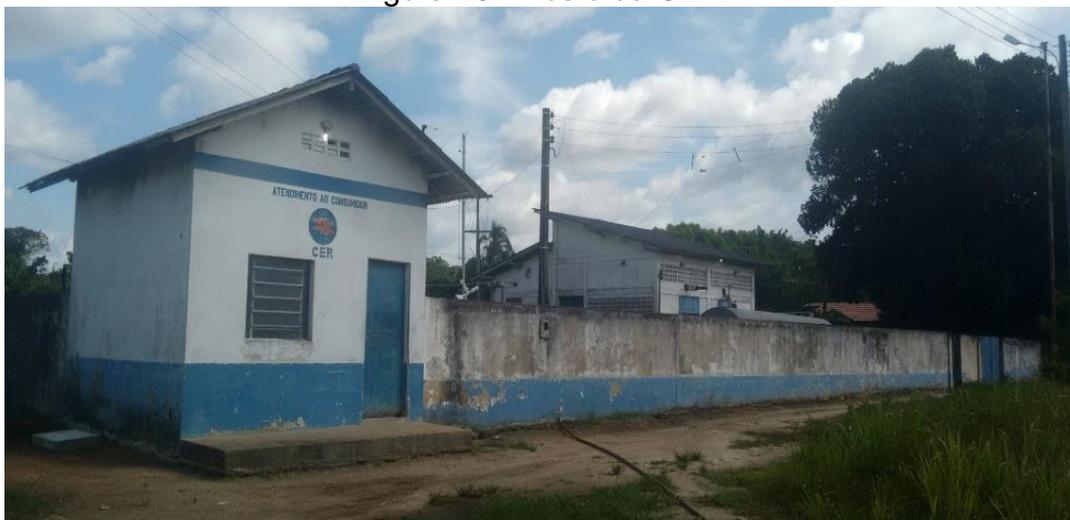
Como é possível observar, 54,97% usam a água diretamente da rede; 27,81% fazem algum tipo de tratamento, colocando produtos como água sanitária ou hipoclorito em dosagem recomendada na caixa d'água da casa; 11,92% ferver a água antes de consumir ou tem filtros em casa; 2,65% só usam água filtrada; e 2,65% usam a água diretamente do rio para seu consumo. Vale ressaltar que o referido gráfico é um dos resultados decorrentes da aplicação dos questionários da pesquisa de campo do projeto "Dinâmica Territorial da Comunidade Ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu-Rorainópolis/RR".

Nas entrevistas, muitos moradores relataram que não utilizam nenhum produto na água antes do consumo pelo simples fato que uma pesquisa (não souberam por quem foi feita), realizada há alguns anos atrás, ter mostrado que a qualidade da água encontrada no poço artesiano era limpa e indicada para o consumo. Cabe ressaltar que a comunidade enterra em buracos e queima seu lixo nos quintais das casas e faz a utilização de fossas sépticas (privadas higiênicas) e fossas secas em suas residências. No inverno, muitos desses buracos com lixos e fossas

transbordam, fazendo com bactérias se misturem com a água dos canos quebrados ou rachados.

A CER (Companhia Energética de Roraima) é uma empresa de distribuição de energia do estado de Roraima subsidiada pela Eletrobrás até 2018. Atualmente, a CER (Figura 40) é mantida pela empresa Roraima Energia. Na comunidade de Santa Maria do Boiaçu, a empresa faz um trabalho de distribuição de energia por meio de termoelétrica que funciona durante 24 horas por dia. Entretanto, a colocação dos postes de iluminação pública das poucas ruas foi custeada pela associação dos moradores de Santa Maria do Boiaçu, o Fundo Comunitário, um dos principais responsáveis pelos serviços voltados para a sua limpeza.

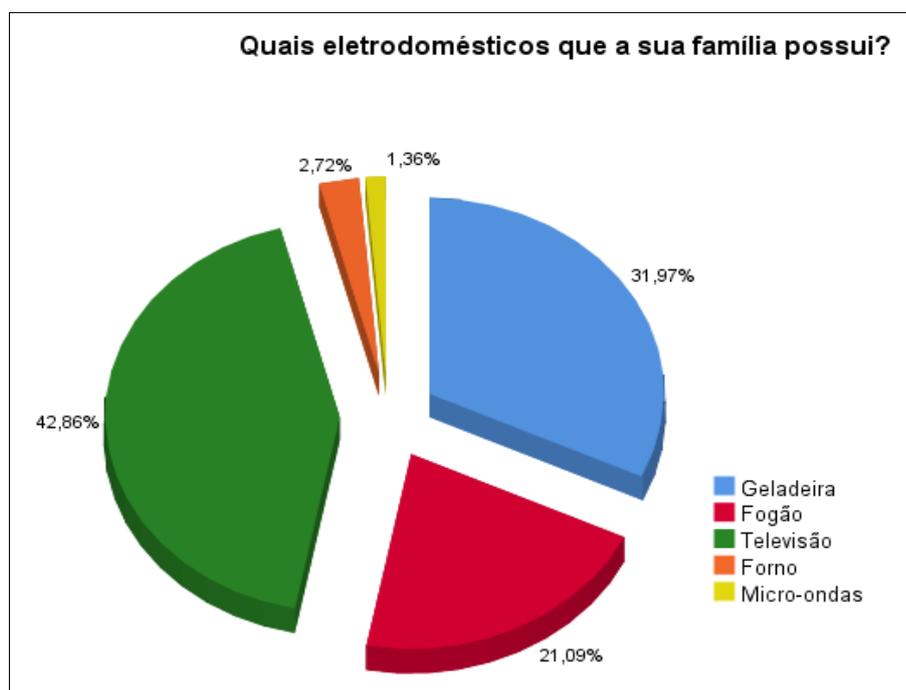
Figura 40 - Posto da CER.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

Segundo entrevista, os moradores da comunidade utilizam a energia termoelétrica para manter algum tipo de eletrodoméstico em casa. De acordo com dados do gráfico (Figura 41), cerca de 42,86% dos moradores possuem televisão e 31,97% têm geladeira. Portanto, o maior consumo de energia nas casas é para manter a iluminação e o funcionamento desses aparelhos. Atualmente, os moradores pagam para a CER somente a tarifa de consumo de energia elétrica.

Figura 41 - Gráfico dos eletrodomésticos que a família possui.



Elaboração: Sandra Lauriano/2019.

A TELAIMA (Telecomunicações de Roraima S/A) foi uma empresa operadora de telefonia no estado de Roraima que pertencia ao grupo Telebrás⁶⁶. Em 1998, ela foi privatizada, sendo absorvida pela Telemar⁶⁷, atual empresa Oi S.A. Esta é uma concessionária de serviço de telecomunicações, sendo uma das maiores operadoras de telefonia móvel no país. Em Santa Maria do Boiaçu, a Oi/S.A ainda mantém os antigos telefones públicos - cinco orelhões da TELAIMA (Figura 42) - que oferecem serviço telefônico para os moradores por meio de ligações a cobrar. Para isso, há um pequeno posto e um morador responsável para fazer a manutenção nos aparelhos telefônicos.

A limpeza urbana é um serviço essencial em uma localidade, pois faz parte daquilo que chamamos de saneamento básico. Assim, uma localidade limpa, com condições de conservação e higiene permite uma melhor qualidade de vida de seus moradores, o que contribui para a saúde da população.

⁶⁶ Telebrás – empresa estatal federal brasileira, constituída na forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, atualmente vinculada ao Ministério das Comunicações e responsável por implementar as Políticas Públicas de Telecomunicações do Brasil (Uso comum. In: ENCICLOPÉDIA LIVRE ONLINE WIKIPÉDIA).

⁶⁷ Telemar – empresa concessionária de telefonia fundada em 1998 e que a partir de 2007 passou a usar a marca Oi (Uso comum. In: ENCICLOPÉDIA LIVRE ONLINE WIKIPÉDIA).

Figura 42 - Telefone público da antiga Telaima.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018

O saneamento básico de uma localidade é de responsabilidade e atribuição de gestores do poder público que precisa ser cumprida. Fazem parte dos serviços gerais de limpeza, as atividades de conservação do ambiente, a raspagem e varrição de ruas e lugares, a capina mecanizada, a limpeza e consertos de meio fio, a coleta do lixo das lixeiras das casas e o transporte destes para seu destino final. Geralmente, as tarefas são realizadas por funcionários contratados, equipados por veículos e ferramentas adequadas para essas atividades.

Na comunidade de Santa Maria do Boiaçu, essas atividades são desenvolvidas pela prefeitura do município de Rorainópolis, em convênio com a associação dos moradores de Santa Maria do Boiaçu, o Fundo Comunitário. A prefeitura do município de Rorainópolis fornece toda a parte de equipamentos, ferramentas, combustível e funcionários para a limpeza da comunidade, além de fazer toda a roçagem da pista de pouso.

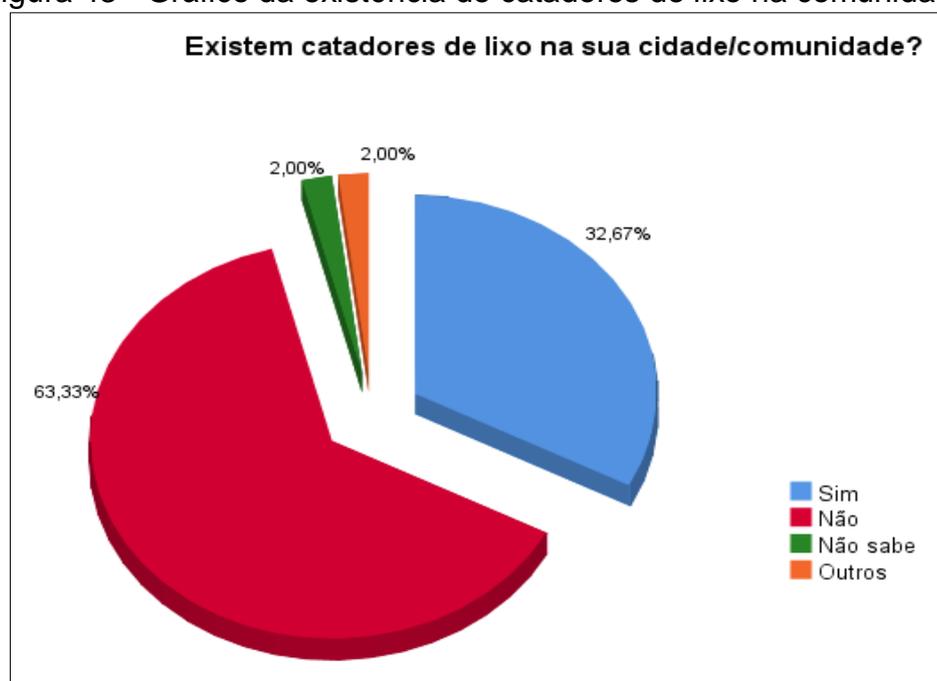
Segundo relato do presidente da associação, o técnico de enfermagem e atual diretor do hospital Jadson de Oliveira Santos (35 anos), o papel principal do Fundo Comunitário é ajudar na manutenção urbana da comunidade por meio do dinheiro arrecadado das empresas de turismo de pesca esportiva da região. Para ele, como o Baixo Rio Branco se encontra abandonado pelos poderes públicos, é necessário ajuda financeira do Fundo Comunitário para manter o saneamento básico na comunidade

de SMB. Diante disso, já foram realizados vários benefícios na comunidade como: instalação da iluminação pública (compra dos postes e lâmpadas), manutenção de equipamentos de limpeza (compra de peças do trator), manutenção das bombas d'águas (compra de peças), entre outros.

A associação também tem o compromisso de ajudar os moradores por meio do apoio e contribuição das instituições responsáveis pelas políticas públicas como: fazer solicitação de casamentos, registros, documentos, vacinação e outros. Ainda segundo o presidente da associação, umas das principais reivindicações dos moradores para melhorar a comunidade é uma relação ao asfaltamento das ruas, a construção de um porto e a implantação do ensino superior.

Conforme o gráfico (Figura 43), na comunidade não existiam catadores de lixo por volta de um ano atrás ou o serviço não estava funcionando, motivo que obrigava os moradores a queimarem, enterrarem no quintal de suas casas ou jogarem no rio ou nas cabeceiras das pistas de avião. Além disso, o lixo acumulado que ficava nas ruas atraía o aparecimento de ratos, cobras, baratas e mosquitos.

Figura 43 - Gráfico da existência de catadores de lixo na comunidade.



Para resolver os problemas existentes em virtude de saneamento básico deficiente, o prefeito nomeou um administrador regional, o senhor Abrahão Tenório Correia, conforme Portaria da Casa Civil nº 027/2020 da Secretaria de Gestão e

Planejamento da Prefeitura do Município de Rorainópolis, para representá-la na administração, organização, orientação e atendimento às necessidades da localidade, principalmente para ajudar na coordenação dos funcionários da prefeitura quanto à limpeza, recolhimento e descarte do lixo sólido.

Segundo dados da CAER (2018), ao visitar a comunidade, em parceria com a polícia militar e com alguns jovens da escola estadual José Bonifácio, foi realizado um mutirão de limpeza na principal rua de Santa Maria do Boiaçu, em que foram coletados vários materiais recicláveis, como garrafas pet, latinhas de alumínio, embalagens de biscoitos e outros para manter o local limpo e sadio. Porém, não existia um destino adequado para o lixo dos moradores das comunidades do Baixo Rio Branco. De acordo com a CAER (2018), a coleta dos resíduos sólidos espalhados nas beiras dos rios, quintais e outros espaços seria uma forma de reduzir doenças e proporcionar uma qualidade melhor na vida aos moradores.

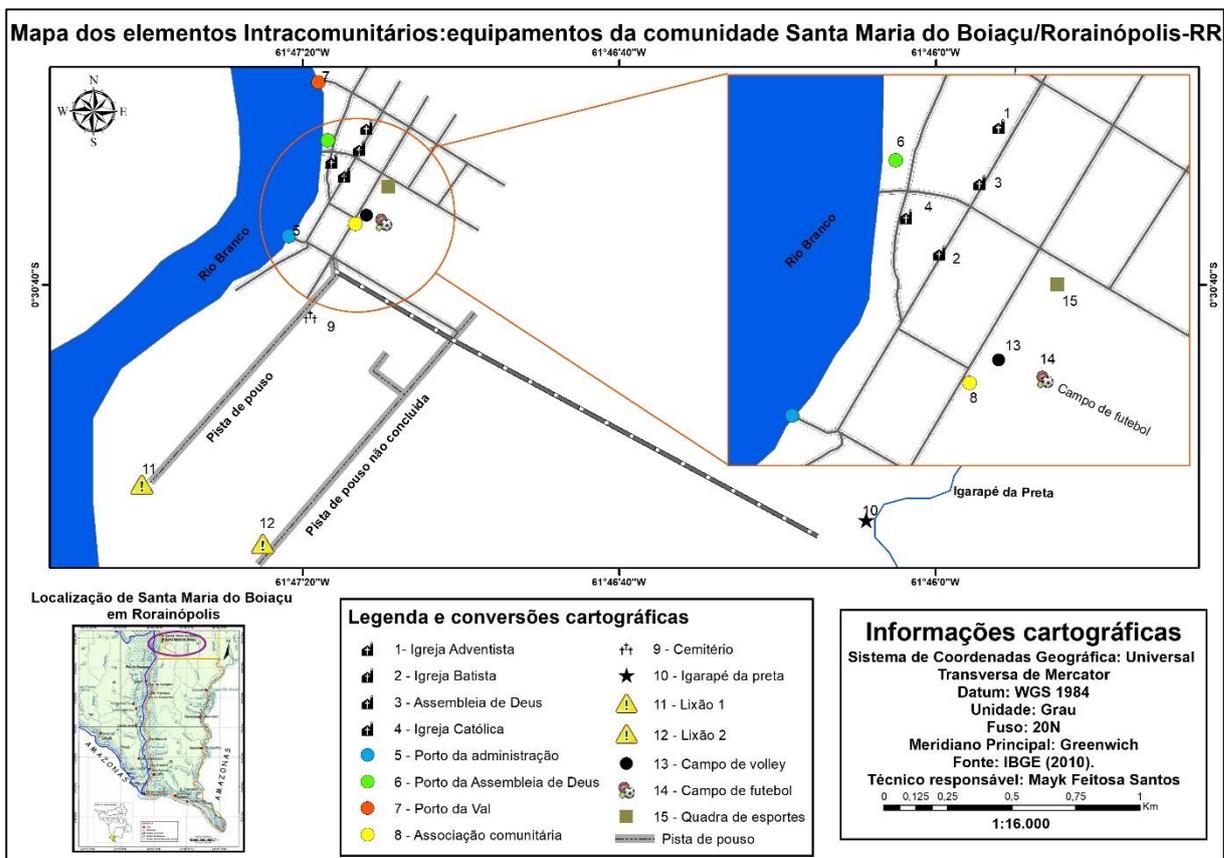
5.3.2 Equipamentos da comunidade

Segundo Cruz (2013, p. 40), são considerados equipamentos comunitários “os equipamentos públicos os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares (Art. 4º, § 2º)”. Para a autora, o espaço livre de uso comum (Art. 4º, 1), como a praça, é tratada por doutrinadores e legisladores como equipamento comunitário, algumas vezes como espaço livre, ou como elemento variado, sendo bem comum de uso público indisponível, expressão do direito de ir e vir, do direito ao lazer, à paisagem, ao convívio social etc.

Em Santa Maria do Boiaçu, os equipamentos da comunidade são elementos intracomunitários públicos que são utilizados nas atividades de promoção social, esporte, lazer, cultura, religião e na questão da necessidade da prática livre do uso comum dos moradores.

Os equipamentos da comunidade (Figura 44) é qualquer “máquina, dispositivo, estrutura, organização, serviço, etc. que serve para dar apoio à ação dos membros daquela comunidade” (ONG. BY WATANABE, 2014). E, eles podem ser agrupados conforme os objetivos determinados para aquela comunidade. Uma boa parte dos equipamentos comunitários podem ser fornecidos, construídos e mantidos pelo poder público (Prefeitura, Governo Estadual e Federal).

Figura 44 - Mapa dos elementos intracomunitários: equipamentos da comunidade.



Elaboração: Sandra Lauriano/2020. Dados compilados do Sistema de Coordenadas Geográficas: Datum 1984 e do mapa de localização da região do Baixo Rio Branco, Estado de Roraima (INTERAIMA,2010).

5.3.2.1 Elementos intracomunitários da área social, esporte e lazer

Na sociedade, o lazer é reconhecido como uma necessidade básica da sociedade para o desenvolvimento da saúde física, mental, emocional e moral humana. O lazer social é o tempo livre que o ser humano tem para desenvolver suas atividades de relações sociais fora das obrigações do trabalho, serviços residenciais ou comerciais. Os elementos intracomunitários destinados à área social, esporte e lazer são constituídos de praças, parques, balneários, ginásios, academias, clubes ou outros ambientes naturais ou artificiais destinados ao descanso, convivência, distração, eventos ou ao divertimento da população.

Na comunidade de Santa Maria do Boiaçu, os elementos intracomunitários existentes na área social, esporte e lazer são: a sede da associação comunitária - o Fundo Comunitário, o campo de futebol e de vôlei, a quadra de esportes, os meios de comunicação, a praia de Itapará e o igarapé da Preta.

O Fundo Comunitário (Fundec), criado em 12 de março de 2012 sob CNPJ 15.2018.491/0001-19, é uma associação formada pelos moradores da comunidade de SMB (Figura 45) e a comunidade de Santa Maria Velha. Segundo o presidente da associação Jadson Santos de Oliveira (35 anos), o Fundo Comunitário desenvolve um trabalho na área social, esporte e lazer na comunidade por meio de um torneio de futebol comunitário feminino e masculino realizado todos os anos nos dias 23 a 31 do mês de setembro. Esse evento é realizado com a participação e inscrição de todos os times de futebol das comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Branco.

Outro fato importante a ser relatado é que a movimentação de visitantes em decorrência do torneio e festas gera lucratividade a comerciantes e moradores da localidade. Além disso, a associação promove bingos, sorteios e festas para adquirir dinheiro para ajudar pessoas doentes e necessitadas da comunidade.

Figura 45 - Sede da associação comunitária.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

O campo de futebol e vôlei (Figura 46) da comunidade está localizado ao lado do espaço da associação da comunidade – Fundo Comunitário. Durante os fins de semana, o espaço do campo de futebol e vôlei propicia aos moradores, principalmente aos jovens e crianças, a prática da atividade física e a interação social. Esses espaços

também são usados pela Associação do Fundo Comunitário para fazer o trabalho de sociabilização dos moradores com outras comunidades próximas.

A quadra de esportes (Figura 47) é um novo espaço social para promover qualidade de vida aos moradores e que será inaugurada na comunidade de SMB para a prática de esportes, cultura e lazer. A obra, realizada com recurso de articulação e ação parlamentar junto à Secretaria Especial do Esporte, vinculada ao Ministério da Cidadania, foi alçada em quase 610 mil reais. Será a primeira quadra coberta no Baixo Rio Branco para a realização de esportes poliesportivos como futsal, vôlei, handebol, basquete e demais eventos comunitários. Além disso, a quadra poliesportiva ainda vai contar com iluminação em LED, arquibancadas, banheiros e vestiários (JORNAL RORAIMA EM FOCO, 2020a). A iluminação em LED (Diodo Emissor de Luz) é usada para emitir luz em locais e instrumentos onde se torna mais conveniente a sua utilização no lugar de uma lâmpada.

Figura 46 - Campo oficial de futebol e vôlei da comunidade.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

Figura 47 - Quadra de esportes da comunidade.



Fotografia: Edivaldo Almeida/2020.

Os meios de comunicação são elementos usados para manter a comunicação, informação e entretenimentos de uma população. Na comunidade de SMB, esses elementos intracomunitários são utilizados para manter as relações sociais por meio de troca de informações com pessoas da localidade, de outras comunidades do Baixo Rio Branco ou de outras cidades. Os instrumentos por ela usados como meio de comunicação são: os telefones públicos, a internet banda larga e a radiofonia.

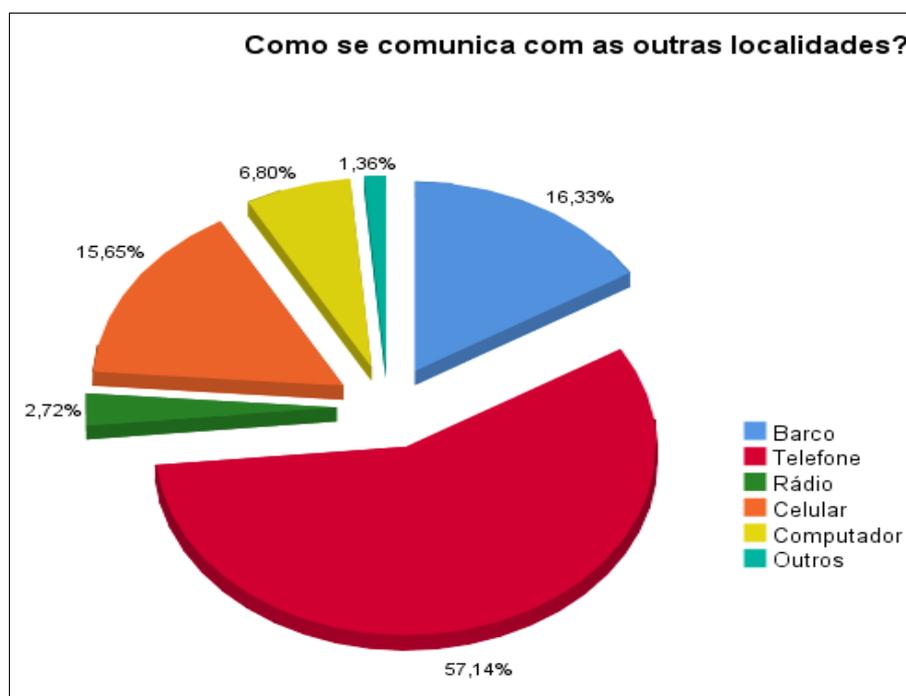
Os telefones públicos são aparelhos fixos que oferecem serviço telefônico da concessionária de telefonia fixa do grupo Oi. Na comunidade ainda existem cinco desses telefones em pleno funcionamento localizados em pontos estratégicos para atender às suas necessidades. Eles estão fixados próximo ao hospital, a escola estadual e no começo, meio e fim da rua José Venâncio (rua principal).

O sinal de internet banda larga foi obtido por meio de projetos de convênio federal através de emenda parlamentar. Ela funciona por meio de aparelhos móveis presentes na comunidade, existindo cinco pontos de internet via satélite que permitem que os moradores locais e visitantes acessar de forma gratuita o wi-fi. Esses pontos estão localizados no Hospital Estadual Unidade Mista Rosa Vieira – Vó Preta, na

escola municipal Vovó Tetinha, na escola estadual José Bonifácio, na UBS (Unidade Básica de Saúde Santa Maria do Boiaçu) e no posto da polícia militar.

Conforme dados do gráfico (Figura 48), as formas de comunicação mais usadas pela comunidade de SMB são o telefone fixo, ficando em primeiro lugar com 57,14%; a comunicação realizada por meio de recados ou mensagens entregues por viajantes que passam nas comunidades com suas embarcações, com 16,33%, por ser a forma mais tradicional usada pelos os ribeirinhos no Baixo Rio Branco; por fim, em terceiro lugar, o celular com 15,65%. Cabe falar que o fato de o telefone fixo ainda ser o meio de comunicação mais usado na comunidade é por conta da internet que às vezes falha, tornando-o mais confiável.

Figura 48 – Gráfico da forma de comunicação com outras localidades.



Elaboração: Sandra Lauriano/2019.

A radiofonia⁶⁸ (Figura 49) existente é um tipo de rádio local que atende somente aos moradores da comunidade por meio de músicas, divulgação de reuniões e avisos de vendas de produtos locais, tais como os produtos do extrativismo animal e vegetal.

⁶⁸ Radiofonia – Sistema de transmissão de sons que se serve das propriedades das ondas eletromagnéticas, telefonia sem fio, radiotelefonia (Uso comum. In – DÍCIO. DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS – Radiofonia).

Figura 49 - Radiofonia local.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

A praia de Itapar e o igarapé da Preta são os balneários mais frequentados no verão pelos mais jovens da comunidade. A praia de Itapar, usada também como ponto de apoio das empresas do turismo de pesca esportiva, está localizada no rio com o mesmo nome e, por estar um pouco mais longe da comunidade,  acessível somente por via fluvial. Geralmente, no verão, os moradores da comunidade vo para acampar no fim de semana e promover campeonatos de vôlei e futebol de areia.

O Itapara é um rio estreito que apresenta águas claras no período da seca, o que facilita os pescadores da pesca esportiva encontrarem os tucunarés-au. Porém, no período de cheias, o rio fica com suas águas escuras em virtude do acúmulo de substancias resultantes da decomposição de produtos da floresta, como folhas, galhos, troncos e frutos de rvores.

O banho da Preta (Figura 50) está localizado próximo a comunidade de SMB e pode ser frequentado com facilidade pelos moradores locais durante aos finais da semana. O nome do igarapé foi uma homenagem a uma antiga moradora já falecida da comunidade, a V Preta.

Figura 50 - Igarapé da Preta.



Fotografia: Edivaldo Almeida/2020.

5.3.2.2 Elementos intracomunitários da área da cultura e religião

Na área da cultura e religião, as manifestações religiosas existentes são voltadas para as necessidades sociais de consolidar e perpetuar um conjunto de visões de mundo por meio de normas, ritos e práticas que situam determinado grupo em uma dada realidade (FEITOSA, 2018).

Nesse aspecto, segundo Feitosa (2018, p. 2), a religião pode dar uma identidade aos indivíduos e aos grupos sociais por meio de ideologias que podem transformar e influenciar diretamente nos “modelos familiares, os hábitos de consumo, as preferências, estéticas e as formas de relações intra-sociais”. Sendo assim, na religião podemos encontrar elementos intracomunitários que surgem a partir das manifestações, comportamentos e das relações socioespaciais existentes nos núcleos urbanos.

Ainda conforme o autor, no espaço geográfico, a dinâmica socioespacial de um núcleo urbano, com o tempo, começa a formar diversos objetos que buscam a celebração do sagrado e, com isso, marcando seus territórios. Como a religião é um aspecto cultural sujeito a outras perspectivas sociais, como os vínculos sociais de solidariedade, de fraternidade e de caridade, os elementos intracomunitários da área da cultura e religião começam a estabelecer e a desenvolver identidades sociais determinadas pelos seus equipamentos urbanos.

Na comunidade de SMB, podemos observar a existência da presença de alguns elementos intracomunitários religiosos que promovem a religiosidade e influenciam no modo de vida e nas relações sociais dos moradores, como as instituições religiosas católica e evangélicas.

A instituição religiosa católica é constituída pela igreja de Santa Maria⁶⁹ (Figura 51), nome da padroeira da localidade. Segundo dados do Relatório de Viagem ao Baixo Rio Branco e Rio Negro, da Diocese de Roraima (2000), a construção dessa igreja substituiu a antiga capela de Santa Maria no ano 2000, tendo a ajuda da família Gois e de outras famílias da comunidade.

Figura 51 - Igreja Católica da comunidade.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

Conforme entrevista realizada com o padre italiano Benedetto Maria Zampieri, as missões católicas, geralmente, vêm para a comunidade em maio, mês do festejo da padroeira. A comemoração da santa padroeira, ajuda também a congregar também todas as comunidades do entorno. Assim, além de participar das comemorações na segunda quinzena de maio, nos dias 23 a 31, aproveitam para

⁶⁹ Santa Maria - O nome de Santa Maria foi em homenagem a Maria, também conhecida como Maria de Nazaré e chamada pelos católicos e ortodoxos de Virgem Maria, de santíssima Virgem e de Nossa Senhora. Maria, "foi a mulher israelita de Nazaré, identificada no Novo Testamento e no Alcorão como a mãe de Jesus através da intervenção divina (Uso comum. In: ENCICLOPÉDIA LIVRE ONLINE WIKIPÉDIA – Santa Maria).

realizar missas e os sacramentos do batizado, primeira comunhão, crisma e casamento.

Nas missões, são atendidas as necessidades dos moradores da localidade e das demais comunidades do Baixo Rio Branco de receber os sacramentos. Segundo o padre, a participação das missões nas comunidades do Baixo Rio Branco acontece somente três vezes ao ano e durante quatro dias em cada localidade em decorrência da escassez de padres para atender a região, que é muito grande e também muito carente.

Em seu depoimento, o padre Benedetto Zampieri ainda colocou que:

É importante conhecer como vivem as comunidades, suas histórias, seus costumes, para que a obra de evangelização seja colocada de modo eclesial, de conscientização dos moradores. Os problemas sociais que acontecem nas comunidades é um desafio muito grande, pois estão ligados ao fechamento, ao isolamento dessas comunidades. Por exemplo, agora está entrando as drogas em muitas comunidades, a pesca esportiva está trazendo o desenvolvimento, mas também a prostituição. Uma boa parte dos jovens, das crianças estão sendo envolvidas por eles. Uma chama muito grande é o alcoolismo de jovens. [...] a gente conhece jovens, crianças envolvidas com problemas de dependência química. Tem casos que a gente percebe que somente a abertura das instituições, uma abertura de comunicação com as pessoas de fora, poderia ajudar as comunidades. [...] As missões têm a tarefa de comprometimento, amadurecimento, de uma consciência, de uma libertação de tudo aquilo que oprime o povo de Deus.

De acordo com informações da Diocese de Roraima, em 2000 quando visitaram a comunidade de SMB para ajudar na situação de abandono dos ribeirinhos, já existiam três igrejas evangélicas estabelecidas na localidade. Na época, o pastor da Assembleia de Deus morava na comunidade e os pastores da igreja Batista e Adventista visitavam a localidade uma vez por ano.

A religião evangélica é predominante em Santa Maria do Boiaçu. Existem três igrejas de cunho evangélico (Figura 52), a Assembleia de Deus, a Adventista do Sétimo Dia e a Batista Regular. É importante informar que, mesmo a maioria dos moradores sendo da religião evangélica, alguns também participam dos eventos (bingos, desfiles e vendas de produtos) e festejos promovidos pela religião católica ou pela associação comunitária. Nesse sentido, ressalta-se que a liderança católica, juntamente com as lideranças evangélicas, polícia militar e as escolas, vem tentando realizar um trabalho voltado para a conscientização e enfrentamento dos problemas que estão surgindo na comunidade.

Figura 52 - Igrejas Evangélicas existentes na comunidade.



Fotografias: Sandra Lauriano/2018.

5.3.2.3 Elementos intracomunitários usados na área da prática livre de uso comum

Os elementos intracomunitários são usados por todos os membros da comunidade e por visitantes em igualdade de condições. Todos de forma coletiva estão livres para utilizar certo espaço público de forma comum, sem a necessidade de autorização expressa ou individualizada da administração pública da localidade. Desse modo, os elementos intracomunitários que são utilizados na prática livre de uso comum podem ser usados por todos, sejam pessoas físicas ou jurídicas, de forma gratuita (ENCICLOPÉDIA JURÍDICA DA PUC-SP, 2017). Na comunidade de SMB, esses elementos podem ser: os portos de parada de embarcações, a pista de pouso, o lixão e o cemitério.

Os portos encontrados da comunidade são áreas localizadas às margens do rio Branco, destinados ao aporte de embarcações como barcos, voadeiras, canoas e rabetas⁷⁰ e para carregamento e descarregamento de carga e passageiro. Na comunidade, existem vários portos fluviais, mas os principais são: os portos da administração, da polícia militar, da Assembleia de Deus, o porto dos pescadores e o porto da Val. É importante salientar, que somente é permitido pilotar as pequenas e grandes embarcação fluviais, os moradores que fizeram o curso profissional de piloto e possuem a carteira marítima expedida pela Marinha do Brasil, por meio da Agência Fluvial localizada no município de Caracarái.

⁷⁰ Rabetas - são pequenos motores de propulsão que, acoplados na traseira de pequenas embarcações ou barcos, são conduzidos manualmente com a ajuda de um bastão que determina as direções (Uso comum. In: DICIO- DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS – Rabetas).

O porto da administração (Figura 53) é o principal porto da comunidade e é destinado principalmente para a parada e movimento de embarcações maiores, como as que são utilizadas na recreação e no turismo de pesca esportiva. Mas as fortes chuvas que ocorrem durante o ano na região, principalmente na estação chuvosa, fazem com que todo ano ocorra uma grande erosão no porto, o que atrapalha o embarque e desembarque das mercadorias, dos pescadores, moradores, visitantes e turistas (UFRR, 2019a).

No porto de Santa Maria do Boiaçu, “os barcos são amarrados uns aos outros e nas toras flutuantes, pois não existe um simples trapiche para atracamento das embarcações” (SEABRA, 2019b, p.123). Segundo o pesquisador, no barranco onde os barcos encostam existe a formação de uma grande voçoroca⁷¹ que ameaça engolir a rampa de acesso ao povoado.

Vale ressaltar, que todos anos após a estação chuvosa, a manutenção do porto é realizada pelo administrador da comunidade com a ajuda da Associação do Fundo Comunitário, Prefeitura de Rorainópolis e pelas empresas de turismo da região.

Figura 53 - Porto da administração da comunidade.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

⁷¹ Voçoroca – escavação no solo ou em rocha decomposta causada por erosão do lençol de escoamento de águas pluviais; boçoroca, buracão, vossoroca (Uso comum. In: DICIO- DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS – voçoroca).

As pistas de pouso e decolagem existentes em Santa Maria do Boiaçu foram criadas para auxiliar na movimentação de pequenas aeronaves em terra. Existem na comunidade duas pistas de pouso e decolagem, porém somente uma está em funcionamento. A outra pista de decolagem existente está com a sua obra paralisada, em completo abandono desde 2001, sendo que sua construção custou aos cofres públicos mais de um milhão de reais e não foi concluída nem dada qualquer justificativa (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013). Durante os fins de semana, a pista abandonada é usada pelos moradores para praticar manobras em motos ou usada para descarte de lixo.

A pista utilizada (Figura 54), localizada em meio à floresta, é destinada ao pouso e decolagem de aviões e helicópteros que chegam para dar suporte à saúde dos ribeirinhos do Baixo Rio Branco, para a vinda de pesquisadores e trabalhadores ligados às instituições privadas e públicas, como também para fins políticos. Conforme informações fornecidas pela SEPLAN (2018), a pista de pouso e decolagem também é usada pelas empresas de turismo de pesca esportiva para o desembarque e embarque de passageiros. Segundo informações de alguns moradores da localidade, a limpeza da pista de pouso e decolagem é realizada pela associação da comunidade, juntamente com a Prefeitura do Município de Rorainópolis.

Figura 54- Pista de pouso e decolagem usada na comunidade.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

Por não existir lixeiras nas casas e nem um aterro sanitário, os lixos recolhidos na comunidade de SMB, quando não são queimados e enterrados nos quintais das casas, são descartados em espaços, os lixões (Figura 55), que ficam localizados na cabeceira da pista de pouso e decolagem que está com a obra paralisada. Segundo depoimentos de alguns moradores, antigamente existia um buraco próximo à pista para jogar o lixo da comunidade, mas por algum motivo não foi mais utilizado para esse fim e agora eles acabam jogando em qualquer lugar na cabeceira das pistas. Cabe falar, que na comunidade só existe um morador (comerciante) que faz a coleta seletiva de latinhas de cervejas ou refrigerantes para serem vendidas em Caracaraí ou para atravessadores locais.

Na comunidade, “há ainda a presença de resíduos sólidos (garrafas pet, sacos plásticos dentre outros) na borda do rio” (VERAS; RIBEIRO; SANTOS (2020, p. 8). Neste contexto, outro aspecto importante a ser destacado é que a presença e disposição inadequada desses resíduos sólidos⁷² contribui para a degradação ambiental e a disseminação de doenças aos moradores.

Figura 55- Lixões encontrados na cabeceira da pista de pouso com obra paralisada.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

⁷² Resíduos sólidos – segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, são definidos como sendo todo material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade (Uso comum. In: ENCICLOPÉDIA LIVRE ONLINE WIKIPÉDIA – Resíduos sólidos).

Segundo a CAER (2018), na reunião com os pais e professores na escola estadual José Bonifácio foi sugerido que criassem uma associação para coletar material reciclável para vender em Caracaraí ou em Manaus como forma de reduzir a quantidade de resíduos na comunidade e também gerar uma renda para alguns moradores.

O cemitério de Santa Maria do Boiaçu, como um lugar de prática religiosa, é um elemento intracomunitário usado para enterrar os mortos da comunidade e também de outras localidades, como é o caso da comunidade de Santa Maria Velha. Segundo explicações de alguns moradores, o motivo do uso comum do cemitério pelas comunidades vizinhas é pelo fato de que algumas localidades do Baixo Rio Branco, durante as cheias dos rios na estação chuvosa, ficam com suas áreas totalmente alagadas, causando empecilhos para enterrar seus mortos. Além do mais, nesse período, os cemitérios ficam muito tempo submersos, ocasionando exposições de ossadas. E, como a comunidade de SMB está localizada em uma área que não sofre alagamentos, algumas famílias ribeirinhas do entorno preferem enterrar seus familiares no cemitério (Figura 56) da localidade.

Figura 56 - Cemitério da Comunidade de Santa Maria do Boiaçu.



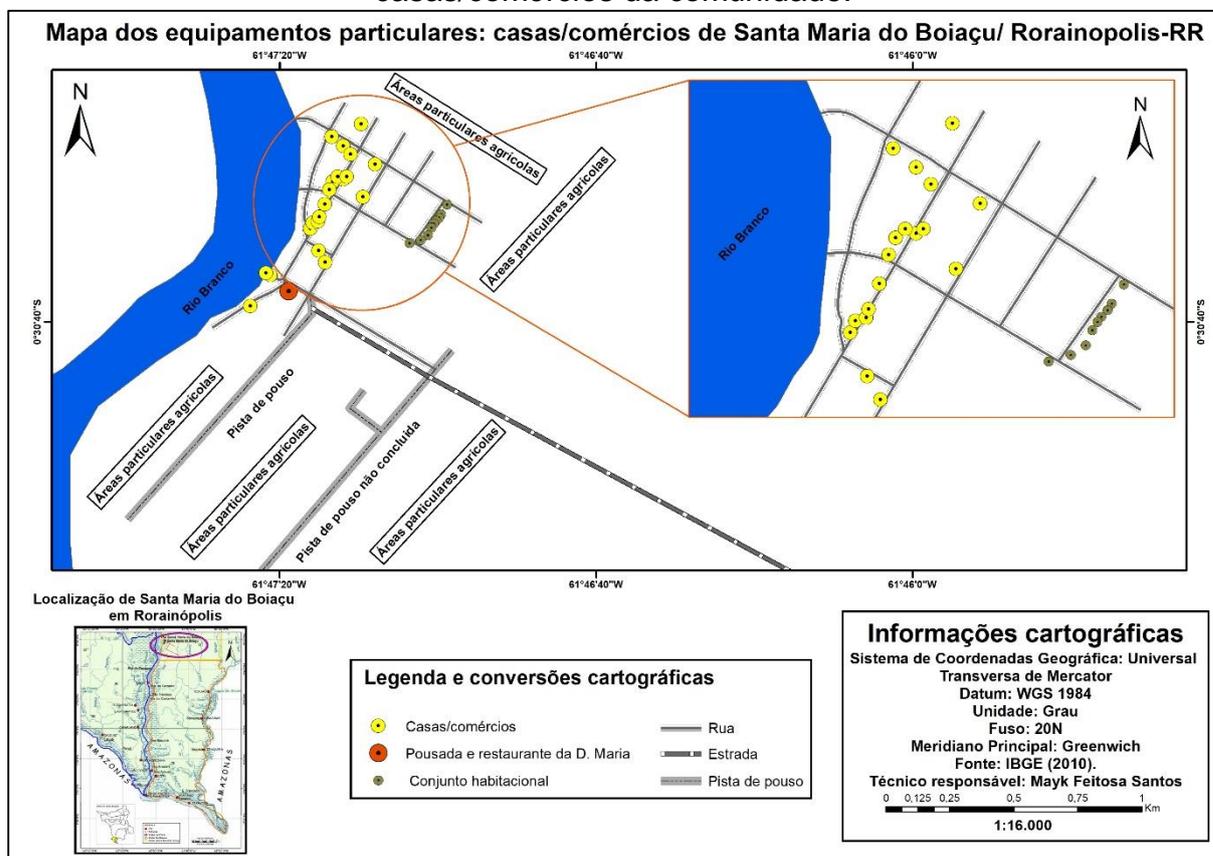
Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

5.3.3 Equipamentos particulares

Os equipamentos particulares ou bens particulares são aqueles que não pertencem ao direito comum público, mas ao direito privado exclusivo de um ou mais proprietários. Assim sendo, podemos identificar os equipamentos particulares nos objetos móveis e imóveis (PINTO, 2009). Os objetos móveis são bens suscetíveis ao movimento próprio ou de remoção por força alheia sem que isso altere a sua substância ou destinação econômica. E, os objetos imóveis são bens que não podem ser removidos sem perder a sua característica ou essência no solo, como os bens físicos configurados em residências e casas comerciais.

Na comunidade de Santa Maria do Boiaçu, os elementos intracomunitários podem ser identificados nos objetos móveis, destacando os transportes terrestres e fluviais existentes na localidade. Como bens imóveis, podemos destacar os elementos intracomunitários particulares (Figura 57) de uso residencial, comercial e residencial/comercial.

Figura 57 - Mapa de localização dos elementos intracomunitários particulares: casas/comércios da comunidade.



Elaboração: Sandra Lauriano/2020. Dados compilados do Sistema de Coordenadas Geográficas: Datum 1984 e do mapa de localização do Baixo Rio Branco, Estado de Roraima (INTERAIMA, 2010).

5.3.3.1 Elementos intracomunitários móveis

Os transportes terrestres (Figura 58) existentes na comunidade de Santa Maria do Boiaçu podem ser identificados pelo trator que ajuda na limpeza, pelo trator particular que faz transporte de mercadorias e pela variedade de veículos automotores e de propulsão humana que circulam na localidade, como as motocicletas e as bicicletas.

Segundo informações dos moradores, esses veículos chegam na comunidade por meio de embarcações fluviais e são geralmente comprados pelos próprios moradores quando saem da comunidade ou pelos seus familiares nas cidades de Manaus e Boa Vista ou no município de Caracaraí. Os veículos são transportados para a comunidade por meio das embarcações através de pagamento de uma pequena taxa. Os veículos de propulsão humana, geralmente, são vendidos pelos grandes barcos que vem da cidade de Manaus, os regatões. Estes, por meio de encomendas realizadas por telefones fixos e celulares, trazem as encomendas compradas pelos moradores, que podem ser bicicletas, eletrodomésticos e alimentos.

Figura 58 - Transportes terrestre existentes na comunidade.



Fotografias: Sandra Lauriano/2018

Para os veículos automotores circularem, existe venda de gasolina em alguns pontos de residências/comércios na comunidade, em que o preço pode variar entre de oito a dez reais o litro. A gasolina e o diesel são trazidos também pelos grandes barcos que aportam na comunidade exclusivamente para esse fim ou é transportada de forma clandestina nos pequenos barcos ou voadeiras. Nesse sentido, cabe ressaltar que, na comunidade, os proprietários de veículos automotores chegam a alugá-los para outros moradores para serem usados em treinos de pilotagem, transportar mercadorias que chegam nos portos, deslocar pessoas às chácaras ou sítios e na agricultura.

Além da circulação de bicicletas e de veículos automotores “existe a necessidade de deslocamento para outras comunidades ou para outros municípios do estado de Roraima e do Amazonas” (VERAS; RIBEIRO; SANTOS, 2020). Os transportes fluviais (Figura 59) são realizados pelos ribeirinhos de Santa Maria do Boiaçu por meio de grandes e pequenas embarcações, como barcos, voadeiras, canoas e rabetas, “pequenas canoas de uso popular” (SEABRA, 2020). Para os moradores da comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu, esses transportes servem para desenvolver a atividade de pesca, o deslocamento de mercadorias e de passageiros para as cidades e comunidades na busca do lazer e visitas à familiares.

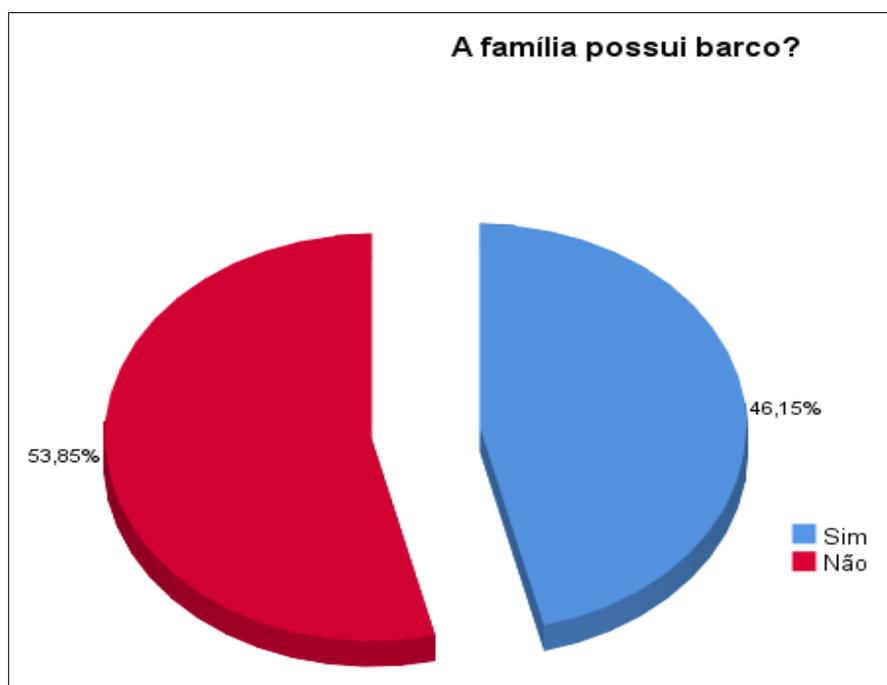
Figura 59 - Transportes fluviais existentes na comunidade.



Fotografias: Sandra Lauriano/2018.

Conforme dados apresentados pelo gráfico (Figura 60), 53,85% das famílias da comunidade possuem barcos particulares. Isso leva a concluir que 46,15% dos moradores ainda pagam transportes fluviais quando querem resolver algo fora da comunidade ou quando querem transportar suas mercadorias particulares.

Figura 60 - Gráfico das famílias que possuem algum tipo de embarcação.



Elaboração: Sandra Lauriano/2019.

5.3.3.2 Elementos intracomunitários imóveis da área de uso residencial e comercial

Na comunidade, os elementos intracomunitários residenciais são apresentados por meio de casas ou habitações dos moradores. As casas residenciais são elementos formados por meio de construções feitas de forma simples, geralmente de madeira, alvenaria ou um misto das duas alternativas.

A maioria das casas residenciais de alvenaria ou mistas são usadas para desenvolver atividades e serviços voltados para a área comercial informal de venda de produtos e gêneros variados. Segundo relatos de moradores, as casas comerciais (Figura 61) mais estruturadas, localizadas na sua maioria nas ruas cimentadas verticais e horizontais, são na maior parte, pertencentes a funcionários públicos ou aposentados das instituições encontradas na comunidade. Essas atividades e serviços da área comercial, segundo dados do INTERAIMA (2010), "se resume em pequenas atividades comerciais, focadas na compra e venda de produtos florestais não- madeireiros, gêneros alimentícios e bebidas".

Figura 61 - Casa residencial/comercial da comunidade.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

Ainda conforme informações locais, alguns desses funcionários/ aposentado/ comerciantes, além de fazerem pequenos empréstimos aos moradores locais, com a chegada da internet começaram a divulgar e trabalhar a venda de seus produtos por meio do cartão de crédito, embora ainda continuem usando as anotações em cadernetas (fiado) para o pagamento no final do mês. É importante ressaltar, que alguns desses comerciantes, por serem moradores antigos e possuidores de alguns lotes, chácaras e sítios, onde desenvolvem a pecuária e a agricultura em extensas áreas desmatadas, também são fornecedores de frutas para as produções de poupas vendidas na cidade de Manaus. Esses comerciantes também agem como atravessadores na compra das pequenas produções frutíferas e de farinha, do extrativismo de açaí e castanha dos moradores locais e comunidades do entorno.

Portanto, “verifica-se que as comunidades possuem relações comerciais, associadas à economia de Rorainópolis e Caracaraí, bem como de outros estados, como Barcelos e Manaus, no Amazonas, e até de outros países” (VERAS; RIBEIRO; SANTOS, 2020, p. 4). Assim, segundo Seabra (2019b, p. 121), “em razão de relações econômicas comerciais e de serviços, algumas comunidades se destacam por manterem relações como o exterior, a exemplo de Santa Maria do Boiaçu e Xixuaú”. Deste modo, Santa Maria do Boiaçu, considerada uma centralidade do Baixo Rio

Branco, mantém suas relações comerciais e de serviços tanto com o circuito superior quanto com o circuito inferior da economia urbana da região.

As casas construídas de madeira (Figura 62) são, em sua maioria, de pescadores, famílias mais precárias ou de moradores que já possuem casa de alvenaria e as alugam para funcionários que vêm morar ou prestam serviços na localidade. Convém ressaltar que, conforme informações locais, alguns moradores possuem duas ou três casas na comunidade, sendo que algumas dessas casas utilizadas como pequenos comércios. Segundo o INTERAIMA (2010, p. 72), os recursos naturais madeiráveis utilizados na “construção das casas, galinheiros, cercados, pocilgas e madeira para a lenha” são oriundos dos próprios recursos vegetais (principalmente das árvores de grande porte) encontradas nas áreas de florestas existentes na comunidade.

Figura 62 - Casa de madeira de pescador.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

Em outubro de 2017, foram entregues na comunidade em torno de 50 unidades habitacionais construídas para beneficiar 50 famílias cadastradas no Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. Esse Programa, foi criado pelo Governo Federal no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, através da Lei 11.977/2009, com a finalidade de possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo, seja construindo uma

nova casa ou reformando/ampliando/concluindo uma existente (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/2018).

Conforme informações da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (2018), “para fazer parte do programa, o trabalhador rural ou agricultor deve procurar uma entidade organizadora, que formará grupos de beneficiários interessados a participarem do Programa junto à Caixa”. Como beneficiários do Programa, são também considerados agricultores familiares: os assentados beneficiários do , os pescadores artesanais, extrativistas, aquicultores, maricultores, piscicultores, comunidades quilombolas, povos indígenas e demais comunidades tradicionais. E, para participar, as famílias devem ser ordenadas em grupos de no mínimo 4 e no máximo 50 famílias.

Na comunidade, as casas de alvenaria entregues por este Programa, possuem dois quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro, e foram destinadas para a abertura de um conjunto habitacional (Figura 63) na comunidade. Segundo informações de moradores locais, alguns membros das famílias beneficiadas já possuíam casas na comunidade, resultando na venda ou aluguel de muitas delas. Além disso, muitos dos que foram beneficiados acabaram indo embora do lugar, resultando também na venda ou repasse das moradias. Vale salientar, que na comunidade, o processo de organização deste Programa foi realizado por um dos políticos da bancada federal do estado de Roraima.

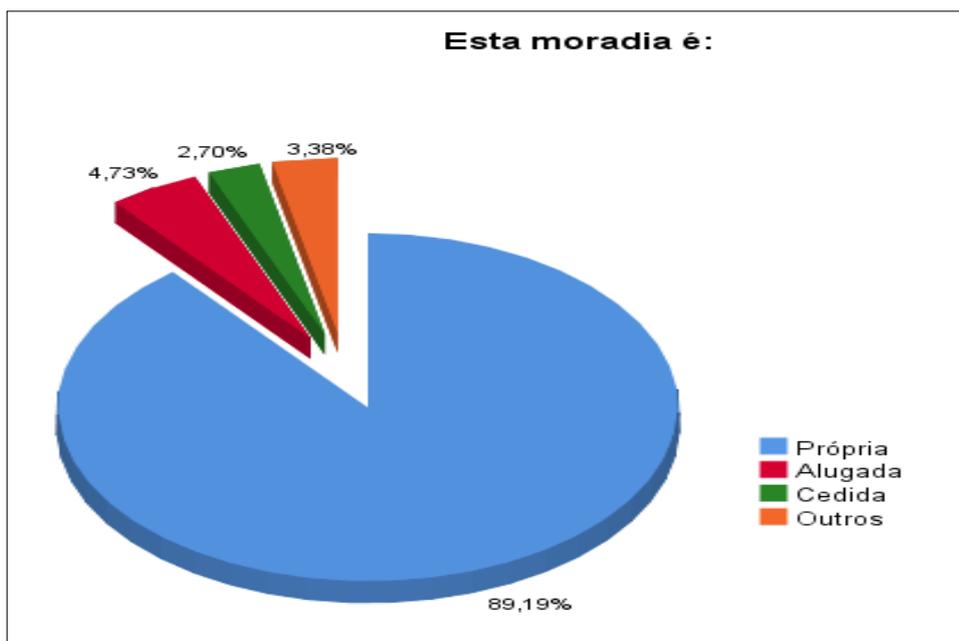
Figura 63 - Casa do conjunto habitacional.



Fotografia: Sandra Lauriano/2018.

Conforme dados do gráfico (Figura 64), dos 158 domicílios que foram entrevistados, cerca de 89,19% dos moradores da comunidade de Santa Maria do Boiaçu possuem casa própria; 4,73% moram em casas alugadas; 2,70% moram em casas cedidas por familiares e 3,38% moram em casas com familiares ou com outras pessoas.

Figura 64 - Gráfico da situação de moradia.



Elaboração: Sandra Lauriano/2019.

Assim sendo, o seguinte capítulo vai identificar os agentes promotores que participam da dinâmica e sofrem influências no uso e ocupação do território da comunidade de Santa Maria do Boiaçu. Além, de justificar e responder por que essa comunidade, em relação as demais, é considerada uma centralidade ribeirinha no Baixo Rio Branco.

6. AGENTES PROMOTORES: DINÂMICA E INFLUÊNCIA NO USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

Na região do Baixo Rio Branco, a comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu apresenta um território diferenciado de múltiplas funcionalidades que evidencia um espaço de produção e reprodução social, onde as vivências e os trabalhos se desenrolam em função da existência de um arcabouço de práticas sociais próprias da realidade local. A comunidade, como sendo um espaço representativo, pode ser classificada como uma estância de interesses e domínio político, social, econômico e simbólico.

Nessa compreensão, Santa Maria do Boiaçu é formada pela existência de um conjunto de sistemas de objetos, ações e intencionalidades de diferentes agentes promotores sociais que fazem uso do território. Para Corrêa (2011), os agentes sociais promotores do espaço são sempre os mesmos, mas com outros nomes e escalas, podendo ser identificados como grupos, empresas, instituições ou ações que articulam e exercem domínio ou influência sobre uma determinada localidade.

Assim, na atual temporalidade, a dinâmica de produção e reprodução do espaço da comunidade de SMB é decorrente das diversas formas de apropriação, uso e ocupação dos diferentes agentes promotores sociais, representados pela presença das ocupações humanas e dos elementos intracomunitários públicos e particulares. Assim sendo, na comunidade são encontrados a presença dos seguintes agentes promotores sociais: o Estado, os grupos sociais e os grandes e pequenos proprietários de serviços, produtos e comércios.

O Estado, como agente promotor social do espaço, tem uma atuação visível, complexa e variada de possibilidades. Para Corrêa (2011), o Estado desempenha inúmeros papéis, podendo ser um grande industrial, quando ele implanta indústrias; podendo ser um promotor fundiário de terras públicas, já que tem o controle destas; um grande promotor imobiliário, pois proporciona áreas residenciais; também podendo ser um grande responsável pela regulamentação do uso do solo e serviços públicos, pois retém as infraestruturas básicas responsáveis para essa implantação.

Em Santa Maria do Boiaçu, o Estado sempre foi o principal elemento responsável pela produção e reprodução do espaço. Como produtor, planejador, regulador, promotor imobiliário e detentor de terras públicas, ele organizou os primeiros projetos de colonização e migração na localidade, assim, conseguindo atrair

alguns grupos sociais excluídos formados por pessoas que necessitavam de apoio financeiro, terras e moradias para a sua sobrevivência social. Esses grupos eram formados por populações ligadas a prática ou atividades de pesca, agricultura, pecuária e ao extrativismo vegetal, animal e mineral.

Com o passar do tempo, o Estado ainda implementou por meio de ações políticas a construção e permanência de elementos intracomunitários públicos estaduais e municipais nas áreas da educação, saúde, segurança, saneamento básico, comunicação, esporte e lazer para atender algumas necessidades básicas e essenciais dos moradores locais e dos demais moradores da região do Baixo Rio Branco. Como gestor e empreendedor, o Estado, por meio dos equipamentos e serviços dos elementos intracomunitários públicos, ainda favoreceu o surgimento de outros agentes sociais, como os grupos formados por servidores públicos, religiosos e dos grandes e pequenos proprietários de serviços, produtos e comércios.

Na comunidade, os agentes sociais apresentam uma diversidade de dinâmicas e formas de domínios por territorialidades. Estas são promovidas pelos elementos intracomunitários públicos e particulares, pelos próprios moradores da comunidade e por visitantes temporários, que são sujeitos que não possuem um comprometimento nem relação de subsistência com o ambiente natural, mas que conseguem se inserir e participar das relações sociais, políticas e econômicas da localidade.

Os elementos intracomunitários públicos e particulares, como partes que integram os acontecimentos diários da população, marcam suas territorialidades por meio de processos de construção de objetos que desempenham objetivos, funções, relações e desempenho. Como um forte agente social e elemento intracomunitário, podemos citar as igrejas existentes que, por meio da religião, conseguem mudar alguns comportamentos dos moradores ribeirinhos.

Os grupos sociais formados por moradores da localidade marcam suas territorialidades de formas variadas: usando os recursos naturais como forma de trabalho, atividade econômica ou como ocupação para sobreviver; como funcionário efetivo público estadual ou municipal ou aposentado dos equipamentos públicos urbanos; como funcionário temporário público estadual ou municipal; como visitante temporário que permanece somente para desenvolver algum tipo de trabalho, estudo, lazer ou para procurar pelos serviços ofertados pelos equipamentos públicos e particulares (da área da saúde, educação, segurança, lazer e esporte, religião ou

pelos elementos particulares ligados aos pequenos e grandes serviços do comércio e turismo).

Os visitantes temporários são agentes sociais que possuem uma estreita ou rápida relação com a população da comunidade, ligados geralmente com as políticas públicas ou envolvidos com ações de vulnerabilidades sociais e ideológicas, como os políticos, membros pertencentes a igrejas ou instituições públicas ou particulares. Também podem ser chamados de visitantes temporários os agentes sociais que utilizam os recursos naturais do território para fins comerciais e lucrativos, como os donos de empresas, transportes aéreos e fluviais que utilizam os rios para desenvolver atividades ligadas à pesca, ao lazer, ao turismo, a caça, ao extrativismo vegetal e animal, dentre outras. Cabe falar que eles também participam ou mantêm relações com outras comunidades da região do Baixo Rio Branco ou com outras localidades em escala nacional e internacional.

Dentre dos diversos grupos sociais citados, podemos evidenciar os moradores que usam os recursos naturais como forma de trabalho, atividade econômica ou como ocupação para sobreviver. Segundo dados fornecidos pela SEPLAN (2015), eles desenvolvem um comércio informal (Figura 65) por meio da pesca artesanal, da cultura da agricultura de subsistência de pequenas roças de cana-de-açúcar e mandioca, da fruticultura mediante a plantação de pomares caseiros e do extrativismo do cupuaçu, castanha e açaí, e de outras frutas em menor escala, como a banana, abacaxi, melancia e a pupunha. Esses produtos geralmente são vendidos a preços baixos para os próprios moradores da comunidade ou para os atravessadores locais (comerciantes), que também compram a produção da comunidade de Santa Maria Velha e de outras do entorno.

Outro aspecto a se destacar é que mesmo afastada dos grandes centros urbanos, a comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu, “possui relações comerciais, associadas à economia de Rorainópolis e Caracaraí”, bem como de cidades de outros estados, “como Barcelos e Manaus” (VERAS; RIBEIRO; SANTOS, 2020). Desse modo, segundo os pesquisadores, a comunidade de SMB encontra-se diretamente afetada pelo capitalismo das grandes cidades, pois “parte de sua produção encontra-se no circuito produtivo dos núcleos polarizadores.

Figura 65- Produtos naturais vendidos pelo comércio informal.



Fotografias: Sandra Lauriano/2018.

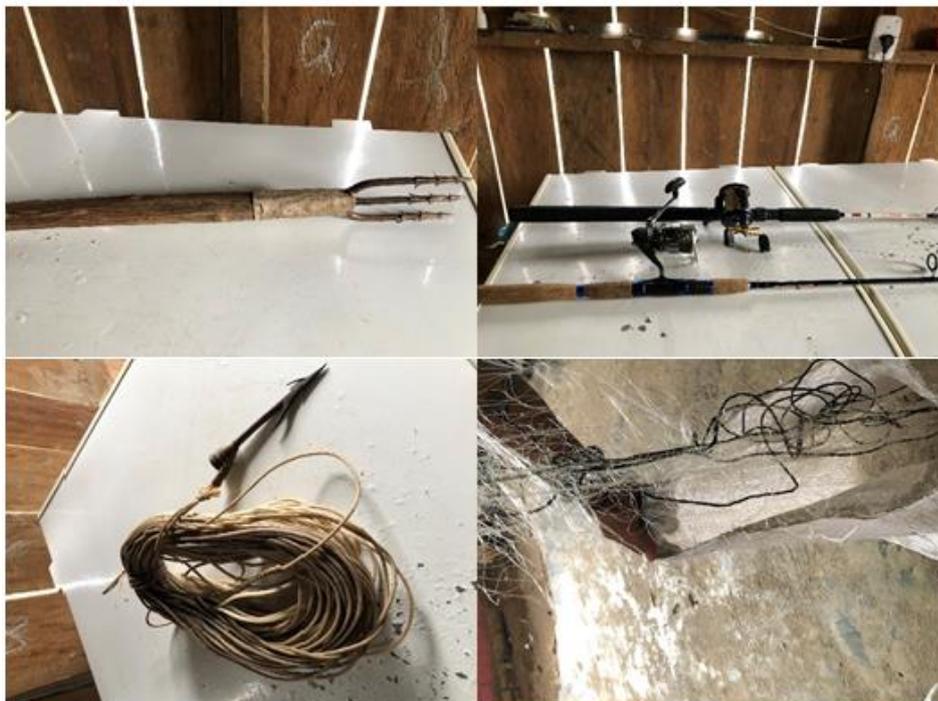
Para o grupo de moradores que usam os recursos naturais como fonte de sobrevivência, a pesca artesanal como prática cultural realizada nos rios ainda é uma das atividades mais desenvolvida e mais rentável realizada pelos ribeirinhos. Segundo dado fornecido pelo diretor Regis Jorge Corrêa Monteiro, da Divisão de Agronegócios da SEPLAN, foi liberado pelo FUNDER (Fundo de Desenvolvimento Social do Estado de Roraima) em torno de 28 processos de linha de crédito no valor de 3.000 mil para cada pescador da comunidade que foi cadastrado e associado no ano de 2018. Esse valor é destinado para a aquisição e compra de freezers horizontais para a conservação do peixe e de poupas de frutas.

Conforme o diretor Regis Monteiro, ainda foi disponibilizada uma linha de crédito pelo programa estadual Balcão de Ferramentas para a compra de ferramentas (Figura 66) necessárias para o desenvolvimento da atividade da pesca artesanal. Ainda segundo o diretor, também foi disponibilizada a aprovação do benefício do Seguro Defeso⁷³ para os pescadores profissionais, para evitar a pesca predatória entre os meses de março a julho, quando é proibida devido ao período de reprodução da piracema⁷⁴. Como muitos pescadores da comunidade não recebem o seguro defeso e não tem outra atividade econômica para sua sobrevivência, mesmo na época da piracema eles ainda continuam a realizar a pesca predatória nos rios.

⁷³ Seguro Defeso – Benefício ao Pescador Artesanal durante o período em que ele fica impedido de pescar em razão da necessidade de preservação das espécies (INSS/2017).

⁷⁴ Piracema – é o período da reprodução dos peixes. (Uso comum. In: ENCICLOPÉDIA LIVRE ONLINE WIKIPÉDIA – piracema).

Figura 66 - Ferramentas utilizadas na pesca profissional e artesanal.



Fotografias: Sandra Lauriano/2018.

Para o professor Geovanni Seabra, o que ocorre no Baixo Rio Branco no período defeso é uma exploração predatória, em que toneladas de peixes são apreendidas por malhas colocadas por barcos geleiros. Estes não apreendem somente os peixes comerciais, mas tracajás, tartarugas, jacarés, botos, dentre outros animais fluviais (UFRR, 2019b). Nesse viés, é importante salientar que muitos pescadores do estado do Amazonas adentram os rios para levar a produtividade pesqueira, fazer práticas esportivas irregulares e fazer a pesca predatória na época da piracema, o que acaba ocasionando uma competitividade desleal e prejuízo para os pescadores do Baixo Rio Branco. Aliás, este é um dos maiores geradores de conflitos territoriais que acontece entre os pescadores ribeirinhos nessa região.

Como atividade desenvolvida no comércio informal de produtos naturais, podemos citar: a fabricação de canoas, móveis e utensílios (madeira retirada da floresta) pela pequena serraria e marcenaria, a produção de farinha e beneficiamento de polpas de cupuaçu e do suco do açaí. Geralmente, o processo artesanal de produção (Figura 67) da farinha, do vinho do açaí e do beneficiamento das polpas, são produzidos de forma excedente para serem vendidos para os atravessadores locais (comerciantes) ou de outras localidades como Manaus. O escoamento desses

produtos é geralmente feito para Manaus ou para Caracaráí por meio de barcos particulares de comerciantes (SEPLAN, 2015).

Figura 67 - Locais de processo artesanal de produção de farinha/vinho de açaí.



Fotografias: Sandra Lauriano/2018.

Os grandes e pequenos proprietários de serviços, produtos e comércios são agentes promotores sociais formados por moradores antigos, funcionários públicos ativos ou aposentados. Esses agentes são responsáveis pelas atividades econômicas do comércio informal (Figura 68) varejista de venda e compra de produtos e serviços variados, como gêneros alimentícios e bebidas, remédios, combustíveis, materiais de obra e construção, utensílios de papelaria, oficinas mecânicas, dentre outros, que possam atender às demandas locais e das outras comunidades do entorno.

Figura 68 - Produtos do comércio informal varejista.



Fotografias: Sandra Lauriano/2019.

Conforme entrevistas com alguns moradores, estes relataram que embora exista um comércio informal na comunidade, muitos ainda compram suas mercadorias nos comércios de Manaus ou Caracaráí e deixam para comprar na localidade somente

o necessário. As necessidades maiores associadas a compras de eletrodomésticos são realizadas em Manaus e Caracaraí ou são fornecidos por barcos regatões, que entregam as encomendas mensais realizadas com pagamentos via internet aos ribeirinhos da localidade. Os maiores consumidores dos produtos dos comerciantes locais são os grupos dos moradores que utilizam os recursos naturais como forma de sobrevivência, que trocam ou pagam com seus produtos de pesca e do extrativismo vegetal as compras adquiridas na localidade.

De acordo com dados fornecidos pela SEPLAN (2015), o transporte de cargas e passageiros é uma das atividades mais desenvolvida no ambiente hídrico, com destaque para o transporte em barcas de combustíveis oriundos de Manaus, além da pesca artesanal ou esportiva, lazer e turismo. Nos rios do Baixo Rio Branco, esse transporte é realizado por agentes promotores sociais que possuem grandes e pequenas embarcações que são utilizadas para fazer o trajeto dos moradores para outras comunidades, a cidade de Barcelos, Manaus e Caracaraí.

De acordo com informação fornecida por Roberto Caleffi, servidor e técnico da UFRB, o percurso hidroviário até a comunidade de SMB, com saída do porto da Vila de Vista Alegre no município de Caracaraí, é de aproximadamente 297 quilômetros de distância. A navegação é realizada o ano todo, mas no período das chuvas (inverno), entre os meses de maio a setembro, ela ocorre com mais intensidade, enquanto no período da seca (verão), de dezembro a fevereiro, é realizada com menos intensidade devido aos bancos de areia que dificultam a navegação para a localidade.

Segundo informações do roraimense e morador da Vila de Vista Alegre Raimundo Nazareno Ramos (38 anos), mais conhecido como Raimundinho Barqueiro, a profissão de barqueiro não é só conduzir, manobrar o barco ou transportar pessoas. Ela é muito mais que isso. Para ele, com 22 anos de experiência nos rios do BRB, quem escolhe essa profissão leva também o sofrimento de viver longe da família e a cobrança das responsabilidades para que nada aconteça com o barco e com as vidas dos passageiros. Segundo ele, navegar nos rios da região não é fácil, pois no inverno há os problemas com a chuva, ventos, troncos, banseiros e, no verão, ainda há os problemas de ficar encalhado nos bancos de areia ou praias.

Para Raimundinho Barqueiro, os meses de maio a novembro correspondem à época em que os serviços de barqueiros são mais procurados pelos empresários de barcos de turismo, com diárias chegando a 100 reais mais as gratificações dadas por passageiros. De acordo com ele, existe uma tabela de valores cobrados pelos

barqueiros para transporte de passageiros para cada localidade da região. Os valores cobrados para o percurso a comunidade de SMB (Tabela 01) são de acordo com a potência do barco ou voadeira usada pelo barqueiro e os benefícios concedidos pela embarcação. Ainda conforme seu relato, os funcionários públicos de SMB, quando vêm receber seus salários e não têm transporte próprio, pagam em torno de 240 reais pelo trajeto de ida e volta para a comunidade.

Tabela 1 - Estimativa de valores cobrados pelas embarcações que fazem o trajeto para Santa Maria do Boiaçu.

TIPO DE EMBARCAÇÃO	SERVIÇOS	TEMPO ESTIMADO	VALORES
Barco	Com	16 a 18 horas	150,00 a
	alimentação/água		250,00
Barco	Sem	16 a 18 horas	100,00 a
	alimentação/água		120,00
Voadeira 250 HP	Sem	05 a 06 horas	180,00
	alimentação/água		
Voadeira 150 HP	Sem	08 a 09 horas	150,00
	alimentação/água		
Voadeira 90 HP	Sem	09 a 10 horas	130,00
	alimentação/água		
Voadeira 75 HP	Sem	10 a 11 horas	100,00
	alimentação/água		
Rabeta	Sem	03 a 04 dias	80,00
	alimentação/água		

Elaboração: Sandra Lauriano/2019, realizada com dados fornecidos pelo barqueiro Raimundo Nazareno Ramos/2019.

Ressalta-se que a estimativa de tempo de percurso no rio Branco depende muito da embarcação e da estação do ano. Na época do verão, durante o dia podemos ver muitas ilhas no trajeto ao longo do rio, como a Aliança, Filó, Tiririca, Carlitão, Anofre e muitas outras. Mas, ao anoitecer, as embarcações geralmente aportam nas praias do Aricurá, Sautubá, Santa Fé, Sorocaba, Tabuleinho e Viado.

No Baixo Rio Branco, o turismo é uma atividade desenvolvida por pequenas e grandes empresas. Segundo informações do diretor Regis Jorge Corrêa Monteiro, da Divisão de Agronegócios da SEPLAN, as empresas turísticas têm uma importância muito grande para a vida dos moradores da região, pois fornecem serviços variados (barqueiros, camareiras, cozinheiras, serviços gerais, garçons, pilotos, massagistas, mecânicos) para as comunidades, principalmente na alta temporada do turismo.

De acordo com declarações realizadas pelo empresário de embarcação turística Cláudio Vicente Mônico (50 anos), dono do barco “Dom Peridon” e que faz atividade de turismo no Baixo Rio Branco com pacotes de serviços em torno de 350 a 4.000 mil reais, uma das maiores dificuldades encontradas para os donos de barcos maiores era a falta de serviços de manutenção no estado de Roraima, as quais estavam disponíveis somente em Barcelos e Manaus. As dificuldades de logística para a manutenção, aliadas às condições financeiras, burocracias de liberação de documentos pela Capitania dos Portos, Meio Ambiente e demais instituições responsáveis, ocasionavam muitas perdas de embarcações pelos pequenos empresários.

Outro ponto importante apontado por ele é em relação a algumas áreas turísticas e ambientais existentes no Baixo Rio Branco, que são exploradas por grandes empresas turísticas da pesca esportiva, que aliadas a políticos, conseguem com facilidade documentos para a liberação da exploração da pesca esportiva nos rios localizados nas grandes e melhores áreas da região, proibindo que outras empresas adentrem naquele espaço. Essas grandes empresas, além do apoio político e de instituições do governo, possuem um capital financeiro muito grande para investir em barcos, tecnologia avançada, mídias, hospedagens, grandes estruturas e mão de obra barata.

Conforme palestra sobre o turismo no Baixo Rio Branco, realizada pelo empresário Wallace Porto da agência de turismo Porto Tur - transporte e Turismo, no I Salão de Turismo de Roraima que ocorreu no shopping Garden em 2019, atualmente existem doze empresas operando com hotéis de selva no BRB, atendendo pessoas de várias nacionalidades que vêm procurar novas aventuras em lugares desconhecidos, com riquezas naturais e pouco explorados. Segundo ele, os pacotes de serviços de turismo oferecem de cinco a sete dias de pesca esportiva em estruturas flutuantes com mordomia, lanchas, hidroavião, comida boa, internet, televisão, ar condicionado, água quente, dentre outros.

Segundo o presidente do Fundo Comunitário Jadson Santos, o turismo da pesca esportiva⁷⁵ promove visitas de pessoas de várias partes do Brasil e até de fora do país, que vêm em busca de espécies típicas da região, como o Tucunaré Açú,

⁷⁵ Pesca esportiva – é a pesca que se pratica como atividade de lazer, sem que dela dependa de um profissional de pesca (Uso comum. In: ENCICLOPÉDIA LIVRE ONLINE WIKIPÉDIA – Pesca esportiva).

Bagres, entre outros. Para ele, a pesca esportiva tem ajudado a preservar a natureza e fortalecer a economia da região. “Só para se ter uma ideia, as empresas especializadas fecham pacotes com deslocamento aéreo, hospedagem e acompanhamento profissionais de uma semana. Isto é a renda de muita gente nas comunidades” (JORNAL RORAIMA EM FOCO, 2019).

Ainda de acordo com entrevista realizada com o presidente da associação da comunidade Jadson de Oliveira Santos (35 anos), depois que a Prefeitura do Município de Rorainópolis permite a concessão da área a ser trabalhada pelas empresas, a Associação do Fundo Comunitário tem o papel de administrar os recursos do turismo da pesca esportiva. As empresas pagam para a associação em torno de 60.000 mil por ano. Esse dinheiro é revestido na manutenção e benefícios da estrutura básica da comunidade. Segundo ele, atualmente existem três empresas de turismo de pesca esportiva atuando nas áreas que pertencem à comunidade de Santa Maria do Boiaçu e de Santa Maria Velha, as quais ganham uma porcentagem de 10% do valor pago por elas.

Conforme informações do diretor Regis Jorge Corrêa Monteiro, da Divisão de Agronegócios da SEPLAN, as comunidade do Baixo Rio Branco por meio de suas associações comunitárias, estão assumindo o papel do poder público e passando a responsabilidade da manutenção das localidades para as empresas de pesca esportiva que se aproveitam da fragilidade social, da experiência, do conhecimento e da mão de obra barata dos moradores ribeirinhos para tirar vantagens econômicas. Além disso, muitas empresas chegam a criar sérios conflitos nas comunidades, pois proíbem os ribeirinhos de pescarem na região no período de alta temporada, alegando que a pesca artesanal assusta os peixes maiores que o turista gosta de pescar.

De acordo com dados fornecidos por alguns moradores da comunidade, essas empresas de turismo (Figura 69) de pesca esportiva trabalham com o turismo nacional e internacional e cobram um pacote em torno de 4.500 mil reais a 7.000 dólares dependendo da nacionalidade do turista. Eles chegam, geralmente, nas sextas ou sábados pela manhã em aviões das empresas de turismo, em grupos em torno de 70 ou 120 pessoas, retornando no domingo.

Figura 69 - Transportes das empresas de turismo de lazer e pesca esportiva.



Fotografias: Sandra Lauriano/2018/2019.

Segundo os moradores, os turistas só descem dos aviões e passam direto para os grandes barcos que ficam encostados no porto da administração. Mas quando o barco atrasa e eles demoram um pouco mais na comunidade, chegam a dar dinheiro para as crianças e moradores que ajudam com as bagagens. Esses turistas ficam em hotéis flutuantes ou barcos hotéis localizados no rio Itapará ou no rio Água Boa do Univini.

No Baixo Rio Branco, a atividade turística empresarial, o acesso e manejo da pesca esportiva e comercial sem controle e a pouca fiscalização e monitoramento ambiental dos órgãos responsáveis têm causado uma situação de conflitos crescentes e têm sido motivo de muitas preocupações para pesquisadores e para os grupos de pescadores que moram na região. Para o geógrafo e professor Antônio Tolrino de Rezende Veras, é necessário um controle dessa atividade dos gestores a nível federal, estadual e municipal, pois não existe uma organização na região. As empresas utilizam a mão de obra das comunidades e em troca dão cursos, treinamentos e recursos por meio do fundo de participação do turismo para as comunidades, como compensação mediante um acordo. É preciso pensar algo maior, que inclua e beneficie a todos (UFRR, 2019b).

6.1 SANTA MARIA DO BOIAÇU: CENTRALIDADE RIBEIRINHA DO BAIXO RIO BRANCO

No cenário amazônico, as comunidades ribeirinhas são espaços formados por variados sujeitos e elementos que desempenham papéis de forma diferenciada, mas que são fundamentais para a dinâmica de produção e reprodução da sua realidade local. As comunidades, como territórios complexos, são classificadas como espaços representativos que possuem especificidades regionais sob o domínio político, social, econômico e simbólico.

No Baixo Rio Branco, as comunidades estão organizadas às margens de volumosos cursos d'água da região, afastadas ou isoladas do acesso as infraestruturas dos grandes centros urbanos⁷⁶. No entanto, mesmo distantes e com dificuldades, algumas delas se encontram referendadas pela existência de um conjunto de elementos e serviços considerados essenciais para manter a sobrevivência das populações ribeirinhas da região.

A comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu (Figura 70) está localizada na margem esquerda do rio Branco, de acordo com sua jusante⁷⁷, em uma grande área de paisagens naturais do município de Rorainópolis/RR. Por estar situada em um espaço geográfico de difícil acesso no Baixo Rio Branco, limitado somente aos transportes aéreos e fluviais, faz com que sua população fique muito isolada do estado de Roraima. Tal condição faz com que as pessoas tenham dificuldade de aproximação a alguns serviços públicos e privados.

Para Seabra (2019b, p. 122), Santa Maria do Boiaçu é “considerada a metrópole microrregional do Baixo Rio Branco”, pois é considerada a maior comunidade em área ocupada e número de habitantes entre as demais comunidades da região. Segundo o pesquisador, Santa Maria é a mais bem provida de equipamentos e serviços, além, de funcionar como um “ímã centralizador dos serviços básicos de saúde e segurança em relação as comunidades mais próximas do Baixo Rio Branco” (SEABRA, 2019b, p.123).

⁷⁶ Centros urbanos – Entende-se por centro urbano a região mais ativa de uma cidade, onde se concentra a atividade comercial e financeira. (Uso comum. In: **ENCICLOPÉDIA LIVRE ONLINE WIKIPÉDIA** – Centro urbano). No texto, esses grandes centros urbanos se referem as cidades de Manaus e Boa Vista.

⁷⁷ Jusante- é todo ponto referencial ou sessão de rio compreendido entre o observador e a foz de um curso d'água – ou seja – rio, abaixo em relação a este observador. (Uso comum. In: **ENCICLOPÉDIA LIVRE ONLINE WIKIPÉDIA** – Jusante).

Figura 70 - Comunidade de Santa Maria do Boiaçu.



Fotografia: Roberto Caleffi/2019.

Na comunidade, o transporte fluvial é de suma importância, pois além de facilitar o transporte de alimentos, medicamentos, insumos e serviços essenciais, também ajuda no intercâmbio com os moradores das localidades, municípios e estados da região Amazônica. O percurso por transporte fluvial até a comunidade, com saída do porto da Vila de Vista Alegre, no município de Caracaraí, é de aproximadamente 297 km, enquanto que de transporte aéreo, com saída do aeroporto internacional Atlas Brasil Cantanhede, em Boa Vista/RR, é de aproximadamente de duas a três horas.

Segundo dados fornecidos pelo IACTI⁷⁸ (2020), a população da comunidade está estimada em aproximadamente 640 habitantes, com 210 famílias constituídas por miscigenação de povos indígenas, antigos migrantes e colonos regionais vindos principalmente da região Norte (roraimenses e amazonenses) e Nordeste. Mas, conforme pesquisas, a população típica local (Figura 71) teve um aumento considerável de crianças, jovens e adultos durante esses anos, principalmente em decorrência do crescimento vegetativo e de pessoas vindas dos estados de Roraima e Amazonas para desenvolver atividades e serviços nos equipamentos urbanos públicos.

⁷⁸ Dados obtidos do Projeto de Pesquisa coordenado pela servidora Ana Maria de Souza e o colaborador e consultor Edson Vanda Pereira dos Santos (IACTI/2020).

Figura 71 - População típica local.



Fotografia: Sandra Lauriano 2019.

De acordo com pesquisas realizadas em 2018, a ocupação econômica principal da população é voltada basicamente para o funcionalismo de serviço público (federal, estadual e municipal), a pesca, a agricultura, a pecuária, as atividades extrativistas não madeireiras e as atividades ligadas ao turismo de lazer e pesca esportiva.

A infraestrutura física do espaço urbano da comunidade é composta por duas ruas largas de cimento batido (José Venâncio e Dino Pereira) e sete de barro sem calçamentos (Hélio campos, Mariza gama, Mestre Lindauro, Ladislau, Manoel Goís, Ruberval e Armando Corrêa), por construções de moradias simples, de madeira, alvenaria ou um misto das duas formas, na maioria contornadas por cercas de madeiras. Nas casas são utilizadas fossas sépticas (privadas higiênicas) e fossas secas. A maioria das casas de alvenarias são usadas para o comércio informal de produtos e serviços variados. Também são desenvolvidas outras atividades como serviços de borracharia, lanchonetes, bares, casa de hospedagem, marcenarias, dentre outras.

Além disso, podemos observar que também existem algumas instituições que prestam serviços religiosos como a igreja católica e as igrejas evangélicas e alguns equipamentos urbanos das áreas da educação, segurança, saúde, lazer, esporte e saneamento básico.

O fornecimento da energia elétrica e iluminação pública das ruas principais ocorre pela CER e é realizado por meio de gerador de energia movido à óleo diesel, que funciona durante 24 horas por dia devido à conservação das vacinas e medicamentos do hospital e da UBS. O fornecimento da água é realizado por meio de caixas d'água da CAER, poço artesiano e retirado diretamente do rio Branco. Para a utilização desses serviços, os moradores pagam mensalmente pequenas taxas rurais.

O aspecto econômico na comunidade é desenvolvido através de atividades voltadas para os setores primários, secundários e terciários. Segundo dados do INTERAIMA (2010), no setor primário as principais atividades desenvolvidas são a pecuária de bovino, a agricultura baseada principalmente no plantio de mandioca, banana e na fruticultura de cupuaçu e cítricos, a pesca comercial, a atividade extrativista de castanha, açaí e pupunha e da produção de cupuaçu. O setor secundário, os empreendimentos são voltados as atividades de fabricação de farinha. E, o setor terciário, é caracterizado por empreendimentos do comércio informal.

A comunidade é um espaço que, ao longo de sua formação, foi marcada por processos sob domínio de agentes sociais variados que promoveram, por meio de fluxos e fixos, novas modalidades de organização social e espacial. Dentre esses processos e agentes históricos, podemos citar a colonização, exploração e o domínio português sobre os povos indígenas, a exploração comercial do extrativismo vegetal e animal e da mão de obra ribeirinha por meio de trocas mercantis para abastecer as cidades do atual estado de Roraima e do Amazonas, e do incentivo do governo federal e estadual por meio de grandes projetos de colonização de terras federais por migrantes regionais que procuravam atividades, moradias e melhores condições de vida.

Além disso, com o passar do tempo, as belezas naturais da região, associada à vulnerabilidade e isolamento dos ribeirinhos, atraíram agentes articuladores e estrategistas pertencentes às várias categorias e dimensões, principalmente aqueles que têm como objetivos desenvolver ações direcionadas à sociedade, aos recursos naturais e ao potencial turístico da localidade. E, ao Estado, cabe através dos diversos organismos, fazer a manutenção dos antigos equipamentos e construir novas infraestruturas básicas necessárias para atender a demanda da população.

Para Santos (2012), a ação do Estado é fundamental, pois, ao criar os fluxos a serviço da produção ou do homem, acaba atraindo e criando também os fluxos

necessários para atender a demanda da localidade. Conforme o autor, além do Estado, as novas municipalidades, ao criar fixos físicos (equipamentos, serviços públicos e funcionários), podem assegurar mais fluxos e mais viabilidade a uma localidade do que a uma outra. Nessas localidades, chamadas de centralidades urbanas, existem uma polarização de equipamentos e serviços públicos ou particulares.

A centralidade urbana está relacionada aos “processos de materialização em certos pontos citadinos, identificados e caracterizados pela densidade dos fluxos e fluidez no território” (BUENO; LIMA, 2017, p. 31). A centralidade é caracterizada, sobretudo, pela concentração e materialização de atividades e fluxos de pessoas em uma determinada localidade. Para Lefebvre (1983 apud Serpa, p.100), “A centralidade constitui o essencial do fenômeno urbano”. Portanto, ela se configura na formação e transformação socioespacial, nos elementos intracomunitários existentes, na dinâmica socioespacial, nas ações, ocupações, territorialidades e intencionalidades dos diversos agentes produtores sociais internos e externos.

A comunidade de Santa Maria do Boiaçu é a maior da região, sendo considerada uma centralidade, ou seja, ela é considerada um polo centralizador do Baixo Rio Branco por agregar na sua organização espacial, alguns elementos intracomunitários e serviços públicos e privados básicos e essenciais para o atendimento das necessidades da população ribeirinha local e das comunidades em seu entorno. Mas sua centralidade se destaca, principalmente, por possuir uma infraestrutura organizada com alguns equipamentos urbanos e serviços públicos na área da saúde, educação e segurança, que são inexistentes nas outras comunidades da região.

Na área de educação, a escola estadual José Bonifácio é a única unidade de ensino médio regular e modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) do Baixo Rio Branco. A instituição atende alunos locais e de outras comunidades, como Santa Maria Velha e Sacaí. É importante falar que nas comunidades existem muitos jovens e adultos que não concluíram o ensino médio por falta de oportunidade, mas que necessitam dessa continuidade para que possam realizar um ensino superior e uma pós-graduação, tendo a possibilidade de uma profissão melhor do que as que eles aceitam como forma de sobrevivência na região, assim, podendo mudar a sua história de vida naquelas localidades.

Segundo a Secretaria de Educação, da Educação e Desporto (SEED), já foi realizada uma seletiva de doze professores com jornadas de 25 horas, de todas as disciplinas curriculares, de forma modular e itinerante, atendendo jovens e adultos das comunidades de Sacaí, Cachoeirinha, Caicubi, Canauani, Itaquera e Remanso. O projeto será desenvolvido com aproximadamente 100 alunos do 1º ano do ensino médio na etapa de Educação de Jovens e Adultos, em salas anexas na escola José Bonifácio e em salas das escolas distribuídas nessas comunidades (JORNAL FOLHA DE BOA VISTA, 2019).

Na área de Saúde, o Hospital Estadual Unidade Mista Rosa Vieira - Vó Preta e a UBS – Unidade Básica Manoel Luiz Rodrigues são as únicas instituições responsáveis pela saúde em caráter preventivo dos moradores ribeirinhos. No Baixo Rio Branco, as comunidades de Santa Maria Velha, Remanso, Sumaúma, Floresta, Sacaí, Canauani, Bela Vista, Itaquera, Lago Grande, Terra Preta são atendidas com mais frequência por essas unidades, além de alguns moradores ou viajantes que estejam de passagem pelo rio e os povos indígenas da região. As demais comunidades, como estão mais localizadas mais próximas do Amazonas, procuram atendimentos médicos em Barcelos, Novo Airão e Moura.

A Unidade Básica Manoel Luiz Rodrigues foi inaugurada em 2019 para atender procedimentos básicos, como vacinas e tratamentos odontológicos. O Hospital Estadual Unidade Mista Rosa Vieira - Vó Preta sofreu por reformas nos últimos anos e ainda não foi inaugurado por falta de equipamentos adequados para o seu funcionamento na sua totalidade. Atualmente, o hospital conta com a assistência de dois médicos, enfermeiros e técnicos em enfermagem, que fazem rodízios a cada 15 dias na comunidade, realizando pequenos procedimentos, prevenção de epidemias, indicação de medicamentos e consultas. Os procedimentos mais graves dos moradores, como partos e cirurgias ainda são removidos e realizados no Hospital estadual de Roraima.

Conforme informações, em 2017, por meio de emenda parlamentar, foi liberado recursos para a aquisição de uma ambulância fluvial para atender as comunidades do Baixo Rio Branco (JORNAL FOLHA DE BOA VISTA, 2017). De acordo com dados da Prefeitura do Município de Rorainópolis, uma UBS fluvial trará atendimento permanente, qualificado e melhorias à saúde pública das comunidades ribeirinhas do município de Rorainópolis e das demais da região. A unidade fluvial contará com gabinete odontológico, equipamentos ginecológicos, aparelhos de raio-x

e de ultrassonografia e exames laboratoriais. Segundo o prefeito Leandro Pereira, a UBS se encontra em Manaus para vistoria de engenheiros navais para, em seguida, ser encaminhada para aprovação do Ministério (JORNAL RORAIMA EM FOCO, 2020b).

Na área de Segurança, a polícia militar do estado de Roraima tem um posto composto por três policiais para fazer o atendimento de todas as ocorrências das comunidades ribeirinhas da região. Além de proteger os ribeirinhos da comunidade de SMB, a polícia militar tem a missão de prevenir, reprimir e combater os crimes ambientais, o extrativismo ilegal animal e vegetal, o contrabando de drogas e a biopirataria, e de ainda fiscalizar os transportes fluviais da região.

E, conforme análise de moradores locais, alguns fatores e acontecimentos justificam o fato da comunidade de SMB ter se tornado um polo centralizador de equipamentos e serviços públicos do BRB. O primeiro, é referente à sua localização em uma área alta que não alaga nos períodos de inverno, sendo adequada à aterrissagem de aviões, facilitando o acesso turístico, a agricultura, a pecuária, o comércio dentre outras finalidades. O segundo, é que Santa Maria do Boiaçu foi a primeira comunidade a ser formada no Baixo Rio Branco, portanto, a primeira a ter uma estrutura urbana desse lado da região, já que do outro lado já existiam Moura e Barcelos para atender as comunidades. O terceiro fator, é que a localidade sempre foi um porto de parada confiável para os navegantes que vinham da cidade de Manaus ou de Boa Vista, portanto, já virou costume parar viajantes locais. Por último, a comunidade é ponto estratégico de investimento político para atingir o comprometimento das demais comunidades do BRB.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado de Roraima e suas instituições têm uma carência muito grande de informações, pesquisas e investigações científicas que abordem sobre as populações e comunidades ribeirinhas localizadas na região do Baixo Rio Branco. Diante disso, é importante desenvolver trabalhos para conhecer e evidenciar, além das potencialidades da região, a relevância dos sujeitos e de seus espaços quanto ao uso e ocupação no território amazônico. Logo, é necessário conhecer esses espaços territoriais em todos os seus aspectos, levando em conta os seus sujeitos e elementos na sua totalidade e dimensões.

É interessante ressaltar que a realização desta pesquisa possibilitou a obtenção de diversas informações até então inexistentes a respeito do sujeito da pesquisa e da realidade socioespacial do objeto de estudo. Portanto, os conhecimentos existentes nesta dissertação são fruto de um estudo precursor que poderá contribuir como subsídio para novas pesquisas científicas na localidade ou em outros espaços da região. Tais informações também podem ser utilizadas na elaboração de políticas públicas que busquem soluções eficientes para solucionar as necessidades das comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Branco.

Inicialmente, as abordagens teóricas dos conceitos de Espaço, Território e Comunidade Ribeirinha já elaboradas a partir de autores e pesquisadores foram relevantes para compreender a dinâmica territorial da comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu-Rorainópolis/RR, levando em consideração os sistemas de objetos e ações existentes.

O conceito de Espaço foi analisado por meio da totalidade dos objetos existentes e suas relações sociais. Dessa forma, foram verificados os equipamentos e as ações dos agentes promotores na organização socioespacial da localidade. Assim, a produção do espaço foi analisada por meio das categorias forma, função, estrutura e processo.

O conceito de Território foi analisado pela perspectiva integradora, considerando os aspectos físicos, sociais, políticos, econômicos, culturais-simbólicos e naturais. Em termos de aspectos físicos e naturais, o território foi analisado do ponto de vista de extensão, localização e delimitação da área na região do Baixo Rio Branco, sob jurisdição da União. Assim, foi possível levantar informações sobre a caracterização da área a fim de compor o cenário de localização do e, com isso,

apresentar todos os aspectos do meio ambiente do Baixo Rio Branco por meio da hidrografia, clima, vegetação e solo.

Com relação aos aspectos sociais, a comunidade foi analisada como uma área de potencialidades naturais e turísticas utilizada como propriedade de agentes variados, que sob poder, mantêm seus direitos de uso e ocupação por meio de diferentes territorialidades. No processo de produção e reprodução do espaço, diferentes sujeitos com intencionalidades diversas, realizam territorialidades por meio de ações, relações e práticas sociais distintas. Essas territorialidades podem ser observadas através das materializações dos elementos intracomunitários públicos e particulares existentes no território, valendo ressaltar que, na esfera política, o Estado, como agente promotor social do espaço, é um dos principais responsáveis pela formação social e construção dos elementos intracomunitários e serviços públicos existentes na localidade.

Os diferentes elementos intracomunitários e agentes sociais promotores atuam nos distintos equipamentos comunitários e serviços públicos e particulares da área da educação, saúde, segurança, religião, saneamento básico e comercial. Assim, a esfera econômica foi analisada por meio dos diferentes segmentos comerciais existentes entre os agentes e moradores e quanto ao uso dos recursos naturais para questões relacionadas à subsistência, ao comércio e turismo. A esfera cultural/simbólica foi analisada quando os moradores relatam em suas histórias seus laços de afetividade, sentimento e gratidão pela floresta, pelo lugar de morada e pelo uso do rio.

O conceito Comunidade Ribeirinha, analisado tendo como base a ciência antropológica, é compreendido como constituída por populações tradicionais, ou seja, são populações que se reconhecem como tal, isto é, como tradicional. Além disso, o conceito foi explorado levando em conta pessoas que vivem às margens dos rios que deles têm sua fonte de sobrevivência e manejo, retirando sua alimentação da pesca, utilizando-os como meio de transporte e elo com outras localidades, além do sentimento e afetividade que ocorre entre as pessoas por seus lugares e por suas experiências vivenciadas.

Para compreender a dinâmica territorial da comunidade em estudo, foi necessário verificar quem são os diferentes agentes envolvidos na localidade e como eles desempenham seus papéis, considerando a importância dos sistemas de objetos e de ações existentes para o processo de produção e reprodução. Assim, a pesquisa

de observação, entrevista, coleta de informações e a análise dos dados obtidos com a aplicação dos questionários possibilitou percepção sobre o funcionamento desse processo.

Com o uso de metodologias específicas e levando em conta a periodização das variáveis e processos históricos, foi possível caracterizar a dinâmica territorial por meio dos processos de ocupações sociais ao longo da sua constituição socioespacial. Desse modo, a produção social e espacial de Santa Maria do Boiaçu, às margens do rio Branco, foi constituída por sujeitos sociais variados que objetivam a exploração dos recursos naturais pelo uso e a ocupação do espaço por meio da posse, domínio e colonização territorial.

Nos processos de formação socioespacial, os primeiros agentes a participarem dos conflitos pela posse da terra e dos produtos da floresta foram os colonizadores portugueses pelo domínio e escravidão dos povos indígenas da região. Em seguida, vieram os exploradores do comércio de especiarias, que escravizaram e usaram os indígenas na busca dos produtos naturais. Logo após, vieram os comerciantes regionais com a exploração da mão de obra ribeirinha por meio do extrativismo vegetal e animal e das trocas mercantis para abastecer as grandes cidades. Nesse viés, veio o governo federal e o estadual com projetos de colonização de terras federais para migrantes regionais que necessitavam de atividades, moradias e melhores condições de vida.

Com o passar do tempo, a comunidade foi sendo ocupada por agentes articuladores e estrategistas cujas ações são direcionadas às necessidades e vulnerabilidades dos moradores ribeirinhos, à obtenção dos recursos naturais e para as potencialidades da biodiversidade regional. Esses agentes sociais possuem características diferentes, por isso usam, ocupam e mantêm suas relações sociais no espaço territorial por meio de múltiplas modalidades, cabendo ao Estado e seus sistemas, gerir e fazer a manutenção dos antigos equipamentos públicos e construir novas infraestruturas básicas para manter os serviços necessários para o atendimento da demanda promovida pelos fixos e os fluxos existentes.

Desse modo, o mapeamento dos elementos intracomunitários, com o uso de técnicas de geoprocessamento, reuniu informações georreferenciadas da localização dos equipamentos e serviços intracomunitários que, juntamente com as observações e pesquisas, resultaram em dados necessários acerca dos sujeitos, equipamentos e elementos (funcionalidades) que ocupam o espaço na comunidade. Sendo assim, foi

possível fazer mapas socioespaciais das localizações desses elementos na comunidade.

Atualmente, por conta dos poderes públicos do Estado, a comunidade de Santa Maria do Boiaçu concentra, em sua realidade socioespacial, alguns elementos intracomunitários e serviços públicos da área da educação, saúde e segurança, considerados básicos e essenciais para o atendimento das necessidades das populações ribeirinhas. Assim, Santa Maria do Boiaçu é considerado um polo centralizador desses elementos e serviços públicos no Baixo Rio Branco.

Mas é importante deixar claro que esses elementos intracomunitários e serviços públicos ainda são insuficientes e precários para atender a demanda e necessidades das populações ribeirinhas da região. Assim, cabe um olhar mais “criterioso” das instituições responsáveis e fiscalizadoras quanto à ausência de ações de assistência junto a essas comunidades, principalmente em relação à exploração dos moradores pelas empresas de turismo da pesca esportiva, que têm eliminado o estilo de vida dos ribeirinhos do Baixo Rio Branco.

A comunidade de Santa Maria do Boiaçu, tem um potencial social e natural muito grande que, quando bem organizado e incentivado por políticas públicas eficientes, pode gerar outros ramos de atividades econômicas voltadas para a produção do fortalecimento do extrativismo, da agricultura e do turismo comunitário que podem ajudar economicamente muitas famílias ribeirinhas da localidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Deivy Batista. **Uma vila amazônica no contexto de desenvolvimento roraimense: realidades, desafios e perspectivas socioeconômicas da vila de Vista Alegre**. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia). - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia, Universidade Federal de Roraima, Roraima, 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Manual de Operação da Sala de Situação do Estado de Roraima Boa Vista-RR: manual operacional sala de situação para eventos críticos**. Novembro 2015. 46p. Disponível em: <<http://www3.snirh.gov.br/portal/progestao/progestao>>.

ALVARENGA, Estelbina Miranda de. **Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa – Normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos**. 2. ed. 1. reimp. Assunção – Paraguai: Gráfica Saf, 2012. 136p.

ALVES, Thiago José Costa. **Agroecossistemas familiares no complexo ambiental sacaí, Baixo Rio Branco, Roraima**. 2016. 195 f. Tese (Doutorado em Biotecnologia) - Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Sustentabilidade da Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. Ocupação humana em roraima. I. Histórico colonial ao início do assentamento dirigido. **Bol. M.Is. Par. Emilio Goeldi**, n.9, v.1, p. 123-144, 1993.

BARNI, Paulo Eduardo; et al. **Avaliação socioambiental na cidade de Rorainópolis, Região Sul de Roraima**. Bol. Mus. Int. de Roraima, v. 9, n.2, p. 23-33, 2015.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica**. 2. ed. amp. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1986. 134p.

BARROS, José D' Assunção. **História, Espaço, Geografia Diálogos Interdisciplinares**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017. 219p.

BECKER, Bertha Koiffmann. As Amazônias – Ensaio sobre Geografia e Sociedade na região Amazônica. In: VIEIRA, Ilma Célia Guimarães (Org). **Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil?** 2015. p. 201-228.

BRASIL. Decreto Presidencial 6.040/2007, de 07 de fevereiro de 2018. **Institui Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/.

_____. Lei nº 2.495, de 27 de maio de 1955. **Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Rio Branco**. Diário Oficial [da] União. Rio de Janeiro, RJ, 27 mai. 1955. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2495.htm>. Acesso em: 24 de março de 2020.

_____. Departamento Nacional de Infraestrutura de transportes (DNIT). Diretoria de planejamento e Pesquisa. Coordenação Geral e Planejamento e Programação de Investimentos. Coordenação de Planejamento. **Apresentação da Relação descritiva das Rodovias**. 2005.

BRASIL ESCOLA. **Educação**, 2020. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/educacao>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BORGES, Maria Célia; DALBERIO, Osvaldo. **Aspectos metodológicos e filosóficos que orientam as pesquisas em educação**. Revista Iberoamericanas de Educación, v. 5, n. 43, p.1-10, jul. 2007.

BOLETIM DO SENADO FEDERAL do dia 08/12/2008. **Portal de Pronunciamento da atividade Legislativa do Senado Federal – SF**. Disponível em <www25.senado.leg.br>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BUENO, Paulo Henrique de Carvalho; LIMA, Antônia Jesuíta. **Centralidade dos serviços de saúde na zona leste de Teresina (PI): Uma análise de sua produção espacial**. Revista Geonorte, Caderno de Geografia, v. 27, n.1 (número especial), 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Requerimento de informação de 2013. **Informações da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República sobre a pista de pouso localizada na cidade de São Luiz do Anauá – Roraima e outra em Santa Maria do Boiaçu – Roraima**. Sala de sessões. Fevereiro, 2013. Disponível em <www.camara.leg.br>. Acesso em: 25 jan. 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re) produção do Espaço Urbano**. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 2008. 280p.

_____. **Da organização “A Produção” do Espaço no Movimento do Pensamento Geográfico**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73

CAVALCANTE, Maria Madalena Aguiar. **Hidrelétricas do Rio Madeira: RO – território, tecnificação e meio Ambiente**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Programa Nacional de Habitação Rural**. 2018 - Disponível em: <www.caixa.gov.br>. Acesso em: 20 agosto de 2019.

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA (CAER). Núcleo de Meio Ambiente (NMA). **Relatório de viagem Baixo Rio Branco**. Boa Vista, RR: 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão.** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A Produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios.** São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.

_____. **Redes Geográficas: Reflexões sobre um tema persistente.** Grupo de estudos urbanos. Revista Cidades Volume 9. Número 16. Disponível em: revista.fct.unesp.br.

_____. **Espaço, um conceito-Chave da Geografia.** In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 15-47

_____. **Região e Organização espacial.** 8. ed. São Paulo: Ática, 2007. 93p.

CREMON, Henrique É. **Evolução Quaternária do Rio Branco – Norte da Amazônia – Com Base em Dados Orbitais e Geológicos.** 2016. Tese (Doutorado em Sensoriamento Remoto) – Ministério da Ciências, Tecnologia e Inovação – INEP, São José dos Campos, 2016.

CRUZ, Evelyn Fernandes da. **Os Equipamentos Urbanos e Comunitários no Estudo Prévio de Impactos de Vizinhança.** Caderno Gestão Pública/ ano 2 n. 1/jan-jun 2013. Disponível em< www.uniter.com>.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** 3. ed. São Paulo: Hucitec-NUPAUBUSP, 1996. 198p.

_____.(Org.). **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil.** Brasília: MMA; São Paulo: USP, 2001. 211p.

DIAS, Leila Christina. **Redes: Emergência e organização.** Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 142-162.

DIOCESE DE RORAIMA. Paróquia São José Operário. **Relatório de viagem ao Baixo Rio Branco e Rio Negro: conhecendo a realidade das comunidades ribeirinhas do Rio Branco e Rio Negro.** Caracará, 2000.

FARAGE, Nádia. **As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991. 196p.

FEITOSA, José Ricardo Teles. **A religião e sua dinâmica diante do processo de urbanização: o mercado religioso entre católicos e evangélicos.** Revista Presença Geográfica (RPGEO), n.1, v. 5, p. 2-9, 2018. Disponível em< www.periodicos.unir.br>.

FEITOSA, Marcio Silva; CAVALCANTE, Erica Joyce; BETHONIO, Maria Barbara M; SENHORAS, Elói Martins. **Fechamento da BR 174 no trecho da terra indígena**

waimiri-atroari: influências na dinâmica econômica do município de Rorainópolis. In: BETHONICO, Maria Bárbara de Magalhães; SOUZA, Vladimir de (Org.). Rorainópolis: um olhar geográfico. v. 3. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014. p. 185-223. (coleção Paisagens e Território Amazônico)

FERNANDES, Forestan. **Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macrossociológico do Brasil.** v. 3. São Paulo: Editora da USP, 1972. 587p.

FILHO, Artur Rosa; TEIXEIRA, Paulo Roberto; BARBOSA, Tânia Maria Sena; RAPOSO, Tácio José Natal. **Os espaços e as pobreza na Amazônia Setentrional: um estudo sobre Rorainópolis-RR.** In: BETHONICO, Maria Bárbara de Magalhães; SOUZA, Vladimir de. (Org.). Rorainópolis: um olhar geográfico. v.3. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014. p.81-99. (coleção Paisagens e Território Amazônico).

FILHO, Durval de Araújo Gonçalves. **Relatório de estudo sanitário: viagem às comunidades do Baixo Rio Branco.** Boa Vista- RR, março de 1.948. 38p.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; et al. **Memória, história oral e lugar: o surgimento das comunidades da área focal do Piatam.** In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; PEREIRA, Henrique dos Santos (Org.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: memória, ethos e identidade.** Manaus: EDUA, 2007. p. 11-49.

GALDINO, Lúcio Keury Almeida. **Sociedade, política, cultura e meio ambiente: subsídios ao planejamento socioambiental à comunidade indígena Boca da Mata, na terra indígena São Marcos – Roraima.** 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

_____. **Roraima: da colonização ao estado.** 1. ed. Boa Vista: UERR Edições, 2018. 81p.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias.** São Paulo: Editora Contexto, 2001. 178p. (Coleção Caminhos da Geografia).

HAESBAERT, Rogério; ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de. (Org.), et al **Identities e territorios: questões e olhares contemporâneos.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007, 136p

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, 395p.

_____. **Territórios Alternativos.** 2. ed. 2 reimp. São Paulo: Contexto, 2011, 186p.

_____. **Viver no limite: território e multi/territorialidades em tempos de insegurança e contenção.** 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 323p.

INTERNET VIA SATÉLITE (VIASAT). **Conectando comunidades rurais, 2020.** Disponível em: <www.viasatdobrasil.com.br> Acesso em: 28 abr. 2020.

INSTITUTO DE AMPARO A CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA (IACI). **Dados do diagnóstico socioeconômico das comunidades do Baixo Rio Branco.** Fevereiro, 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Relatório técnico do projeto levantamento e classificação da cobertura e do uso da terra no estado de Roraima.** Rio de Janeiro, 2005. 94p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2010. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Maria_do_Boia>. Acesso em: 10 set. 2019.

_____. Caracarái Roraima – Biblioteca IBGE, s.d. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/roraima/caracarai.pdf>>. Acesso em: 24 de jan. 2020.

_____. Rorainópolis, 2017. Disponível em: <cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Seguro Defeso – Pescador Artesanal.** Publicado em 10 de julho de 2017. Disponível: <www.inss.gov.br>. Acesso em 23 jan. 2020.

INSTITUTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DE RORAIMA (ITERAIMA). **Plano de controle ambiental Agrovila Santa Maria do Boiaçu,** agosto, 2010.

JORNAL FOLHA DE BOA VISTA. **Baixo Rio Branco: Hospital de Santa Maria do Boiaçu será reformado,** 2017a. Disponível: <www.folhabv.com.br>. Acesso em 23 jan. 2020.

_____. **Roraima será contemplado com ambulâncias,** 2017b. Disponível em: <www.folhabv.com.br>. Acesso em: 22 fev. 2020.

_____. **FEMARH vai fiscalizar pesca ilegal. 2018.** Disponível em: <www.folhabv.com.br>. Acesso em: 19 mar. 2019.

_____. **No Baixo Rio Branco: aberta inscrições para contratação de professor substituto,** 2019. Disponível em: <www.folhabv.com.br>. Acesso em: 22 fev. 2020.

JORNAL PAINEL - Informação com credibilidade e responsabilidade - Roraima. **Obras da Unidade Básica de saúde (UBS) de Santa Maria do Boiaçu em fase de Conclusão,** 2017a. Disponível em: <www.jornalpainel.com>. Acesso em: 22 fev. 2020.

_____. Roraima. **Fiscalização: monitoramento com base móvel no Baixo Rio Branco**, 2017b. Disponível em: <www.jornalpainel.com>. Acesso em: 20 fev. 2020.

JORNAL RORAIMA EM FOCO– A notícia na palma da mão. **Começa temporada de pesca esportiva no Baixo Rio Branco**, 2019. Disponível em: <www.roraima1.com.br. > Acesso em 20 de janeiro de 2020.

_____. **Primeira quadra coberta de todo o Baixo Rio Branco está quase pronta**. (2020a). Publicado em 09 de março de 2020. Disponível em: <www.Roraimaemfoco.com.> Acesso em: 24 mar. 2020.

_____. **Rorainópolis: UBS fluvial está quase pronta para atendimento às populações ribeirinhas**, 2020b. Disponível em <Roraimaemfoco.com.> Acesso em: 20 jan. 2020.

KÖCH-GRUBERG, Theodor. **De Roraima ao Orinoco: observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913**. v. 1. ed. UNESP - São Paulo: Editora UNESP, 2006. 374p.

LABORATÓRIO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES (LSIE). **Produto Meta 1: projeto de revisão metodológica dos processos normativos de identificação das áreas da União com o emprego de imagens de sensoriamento (radar e óptico) na detecção das áreas inundáveis para a área definidas**. 2017.

LACERDA, Elisângela Gonçalves. **Gênese e Evolução do Urbano em Assentamentos Rurais da Amazônia: O Caso do Município de Rorainópolis-RR**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia-Tratamento da Informação Espacial, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/Belo Horizonte, 2017.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política**. Interações, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, n.1, v.17, p. 66-76, jan./mar. 2016.

LITTLE, Paul Elliott. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade**. Brasília: 2002. 322p. (série Antropologia)

MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. **Amazônia: extrativismo vegetal no sul de Roraima: 1943-1988**. Boa Vista/RR. Editora UFRR, 2008, 215p.

_____. **Populações tradicionais de Roraima: os relatos orais de ribeirinhos do Baixo Rio Branco**. Encontro Nacional de História Oral, 2010. 13p.

MANFIO, Vanessa. **A cidade e os equipamentos urbanos: uma análise sobre Nova Palma/RS**. Revista Interespaços. Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, Interespaço, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nº 1, v.1, p. 137-151, jul/dez. 2015.

MENDONÇA, Milton de Souza.; et al. Etnobotânica e o saber tradicional. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos (Org.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. v. 3. Manaus: EDUA, 2007. p. 91-103 (coleção Piatam)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Secretaria do Desenvolvimento de Ações Territoriais (SDF). **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: Propostas de Políticas Públicas para o Território Sul de Roraima**. Rorainópolis, RR - 2010.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÕES (MCTIC). **canal e informações Gesac**, 2017. Disponível em: <www.mctic.gov.br>. Acesso em: 30 fev.2020.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico/Ruy Moreira**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011. 178p.

_____. Repensando a Geografia. In: SANTOS, Milton. (Org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antônio Tolrino de Rezende. **Habitação e a produção do espaço urbano da cidade de Rorainópolis**. In: BETHONIO, Maria Bárbara de Magalhães; SOUZA, Vladimir de Souza. Rorainópolis: um olhar geográfico. Boa Vista: Editora UFRR, 2014. p. 55-79 (coleção Paisagem e Território Amazônico).

NASCIMENTO, Cláudia; SILVA, Maurício. **A condição atual do uso e da cobertura da terra na Amazônia: uma leitura a partir do seu processo de formação sócio espacial**. Revista de Geografia (UFPE), n. 1, v. 29, p. 225-251, 2012.

OURIQUE, Alfredo Ernesto Jacques. O Valle do Rio Branco. Amazonas, 1906. In: ZOUEN, Maurício Elias; MAIA, Andréia Casa Nova(Org.). **O Vale do Rio Branco**. Boa Vista/RR: Editora da UFRR, 2017. p. 9-16.

ONG. BY WATANABE. **EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS**. Disponível em: <www.ebanata.com.br> de 21/12/2004. Acesso em: 25 nov. 2019.

PEREIRA, Abraão Jacinto; NOGUEIRA, Francisco Marcus Mendes. **Êxodo Rural: a migração do Baixo rio Branco à cidade de Caracaraí na década de 1990**. In III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre educação no Campo. IV Jornada de Educação especial no Campo e a 8ª Jornada do Histedbr Educação no campo: história, desafios e perspectivas atuais. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br>. Acesso em: 10 de jul. 2016.

PINTO, Davi de Souza de Paula. **Definições e disposições gerais de bens jurídicos**. Âmbito Jurídico. Direito Civil, revista 55. Universidade Católica de Minas Gerais. Disponível em< www.ambitojuridico.com.br> Acesso em: 24 de março 2020.

POLÍCIA MILITAR DE RORAIMA (PMRR). **Operação Baixo Rio Branco**, 2013 Disponível em: <facebook.com.>. Acesso em: 24 de março. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS. Secretaria Municipal da Casa Civil. Portaria Casa Civil nº 027/2020, de 02 de janeiro de 2020.

RODRIGUES, Vivian Karine Moraes. **Comunidades Tradicionais: uso e apropriação do território em ilhas federais do Rio Uraricoera-RR**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia- área de concentração da produção do Território Amazônico) - Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima, Roraima, 2016.

RORAIMA. Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH). **Inventário do Diagnóstico APA do Baixo Rio Branco: material descritivo gleba Rio Branco no município de Rorainópolis-RR**. 2017. 205p.

SANDER, Carlos. **Breve síntese da dinâmica fluvial do rio branco, nas adjacências da cidade de Boa vista, Roraima**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2015.

SANTOS, Adair J. - **Roraima – história geral**. Boa Vista/RR: Editora da UFRR, 2010. 410p.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido. Os dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp. 2002. 431p.

_____. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4 ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 259 p.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Edusp. 2007. 176p.

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: Edusp. 2008a. 132p.

_____. **Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico: globalização e meio científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b. 174p.

_____. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Edusp. 2009. 90p.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp. 2012. 118p.

SANTILLI, Paulo. **Trabalho escravo Brancos Canibais – uma narrativa histórica Macuxi**. Itinerários, Araraquara, n. 11, p. 97-124, 1997.

SAQUET, Marcos Aurélio; SILVA, Sueli Santos da. **Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território**. Geo UERJ, ano 10, n.18, v.2, p. 24-42, 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO (SEED). Resposta ao despacho GAB/SAGEB. Memo nº 778/18/DGI/SEED/RR, de Boa Vista-RR, 06 de setembro de 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RORAIMA (SESAU). **Santa Maria do Boiaçu- Unidade recebe a primeira grande reforma e ampliação na estrutura**, 2017. Disponível em: <www.saude.rr.gov.br>. Acesso em: 25 fev. 2020.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO DE RORAIMA (SEPLAN). **Diagnóstico da Potencialidade da Produção do Baixo Rio Branco**. 2015. 45 slides.

SEABRA, Giovanni. **Pesquisa científica: o método em questão**. 2.ed. João Pessoa: Editora Universidade da UFPB, 2009. 136p.

_____. **Artigo: Baixo Rio Branco, Roraima: Onde o Brasil é esquecido**. Brasília: Notibrás, maio, 2019a.

_____. **Artigo: Dinâmica Socioambiental no Baixo Rio Branco, Estado de Roraima, Brasil**. BG Jornal. Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research médium. Ituiutaba, v. 10, n 2, p. 112-130, jul/dez.2019b.

_____. **Artigo: Base Comunitária do Turismo no Baixo Rio Branco, Estado de Roraima, Amazônia Setentrional, Brasil**. PORTUGUEZ, Anderson Pereira; SEABRA, Giovanni de Farias; NOGUEIRA, Carmen Regina Dorneles. (Organizadores) - **Livro: Desafios e Dinâmicas Espaciais do Turismo Receptivo**. Ituiutaba, MG, Editora Barlavento, 2020.

SERPA, Ângelo. **Lugar e centralidade em um contexto metropolitano**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A Produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 97-108.

SILVA, Josué da Costa. **O rio, a comunidade e o viver**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SILVA, Paulo Roberto F. **Dinâmica territorial urbana em Roraima – Brasil**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, Rosijane Evangelista da. **Turismo de base comunitária: alternativa para a etnodesenvolvimento da comunidade Quilombola de Filipa – MA**. 2011. Defesa (Mestrado em Cultura e Turismo), Programa de Pós-graduação em Cultura e Turismo, Universidade de Santa Cruz/Ilhéus, Bahia, 2011.

SILVEIRA, Maria Laura. **Um País, uma região: fim de século e modernidades na Argentina**. São Paulo: FAPESP, 1990. 486p.

SOARES, Vera Monica Araújo; SOUZA, Vladmir. **Impactos ambientais urbanos na cidade de Rorainópolis- RR**. In: BETHONICO, Maria Bárbara de Magalhães; SOUZA, Vladimir de. (Org.) Rorainópolis: um olhar geográfico. v.3. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014. p. 101-124 (coleção Paisagens e Território Amazônico).

SOUZA, Silvio Leo. Lenda. Disponível em: < <http://silvioleo.blogspot.com/2011/>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

SOUZA, Marcelo Lopez de. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 11. ed. Bertrand Brasil: 2012. p. 78-116.

THE KING'S FUND. **O que a Saúde da população realmente significa**, 2019 Disponível em: <<https://www.resbr.net.br/o-que-a-melhoria-da-saude-da-populacao-realmente-significa/#.XqcIImhKjIU>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA (TER-RR). **Justiça Eleitoral Itinerante atende população do Baixo Rio Branco**. Disponível em< www.tre-rr.jus.br>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR). **Erosão: Santa Maria do Boiaçu pode ser engolida por voçoroca**, 2019a. Disponível em: <www.ufrr.br>. Acesso em: 20 jan. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR). **Turismo empresarial sem controle pode eliminar essência da vida ribeirinha no Baixo Rio Branco**, 2019b. Disponível em:< www.ufrr.br> Acesso em: 20 jan. 2020.

Uso comum. In: **ENCICLOPÉDIA Jurídica da PUC-SP**. 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Acesso em: 20 jan. 2020.

Uso comum. In: **DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS** – Disponível em: < www.dicio.com.br> Acesso em: 20 jan. 2020.

Uso comum. In: **DICIONÁRIO ONLINE PORTO EDITORA – LÍNGUA PORTUGUESA** – Disponível em: < www.inforpedia.pt > Acesso em: 20 jan. 2020.

Uso comum. In: **CIMM – DICIONÁRIO/NÚCLEO URBANO** – Disponível em: < www.inforpedia.pt > Acesso em: 20 jan. 2020

Uso comum. In: **DICIO- DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS** – Disponível em: < www.dicio.com.br> Acesso em: 20 jan. 2020.

Uso comum. In: **DICIONÁRIO ONLINE INFOPÉDIA** – Disponível em: < www.pt.m.wikipedia.org> Acesso em: 20 jan. 2020.

Uso comum. In: **DICIONÁRIO ONLINE WIKIPÉDIA** – Língua portuguesa- Disponível em: < www.infopedia.pt> Acesso em: 20 jan. 2020.

Uso comum. In: **ENCICLOPÉDIA LIVRE ONLINE WIKIPÉDIA** – RIO BRANCO - RORAIMA- Disponível em: < pt.wikipedia.org/wiki/rio_branco_roraima.pt> Acesso em: 06 set. 2019.

Uso comum. In: **BRASIL ESCOLA** - Geografia – Disponível em: < brasilecola.uol.com.br> Acesso em: 20 jan. 2020.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **A Utilização dos Agentes Sociais nos estudos de Geografia Urbana: Avanço ou Recuo?** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 75-96.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A Produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____; RIBEIRO, Wagner Costa, SANTOS, Éder Rodrigues. **Artigo: Uma incursão ao Baixo Rio Branco (Roraima/Amazonas), saneamento básico**. Revista Franco Brasileira de Geografia – CONFINS – 47/2020 : número 47. Disponível em:< jornaus.openedition.org. Acesso em: 20 out. 2020.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: A disputa pela Terra -1777 a 1980**. 2003, p. 252. Tese (Doutorado). Universidade federal de Pernambuco. Recife, 2003.

WORLD HERLTH ORGANIZATION – **Coronavirus disease (COVID -19) pandemic. 2020**. Disponível em:< www.who.int > Acesso em: 20 jan. 2020.

APÊNDICES

Portal do Governo Brasileiro



SANDRA ELANE DE SOUZA LAURIANO RAMOS - Pesquisador | V3.2

Sua sessão expira em: 38min 08

Cadastros

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

- DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DINÂMICA TERRITORIAL DA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE SANTA MARIA DO BOIAÇU, RORAINÓPOLIS/RR
 Pesquisador Responsável: SANDRA ELANE DE SOUZA LAURIANO RAMOS
 Área Temática:
 Versão: 3
 CAAE: 30544920.8.0000.5302
 Submetido em: 20/08/2020
 Instituição Proponente: Universidade Federal de Roraima - UFR
 Situação da Versão do Projeto: Aprovado
 Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
 Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



Comprovante de Recepção: PE_COMPROVANTE_RECEPCAO_1530469

- DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- Versão Atual Aprovada (PC) - Versão 3
- Pendência de Parecer (PC) - Versão 3
 - Documentos do Projeto
 - Comprovante de Recepção - Submissão
 - Cronograma - Submissão 3
 - Folha de Rosto - Submissão 3
 - Informações Básicas do Projeto - Subm
 - Orçamento - Submissão 3
 - Outros - Submissão 3
 - Parecer Anterior - Submissão 3
 - Projeto Detalhado / Brochura Investig
 - Solicitação registrada pelo CEP - Subm
 - TCLE / Termos de Assentimento / Justif
 - Apreciação 3 - Universidade Federal de R
- Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
-------------------	----------	---------	----------	-------

- LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO

Apreciação ¹	Pesquisador Responsável ²	Versão ³	Submissão ⁴	Modificação ⁵	Situação ⁶	Exclusiva do Centro Coord. ⁷	Ações
PO	SANDRA ELANE DE SOUZA LAURIANO RAMOS	3	20/08/2020	29/09/2020	Aprovado	Não	⌵ ⌵ ⌵ ⌵



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA- PPG-GEO**

Projeto de pesquisa: “DINÂMICA DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO TERRITORIAL DA COMUNIDADE DE SANTA MARIA DO BOIAÇU/RORAINÓPOLIS-RR”

*Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável pela pesquisa e a outra com o (a) participante.

TERMO DE ANUÊNCIA

Declaro que **CONCORDO E AUTORIZO** a pesquisa intitulada “**DINÂMICA DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO TERRITORIAL DA COMUNIDADE DE SANTA MARIA DO BOIAÇU/RORAINÓPOLIS-RR**” sob a responsabilidade da pesquisadora mestranda Sandra Elane de Souza Lauriano, sob a orientação do professor orientador Doutor Antônio Tolrino de Rezende Veras, a ser desenvolvido na comunidade de Santa Maria do Boiaçu. Estou ciente que o estudo apresenta pressupostos éticos para a constituição da pesquisa, como: a) O esclarecimento feito à todos os participantes da pesquisa, o consentimento feito através do assinatura do Termo de Anuencia e do Termo de autorização para o uso de imagem e do som, dos quais forão alertados quanto a natureza do estudo; b) Proteção de qualquer danos que possa ser causado aos sujeitos da pesquisa devido aos dados coletados para a pesquisa; c) Proteção da privacidade dos participante e garantia de confidencialidade; e d) Tomar decisões que forem necessárias para que em nenhum momento o sujeito da pesquisa possa tornar-se vulnerável diante dos dados coletados.

Sem mais para o momento,

Jadson de Oliveira Santos
Líder/Administrador da Comunidade de Santa Maria do Boiaçu

Comunidade Santa Maria do Boiaçu-Rorainópolis/RR 15 de outubro de 20 18.

Reunião com a comunidade de Santa Maria do Baião para divulgar o projeto de Pesquisa "Dinâmica de Produção do Espaço Territorial da Comunidade de Santa Maria do Baião/Rorainópolis

- 1 - Cezar Conceição da Silva.
- 2 - Cleilde Servino Macêdo.
- 3 - Romário Gomes do Siqueira
- 4 - Jozail Siqueira Aguiar
- 5 - Jádson de Oliveira Santa
- 6 - Benício Ramos Santos
- 7 - AMIE PATI DE MELO
- 8 - Damiano da Gama
- 9 - Witemberg Marques de Lima
- 10 - Ana Cristina Campelo de Oliveira
- 11 - M^{te} da Conceição da Silva Ugoarte.
- 12 - ~~Amélia~~
- 13 - Atilo da Silva Rodrigues
- 14 - Marina Eduardo da Gama
- 15 - Walter Alves da Silva
- 16 - JOSUÉ PEREIRA DA SILVA
- 17 -

ANEXOS

ANEXO A



UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR)
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
 MESTRADO EM GEOGRAFIA-PPGEO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

*Este documento foi elaborado em duas vias, uma fica com o pesquisador e a outra com o (a) participante

Você está sendo convidada pela pesquisadora **Sandra Elane de Souza Lauriano Ramos**, do Mestrado em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Roraima (UFRR), sob a orientação do Prof. Dr. Antônio Tolrino de Rezende Veras e Coorientação da Profa. Dra. Maria Madalena Aguiar Cavalcante, a participar do estudo intitulado: **“Dinâmica Territorial da Comunidade Ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu/Rorainópolis-RR**. O estudo tem como objetivo analisar a dinâmica territorial da comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu-Rorainópolis/RR, levando em consideração os sistemas de objetos e os sistemas de ações locais. Esta pesquisa, por meio do conceito de Espaço, Território e Comunidade ribeirinha tem a finalidade de traçar o panorama geo-histórico da comunidade, mapear os elementos intracomunitários materializados na localidade e analisar a dinâmica dos agentes promotores do espaço e sua influência no uso e ocupação do território. Assim, poder contribuir para o conhecimento científico geográfico que abordem temáticas relacionadas a Produção dos Territórios Amazônicos e a dinâmica territorial dos espaços ribeirinhos. Sua participação, nesta pesquisa, consistirá em responder ao questionário ou a um roteiro de entrevista com perguntas estruturadas e semiestruturadas por perguntas norteadoras, a partir das quais você poderá sentir-se livre para expressar outras questões relacionadas à temática que considerar importante para a pesquisa. Não será estabelecido limite de tempo, permitindo ao participante responder o questionário ou falar livremente. Como riscos mínimos previstos em participar deste estudo, existe a possibilidade de eventual desconforto psicológico pela manifestação de diferentes emoções, como por exemplo, a tristeza gerada pela reflexão e/ou pela recordação que alguma pergunta possa desencadear ao participante. E, como benefício o participante estará ajudando em uma pesquisa que trará informações relevantes quanto a construção socioespacial da comunidade. Esclarecemos que sua participação no estudo é totalmente voluntária, portanto, você não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora, podendo, a qualquer momento, desistir do mesmo. Caso discorde ou sinta-se constrangida em responder, você pode declinar da pesquisa no momento que preferir. O seu consentimento a qualquer hora e deixar de participar do estudo sem que isso traga qualquer prejuízo à sua pessoa. Asseguramos, ainda, o caráter anônimo e confidencial de todas as suas respostas nos questionários e de sua identidade, sendo reservada sua identificação ou dados que possam comprometê-lo (a).

Ciente, autorizo a realização dos procedimentos acima citados e a utilização dos dados originados destes procedimentos para fins didáticos e de divulgação em revistas científicas brasileiras ou estrangeiras, eventos científicos e acadêmicos (cursos, encontros, conferências, mesa-redonda, comissões, congressos, seminários, simpósios, workshops), livros e periódicos, contanto que sejam mantidas em sigilo as informações relacionadas à privacidade. Desta forma, concordo voluntariamente e dou meu consentimento, sem ter sido submetido a qualquer tipo de pressão ou coação.

Eu, _____, declaro estar ciente do anteriormente exposto e concordo voluntariamente em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Assinatura do participante da pesquisa: _____

Eu, _____, declaro que forneci todas as informações referentes à pesquisa ao participante, de forma apropriada e voluntária.

Assinatura o pesquisador: _____

Boa Vista, RR _____ de _____ de 20____.

Contato do pesquisador: SANDRA ELANE DE SOUZA LAURIANO RAMOS – Universidade Federal de Roraima (UFRR) – PPGeo – Pró Reitoria de pesquisa e Pós graduação – Instituto de Geociências. Fone: 3624-5781.

E-Mail: PPG_GEO@UFRR.BR

Contato do CEP (Comitê de Ética e pesquisa)

Endereço: Av. Capitão Ene Garcez, Nº 2413, UFRR, Campus do Paricarana, Bloco PRPPG/UFRR, sala CEP/UFRR.

Bairro: Aeroporto

CEP: 69.310-000

UF: Município: BOA VISTA

Telefone: (95)3621-3112 **Fax:** (95)3621-3112 **E-mail:** coep@ufrr.br

ANEXO B

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DE SOM

*Este documento foi elaborado em duas vias, uma fica com o pesquisador e a outra com o (a) participante

Eu, _____, brasileiro(a), maior de idade, portador(a) da Cédula de identidade RG nº. _____/SSP-_____, inscrito no CPF sob nº _____, residente na Av/Rua _____, nº. _____, complemento, _____ Bairro _____, na cidade de Boa Vista-RR. **AUTORIZO** o uso da minha imagem e som de voz para fins de divulgação no Brasil e Exterior, dos registros fotográficos, escritos, audiovisuais catalogados, publicação editorial e acadêmicas realizadas durante a pesquisa intitulada de: **“DINÂMICA TERRITORIAL DA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE SANTA MARIA DO BOIAÇU/RORAINOPOLIS”**. Este estudo será conduzido pelo (a) pesquisador (a): SANDRA ELANE DE SOUZA LAURIANO. A pesquisa tem como objetivo analisar a dinâmica territorial da comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu-Rorainópolis/RR, levando em consideração os sistemas de objetos e os sistemas de ações locais. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem e som de voz acima mencionado em todo território nacional, exterior, inclusive em qualquer tipo de mídia com fins educativos ao público em geral, por meio de audiovisuais, fotografias e audiotextos desde que não haja desvirtuamento da sua finalidade. Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens, do som de voz e de audiotextos, da qual não receberá o participante da entrevista qualquer tipo de remuneração. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem e som de voz ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Assinatura do participante da pesquisa: _____

Telefone p/ contato: _____

Boa Vista, RR _____ de _____ de 20____.

ANEXO C



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Projeto de pesquisa: “DINÂMICA TERRITORIAL DA COMUNIDADE DE SANTA MARIA
DO BOIAÇU/RORAINÓPOLIS-RR”**

*Este documento foi elaborado em duas vias, uma fica com o pesquisador e a outra com o (a) participante

TERMO DE ANUÊNCIA

Declaro que **CONCORDO E AUTORIZO** a pesquisa intitulada “**DINÂMICA TERRITORIAL DA COMUNIDADE DE SANTA MARIA DO BOIAÇU/RORAINÓPOLIS-RR**” sob a responsabilidade da pesquisadora mestranda Sandra Elane de Souza Lauriano Ramos, sob a orientação do professor orientador Dr. Antônio T. de Rezende Veras e pela coorientadora prof.^a Dr^a. Maria Madalena de A. Cavalcante, a ser desenvolvido na comunidade de Santa Maria do Boiaçu. Estou ciente que o estudo apresenta pressupostos éticos para a constituição da pesquisa, como: a) O esclarecimento feito à todos os participantes da pesquisa, o consentimento feito através do assinatura do Termo de Anuência e do Termo de autorização para o uso de imagem e do som, dos quais foram alertados quanto a natureza do estudo; b) Proteção de qualquer danos que possa ser causado aos sujeitos da pesquisa devido aos dados coletados para a pesquisa; c) Proteção da privacidade dos participante e garantia de confidencialidade; e d) Tomar decisões que forem necessárias para que em nenhum momento o sujeito da pesquisa possa tornar-se vulnerável diante dos dados coletados. Sem mais para o momento,

Líder/Administrador da Comunidade de Santa Maria do Boiaçu
Comunidade Santa Maria do Boiaçu-Rorainópolis/RR ____ de ____ de 20 ____.

ANEXO D**QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO POR MORADIA VISITADA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Projeto de pesquisa: “DINÂMICA TERRITORIAL DA COMUNIDADE DE SANTA MARIA DO BOIAÇU/RORAINOPÓLIS-RR”

Mestranda: Sandra Elane de Souza Lauriano Ramos
Orientador: Antônio Tolrino de Rezende Veras
Coorientadora: Maria Madalena de Aguiar Cavalcante

QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO POR MORADIA VISITADA**1- SOCIAL**

- 1) Onde você nasceu? _____
- 2) Qual a sua descendência? () indígena () negra () branca
- 3) A quanto tempo você reside na comunidade? _____
- 4) Sua moradia é feita de: () alvenaria () palafita () outros
- 5) Sua moradia é: () própria () alugada () cedida () outros
- 6) Sua moradia tem banheiro? () sim, onde? _____ () não
- 7) Tem esgoto sanitário? () sim, Qual? _____ () não
- 8) Tem encanamento? () sim () não
- 9) Tem luz elétrica? () sim, ela vem de onde? _____ () não
- 10) Você paga pela luz elétrica? () sim, Quanto? _____ () não
- 11) Quais eletrodomésticos você possui? () TV () geladeira () rádio
() parabólica () computador () fogão () celular () máquina costura
() máquina de lavar () outros, Quais? _____
- 12) Idade dos moradores: () 0 a 10 () 10 a 20 () 20 a 30
() 30 a 40 () 40 a 50 () 50 a 60 () outros
- 13) Religião da família: () católica () evangélica () outras, Qual? _____

2- SAÚDE

- 1) O lixo descartado é? () queimado () enterrado () joga fora () outros

- 2) A água que você consome vem: () rio () poço () rede pública
- 3) Sua moradia tem caixa de água? () sim () não
- 5) Você paga pelo consumo da água? () sim () não
- 6) Para você a qualidade da água é: () muito boa () boa () ruim
- 7) Alguém da família já ficou doente por causa da água? () sim () não
- 8) Quais as doenças que sua família já teve? () malária () dengue () zica
() diarreias/vômitos () verminoses () outros, Qual? _____
- 9) A instituição de Saúde existente atende a sua necessidade? () sim () não
- 10) Se não, o que necessita para melhorar? () reforma () médicos
() remédios () funcionários () material de limpeza () outros? _____
- 11) Como e onde são tratados os casos graves de doenças?
() em casa () na unidade () Caracaraí () Boa Vista () Rorainópolis
- 12) Como e onde são realizados os partos na comunidade?
() em casa () na unidade () Caracaraí () Boa vista () Rorainópolis

3- EDUCAÇÃO

- 1) As crianças da moradia estudam? () sim () não, porque? _____
- 2) Qual o grau de escolaridade dos moradores: () analfabetos () alfabetizados
() ensino fundamental () ensino médio () outros, qual? _____
- 3) A escola atende as necessidades da comunidade? () sim () não
- 4) Se não, o que falta na escola? () professores () merenda
() funcionários () material escolar () material de limpeza () outros

5- ECONOMIA

- 1) A família sobrevive de que? () extrativismo () pesca () agricultura
() caça () aposentadoria () salário de funcionário () outros
- 2) A família recebe algum benefício? () sim, qual? _____ () não
- 3) Renda familiar por salário mínimo: () 1 () 2 () 3 () acima de 4
- 4) Onde você compra o consumo da sua família? () na comunidade
() outra comunidade () Caracaraí () Boa Vista () Rorainópolis
- 5) O que você compra? () alimentos () remédios () vestuários () outros
- 6) Como você vai para esses lugares? () avião () barco () voadeira
- 7) A família possui barco? () sim () não

6- SEGURANÇA

- 1) Como o senhor (a) avalia a questão da segurança da comunidade? () péssima () regular
() boa () ótima () não existe
- 2) Você já presenciou o consumo de substâncias tóxicas ilícitas na comunidade?
() sim () não
- Caso sim, qual? _____

3) Quais as ocorrências mais frequentes? _____

7- A COMUNIDADE

1) Qual a sua religião? () católica () evangélica () outra, Qual? _____

2) A família participa de atividades comunitárias? () sim () não

3) Que tipo? () religiosa () esportivas () artísticas () culturais
() políticas () outras, quais? _____

4) Onde ocorrem os eventos da comunidade? _____

5) Quem faz a limpeza do espaço urbano da comunidade? _____

6) Alguém participa de associações? () sim, Qual? _____ () não

7) Quais entidades do governo presta assistência à comunidade? _____

8) Existe assistência de entidades particulares na comunidade?

() sim, Quais? _____ () não

9) Como você se comunica com outras localidades?

() telefone () rádio () celular () computador () outros, Qual? _____

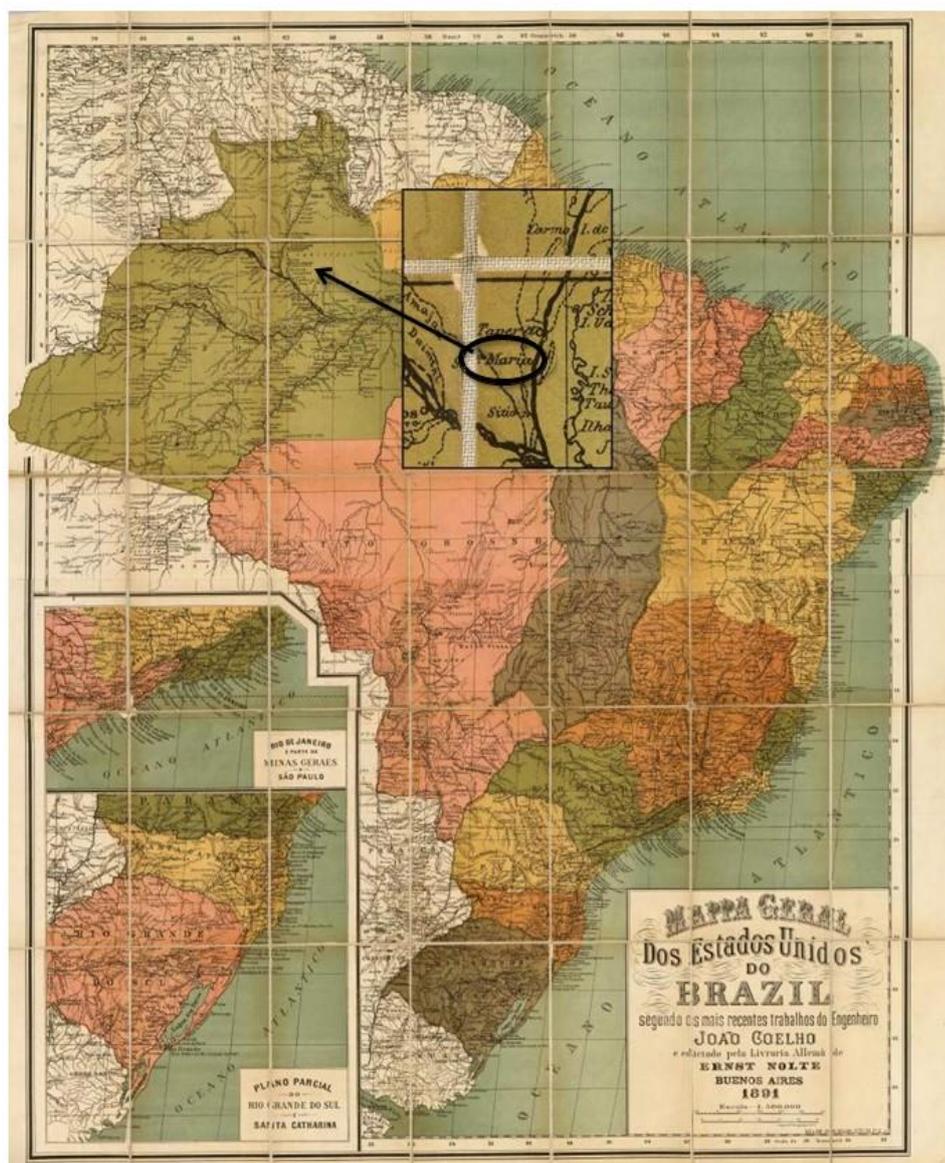
10) Problemas que ocorrem na comunidade no inverno: Cite: _____

11) Problemas que ocorrem na comunidade no verão: Cite: _____

Agradecemos pela contribuição!

ANEXO E

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO POVADO DE SANTA MARIA NO ANO DE 1784

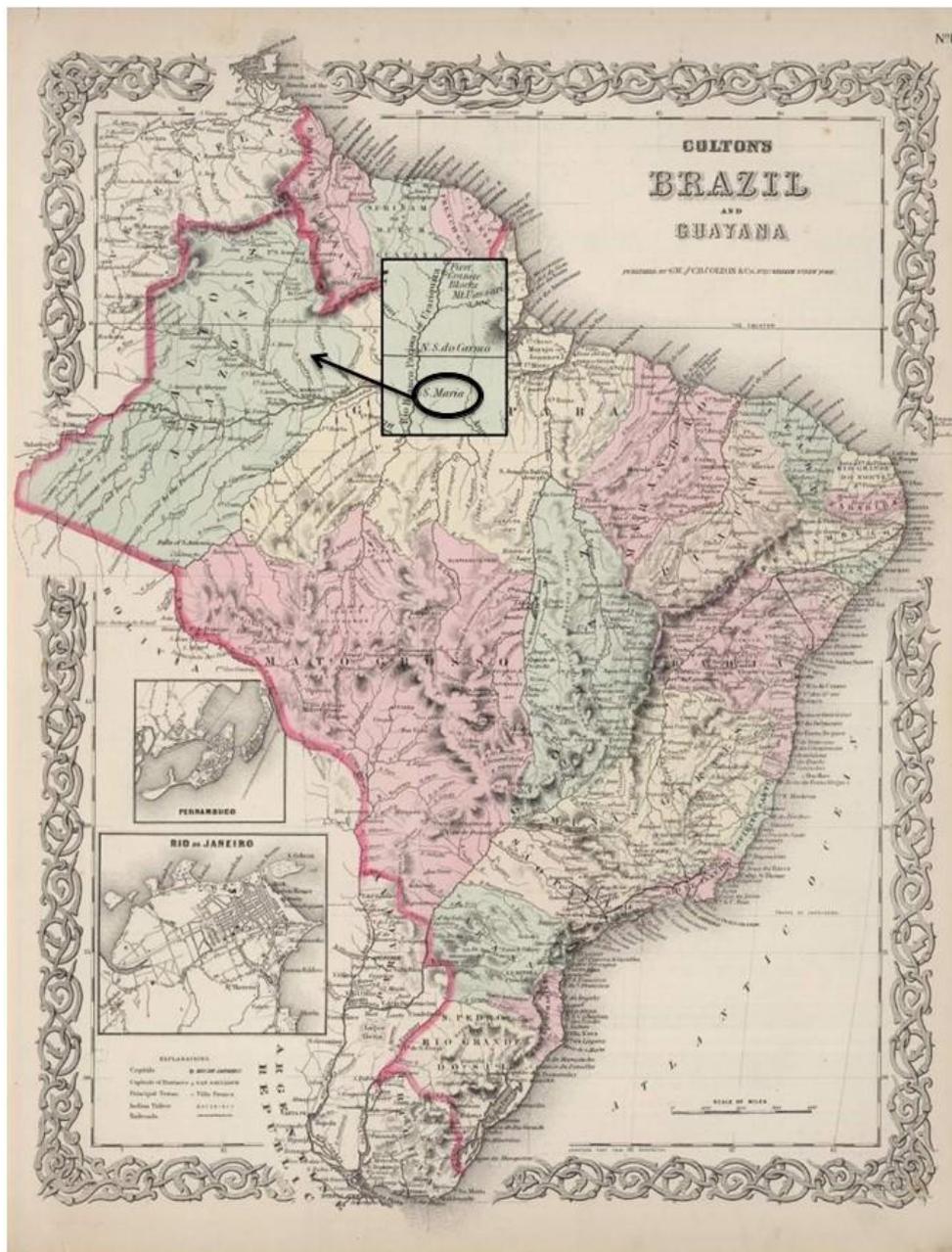


Fonte: Mapa retirado do trabalho de pesquisa de Abreu (2019)-David Rumsey Map Collection.

Site: www.davidrumsey.com

ANEXO F

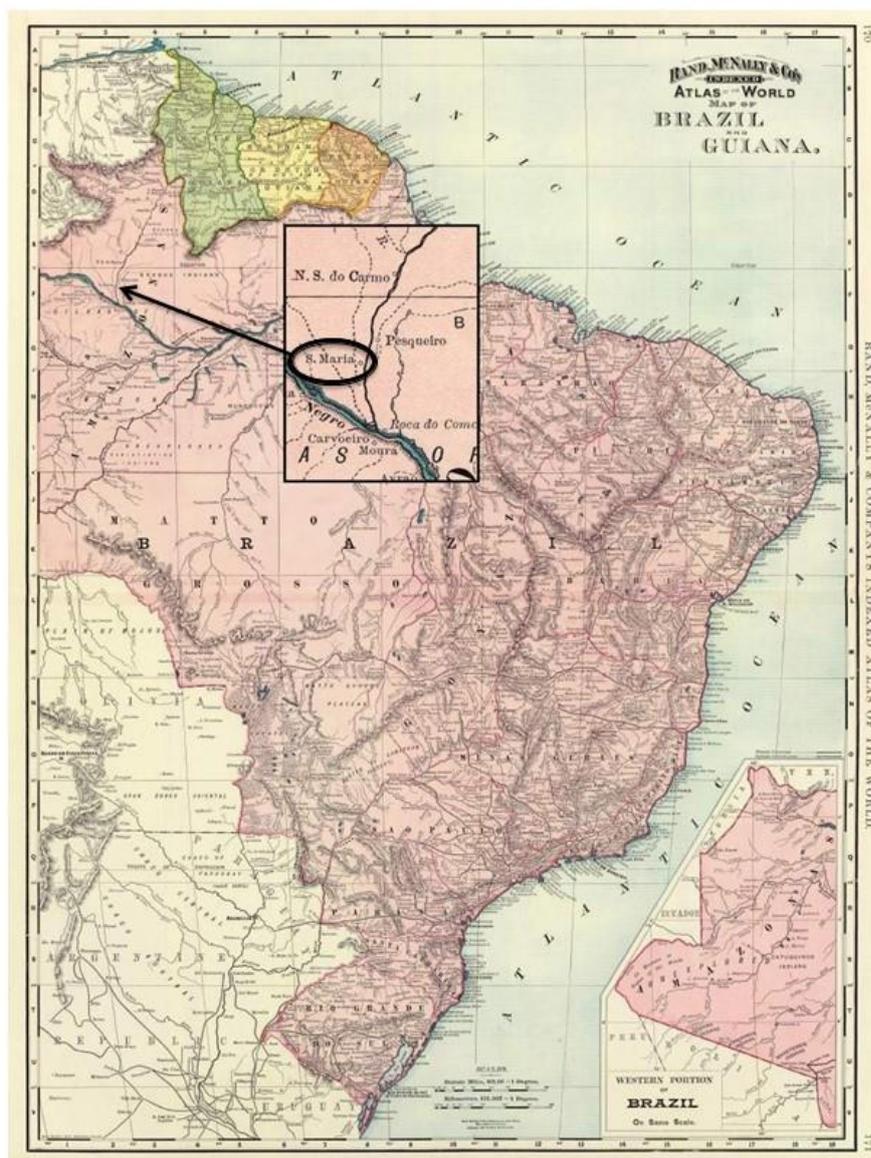
MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO POVADO DE SANTA MARIA NO ANO DE 1846



Fonte: Mapa retirado do trabalho de pesquisa de Abreu (2019)-David Rumsey Map Collection.
Site:www.davidrumsey.com

ANEXO G

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO POVADO DE SANTA MARIA NO ANO DE 1897



Fonte: Mapa retirado do trabalho de pesquisa de Abreu (2019)-David Rumsey Map Collection.
Site:www.davidrumsey.com

ANEXO H**FOTO ANTIGA DO POSTO MÉDICO DO DISTRITO DE SANTA MARIA DO BOIAÇU**

Fonte: Fotografia cedida por uma moradora da comunidade de Santa Maria do Boiaçu.

ANEXO I**FOTO ANTIGA DA ANTIGA ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO DE SANTA MARIA DO BOIAÇU**

Fonte: Fotografia cedida por uma moradora da comunidade de Santa Maria do Boiaçu.

ANEXO J

FOTO ANTIGA DA ESCOLA ESTADUAL JOSE BONIFACIO NO DISTRITO DE SANTA MARIA DO BOIAÇU



Fonte: Fotografia cedida por uma moradora da comunidade de Santa Maria do Boiaçu.

ANEXO L

FOTO ANTIGA DO GOVERNADOR OTTOMAR DE SOUZA PINTO EM VISITA A
COMUNIDADE DE SANTA MARIA DO BOIAÇU



Fonte: Fotografia cedida por uma moradora da comunidade de Santa Maria do Boiaçu.

ANEXO M

FOTO ANTIGA DA UNIDADE HOSPITALAR FLUVIAL GARÇA DO RIO BRANCO - LOCALIZADA AS MARGENS DA COMUNIDADE DE SANTA MARIA DO BOIAÇU



Fonte: Fotografia cedida por uma moradora da comunidade de Santa Maria do Boiaçu.

ANEXO N

FOTO 1- MORADOR DA COMUNIDADE COM SUA PROFESSORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

FOTO 2 – FOTO DO MORADOR DA COMUNIDADE COM A PROFESSORA

Ao mestre com carinho

[...] Professora, senta aí... todos os dias a senhora sai para fazer entrevistas, tirar fotos e aplicar questionários...[...] vamos sair mais tarde [...] pois hoje sou eu que vou lhe entrevistar... Toda vez que venho buscar a senhora e escuto o som da sua voz... ela me lembra de algo bom, da minha infância. A senhora tem quantos anos? A quanto tempo é professora? Trabalhou em quantas escolas? Trabalhou como professora na escola de Formação de Professores de Boa Vista? [...] Vou mostra algo para a senhora que guardo a quase trinta e dois anos. Eu sabia que conhecia a senhora de algum lugar. [...] você marcou muito a minha infância como professora e por isso guardo essa foto com muito carinho.

Edivaldo Franco de Almeida

FOTO 1



FOTO 2



Fonte: Fotografia cedida pelo morador Edivaldo Franco de Almeida/1988.

Fotografia: Éder Rodrigues/2018.

ANEXO O

FOTO DA EXPEDIÇÃO REALIZADA EM OUTUBRO DE 2018 PELO PROJETO “BAIXO RIO BRANCO: POTENCIALIDADES E VIVÊNCIAS” PELA EQUIPE DA UFRR, COORDENADO PELO PESQUISADOR E GEOGRAFO PROFESSOR DOUTOR ANTÔNIO TOLRINO DE REZENDE VERAS (*in Memoriam*).



Fotografia: Roberto Caleffi/2018.

Para Veras (2009, p. 22), a produção do espaço é caracterizada como “um processo de transformação realizado pela sociedade” com o objetivo de atender às necessidades em contínua reestruturação, sendo acompanhado constantemente pela reprodução e reorganização do espaço por meio do uso de técnicas para acumular capital e ampliar a força de trabalho. Assim, segundo o pesquisador, toda produção vai determinar formas, ritmos na vida e nas atividades dos homens, pelo fato de ser indispensável à sobrevivência de uma sociedade.